



LUIS ANTÓNIO VICENTE BAPTISTA

CRESCIMENTO URBANO E MIGRAÇÕES
INTERNAS: CONTRASTES E ALTERAÇÕES
SÓCIO – ESPACIAIS, E REDES DE
INTERCONHECIMENTO.

– O BAIRRO DO REGO –

(LISBOA, 1900 – 1985)

LISBOA
1987

LUIS ANTÓNIO VICENTE BAPTISTA

CRESCIMENTO URBANO E MIGRAÇÕES
INTERNAS: CONTRASTES E ALTERAÇÕES
SÓCIO – ESPACIAIS, E REDES DE
INTERCONHECIMENTO.

– O BAIRRO DO REGO –

(LISBOA, 1900 – 1985)

Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada
e Realidade Portuguesa, realizada na Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova
de Lisboa.

LISBOA
1987



30011

NOTA PRÉVIA

Quero expressar os meus agradecimentos ao Prof. Doutor Vitorino Magalhães Godinho pela confiança que depositou neste projecto e ao I.P.E.D./Projecto Universidade Aberta pelas facilidades que me foram concedidas para a realização do referido trabalho no âmbito do Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa.

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

Iª PARTE

QUESTOES TEÓRICO-METODOLOGICAS

1. O objecto da investigação.....	5
2. Métodos e técnicas utilizados.....	22

IIª PARTE

A CIDADE À CONQUISTA DAS QUINTAS EM REDOR:
UM PERCURSO DA URBANIZAÇÃO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO
(1900-1950)

INTRODUÇÃO.....	28
-----------------	----

CAPÍTULO I - CRESCIMENTO URBANO, DISTINÇÕES SOCIAIS E
DIFERENCIAÇÕES ESPACIAIS

1. A "Cidade Nova" e as "Avenidas Novas": uma zona extensa e indefinida.....	32
2. Proximidade espacial e distinções profissionais - as populações do Rego e das Avenidas Novas.....	36
Síntese do capítulo.....	61

CAPÍTULO II - PECULIARIDADE DE UM ESPAÇO URBANIZADO

AS "PORTAS DA CIDADE": O BAIRRO DO REGO

Introdução.....	63
-----------------	----

1. As Quintas, os Proprietários e os Trabalhadores.....	65
2. A extensão da urbanização: os bairros do Rego.....	71
3. Estruturação da insularidade.....	83
4. Urbanização não-programada e apropriação camarária.....	87
5. Os actores de uma urbanização não-programada	90
6. As características de um bairro periférico: funções e actividades.....	99
Síntese do capítulo.....	113

IIIª PARTE

A REALIDADE LOCAL URBANA: UMA VISÃO ESTRUTURAL DA ACTUALIDADE (1950-1985)

INTRODUÇÃO.....	115
CAPÍTULO I - CONTINUIDADE E MUDANÇA NO CONTEXTO DA "CIDADE MAIOR"	
1. O processo de reedificação do espaço ocupado	117
2. A população do bairro no contexto da freguesia e da cidade.....	132
3. Persistências e modificações das actividades profissionais: o mercado de trabalho e as novas gerações.....	144

4. O Rego: espaço na fronteira entre a tradição rural e a história urbana.....	160
Síntese do capítulo.....	168

CAPÍTULO II - MIGRAÇÕES INTERNAS E PROXIMIDADE RESIDENCIAL

Introdução.....	171
A. A origem geográfica da população residente no bairro	
1. A "naturalidade" dos eleitores recenseados em 1985 - a dominância da origem rural	174
2. As várias gerações de eleitores e a representatividade dos "naturais" de Lisboa.....	193
B. Laços de interconhecimento e estruturas de coabitação	
1. Proximidades espaciais no contexto local segundo a origem geográfica dos habitantes	209
2. A implantação espacial dos oriundos dos concelhos mais representados....	217
3. Estruturas de coabitação e estratégias matrimoniais.....	228
Síntese do capítulo.....	244

CAPÍTULO III - IDENTIDADES E SOCIABILIDADES URBANAS

Introdução.....	246
-----------------	-----

A. A(s) identidade(s) num espaço de indefinição urbana: o comum e o diferenciador	
1. O bairro e a espacialização das diferenças	247
2. A construção e a manutenção de uma identidade local.....	270
B. A cidade, reguladora da vida local	
1. Grupos profissionais e redes de interconhecimento.....	277
2. Mobilidade geracional e mobilidade social	283
3. A circulação das populações em espaço urbano	286
C. Migrantes rurais e sociedade urbana	
1. A socialização urbana.....	291
2. Persistência de laços com o mundo rural.....	292
Síntese do capítulo.....	298
CONCLUSÕES.....	300
NOTAS.....	306
BIBLIOGRAFIA.....	314
ANEXOS.....	323

INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas contemporâneos é o da concentração, cada vez maior, de população nas cidades, em particular nas de maior dimensão. Os desequilíbrios populacionais que daí advêm, tal como outros desequilíbrios de ordem estrutural, reflectem-se na relação entre as várias regiões constituintes de um país, entre aquelas onde se situam os grandes centros e as outras, assim como na organização do espaço e no funcionamento da vida das populações.

Esta concentração populacional, que se faz estender por zonas anteriormente distanciadas da vida dos "burgos", acompanha um dos processos mais importantes a que vimos assistindo na actualidade: a urbanização. Entendida mais como invenção de um modo de vida, do que unicamente como a acção da cidade sobre o campo ou o acréscimo da população das cidades pela chegada dos rurais, a dinâmica urbanizadora impõe-se de forma diversa nos diferentes espaços, em função das épocas e das formas de penetração dos modelos e das imagens-guia do mundo urbano.

O sentido unificador e universalizante que a urbanização traz à vida das populações, dado o comum referencial "à

civilização técnica e urbana", é, assim, percebido e vivido de modos diversos. A nível espacial, distinguem-se zonas de tradição urbana, zonas posteriormente urbanizadas e zonas actualmente sujeitas à urbanização. Contudo, nos nossos dias, só comunidades isoladas e estatisticamente irrelevantes poderão alhear-se deste processo remodelador das próprias relações entre os homens e destes com o mundo em que vivem.

A realidade generalizada a nível mundial de fuga das populações dos campos na direcção das cidades e das indústrias, reveste-se, conseqüentemente, de particularidades no que respeita ao contexto social e nacional, e até continental, em que se produzem.

Constituídas maioritariamente por populações chegadas do exterior, as cidades de maior dimensão têm, historicamente, nas migrações internas uma componente decisiva do seu crescimento. Com a deslocação, as populações vindas dos campos e que se instalam na cidade, são confrontadas com outro "quadro vivencial" que é diferentemente assimilado consoante os modos como os percursos, a chegada e a instalação na cidade se efectivam.

Este processo é, no entanto, interactivo no sentido em que se, por um lado, as funções, as actividades e a vida da cidade se distinguem das dos espaços de origem dos migrantes, os recém-chegados são, também, por seu lado, "obreiros" das próprias maneiras de viver na cidade, à qual acorreram maciçamente. Da constante modificação dos contingentes

populacionais que habitam a cidade, resulta a continuada reestruturação dos viveres urbanos, conseqüente às práticas sociais desenvolvidas pelos seus habitantes e que se modificam inequivocamente com a extensão do edificado urbano e o alargamento da área de influência das cidades.

Caracterizar as particularidades espaciais e populacionais de uma cidade, e das suas várias zonas componentes, apresenta-se como um trabalho de elemental necessidade, para melhor compreender a variedade de situações, despoletadas pelos generalizados processos urbanizadores. Porém, a sua abordagem é particularmente sinuosa, com a progressiva complexificação das realidades sociais, pelo que se revela da maior pertinência a combinação de "olhares científicos" e dos seus métodos específicos. Este esforço, para que resulte, tem de ser antecedido de trabalhos de mediação, permitindo que as particularidades e as generalidades se articulem com vista a uma explicação mais eficaz destes complexos fenómenos. Todavia, são pouco frequentes os trabalhos que apresentam esta dupla perspetivação, combinando a dimensão macroestrutural (do estudo das cidades e dos campos, das estruturas sociais e económicas das sociedades em que se estabelecem...) com a dimensão microanalítica (dos processos migratórios, das comunidades, dos modos de vida e das relações de interconhecimento e familiares em espaços diferenciados...).

Neste sentido, depois de expostas as principais questões que nos orientam (1ª parte), procuraremos analisar o processo

de modificações operadas numa área sujeita a uma intensa urbanização, apontando as distinções que as diferentes componentes espaciais então assumem, sob o ponto de vista da edificação e da composição da suas populações (2ª parte).

Seguidamente, deter-nos-emos nas continuidades que diferenciam espaços geográficos concomitantes, atendendo ao reajustamento do edificado local, à importância da componente migratória da população e à persistência de uma identidade espacial (3ª parte).

Perante a inevitabilidade do fenómeno urbanizador, que não deixa de evidenciar a sua presença em todo o país embora a ritmos diferentes, pensamos poder contribuir com este trabalho para a caracterização de um espaço sujeito à ocupação urbana. Por outro lado, cremos, com a perspectiva de ligação local-global, fornecer elementos para o conhecimento da realidade populacional e dos laços de interconhecimento na cidade de Lisboa.

1ª PARTE

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1. O OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Os "usos sociais" dados pelos diversos actores a um espaço podem ser entendidos como factor significativo de estruturação das relações sociais; a construção física de um bairro é acompanhada de uma construção social que toma sentido se articulada com as realidades envolventes.

Entre os múltiplos factores que condicionam a vida de um bairro urbano, dois se salientam: o espacial e o populacional. Estes têm particular importância na explicação de uma realidade social visto constituírem a condicionante morfológica da vida local, traduzindo-se a sua articulação nos modos como a população se relaciona com o espaço onde se estabelece. A observação deste fenómeno é possível através da identificação de subpopulações e do tipo de laços que estas desenvolvem com este e com outros espaços de referência.

No fundo, trata-se de conhecer os mecanismos de interligação do processo global de crescimento urbano e das estruturas de relacionamento em "espaços aglomerados" com uma realidade socio-espacial particular, de onde emerge uma dinâmica local específica. O modo como o processo de construção de um bairro interfere no estabelecimento e desenvolvimento das relações locais, e nas relações entre o nível local e o global, é um dos problemas, que daí decorre,

e que, por sua vez, se articula com as interferências que se produzem ao nível da factores socio-demográficos, como são os movimentos migratórios e a composição profissional da população.

Neste contexto, o impacto que a chegada de uma população migrante provoca na vida da cidade alterando a sua estrutura espacial e demográfica é um factor central para entender o modo como anteriores equilíbrios locais e globais da cidade se modificam. Este fenómeno é o resultado prático e visível das transformações económicas e sociais que o país sofre e que se reflectem, particularmente, na sua capital, sendo os recém-chegados os actores inconscientes de uma eventual abertura no mercado de trabalho urbano. A sua importância relaciona-se com o volume e a amplitude que os movimentos migratórios internos atingem na vida recente da cidade - século XX -, e daí que sejam os migrantes quem, na maior parte das vezes, vem habitar os novos espaços residenciais que a cidade vai tomando aos tradicionais arrabaldes rurais.

Resulta assim que definidos os aspectos fundamentais do problema nos propusemos constituir um quadro morfológico da vida local. Centrámos a observação na diferenciação social de que o espaço é prenúncio atendendo a que a dinâmica da sua produção e a forma como é ocupado toma configurações particulares consoante a área da cidade e a população residente que se tome por objecto de estudo.

Não sendo, porém, linear o modo como se produz e se distingue o espaço residencial urbano, procurámos, através da

delimitação de um espaço urbano específico, operacionalizar esta nossa análise.

Situado na área administrativa do concelho de Lisboa, o bairro do Rego nasce com o processo de urbanização generalizado que, no início do século, ocorre nesta zona de periferia rural da cidade. Apresentando-se hoje isolado geograficamente, o nosso objecto físico de investigação, reúne as condições para ser analisado enquanto unidade territorial autónoma. Este posicionamento privilegiado permite uma observação detalhada das formas de organização social do espaço quer no que respeita à sua estruturação ocupacional a partir de relações sociais que ao espaço se vêm transpostas (processo de edificação), como ainda no que concerne à influência da estrutura socio-espacial, que se vai definindo na vida local e, em particular, nas relações que se estabelecem entre os indivíduos que aqui se vão instalando (processo de fixação de população).

Porém, este isolamento não é senão relativo, estando a nossa unidade espacial de análise inserida numa zona mais ampla, com as mesmas características, que o próprio crescimento urbano e a sua história vieram diferenciar. Aí próximo, sujeitas a um aprofundado planeamento camarário veêm luz as "Avenidas Novas". Construídas na viragem do século destinavam-se a grupos sociais favorecidos podendo afirmar-se que a sua edificação, no âmbito de uma expansão urbana programada, é um caso particular face à grande maioria das

construções da época.

O bairro do Rego, por seu lado, reveste-se de outras características, permitindo-nos a proximidade espacial destas duas unidades, observar o contraste de realidades diferenciadas numa mesma zona de crescimento urbano. Esta comparação é ainda mais pertinente visto constituírem estas duas urbanizações, uma unidade administrativa da cidade, a freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

Neste quadro de percepção do real, um problema central se nos colocou. Até que ponto a noção, quase exclusivamente estatística, de população urbana nos permite caracterizar aqueles que habitam nas cidades? Efectivamente, estaremos perante uma população urbana pela simples razão de ela habitar aquém dos limites fixados administrativamente, para definir o que é a cidade ou até área urbana de Lisboa?

A discussão, tem na maior parte dos casos, sido centrada na dimensão demográfica que um centro deve atingir para que a sua população seja considerada urbana, e menos na realidade social e económica que o condiciona, como já apontou V.M. GODINHO (1971). Pensamos que visão morfológica no sentido que lhe dá, por exemplo, G. GURVITCH, enquanto "base material da sociedade", é fundamental para dar sentido a uma noção facilmente esvaziável como é a da população urbana. Não existindo autonomamente, a noção de população urbana funciona por contraposição à noção de população rural. Dicotomia de difícil delimitação (MINGIONE e PUGLIESE, 1987), rural e

urbano são "tipos-ideais", estabelecidos a partir de um processo que deixa de colocar "o campo e a cidade como duas realidades, mas como uma projecção, ecologicamente diferente, de uma única sociedade em contínua inovação de si-mesma" (RAMBAUD, 1969, p.9).

Substituindo a clássica dicotomia campo-cidade, a urbanização condiciona a evolução dos factos, acrescentando-os em complexidade, e conduzindo a uma mudança de perspectiva que as revoluções industrial, dos transportes e das comunicações vêm acentuar, distinguindo meios ecológicos, que, apesar de diversos, vivem sujeitos a condicionalismos que tendem a universalizar-se.

Em relação à questão das populações urbana e rural o que fica mais claro é que ao negligenciar os processos que acompanham os diferentes graus de evolução dos grupos sociais, esta dicotomia vem simplificar a vida social pela oposição de dois modos de vida em detrimento da diversidade das sociedades rurais e sociedades urbanas.

Contudo, se a designação "urbano" é relativa ao processo desencadeador, não só da acção da cidade sobre o campo e do acréscimo de população das cidades, com a chegada das populações dos campos mas, da "invenção de um modo de vida tendente à realização do homem social" (RAMBAUD); tal processo resulta, precisamente, da confrontação das próprias características ecológicas, económicas e sociais que classicamente distinguem campo e cidade. Daí que o problema da classificação das populações urbana e rural seja da maior

importância, pois que é o terreno privilegiado de interpenetração de mundos que se aproximam [cidades e campos], sendo nesta articulação determinante a questão da mobilidade das populações dos campos que há séculos se deslocam no sentido das cidades.

É neste panorama que toma lugar o crescimento urbano, processo de conquista do espaço rural "resultante da concentração numérica das formas novas da ocupação do espaço, [e] de formas novas das relações económicas e sociais" (P. GEORGE, 1972, p.383), que assume na actualidade uma dimensão nunca antes conhecida. Deste modo, a importância que as zonas urbanas, mais ou menos recentemente urbanizadas, alcançam pelo volume das populações que as habitam, conduz à necessidade de melhor apreender essa realidade difusa, o que passa pela tentativa de classificação da população aí residente (J. PEIXOTO, 1987).

Esta é uma questão da maior pertinência, se abordada em função das diferentes condições histórico-espaciais dos lugares e da multivariada composição dessa população; e na qual tem posição de relevo a caracterização da componente migratória, consoante as épocas de estabelecimento desses migrantes na zona urbana considerada, e consoante ainda as suas zonas de origem geográfica, as suas origens sociais e os percursos tomados até à sua fixação definitiva.

Precisar a importância quantitativa desta componente da população que vive na cidade - os migrantes - é uma tarefa importante, sendo nesse sentido fundamental dar

operacionalidade ao conceito "população urbana", inclusivamente testando-o no caso específico da cidade de Lisboa.

Em 1960 já a cidade tinha sofrido um importante processo de crescimento populacional e espacial. No entanto, à distância de menos de três décadas a população "urbana", referida pelo censo de então, é fundamentalmente, uma população que vivia na cidade há relativamente pouco tempo, ou mesmo que acabou de chegar à cidade ou aos seus arrabaldes.

O fenómeno tem a ver com a estrutura da sociedade global e com as suas condições de desenvolvimento. Não se industrializando e não se modificando verdadeiramente, Portugal encontra-se contingenciado por uma saída estrutural da sua população para outros destinos, o que vem evitar que processos intensos de concentração urbana surjam, a partir de centros com capacidade de resposta em termos de mercado de trabalho, como aconteceu em países hoje desenvolvidos e que tiveram na indústria e na consequente deslocação maciça de população vinda dos campos um dos factores fundamentais da sua actual condição.

Todavia, o crescimento da cidade, que se vai fazendo de forma continuada desde o último quartel do século XIX, deve-se igualmente menos ao crescimento natural do que à importância dos contingentes de recém-chegados.

Apresentando-se fundamentalmente como um espaço de recepção das populações oriundas de zonas rurais, Lisboa não se mostra como uma cidade com um núcleo de famílias de tradição urbana particularmente amplo, rareando famílias em que a permanência na cidade dos seus antepassados se faça há mais de duas ou de três gerações, ou seja, anterior à aceleração do processo de crescimento da capital, o que tem a ver com as características de uma sociedade fortemente ruralizada.

O crescimento do principal centro urbano do país, efectua-se já tardiamente no âmbito dos países europeus. Porém, esta situação não impede que nas últimas duas décadas um movimento populacional de sinal contrário se produza. São as gerações mais novas de habitantes da cidade de Lisboa, muitos dos quais já aí nascidos, tal como acontece nas redondezas da cidade, que vão progressivamente saindo da capital para vir a residir nas imediações (a Norte e a Sul do Tejo). Este facto tem reflexos no envelhecimento da população da cidade, pois não albergando um número significativo de novos moradores, Lisboa vê-se desguarnecida de uma parte da sua população mais jovem, evidenciando-se desta forma a origem rural da maioria dos seus habitantes mais idosos.

Quanto à chegada de novos contingentes migratórios esta continua a ocorrer mesmo depois de 1960, mas agora em muito menor número, e com uma maior dispersão dos recém-chegados por toda a zona urbana de Lisboa. Se ampliarmos o nosso

quadro de análise, apercebemo-nos que o entendimento do fenómeno das migrações internas, particularmente dos campos para a cidade, é central para compreender o reforçar das assimetrias populacionais entre zonas urbanas/rurais.

A questão que se nos coloca, face ao tipo de abordagem que aqui desenvolvemos, é a de saber se poderemos falar de uma população das cidades de longa permanência e enraizada. Se recuarmos o tempo de uma geração, a 1960, verificamos que 60.8% da população residente no país vive em aldeias e freguesias rurais com menos de 2000 habitantes (V.M.GODINHO, 1971, p. 182), enquanto 20.7% dos nacionais residentes habitava em centros populacionais entre 2000 e 20000 habitantes e apenas 18.3% residia em centros com mais de 20000 habitantes, representando Lisboa e o Porto, 75% destes últimos, o que corresponde a 13.3% da população total. A configuração deste país rural, ainda em 1960, dá-nos uma primeira indicação sobre o nível de urbanização verificado no nosso país e que V.M.GODINHO classifica (P.27, 1971) e A.L.VIEIRA descreve (1977).

Assim, o que se afigura como um peculiar e tardio crescimento do principal centro urbano é acompanhado pela inexistência de uma rede de cidades médias, captadoras de população rural, o que dá às maiores cidades (Lisboa e Porto) a condição de hegemónicas do fenómeno urbano em Portugal. Um aspecto que é necessário acentuar, na análise da urbanização de um país que contava então (1960) 8 milhões e hoje (1981) menos de 10 milhões de habitantes, é esta

diminuta quantidade de gente e de território, que poderão funcionar diferentemente, ao nível do impulsionamento das cidades intermédias, quando pretendemos comparar a nossa com a situação de outros países europeus (em especial a Espanha).

Se atendermos à hipótese crível de que as comunicações internas, pouco desenvolvidas, têm favorecido sobretudo a estruturação das saídas, então, esta, vem de algum modo fazer luz sobre a impossibilidade de um verdadeiro desenvolvimento das cidades interiores.

Outro aspecto que se evidencia quando tratamos das assimetrias populacionais, ainda relacionado com a distinção entre zonas rurais e urbanas, tem a ver com a distinção litoral/interior. Se a mudança de escala nos valores numéricos dos séculos XIX e XX, que identificam hoje grandes cidades, não se verifica para a capital portuguesa, este facto não impede o acentuar das assimetrias regionais dentro do País. Estas reflectem-se, em termos populacionais, no facto de 60.2% da população se concentrar em torno dos dois grandes centros nacionais (distritos de Lisboa/Setúbal e Porto/Braga/Aveiro), o que corresponde a uma reduzida faixa litoral do país.

Se a estes distritos juntarmos os de Leiria e Coimbra, que ligam os dois principais centros, temos em 1981, numa parcela que ronda 1/4 do território, concentrada 69.9% da população residente do país. Deste modo, para além da parte da explicação que as formas e os volumes diferenciados da emigração internacional detenham, importa conhecer como

dentro do território os processos de migração se foram efectivando e de que maneira: a capital centralizadora, onde residem em 1981, a nível distrital, 2 milhões de habitantes, chega a concentrar, com o distrito de Setúbal, 29.3% do total da população do continente em 1981, e mais de 1/5 da população (22.3%), isoladamente.

Noutro plano, a concentração de população em torno da cidade-capital do país tem correspondência em termos urbanos naquilo que pode ser considerado as "funções externas" (M. ROCHEFORT) de uma cidade, as quais comportam sempre uma especificidade de funções regionais e nacionais na hierarquia da rede urbana nacional. Mas há igualmente a considerar características endógenas de desenvolvimento, que fazem de cada cidade uma realidade única num quadro nacional e até internacional.

Assim, o estudo de uma cidade não diz só respeito à dimensão e à composição da sua população, antes necessita de ser articulada com a análise das funções que esta desempenha, em particular, e atendendo à estruturação da sua vida própria.

Noutra escala e refocando agora a dimensão micro da análise espacial, algumas questões se evidenciam. Há aspectos a considerar como a zona da cidade em que se instalam os recém-chegados, os contactos que os levam a empreender esta deslocação, e mesmo as condições em que aqui se fixam. Coloca-se, por conseguinte, a questão de saber que realidade social distingue espacialmente os moradores da cidade. Que

demarcações sociais se entropem, àqueles que, vindos com o desejo de ascender, vão, em muitos casos, ser colocados na base da pirâmide socio-profissional da cidade.

Tal como esta também se coloca a questão de saber como se sustentam laços antigos neste "novo mundo" em que se instalam os vindos dos campos, ou ainda, que identidades persistem, e que outras se criam, atendendo às condições particulares em que no âmbito da vida local em espaço urbano se desenvolvem as relações de interconhecimento.

A nossa análise centra-se nos problemas da cidade em crescimento, que é receptora de uma população diversificada e oriunda de variadas zonas do país, e cuja composição procuramos detectar.

Mas, para além da componente demográfica é necessário atender à componente geográfica na qual se evidenciam distinções socio-espaciais. Contrapõem-se zonas de habitação concomitantes mas distintas, as quais vão sendo edificadas ao longo dos períodos de maior pendor urbanizador, como conquista do espaço caracterizado tradicionalmente como rural. Por este processo toda a vida local se altera com a rápida edificação e a chegada maciça de novos habitantes, o que vem pôr em causa a anterior estruturação socio-espacial de núcleos habitacionais até então autónomos da cidade.

As mudanças verificadas centram-se na alteração de uma anterior estrutura espacial, definida por um tipo de ocupação específica, a que se liga um sistema de relações sociais, articulando os níveis local e global, com ritmos e práticas

sociais próprias. Estas desestruturação e reestruturação, que ocorrem em relação aos modos de viver no quadro social local, obrigam a que quando estamos perante um qualquer espaço nestas condições tenhamos em atenção a realidade que precede a concentração populacional e a edificação.

Embora este fenómeno nunca esteja separado do quadro de referência global do crescimento urbano, enquanto um todo, as particularidades locais levam a que nos centremos numa unidade espacialmente definível. Esta postura permite-nos avançar na compreensão de uma realidade complexa e multidimensionada (como é a realidade urbana) sendo os estudos parcelares o meio que nos conduz a esse aprofundamento.

Assim, atendendo a que a parcelização considera sempre o todo, é possível debruçarmo-nos sobre os feixes de problemas que nos levam das questões relativas ao espaço e à população urbana, como o são a urbanização de um espaço com características de arrabalde rural e a concentração de população de origem social e geográfica diversa, à das sociabilidades urbanas, em que pontificam a vertente da construção e a manutenção de uma identidade espacial no âmbito da cidade. Ainda na micro-escala, se revelam as redes de interconhecimento e a manifestação de sociabilidades, que acompanham os agentes migratórios na passagem de um quadro socio-geográfico para um outro, e que ligam diferentemente os vários grupos habitacionais que se definem no âmbito da vida local e no referencial ao sistema de relações urbanas.

Identificada a Cidade, nos estudos clássicos da Sociologia, com a ideia de anomia, no sentido que lhe deu E. DURKHEIM, vêm os estudos recentes da Antropologia e da Sociologia Urbana (NEWBY, 1980; SEGALEN, 1984) reafirmar o que os trabalhos dos anos 50 e 60 já indicavam quanto à estruturação das redes de interconhecimento em espaço urbano, quer entre os oriundos de uma mesma origem (CHODKIEWICZ), quer na vida local tradicional da cidade (A.F. COSTA), ou em bairros e cidades mais recentes (M. SEGALEN). Porém, o uso de diferentes conceitos, desenvolvidos por diferentes investigadores, obriga a repensar a sua utilização, tanto mais que esta é relativa a "unidades de análise" distintas, como ainda a realidades envolventes também elas diferenciadas.

A.FREMONT vem defender, na continuidade de outros geógrafos e sociólogos, a utilização do espaço social (p.35, 1974), sobretudo pela sua aceção multidisciplinar, enquanto NEWBY se preocupa com o repensar de um conceito clássico da Sociologia, o de comunidade, dando-lhe novos sentidos e procurando esclarecer realidades diversas que têm sido identificadas indiscriminadamente sob esta designação.

Outra perspectiva de abordagem é ainda, a propósito das relações estabelecidas no âmbito do mundo urbano, a que CHOMBART DE LAWVE entende por meio social que acentua a necessidade de se dirigir o investigador para o estudo de "certos grupos que têm uma importância particular no campo das estruturas sociais(meios sociais) " (1965, p.130).

Em qualquer dos casos, todavia, a dicotomia rural-urbano vem repôr um posicionamento dúbio mas útil, acentuando-se o uso que estes autores fazem, com frequência, de noções como espaço urbano e meio urbano, resultantes da aplicação dos conceitos referidos ao processo urbanizador e que ganham pertinência assim tomados; o mesmo acontecendo com o conceito de comunidade, perspectivado no quadro de uma análise multidimensionada.

Depois de passados em revista alguns dos principais conceitos formulados para a análise do espaço num contexto de cidade, detemo-nos na questão da classificação do espaço social urbano (R. LEDRUT, p.101), o qual comporta distinções de âmbito ecológico e socio-profissional. Assim, a idade do aglomerado, a zona da cidade em que se situa, as funções que desempenha no âmbito da cidade ou a composição da sua população são aspectos reveladores da especificidade de um espaço de características urbanas. Tal facto introduz-nos necessariamente na questão da diferenciação do espaço social.

Esta é característica da estruturação da cidade, vindo a evidenciar-se com a expansão do "urbano" pelos arrabaldes, através do fenómeno da edificação de tipo urbano (concentrado e em altura), como ainda em termos ecológicos, socio-profissionais e até etários.

A cidade de Lisboa, tendo características específicas, conhece um crescimento peculiar, detectado já na sequência da instalação do liberalismo novecentista em Portugal, em que a

capital se vê sujeita a um ritmo de transformações, que apenas o Porto acompanha (O.RIBEIRO, Dic.História de Portugal,p.63).

Mas é com a última guerra mundial que o autor identifica o grande surto de crescimento da cidade, que veio a estender-se até aos nossos dias, cobrindo hoje toda uma extensa área envolvente do núcleo administrativo da cidade e que nos anos 60, Orlando Ribeiro já encontra assaltada. "Em Lisboa (...) uma das mais significativas imagens de transformação dos países rurais da velha Europa, a transgressão urbana alastra compacta sobre a horta e o sequeiro do agricultor saloio. A residência, a indústria, o veraneio constituem, dominantes ou combinados, os estímulos que transformam as duas margens do estuário do Tejo, o litoral da baía de Cascais e a área norte da cidade numa grande região urbana, que conta cerca de 1400000 habitantes, um sexto da população do país" (p.64).

Esta realidade recorta-se, todavia, no seu interior de diferentes tonalidades em que a construção de bairros de tipo operário e popular contrastam com os símbolos urbanos de modernidade das habitações de grupos sociais em ascensão. O crescimento da cidade, esse particularmente, faz-se em grande medida à conta dos "bairros pobres" que são o destino residencial, periférico, de uma população vinda dos campos, que vai chegando maciçamente, bordejando continuamente o limite habitacional da área urbana da cidade.

Lisboa cresce, com a proliferação dos pátios, das casas e dos quartos partilhados, residindo a maioria dos seus

habitantes nas "vilas", nos bairros improvisados, que com o crescimento já vivido entre as Guerras e com a extensão da rede de transportes urbanos a zonas mais longínquas do centro, se vê relegada a habitar cada vez mais longe da área central.

A ocupação das antigas periferias evidencia, para além do contraste entre as novas zonas edificadas da cidade, de características diversas, a transformação do "habitat" dos antigos moradores e a transposição de populações vindas de meios rurais, ou de outros meios, para um "novo" espaço onde vêm reestruturar a sua vida familiar. Ficamos assim perante a questão de saber como persistem os laços dos chegados à cidade com o espaço de origem, e pelo facto de serem maioritárias nestas áreas, de que modo se perpetuam as suas anteriores práticas sociais neste outro contexto.

Fica ainda por saber como se estruturam as relações a nível local, neste novo espaço de residência, atendendo às modificações materiais da vida dos indivíduos, que em termos de vizinhança se vêem sujeitos a um diferente enquadramento daquele que têm por referência.

Sendo esta uma realidade peculiar no quadro urbano, a da indefinição espacial entre uma tradição rural, ainda viva, e a recente história da sua urbanização, encontra-se marcada pela forma como a ocupação de um espaço com estas características se faz e pela população que a ela acorre, na maior parte das vezes, incompatibilizada com o acesso a habitações caracteristicamente urbanas (A.N.ALMEIDA, 1984).

A interpenetração do "rural" e do "urbano", e em especial a penetração do "rural" na constituição do "urbano", é visível na composição da população das cidades. Esta interpenetração tem continuidade nas questões espaciais tomadas no quadro das relações vividas localmente, e que se desenvolvem com o instalar desta população na cidade. Daí ser difícil dissociar o que ainda é rural do que já é urbano dado que o que encontramos, efectivamente, são modos de vida marcados por quadros sociais de referência. Há que considerar os percursos individuais de deslocação espacial, as origens e os trajectos sociais. Há ainda que atender à dependência de grupos regionais, profissionais, locais e outros, que tendem a integrar diferentemente os oriundos de zonas rurais em meio urbano.

Esta questão é também colocada, mesmo em cidades de grande dimensão como Paris, Londres e Nova Iorque, tendo investigações de diverso tipo revelado a importância do interconhecimento em meio urbano, inclusive assente em grupos de originários de um mesmo lugar ou zona (vd. referências em NEWBY, 1980; SEGALIN, 1984).

2. MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

O primeiro passo, crucial na definição de uma metodologia sociológica, é o da delimitação dos objectos. Só assim, o

investigador estará capacitado para escolher, entre os múltiplos métodos e técnicas utilizados em Ciências Sociais, os que melhor se adequam à sua pesquisa concreta.

Deste modo, a nossa unidade de análise foi definida a partir de vários critérios. Preocupou-nos, em primeiro lugar, encontrar uma pequena unidade territorial, com algum grau de homogeneidade imediatamente perceptível no construído e na população, e que tivesse uma delimitação geográfica evidente. Corroborando estas características, quanto à delimitação da unidade de análise, assinala-se que a edificação ao Rego se encontra separada de outros aglomerados habitacionais por várias fronteiras artificiais, de que se salienta a linha do caminho de ferro. Como indicam P.HAUSER e J.MATRAS (1965,p.25) acerca da delimitação de unidades territoriais para análise " há geralmente interesse em definir essas zonas conforme os caracteres físicos ou traços distintivos da utilização da terra, como por exemplo as fronteiras naturais, rios e cursos de água, ou as fronteiras artificiais relativamente permanentes, tais como o caminho de ferro ou as artérias de grande tráfego".

Se ao escolher a unidade de análise nos preocupou que esta tivesse uma certa homogeneidade local, a explorar, e uma clara delimitação espacial, não deixámos, todavia, de considerar fundamental contextualizar a edificação e a população deste espaço, pela comparação com uma unidade vizinha, significativa da realidade envolvente. Utilizando o critério da contiguidade territorial (P.HAUSER e

J. MATRAS, p. 27) propusemo-nos estudar comparativamente a nossa unidade de análise (o Bairro do Rego), sem perder de vista a realidade de um aglomerado diferentemente estruturado espacial e populacionalmente, e que representa na zona e na época de construção, a orientação do próprio crescimento urbano (as "Avenidas Novas").

Por fim, saliente-se que o entendimento que temos deste espaço enquanto bairro é interrogativo, no sentido em que, recuperada a noção de "quartier" de R. LEDRUT (1968, cap. I, 2ª parte), tivémos como ponto de partida a homogeneidade inicialmente perspectivada do aglomerado, a qual nem sempre se verifica, como a própria estruturação do edificado local veio a confirmar, e que inclusive se estende em relação à composição populacional. Daí, que o que se entende por bairro se sustente nesta inicial delimitação espacial, estruturadora de uma vida local peculiar, que o processo de crescimento urbano tratou de diferenciar de outras zonas mas também de reduzir na sua eventual homogeneidade.

Quanto à delimitação temporal da nossa análise, considerámos primordial cobrir todo o período ao longo do qual decorre a vida do bairro do Rego. Deste modo, inicia-se o estudo com o despontar do século (1900), numa fase ainda anterior ao início da edificação, sendo esta continuada até aos nossos dias (1985). Explica-se esta opção visto pretendermos analisar este espaço enquanto zona de sujeição às alterações provocadas pela urbanização e com a chegada maciça de uma população exógena, procurando, assim, detectar

continuidades e rupturas no quadro "morfológico" local.

O próprio prosseguimento da investigação leva-nos a buscar diversos métodos, conciliados, de modo a obter um resultado final satisfatório.

Inicialmente propusémo-nos testar a rentabilidade na exploração do ficheiro de Recenseamento Eleitoral da freguesia de Nã Sã de Fátima (1985), tendo em vista conhecer a dimensão e as origens geográficas da população migrante aqui residente. Contudo, cedo nos apercebemos da limitação e insuficiência de dados que daí poderíamos retirar. No essencial, possibilita o estudo de uma questão, quase nulamente tratada que é a da composição, por zonas de origem, da população da cidade, o que nos permite, desta forma, dimensionar objectivamente o fenómeno.

A definição do panorama da população adulta residente nas unidades de análise que tratámos comparativamente mostra-se, porém, bastante insuficiente. Sem compreender o modo como estes espaços evoluíram, do ponto de vista urbano, dificilmente seria possível entender a realidade das sociabilidades aí estabelecidas assim como dos processos migratórios que tiveram como destino estes espaços.

Vocacionando a nossa análise, exclusivamente em torno do Bairro do Rego, num segundo momento, optámos pela recolha de outros tipos de informação. Com a mesma preocupação extensiva, de cobrir toda a realidade em termos de exaustividade estatística, como acontecera com o Recenseamento Eleitoral, levantámos toda a informação

existente sobre a edificação do bairro nas Actas da Câmara Municipal de Lisboa entre 1900 e 1985.

Esta recolha permite-nos levar por diante uma análise da ocupação do espaço e das relações suscitadas entre os vários intervenientes, que remonta à fase da pré-edificação. Deste modo, cobrimos a questão fundamental da edificação em espaço sujeito a uma progressiva urbanização e as implicações, em termos de relações sociais que a estruturação de uma zona urbanizada envolve.

Simultaneamente procurámos conjugar esta análise com uma outra, mais intensiva, e orientada para o aprofundamento das questões suscitadas pelo desenrolar da pesquisa. Dai que tivéssemos optado por recolher "histórias de vida" que nos permitiram reunir extractos da realidade vivida no local, através de informadores privilegiadamente colocados para a esta se referirem, quer pelo facto de terem participado activamente na vida local, quer por aí residirem há muitos anos.

Os elementos recolhidos através de um guião aberto dizem respeito à percepção do espaço físico e social e à produção das relações e estratégias de interconhecimento.

Numa fase posterior apercebemo-nos da utilidade de completar a informação sobre a diferenciação social da população residente no Bairro do Rego e das Avenidas Novas através da sua caracterização socio-profissional. A possibilidade surgiu através do levantamento dos dados disponíveis acerca das profissões no Recenseamento Eleitoral

de 1925 e do ficheiro dos alunos da Escola Primária local entre 1944 e 1958.

Esta exaustiva recolha de materiais e o tratamento a que obriga não pode deixar de ser acompanhada da reflexão sobre o próprio processo de investigação, permitindo-nos, assim, em relação aos dados, a necessária distância crítica. Nesse sentido contribuíram ainda as entrevistas informais a moradores ou conhecedores da vida do bairro assim como a nossa observação do espaço e dos factos e, sobretudo, a cartografia da zona.

2ª PARTE

A CIDADE A CONQUISTA DAS QUINTAS EM REDOR:
UM PERCURSO DA URBANIZAÇÃO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO
(1900-1950)

INTRODUÇÃO

A cidade de Lisboa conheceu no seu último século de vida um processo de crescimento generalizado, que a torna hoje irreconhecível aos olhos de um observador de meados do século passado (J.GASPAR, 1975; R.S.BRITO, 1976; J.A.FRANÇA, 1980).

A capital portuguesa foi palco de sucessivas fases de crescimento acelerado que são, no entanto, reduzíveis a dois momentos fundamentais. Um primeiro preenche o último quartel do século XIX e corresponde a uma fase de incremento industrial então vivida, reflectindo-se esta na proliferação de bairros operários e de características populares, e que se estende até aos primeiros anos do nosso século. Um outro é marcado pela remodelação urbana, centrada na pessoa de Duarte Pacheco (V.M.FERREIRA; 1986) e que corresponde à apropriação pela Câmara Municipal de Lisboa dos espaços vazios da cidade, permitindo a partir dos anos 30 a expansão do espaço urbano, o que se processa até aos anos 60.

Esgotadas as possibilidades de construção no interior dos limites administrativos do concelho, o crescimento urbano ultrapassa tais parâmetros para se espriar por toda uma vasta "zona metropolitana" em que vivia, aquando do Censo de 1981, perto de 1/3 da população do país.

Neste contexto, as "Avenidas Novas", explorando a orientação Norte, foram um dos eixos principais da expansão do construído urbano do início do nosso século,

estendendo-se hoje o edificado urbano nessa direcção para lá de Loures.

Planeada já no final do século passado com Ressano Garcia, esta zona da cidade, que ainda hoje é conhecida por este nome - AVENIDAS NOVAS-, compreende uma área indefinida de ocupação espacial de tipo urbano [HAUSER e MATRAS, 1965], a qual foi, até à fase de concretização deste projecto, um arrabalde da cidade.

Situada então fora dos limites da cidade estava-lhe destinada o desempenho de funções de abastecimento e passagem de alimentos para a capital como ainda o de espaço de recreação dos cidadãos, segundo nos informa a literatura sobre Lisboa e os documentos relativos à edificação na cidade da C.M.L.. É com a aprovação do Plano Geral de Melhoramentos de 1904, que incluía estas novas artérias, que se dá início à edificação urbana do local - concluída na sua estrutura actual nos anos 40.

Implantam-se as "Avenidas Novas" numa área com características de arrabalde rural, que segundo L. MUMFORD se distingue simultaneamente da cidade e do campo (1), e que é constatável através da estrutura ocupacional dominante - as quintas-. Esta circunstância é, porém, com frequência esquecida nos nossos dias quando ao falar-se da penetração do urbano em zonas de características rurais não se lembra que zonas hoje tidas como "parte da cidade", e já anteriormente inseridas na rede urbana (2), pertenceram até época recente, na perspectiva de longa duração, ao domínio

dos espaços rurais(3).

Construído na sua grande parte entre os primórdios dos anos 10 e o final dos anos 30, o bairro ao Rego implanta-se nesta vasta área dependente de um espaço central, que planeado pelas autoridades municipais como polo dinamizador do crescimento da cidade, se distingue das ~~á~~planeadas implantações vizinhas. Este posicionamento de ambas as unidades espaciais permite-nos que as abordemos comparativamente (2ª Parte, cap. I), procurando detectar o que entre as "Avenidas Novas" e o "Bairro ao Rego" se assemelha e se distingue.

Mas, o continuado processo de crescimento da cidade faz-se sentir significativamente neste contexto local, vindo modificar a vida das populações. Assim, do ponto de vista da ocupação espacial é a construção do Hospital de Santa Maria, inaugurado em 1953, que vem alterar o tipo de isolamento relativo do bairro, o que está ligado ao desenvolvimento das vias rodoviárias para acesso às instalações hospitalares, em particular, e de ligação entre o centro urbano e as periferias cada vez mais longínquas, em geral.

Do ponto de vista demográfico o período mais contemporâneo interrompe o relativo isolamento social da sua vida colectiva com a chegada de populações distintas das que tradicionalmente aí se haviam instalado. Tal tendência coincide com as alterações profundas que a vida da cidade conhece, em especial a partir dos anos da guerra de 1939-45, e que, no dizer de R.S. BRITO (1976, p.58) vem colidir com a

"pequenez e (o) provincianismo" característicos da cidade anterior. Tem esta tendência continuidade nos anos 50 com a aceleração do crescimento desordenado das aglomerações e a persistência da incontida fuga dos campos para a cidade (J.GASPAR, 1975, p.126) a que correspondem novas direcções para o crescimento urbano.

Podemos dizer, por fim, que a remodelação a que foi sujeita esta zona e o conseqüente reajustamento do espaço físico e social do bairro, a que está ligada a construção do Hospital de Santa Maria, são elementos da maior importância que nos levam a distinguir duas fases nesta análise de incidência sócio-espacial.

Numa primeira fase (2ª Parte, cap.II) ocorre a constituição do bairro e a estruturação da vida local no contexto da nova ocupação espacial, situada temporalmente entre 1900 e 1950. Num segundo tempo, que retomaremos na Parte posterior, assiste-se às modificações na estrutura de ocupação espacial entretanto definida, a que a implantação da instituição hospitalar não é alheia.

CAPÍTULO I

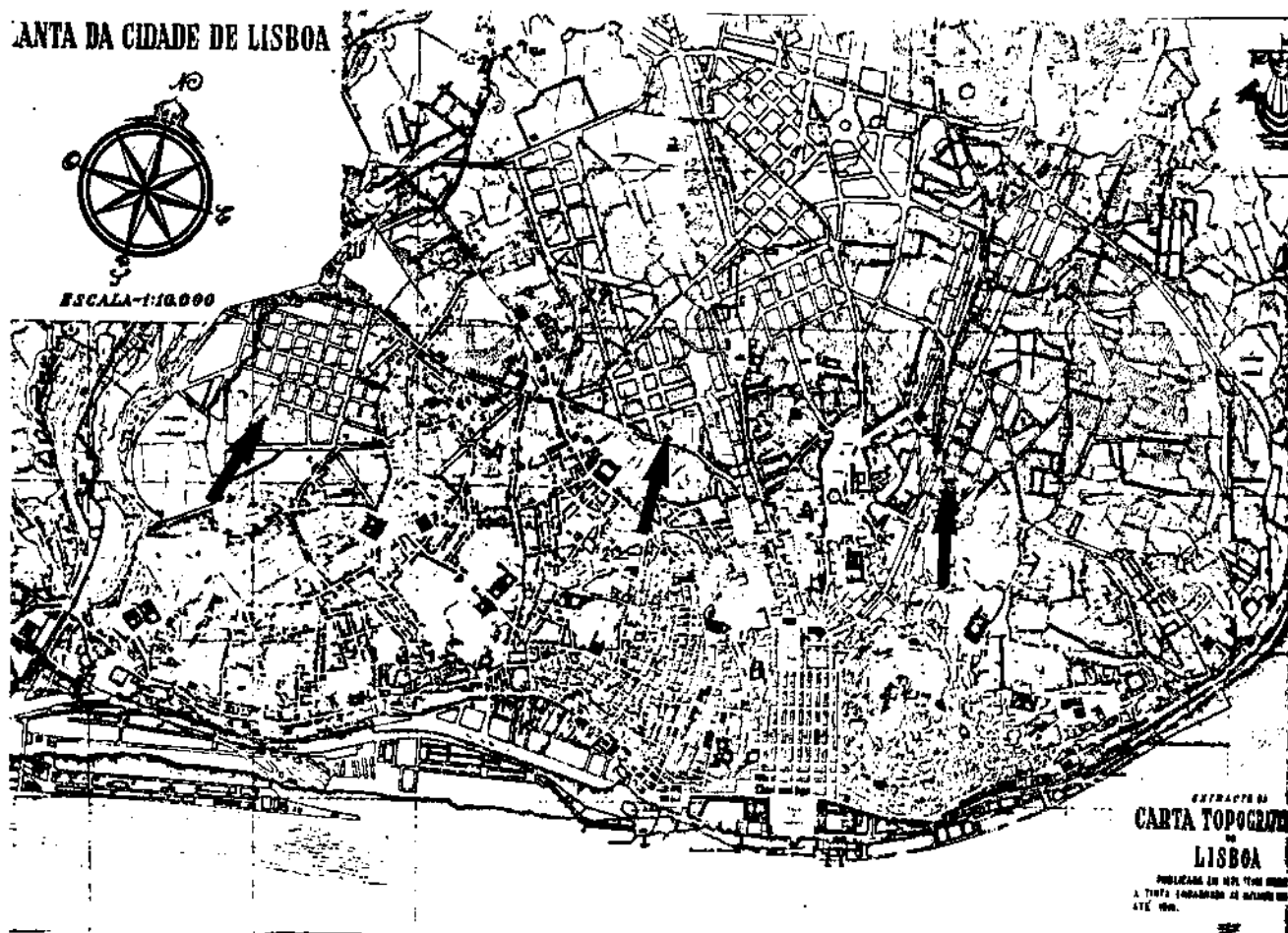
CRESCIMENTO URBANO, DISTINÇÕES SOCIAIS E DIFERENCIAÇÕES ESPACIAIS

1. A "Cidade Nova" e as Avenidas Novas: uma zona extensa e indefinida

O século XX traz consigo o desafio da construção de uma "cidade nova". Nas palavras de J.A. FRANÇA (A arte em Portugal no século XIX, 2º vol., p.124) "o capital começava a disciplinar-se, dentro de quadros de uma economia realista, já empenhada numa definição industrial", criando-se assim a "primeira oportunidade da vasta estruturação urbana depois do programa pombalino" (p.123).

De facto, as modificações no traçado urbano sucediam-se, como se constata na revisão da planta de Lisboa de 1871 em 1911 (vd. Figura nº 1). Neste período a cidade avança em vários sentidos. Numa orientação, a Avenida da Liberdade é concluída, surgindo diversos bairros ao longo do seu percurso, sendo ainda urbanizada a zona em torno do Parque Eduardo VII, que liga a Rotunda do Marquês à Praça Duque de Saldanha. Noutras direcções a expansão faz-se através da Avenida D.ª Amélia (Almirante Reis) e com a concretização do Bairro de Campo de Ourique.

FIGURA Nº 1 - Revisão da Planta da Cidade em 1911, tendo por base a Planta relativa a 1871



in: J.A. FRANÇA, A arte em Portugal no século XIX, 2ºvol., p.124

NOTA: as setas são da nossa autoria e pretendem identificar as áreas de expansão da cidade.

O eixo que une a Rotunda ao Saldanha destaca-se dos demais pelo tipo de construção aí praticada. Afirma o referido autor que a cidade progredia agora "para norte-nordeste, com as Avenidas Novas, bairro de luxo, em prédios de rendimento e palacetes de capitalistas e negociantes ligados às colónias..." (p.125). No entanto, a edificação destas novas ruas, este esforço de planeamento do construído, em que pontificam as "moradias desenhadas pelos melhores architectos", é confrontada com o surgimento de novas zonas de habitação nas redondezas das áreas de preferência dos grupos sociais mais abastados. A miragem de uma cidade arquitectural é de pouca dura, sucumbindo esta perante a proliferação de construções de todo o tipo que albergam, em redor dos lugares "eleitos" para os arrojados da Modernidade, crescente número de habitantes "encaixotados" por "mestres-de-obras e curiosos" dispostos ao lucro fácil.

É porém, nas décadas seguintes, quando já está definido o espaço principal de ocupação desta burguesia a residir fora do centro tradicional, que se estabelece a nomenclatura "Avenidas Novas" a qual designa uma vasta área de construção. Abrange não só as artérias planeadas como também os bairros construídos na sua periferia, e nesta direcção de crescimento (caso de aglomerados de tipo industrial), que aparecem assim identificados, por proximidade geográfica, nesta nova área urbana.

A indefinição começa pelo facto do intitulado "Bairro das Avenidas Novas" não apresentar uma delimitação segura face

ao exterior. Estende-se pelos dois lados da artéria central (Av. da República), encontrando-se ligado a outras áreas de habitação, e tendo como principal característica comum: a orientação no edificado. Correm as suas Avenidas até Entrecampos, se bem que estejam fragilmente delimitadas aquém por Palhavã, o Campo Pequeno e o edifício do Instituto Superior Técnico.

Todavia, são estas artérias rasgadas pela mão do planeador (mais largas, longas e funcionalmente estruturadas) que se vão tornar o referente desta zona, então fracamente urbanizada; apesar de mesmo aqui, na zona central desta nova área de construção, as artérias, ainda incompletas, serem durante muito tempo penetradas por quintas e azinhagas marcadas pelo ritmo da ruralidade.

O bairro ao Rego, esse, construía-se à margem. Embora na dependência directa das Avenidas, orientadoras do crescimento da cidade, direcciona-se de modo diferente. A sua localização periférica, com continuidade para a zona de Palma, assemelha-a a outras áreas do domínio rural do limiar da cidade. Porém, a especificidade desta localização, no confinamento do polo de urbanização referido, cedo conduziu a que as suas quintas fossem progressivamente ocupadas por indústria e população, em particular operária, o que lhe veio dar um cunho social diferenciado do espaço urbano confinante.

2. Proximidade espacial e distinções profissionais - as populações ao Rego e das Avenidas Novas

Afirmam J.C. CHAMBOREDON e M. LEMAIRE que "para definir verdadeiramente a população dos grandes aglomerados e para caracterizar as categorias diversas que compõem essa população, não é a comparação abstracta (...) que se tem de recorrer, mas à comparação com outras unidades de habitação e especialmente a outros bairros da mesma cidade"(1970, p.4).

Foi nesse sentido que procurámos tratar os dados relativos aos grupos profissionais que habitavam o "Bairro ao Rego" no ano de 1925, aquando do Recenseamento Eleitoral, utilizando como termo de comparação as "Avenidas Novas".

Apesar de ser dos mais amplos da época, este recenseamento exclui os homens menores de 25 anos, as mulheres e os analfabetos, não nos sendo igualmente fornecidos elementos sobre a "naturalidade" destes. No total recolhemos informação acerca de 1396 recenseados, 241 dos quais na área onde actualmente se encontra implantado o Bairro do Rego (vd. Anexo nº 1).

Comparando estas duas unidades de análise salienta-se, desde logo, o facto destes dois espaços próximos se encontrarem diferentemente ocupados quer do ponto de vista do espaço físico quer da vida colectiva.

Assim, distinguem-se claramente os arruamentos



delimitados das Avenidas Novas, dos edifícios e barracões isolados instalados nas quintas ao Rego (vd. Figura nº 2). Igualmente, se diferenciam as funções desempenhadas pelas avenidas centrais, com uma diversidade de actividades comerciais já especializadas, do bairro com poucas casas de comércio, quase sempre de tipo multifuncional. Quanto às diferenças a nível das profissões, essas só uma análise comparada entre as duas unidades espaciais as poderá demonstrar.

a) continuidade espacial nas actividades profissionais

A noção de diferenciação no espaço (R. LEDRUT) aparece vulgarmente associada às diferenças que a proximidade espacial (CHAMBOREDON, LEMAIRE) ao invés de reduzir, estimula. Deste modo, a produção de diferenciações no espaço, quanto às categorias sociais que compõem a população que os habita, é particularmente rica, não excluindo a hipótese de co-existirem indivíduos distintamente posicionados na hierarquia social num mesmo espaço construído.

Todavia, partimos do pressuposto teórico de que a população do "Bairro das Avenidas Novas" seria totalmente diversa da do "Bairro do Rego". Este pressuposto apenas tem validade para testar a distância social que se estabelece entre duas unidades de habitação concomitantes. No nosso caso, tal como encontramos no estudo de CHAMBOREDON e



FIGURA Nº 2 - Planta da cidade recolhida pelos serviços da C.M.Lisboa entre os anos de 1907 e 1910. Parte referente à área do Rego e das Avenidas Novas

Escala: 1/

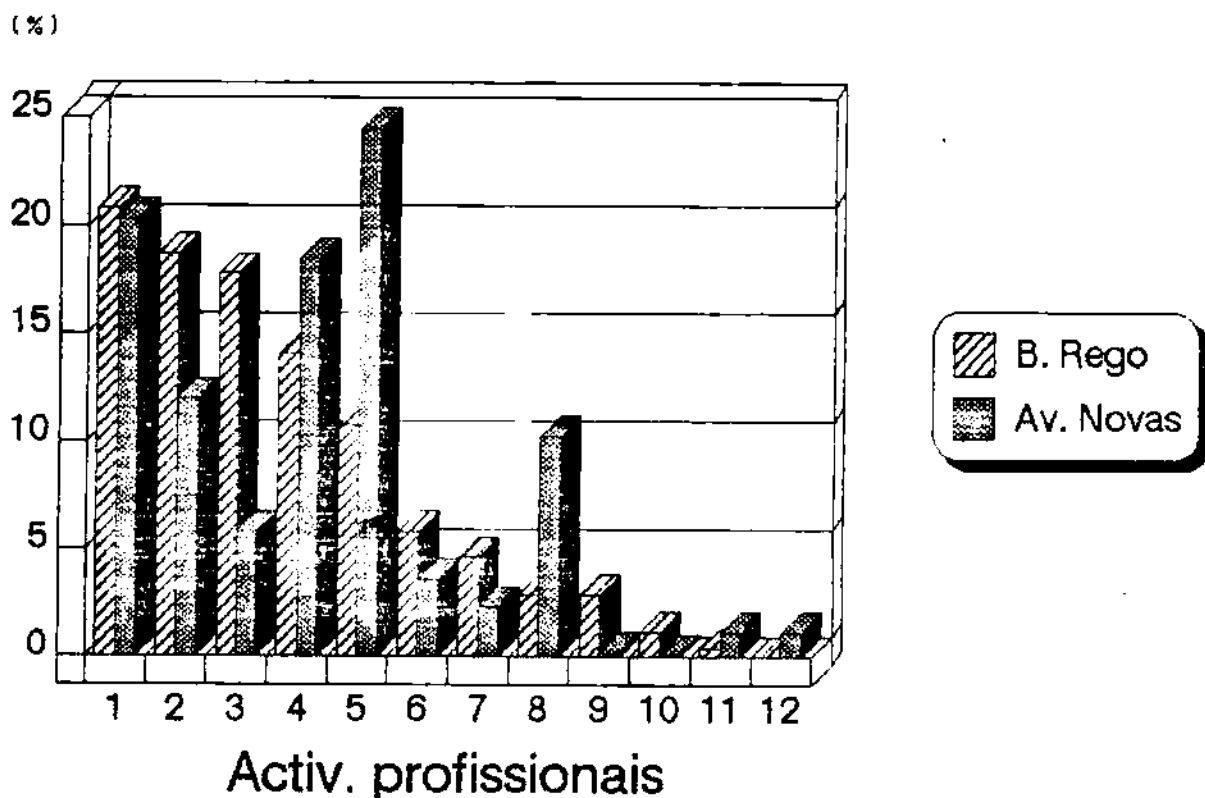
Fonte: Arquivo Histórico da C.M.Lisboa

LEMAIRE, estruturámos uma hierarquização, de tipo empírica, a partir de três categorias (superior, médio e inferior) amplas e abertas e em relação às quais estabelecemos o lugar de cada indivíduo profissionalmente caracterizado.

Em primeiro lugar, procurámos saber em que actividades profissionais se empregavam os nossos recenseados. Agrupámos as suas profissões em sete actividades: "forças militar e de segurança" (exército, polícia), o comércio, a construção civil, as "profissões liberais" (médicos, engenheiros e professores), o "funcionalismo" (estatal, camarário e privado), a indústria, os "serviços de interesse local" (sapateiros, barbeiros...) e, finalmente, os trabalhadores "sem qualificação" que prestam serviços de apoio a algumas das actividades referidas (moços, aprendizes...).

Embora todas estas actividades profissionais estejam representadas quer no "Bairro do Rego" (constituído então pela Rua da Beneficência, a Rua Neves Piedade -hoje Filipe da Mata- e edificações isoladas nas quintas situadas na área actual do bairro) quer nas "Avenidas Novas" (11 avenidas principais e a Rua de Entrecampos), a proporção que algumas destas alcançam em detrimento das demais evidencia uma diversidade de situações entre os dois locais (vd. Figura nº 3 e Quadro nº 1).

FIGURA Nº 3 - Peso comparado das diversas actividades profissionais dos homens em 1925 no Rego e nas Avenidas Novas



ACTIVIDADES PROFISSIONAIS

1- Forças Militar e de Segurança

7- Indústria

2- Construção Civil

8- Profissões Liberais

3- Sem Qualificação

9- Serv. Hospitalares

4- Funcionários

10- Agricultura

5- Comércio

11- Individuais

6- Serviços Locais

12- Outros

QUADRO Nº 1 - Peso comparado das diversas actividades
profissionais

	BAIRRO REGO	AV. NOVAS	TOTAL
FOR. MIL. S.	20.8	20.3	20.3
CONSTRUC.	18.7	12.0	13.2
S/QUALIFI.	17.8	5.8	7.8
FUNCIONAR.	14.1	18.5	17.7
COMÉRCIO	10.8	24.5	22.1
SER. LOCAIS	5.8	3.6	4.0
INDUSTRIA	4.6	2.3	2.7
P. LIBERAIS	2.9	10.3	9.0
S. HOSPITA.	2.9	0.2	0.6
AGRICULTU.	1.2	0.1	0.3
INDIVIDUA.	0.4	1.2	1.1
OUTROS	0.0	1.2	1.0

Apesar de não estarmos perante realidades opostas nos dois espaços em análise, a variação das proporções que as várias actividades profissionais atingem, comparando um caso com o outro, leva-nos a avançar algumas hipóteses acerca das distintas realidades profissionais com que nos deparamos.

No que respeita aos eleitores que se empregam nas "forças militar e de segurança" encontramos uma semelhança na proporção que estes atingem no "Bairro do Rego" e nas "Avenidas Novas" em relação ao total da população recenseada. No entanto, enquanto o peso desta actividade nas

últimas é constituído fundamentalmente à custa dos militares, no bairro, este resulta da concentração de polícias aí residentes.

Já com o comércio a situação se revela bem diferente, duplicando a percentagem dos indivíduos ligados a esta actividade nas "Avenidas" em relação ao Rego. Tal diferença é provalvemente relativa ao facto de nos confrontarmos com dois tipos de urbanização, que têm a ver com a dicotomia bairro burguês/bairro operário, e implicitamente com ocupações comerciais diversas, criando-se, assim, as condições para que nas "Avenidas" se desenvolva o comércio especializado mas também, pela maior proporção de estabelecimentos existentes, que aqui se instale um contingente mais volumoso de indivíduos ligados ao comércio. Em contrapartida, o peso dos trabalhadores "não-qualificados", indicador de trabalho braçal sem qualquer especialização e pior remunerado, é substancialmente superior no Rego (17.8% contra 5.8% nas "Avenidas").

Vêm os dados relativos a estas duas actividades corroborar a ideia de realidades socio-profissionais bem distintas, sendo a especialização, em termos da actividade em que se encontram inseridos os recenseados, - veja-se ainda a diferença percentual das "profissões liberais" nos dois casos -, muito mais acentuada entre os residentes nas "Avenidas Novas" do que no "Bairro do Rego". Esta característica, própria das sociedades urbanas, vem desde

logo apetrechar melhor, quer profissional quer socialmente, os seus residentes perante outros, levados a trabalhar e a residir em situações menos favorecidas.

b) Variação do peso das actividades profissionais por rua

O facto de indivíduos que se inserem na mesma actividade profissional, ou que pertencem à mesma categoria socio-profissional, habitarem em espaços socialmente diferenciados não invalida que se possa dizer que condicionalismos sociais interferem na escolha que os diferentes grupos populacionais fazem em relação ao espaço a habitar. Desse modo, a possibilidade que as camadas económica e socialmente mais favorecidas têm de escolher o local onde pretendem habitar, contrasta com a incapacidade económica que os menos favorecidos têm para suportar o preço dos arrendamentos, o que vem seleccionar, num processo quantas vezes inconscientemente produzido, os moradores que irão habitar um dado local. Não sendo linear o modo como se processa esta distinção, encontramos heterogeneidades no interior das unidades de análise que são reveladoras de zonas de dominância de habitação de certos grupos sociais e/ou profissionais.

A análise da variação do peso das actividades profissionais por rua permite-nos percepção das áreas de instalação dos grupos profissionais abordados no quadro local das Avenidas Novas e do Rego. Pela população do "Bairro

ao Rego" entendemos os moradores da área da rua da Beneficência e da rua Neves Piedade e ainda os que se encontravam dispersos por uma zona de quintas, caminhos e azinhagas em redor destes arruamentos.

Nas duas ruas principais evidencia-se o peso das "forças militar e de segurança" (vd. Quadro nº 2), sobretudo de polícias na rua da Beneficência e de militares (oficiais e sargentos) na rua Neves Piedade. No plano logo imediato surge a população ligada à construção civil, em especial os operários, sendo o seu peso mais elevado na rua da Beneficência. Quanto aos outros habitantes recenseados, que designámos por dispersos, são na sua maioria trabalhadores não-qualificados, do mais baixo nível profissional, a que se seguem em proporção os ligados à construção civil, só depois aparecendo os que se empregam no exército e na polícia.

Neste espaço, ao Rego, nota-se fundamentalmente a distinção entre os que vivem no edificado urbano (arruamentos) e os que habitam na zona "não edificada" (dispersos). Contrastam o peso dos não-qualificados numa e noutra área, funcionando aqui a distinção centro-periferia em relação à zona edificada do bairro, o que faz coincidir as distinções de ordem espacial e socio-profissional.

Porém, em termos globais, duas actividades profissionais parecem ter a maior representatividade entre a população instalada nesta área em 1925. Assim, os indivíduos ligados às "forças militar e de segurança" partilham sempre com a construção civil os lugares cimeiros das actividades mais

frequentes entre estes moradores.

QUADRO Nº 2 - Principais actividades profissionais dos
homens em 1925, por agrupamentos
residenciais no Rego

		:-----:-----				
		:(%)no total:	1ªact	2ªact	3ªact	4ªact
		: do bairro:	___prof	___prof	___prof	___prof
		:-----:-----				
(bairro)	:	:	MILIT	CONST	FUNC	COMER :
N. PIEDADE	:	23.2 :	28.6	19.6	17.9	12.5 :
(rua)	:	:	MILIT	CONST	COMER	S/QUA :
BENEFICEN.	:	40.3 :	19.6	17.5	16.5	16.5 :
	:	:	S/QUA	CONST	MILIT	FUNC :
DISPERSOS	:	36.5 :	26.1	19.3	17.1	11.4 :
:-----:-----						

No caso das "Avenidas Novas", a análise torna-se mais complicada, sobretudo pela quantidade de ruas que comporta. Uma primeira tendência, todavia, se detecta: 3 actividades profissionais se encontram invariavelmente mais representadas quase invariavelmente - as "forças militar e de segurança", sobretudo à base dos militares, os funcionários e o comércio. Tal preponderância apenas é momentaneamente quebrada pela construção civil e as profissões liberais (vd. Quadro nº 3).

QUADRO Nº 3 - Principais actividades profissionais dos
homens em 1925, por rua (Avenidas Novas)

	: % no total:	1ªact	: 2ªact	: 3ªact	: 4ªact				
	: das Ave.:	prof	: prof	: prof	: prof				
5 OUTUBRO	: 11.8	:Ml 23.5:	Co 23.5:	Fu 16.9:	CC 10.3				
B. BOCAGE	: 2.8	:Co 31.3:	CC 21.9:	Fu 18.8:	PL 15.6				
AV. BERNA	: 4.6	:Fu 24.5:	Co 22.6:	Ml 18.9:	CC 9.4				
C. VALBOM	: 4.1	:Ml 27.7:	CC 25.5:	Fu 17.0:	SQ 10.6				
D. D'AVILA	: 10.1	:Co 33.3:	Ml 17.1:	Fu 17.1:	PL 12.8				
E. GARCIA	: 14.8	:Co 28.1:	CC 20.5:	Fu 15.8:	Ml 12.3				
ENTRECAM.	: 4.8	:Ml 23.2:	Co 17.9:	Fu 17.9:	CC 16.1				
J. CRISOST.	: 10.0	:Ml 25.0:	Fu 22.4:	Co 20.7:	PL 13.8				
M. BOMBAR.	: 7.1	:Fu 25.6:	Ml 19.5:	Co 15.8:	PL 12.2				
M. TOMAR	: 5.2	:Ml 36.7:	Fu 21.7:	PL 11.7:	Co 8.3				
AV. REPUBLICA	: 14.3	:Co 32.1:	Ml 17.0:	Fu 15.8:	PL 14.5				
V. VALMOR	: 10.4	:Co 27.5:	Ml 22.5:	Fu 16.7:	CC 12.5				

Distintamente do que acontece, em termos profissionais, com os habitantes ao Rego, entre os residentes nas Avenidas Novas conta-se um peso maioritário de comerciantes e de militares. Se a estes, ainda, associarmos o peso dos funcionários, somos levados a pensar que as Avenidas Novas dispõem de um estatuto de espaço urbano "terciarizado" distinto da zona onde maioritariamente habitam polícias e

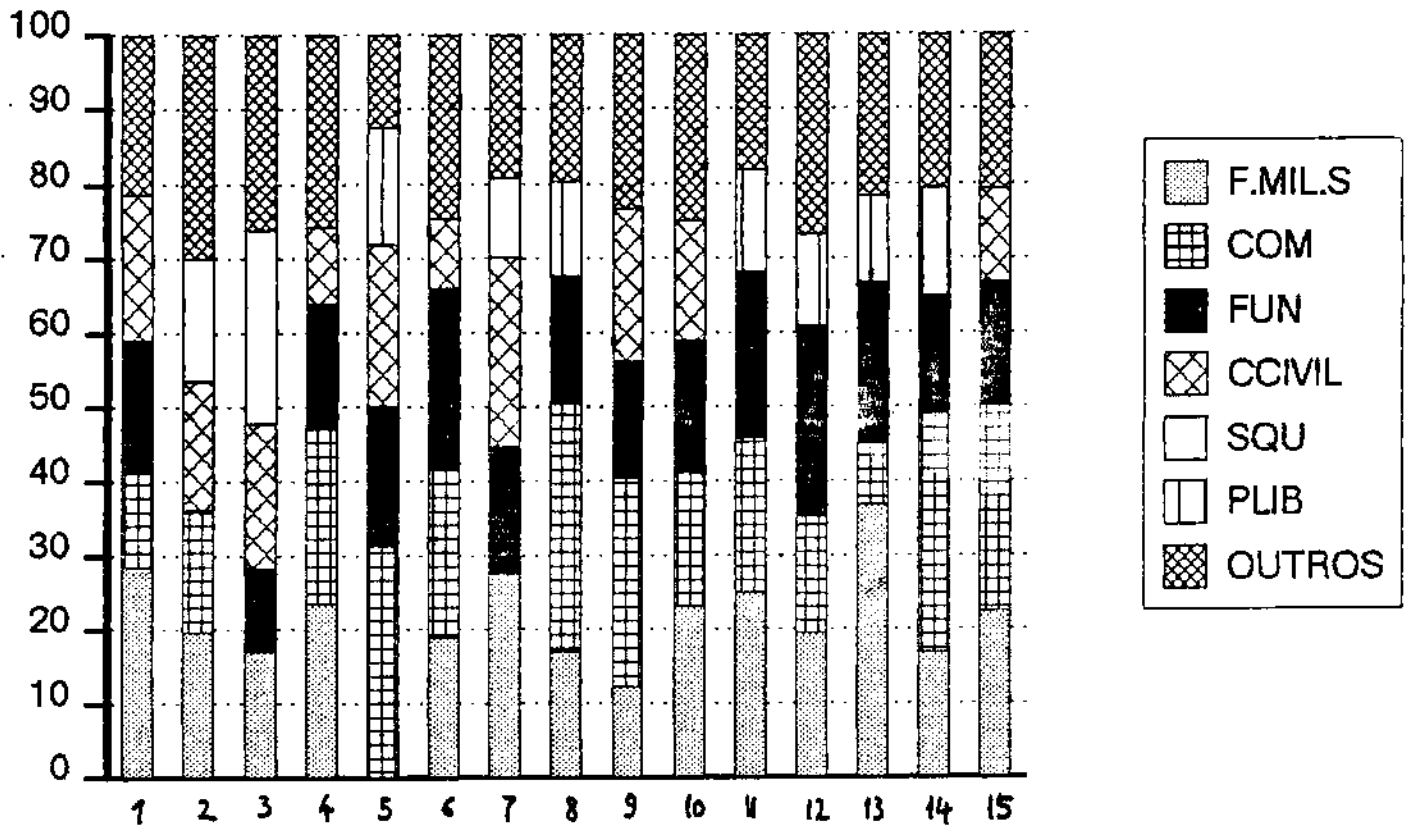
operários da construção civil como é o Rego.

Observando o que se passa nas principais artérias das Avenidas Novas (Avenida da República, Avenida 5 de Outubro, Avenida Duque de Avila, Avenida Visconde Valmor, Avenida João Crisóstomo) confirmamos que o peso combinado das actividades referidas (comércio, funcionários, forças militar e de segurança) é absolutamente maioritário, o que ainda é verdadeiro no caso da Avenida Elias Garcia, única excepção onde o peso dos indivíduos ligados à construção civil se destaca. Este panorama que é dominante em todas os arruamentos classificados como Avenidas Novas, reflecte a importância de um tipo de trabalhos mais qualificados que os moradores desta área desempenham, só uma vez surgindo com algum peso a categoria dos "sem-qualificação" (vd. Figura nº 4).

Em conclusão diremos que se confirma a ideia de que unidades espaciais vizinhas revelam distinções de ordem sócio-profissional; distinguindo-se, neste caso, em termos das actividades profissionais mais representadas, por um lado um bairro em edificação ("Bairro ao Rego") onde se albergam sobretudo polícias e operários da construção civil e trabalhadores "desqualificados" profissionalmente e, por outro, uma zona de definição urbano-arquitectónica que acolhe uma população com profissões tendentes à especialização urbana (comércio e funcionalismo) ou em que os seus residentes ocupam lugares de maior distinção no quadro das instituições tradicionais, como é o caso no

FIGURA Nº 4 - Principais actividades profissionais dos homens em 1925, por rua (Rego e Avenidas Novas)

(%)



RUAS

- 1- Rua Neves Piedade
- 2- Rua da Beneficência
- 3- Dispersos
- 4- Av. 5 de Outubro
- 5- Rua Barbosa du Bocage
- 6- Av. Berna
- 7- Av. Conde Valbom
- 8- Av. Duque d'Avila

- 9- Av. Elias Garcia
- 10- Rua de Entrecampos
- 11- Av. João Crisóstomo
- 12- Av. Miguel Bombarda
- 13- Av. Marquês de Tomar
- 14- Av. da República
- 15- Av. Visconde Valmor

Exército (vd. ponto 2.c. deste capítulo).

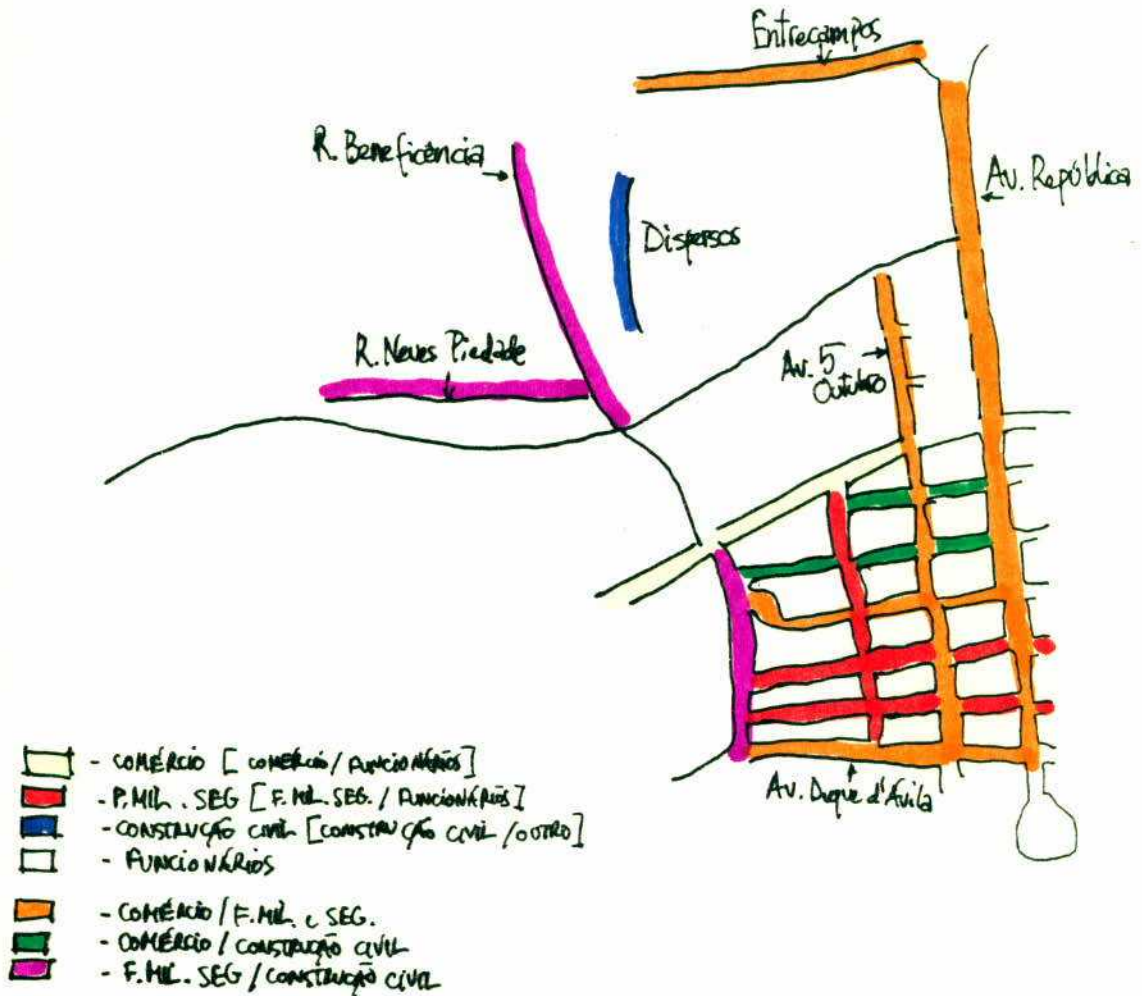
Por fim, combinámos as duas principais actividades profissionais dos moradores de cada rua, atribuindo a cada uma destas combinações uma cor, com a finalidade de saber como estas variavam à medida que nos deslocávamos dentro da área em que estas duas "unidades" estão compreendidas (vd. Figura nº 5).

A combinação mais frequente nas grandes artérias das Avenidas Novas (militares e comerciantes) contrapõe-se espacialmente a importância da construção civil por todo o "Bairro do Rego". Esta actividade perde influência à medida que penetramos nas referidas artérias onde o comércio e os militares, mas também os funcionários, residem em maior proporção.

Podemos dizer que os habitantes que trabalham na construção civil estão, na sua maioria, concentrados em ruas que, apesar de ultrapassarem os limites das unidades definidas, constituem uma área reconhecível do ponto de vista espacial, abarcando o bairro ao Rego e avenidas que lhe estão próximas, à excepção da de Berna. Quanto a outras actividades, deparamo-nos com a primazia das "forças militar e de segurança", particularmente militares, no ângulo formado pelas Avenidas da República e Duque d'Avila, onde estas aparecem secundadas por outras duas actividades dominantes nesta área: o comércio e o "funcionalismo".

O comércio é sobretudo característico entre os que habitam nas maiores artérias, não penetrando no espaço do

FIGURA Nº 5 - Representação das duas principais actividades profissionais dos residentes nas ruas das Avenidas Novas e do Rego em 1925, através da combinação de cores-padrão



bairro e combinando-se diversamente com as actividades militarizadas (Av. República, Av. 5 de Outubro, Av. Duque d'Avila, Av. Visconde Valmor e Rua de Entrecampos), com a construção civil (Av. Elias Garcia) e com o "funcionalismo" (Av. Berna).

Por último o "funcionalismo", quando associado às actividades "militar e de segurança" é dominante em artérias de menor dimensão e mais longínquas do Rego (Av. Miguel Bombarda, Av. João Crisóstomo, Av. Marquês de Tomar) embora na sua proximidade esta actividade surja partilhando o lugar cimeiro com o comércio (Av. Berna).

Dir-se-ia a finalizar que, apesar de todas as principais actividades profissionais estarem distribuídas por todas as ruas, independentemente da unidade espacial (Rego ou Avenidas Novas), a forma como estão disseminadas é diferente. Deste modo, no bairro, nunca têm papel destacado o comércio e o funcionalismo que são, todavia, extremamente importantes nas Avenidas; sendo as "actividades militarizadas" as que têm maior continuidade de representação: das 15 unidades de arruamento escolhidas apenas não estão entre as duas mais representadas actividades em 4 destas.

Os indivíduos ligados ao comércio, por seu lado, tendem a concentrar-se nos principais arruamentos o que tem provavelmente a ver com o tipo de rua onde esta actividade também mais se desenvolve e diversifica. A construção civil, por seu turno, é constante no espaço do bairro mas aparece

fracamente representada do lado das Avenidas (apenas em 3 dessas 12 ruas) e apenas nas ruas mais próximas do bairro.

Esta actividade parece ser a mais característica de um tipo de concentração espacial selectiva, que se relaciona neste caso com o facto de encontrarmos uma população que vinda para trabalhar numa actividade necessitada de grande quantidade de mão-de-obra aqui se instala (Bairro em construção ao Rego) por nesta área ter as condições espaciais precisas para que se improvise alojamentos nas proximidades da zona central de edificação.

Porém, a selectividade que encontramos em relação à construção civil tem a ver com um espaço de indiferenciação para onde são lançados os operários, e outros grupos profissionais, sem que estes tenham possibilidade de escolha quanto ao lugar a habitar. Se antes entendermos por selectivo um espaço de diferenciação temos nas Avenidas Novas exemplos de profissões, como é o caso das "profissões liberais", cujo estatuto social dos seus membros garante, pela sua presença, a valorização social desse espaço habitacional.

c) Uma hipótese de estratificação socio-profissional
para efeitos de comparação entre duas unidades espaciais

Se é visível a distinção entre as várias actividades profissionais em que se empregam os moradores do Rego e das Avenidas Novas, o mesmo não é evidente quanto à

estratificação interna destas actividades e no contexto global da estrutura social urbana. Analisando-as, em separado, encontramos algumas delas rigidamente estratificadas, como é o caso da estrutura militar e do próprio funcionalismo, que nos dão indicações mais ou menos precisas sobre o lugar que os indivíduos ocupam na respectiva hierarquia.

Quanto a estas actividades distinguimos três níveis - superior, médio e inferior - que nos permitem identificar os volumes de população que estes atingem em cada unidade espacial.

QUADRO Nº 4 - Estratificação socio-profissional dos residentes no "Bairro do Rego" em comparação com os das "Avenidas Novas" em 1925

<u>BAIRRO REGO</u>		<u>AVENIDAS NOVAS</u>		MIL. + FUN.	
MILITAR.	FUNCION.	MILITAR.	FUNCION.	<u>REGO</u>	<u>AV. NOVAS</u>
SUP. 9.5	5.9	15.5	21.1	7.3	18.9
MED. 57.2	44.1	79.6	54.0	49.1	64.2
INF. <u>33.3</u>	<u>50.0</u>	<u>4.9</u>	<u>24.9</u>	<u>43.6</u>	<u>16.9</u>
100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Revela-se significativa a nível da estrutura socio-profissional, em que os lugares dos indivíduos estão bem definidos, a diferença de valores que os funcionários e oficiais superiores e médios atingem favoravelmente nas

"Avenidas Novas". Apesar de este facto não ser inesperado, é de salientar a importância que os grupos médios tomam, quer no Rego quer nas Avenidas, sendo este grupo especialmente poderoso nas "Avenidas" onde se faz sentir o peso desta burguesia da "cidade nova". Refira-se ainda que o estrato médio tem mais representação entre os militares que entre os funcionários, nos quais o peso dos residentes do estrato inferior é mais significativo em ambos os espaços.

Mas outras actividades profissionais existem em que não é tão clara esta estratificação. Distinguimos assim unicamente entre posições superiores e inferiores ocupadas nessas actividades, sem que isso signifique antecipadamente que estas correspondam ao topo e à base da estrutura social.

Procurámos antes nivelá-las face ao tipo de trabalho que lhes é atribuído. Nestas condições encontram-se várias actividades como sejam a força de segurança pública (os polícias), em que só nos foi possível distinguir entre superiores e polícias ; o comércio em que apenas se distingue os comerciantes e os empregados do comércio ; a construção civil em que é possível distinguir entre os construtores e proprietários e os operários e, por fim, a indústria em que se distinguem os industriais dos operários.

Através do Quadro nº 5 é-nos revelada uma tendência já antes manifestada. Comparativamente, em nenhuma actividade o peso do estrato superior é maior no "Bairro ao Rego" do que nas "Avenidas Novas". Tal situação é ainda mais acentuada pelo facto de nas "Avenidas" o estrato superior atingir no

total mais de 50% dos indivíduos abrangidos, havendo em contrapartida muito mais indivíduos classificados como do estrato inferior ao Rego (76.6%) no total das actividades abordadas - policia, comércio, construção civil e indústria.

QUADRO Nº 5 - Estratificação socio-profissional dos residentes no "Bairro do Rego" em comparação com os das "Avenidas Novas" em 1925

(%)	<u>BAIRRO REGO</u>				<u>AVENIDAS NOVAS</u>			
	Po	Co	CC	In	Po	Co	CC	In
SUP.	0.0	46.2	22.2	36.4	5.4	67.1	47.5	51.9
INF.	<u>100.0</u>	<u>53.8</u>	<u>77.8</u>	<u>63.6</u>	<u>94.6</u>	<u>32.9</u>	<u>52.5</u>	<u>48.1</u>
	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

TOTAL

(PL+Co+CC+In)

(%)	<u>BAIRRO REGO</u>	<u>AVENIDAS NOVAS</u>
SUP.	23.4	50.8
INF.	<u>76.6</u>	<u>49.2</u>
	100.0	100.0

A actividade mais despromovida em ambas as unidades é a dos agentes de segurança em que praticamente só se detecta a presença de polícias sem patente. Também a construção civil apresenta maior número de operários do que de construtores e

proprietários, embora estes quase se equilibrem no caso das "Avenidas".

Nos restantes casos, porém, a interpretação é já mais dúbia pois que o tipo de comércio ou de construção levadas a cabo podem ser tão distintas que apenas a designação da actividade seja comum. Veja-se a distância que separa os comércios especializados em que são ricas as Avenidas Novas do estabelecimento multifuncional do Rego ou ainda as construções abarracadas neste último e a edificação "de classe" nas primeiras.

Todavia, o que aqui procuramos salientar é o "tom do bairro" tal como o referem CHAMBOREDON e LEMAIRE, o que significa encontrar elementos que possibilitem suscitar hipóteses sobre as condições, que comparativamente, dois aglomerados apresentam, seja pelo tipo de construção ou pelo peso dos estratos superiores em profissões mais permeáveis a uma análise estratificada. Assim, estamos em condições de questionar certos resultados que importa venham a ser sujeitos a confirmação.

Neste sentido, podemos adiantar que a população que nestas actividades desempenha funções superiores existe em muito maior proporção nas Avenidas (1/2) do que no Rego (1/4). Se bem que não encontremos, tal como antes vimos, situações opostas entre as duas unidades espaciais, confirma-se ainda, a existência, em muito maior medida, de grupos social e profissionalmente melhor posicionados nas Avenidas Novas enquanto estão mais representados ao Rego os grupos pior

posicionados.

Por último, atendemos às actividades que não são constituídas por grupos de profissões estratificáveis e, cujo facto de serem mais ou menos valorizadas em termos sociais, nos fornece uma indicação pertinente sobre a vida e a população de um bairro. Vejam-se três casos: as "profissões liberais" (médicos, engenheiros, advogados e professores), os trabalhadores sem qualificação e os ofícios locais (sapateiros, padeiros, barbeiros...).

Se as primeiras destas profissões são indicativas de uma população possuidora de formação universitária, o que é em termos sociais -estamos em 1925!- revelador de posições sociais privilegiadas, por seu lado as restantes indiciam uma população pouco especializada do ponto de vista profissional ou que se emprega no fornecimento de serviços braçais próprios dos grupos sociais menos cotados na estrutura social.

Dos primeiros sabemos que representam 2.9% da população activa recenseada no "Bairro do Rego" enquanto nas "Avenidas" pesam 10.3% do mesmo total (vd. Quadro nº 1). Quanto aos "não-qualificados" representam 17.8% dos recenseados no "Bairro do Rego" e 5.8% nas "Avenidas", representando os ofícios locais respectivamente 5.8% e 3.6%. Atendendo a estes "indicadores de qualidade" confirma-se a tendência sempre exposta ao longo destas linhas. Chegamos assim a uma hipótese de estratificação socio-profissional, de sentido empírico, estabelecida a partir da comparação entre duas

unidades espaciais concretas.

QUADRO Nº 6 - Quadro-síntese de estratificação
socio-profissional comparando os residentes
no "Bairro do Rego" e nas "Avenidas Novas"
em 1925

(%)	BAIRRO REGO	AVENIDAS NOVAS
SUP.	16.1	41.0
MED.	11.7	20.3 *
INF.	72.2	38.7

* o estrato médio é apenas constituído por funcionários médios e oficiais militares pelo que a distinção fundamental deve ser estabelecida entre o estrato inferior e os estratos que se lhes sobrepõe, ou isolando a maioria da população face aos indivíduos profissionalmente mais bem colocados

Estes estratos não correspondem a grupos sociais definidos mas às posições que os indivíduos recenseados ocupam dentro de uma actividade profissional e que podem estar mais ou menos próximas da posição social ocupada pelos indivíduos na estrutura social, faltando-nos aqui outro tipo de informações nomeadamente a nível das sociabilidades estabelecidas por estes indivíduos e grupos para que tal posição pudesse ser

apontada com um carácter mais definitivo.

Estes valores são, no entanto, indicativos de claras distinções sociais que nos levam a avançar a hipótese de estarmos perante um centro espacial irradiador de certas necessidades sociais, produzidas por grupos socialmente colocados em posições de privilégio, e em função dos quais são atraídos outros grupos que ocupam espaços periféricos a estes, e que directa (comércio, prestação de serviços) ou indirectamente (indústria, funcionários inferiores, polícias, operários de construção...) se veem pelos primeiros empregados ou deles dependentes hierarquicamente. Tal hipótese indesligável das razões globais do crescimento urbano e da capital do país, não pode, porém, ser globalizadora, reduzindo a este o quadro geral das relações sociais entre dois espaços num contexto urbano.

Num apontamento final, de ordem qualitativa, diremos ainda que elementos encontrados nas Actas da Câmara Municipal de Lisboa, não infirmam para as mulheres, excluídas do recenseamento, as tendências detectadas para os homens. Assim particularmente nos anos 30, deparamo-nos com os pedidos de residentes no bairro do Rego que procuram ocupar um lugar de peixe ou de hortaliças e frutas num Mercado Municipal, sobretudo no Mercado 31 de Janeiro (13 pedidos entre 1933-37), mas também de "moços" procurando empregos nesses mercados municipais (4 casos), e até nos serviços da Câmara ligados a limpeza pública (19 pedidos de homens entre 1932-37 e 4 de mulheres) para desempenhar funções neste domínio

(guarda-sentinas, serviço de jardim...).

Síntese do capítulo

O crescimento da cidade e a sujeição de espaços antes arrabaldes rurais a um processo que vem radicalmente alterar a sua estrutura morfológica é vivido na área indefinida das "Avenidas Novas" logo no virar do século passado.

Estendendo-se ao longo da primeira metade do nosso século, a edificação que atinge a área central destas novas Avenidas faz-se igualmente sentir nas zonas que lhe estão próximas como é o caso do espaço onde é edificado o Bairro do Rego, designação de um antigo lugar, agora afastado das áreas mais centrais por uma linha férrea que o coloca "além-portas".

Porém, desde o início, a estruturação destas duas urbanizações denota diferentes condições. Em primeiro lugar, o destino dado às "Avenidas Novas" - residência de grupos social e economicamente mais favorecidos - reflecte-se no modo como estas são construídas, sendo-lhes dada um cunho urbanístico e um estatuto de centralidade a que o Rego não pode aspirar, antes se perpetuando a sua condição de edificado periférico.

Em segundo lugar, esta situação é inseparável de quem habita e usa tais espaços. E daí termos empreendido uma análise das profissões dos residentes nestas duas áreas, ainda na sua fase de construção, em 1925, e chegando à elaboração de uma hipotética estratificação

sócio-profissional que, paralelamente às diferentes condições urbanísticas destes espaços, mostra como a concomitância de espaços residenciais não exclui a possibilidade de áreas próximas de habitação com "tons sociais" distintos.

CAPÍTULO II
PECULIARIDADE DE UM ESPAÇO URBANIZADO "AS PORTAS DA
CIDADE": O BAIRRO AO REGO

INTRODUÇÃO

A particularidade das questões que se nos colocam, a partir da análise desta realidade espacial, são válidas, sobretudo, se atendermos ao contexto mais amplo da vida da cidade. Neste sentido, os materiais recolhidos, se bem que valendo pelo que revelam, têm um especial interesse considerando a necessidade de estabelecer uma metodologia que nos possibilite uma análise fecunda de realidades deste tipo.

Foi nesta perspectiva que encarámos a recolha de informação que efectuámos nas Actas da Câmara Municipal de Lisboa relativa ao período entre 1900 e 1938, tendo para o efeito levantado sistematicamente elementos referentes à área onde se veio a edificar o bairro que agora estudamos. A partir desta data apenas pudémos recolher informações de teor global, já que os elementos disponíveis passaram neste ano a ser substancialmente reduzidos em função do aumento exponencial de processos relativos à edificação e eventualmente da preferência de Duarte Pacheco por processos expeditos.

Esta necessidade de racionalização, determinada pelo crescimento das áreas edificadas da cidade e já detectada em 1935 com a distinção entre Diários Municipais (informação geral sobre os pedidos à C.M.L.) e as Actas da Vereação (resumo das discussões entre os vereadores), levou a que deixassem de ser registados, a partir de então nas Actas Camarárias, elementos da maior riqueza acerca da vida local. A partir de 1938, todos os processos passam a ser designados por um seco número de referência, cuja exploração se mostra pouco operacional dados os objectivos do nosso estudo. Assim, o que até aí fora a fonte fornecedora de dados da maior pertinência sobre a construção do edificado e a vida local, torna-se, praticamente, impossível de acompanhar. O Diário fica como "fonte formal" que situa acontecimentos e reproduz o discurso camarário.

Os principais elementos recolhidos foram os pedidos de construção e de outros tipos de operação que sobre o local se encontram nos registos das entidades camarárias. Através deles foi-nos possível reconstituir, já que estes cobrem o período (1900-1938) que acompanha a edificação no Rego, desde as estratégias na construção deste bairro, à forma como a edificação se processou, às relações que no âmbito desta situação se desenvolveram entre a edilidade camarária, construtores e a população, às próprias características do bairro que temos como resultado.

Todo este movimento modificador do local é observado a partir dos modos legais (informações camarárias) como a

Câmara Municipal, os operadores locais e os cidadãos em geral vão agindo neste espaço sob a "pressão edificadora".

Trata-se assim de um ponto de partida para o estudo das relações sociais a nível local, não ignorando, todavia, que este espaço é já por si produto da sociedade que o define.

1. As Quintas, os Proprietários e os Trabalhadores

Até aos anos 10 a localidade denominada Rego pouco mais era que uma área de vastas quintas, pertença de proprietários instalados na cidade, uns ligados ao trabalho agrícola e que exploravam as suas quintas (4), outros que as utilizavam sobretudo como lugar de veraneio. A planta da cidade de 1907 (vd. Figura nº 2) mostra como à data era rara a construção nesta zona e imprecisa a ocupação espacial, encontrando-se sem ocupação definida vastos terrenos que se estendiam em torno de lugares como o Rego, Palma de Cima, Palma de Baixo, Laranjeiras, e inclusive, Telheiras.

Contrastando com as largas Avenidas Novas que são já então visíveis, o espaço que corresponderá ao bairro conhece apenas os recortes da separação das quintas (5). São dezenas as que se vislumbram nas redondezas, mesmo nas Avenidas Novas, cobrindo vastas zonas sem edificações ou rodeando os pequenos núcleos habitados da Quinta da Bela Vista, da Estrada da Palma de Cima (R. da Beneficência a partir de 1903), da Azinhaga das Freiras (actualmente Azinhaga da Torrinha) ou ainda da Estrada das Laranjeiras, de Palma de Cima e de Palma

de Baixo.

Estendendo-se num "continuum" (6) de quintas, esta zona, a oeste do crescimento das novas avenidas e a norte da "linha-de-cintura", não conhece uma única artéria moderna mas antes velhos caminhos e azinhagas de entrada na cidade o que mostra bem da sua "condição urbana" de então. No entanto, diversamente do que acontecia de modo habitual com as localidades periféricas, à época, que se estruturavam em redor do seu centro referenciador (o "rocio"), como é o caso de Palma de Baixo e Palma de Cima, o Rego vê o Largo com o mesmo nome situar-se aquém-linha, tal como acontece com a Estrada e o Hospital, enquanto do outro lado, na zona de futura edificação do bairro apenas o apeadeiro perpetua tal designação. Assim, coloca-se um primeiro problema: o da identificação do espaço.

Esta zona -além da linha de cintura- de trazeiras para o Rego está ligada por uma estrada a Palma de Cima e por outra às Laranjeiras. Assim, poderemos dizer que a unidade de análise escolhida a partir da actualidade, não conta na fase imediatamente anterior à sua edificação acelerada com um núcleo tradicional congregador. Este facto terá a ver com o "retalhado" que o caminho de ferro introduz nesta zona, criando uma discontinuidade entre dois lugares antigos: o Rego e Palma, particularmente de Cima (vd. Figura nº 6), distanciando este espaço, da cidade em expansão, por uma separação artificial: o caminho de ferro.

Ainda distante de Palma, o núcleo da Quinta da Bela Vista

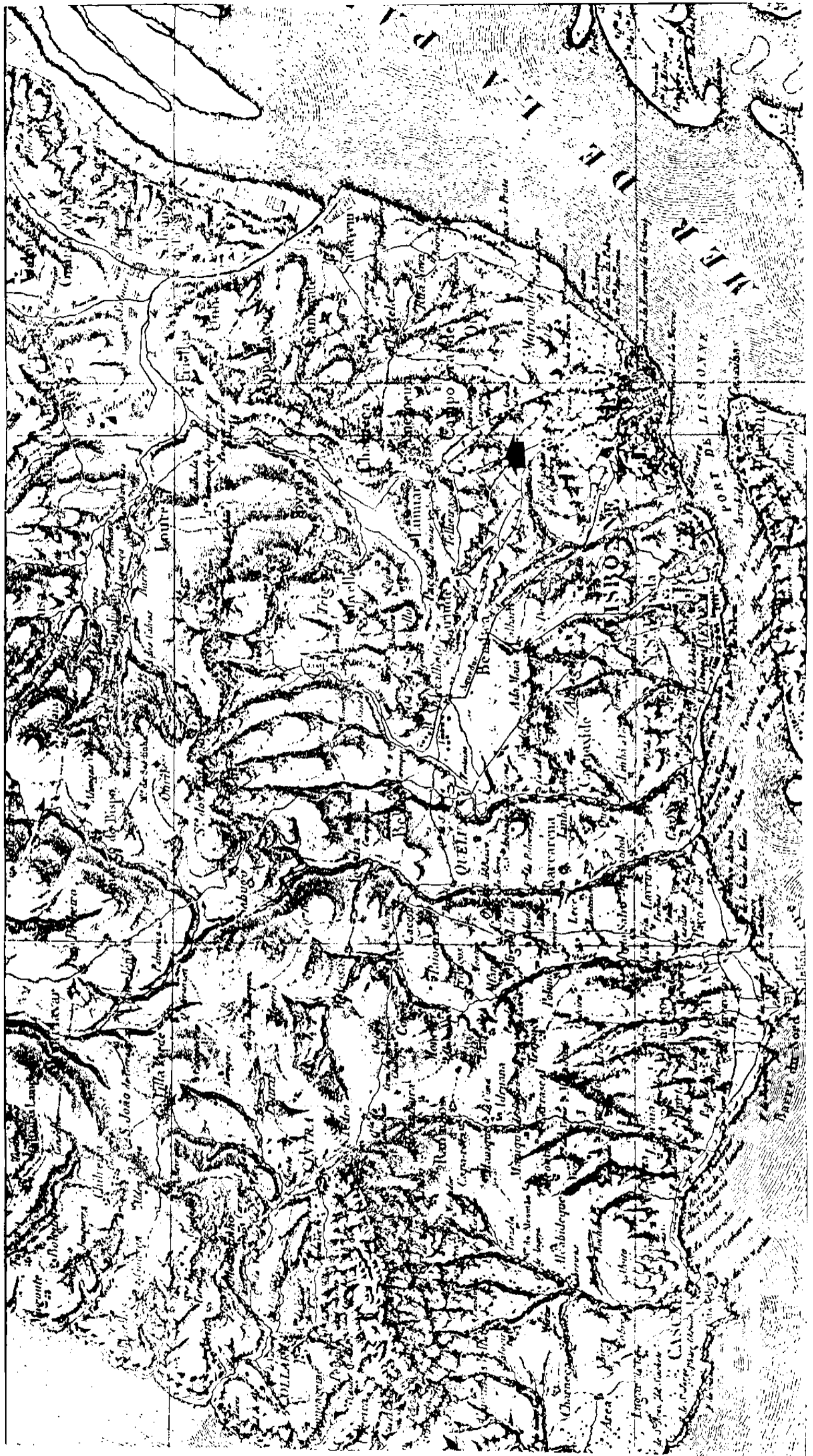


FIGURA Nº 6 - Mapa de Lisboa e seus arredores publicado em
1821

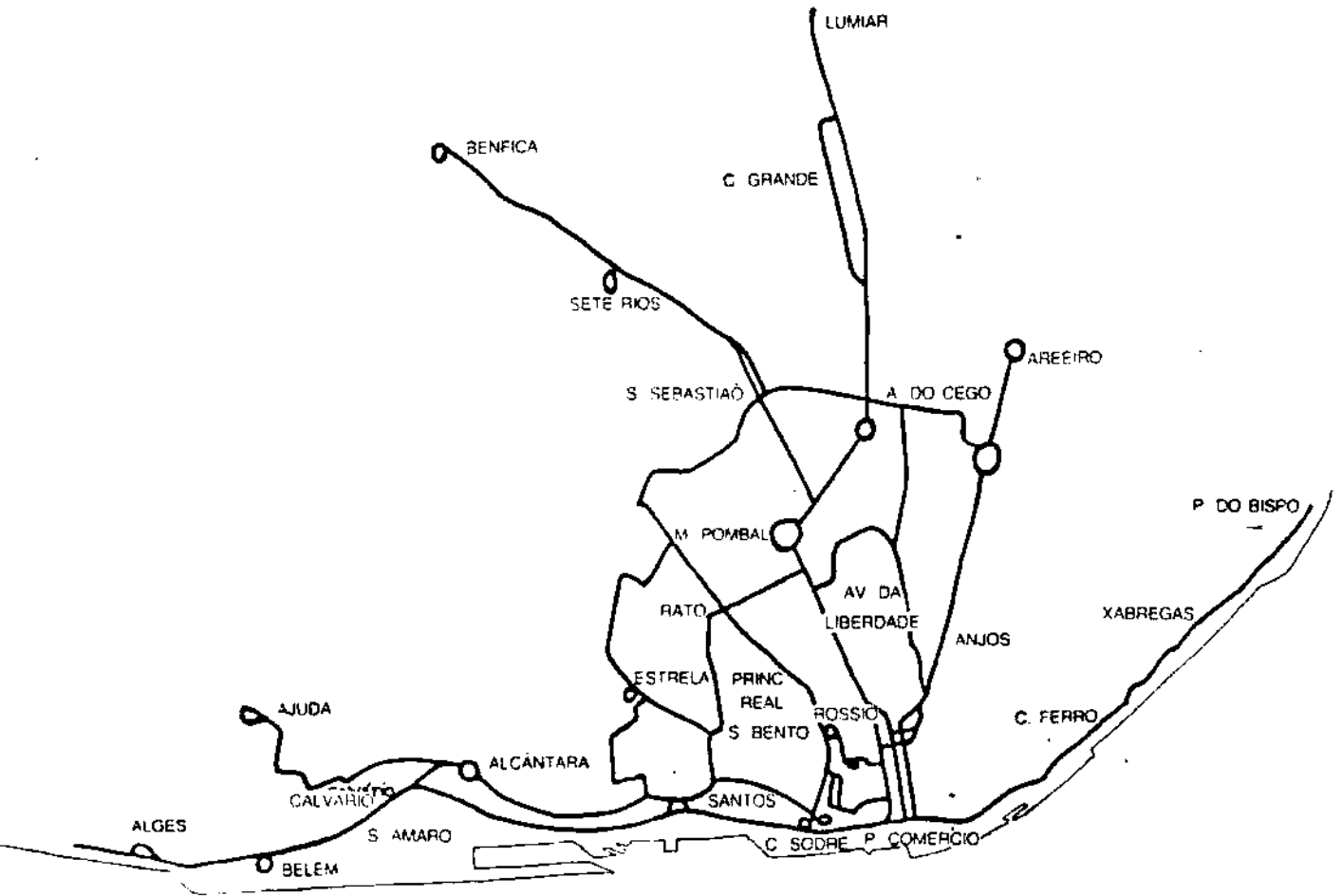
in: Diário de William Beckford,
Lisboa, Empresa Nacional de
Publicidade, 1ª ed., 1957

e parte da Estrada da Palma de Cima autonomizam-se, o que vem mais tarde a ser reforçado pela construção da Avenida 28 de Maio (hoje das Forças Armadas) e do Hospital de Santa Maria, permitindo as condições para que aí se venha a edificar um bairro identificado pela sua desidentificação relativa no "continuum" urbano(7).

A primeira década do século XX é marcada pela ruptura entre uma forma de ocupação do espaço, que esta zona até aí tivera, ligada à sua função tradicional "de arrabalde rural", e a sua posterior edificação generalizada. É também o período em que se assinala a extensão da rede dos Carros Eléctricos que entre 1900 e 1910 praticamente duplica, de 64.8 km para 114.7 km, como refere A. Lopes Vieira. Este facto traz consigo modificações na vida da cidade que o mesmo autor ilustra do seguinte modo: "a rapidez com que o carro eléctrico efectuava os seus percursos, para além de reduzir consideravelmente o tempo de viagem, possibilitava aos habitantes de Lisboa (especialmente aos de menos recursos) viver fora do centro da cidade onde a habitação era mais económica e, por outro lado, contribuiu marcadamente para a expansão urbana e o começo de uma certa diversificação das actividades normalmente confinadas à "Baixa de Lisboa"...".

Ligando o centro da cidade com esta zona (vd. Figura nº 7), de forma acessível às classes inferiores, esta inovação é acompanhada pela penetração na zona, das marcas de uma urbanização incontida dentro dos limites estabelecidos pela estrada de circunvalação de 1852 (A. VIEIRA DA SILVA;

FIGURA Nº 7 - Rede de carros eléctricos na cidade de Lisboa em 1910 (115 km.)



in: VIEIRA, A.L.- Os transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910, p.206

J.A.FRANÇA); e que daí apenas passara na direcção das zonas ribeirinhas e de maior implantação fabril: Alcântara, a Oeste e o Poço do Bispo, a Este (R.S.BRITO,1976,p.48).

São exemplos da referida incursão urbanizadora nesta área de características rurais os pedidos dos moradores à Câmara Municipal para a iluminação da zona (Azinhaga do Ferro 13.12.1900), o acordo para extensão eléctrica a esta zona entre a Companhia de Gás e Electricidade e a Câmara Municipal de Lisboa (10.1.1901), a instalação de candeeiros de iluminação a petróleo em Palma de Cima e Palma de Baixo (10.08.1905), o pedido de instalação de um marco fontenário na Estrada de Palma de Cima. Todavia, o pedido mais significativo do que acabamos de afirmar é o de remoção de um posto pertencente a Alfândega de Lisboa (24.04.1902) feito à C.M.L., e que dificultava, segundo os proponentes, o alargamento da estrada de circunvalação entre a Avenida António Augusto Aguiar e as portas de São Sebastião da Pedreira. Já em 1901 (10.1) havia sido avançada a nova barreira da cidade (vedação de ferro), instalada agora na Avenida Ressano Garcia (futura Avenida da República) e que funcionava como posto fiscal.

É neste período, em definitivo, que a designação oficial dada pela edilidade camarária a estas futuras zonas da cidade, deixa de ser o de localidade ou lugar (8), começando a ser identificadas como zonas adstritas do poder camarário, indicadas a partir do nome do bairro edificado ou ainda da quinta ou da estrada; isto, se bem que a denominação do local

possa permanecer. Este fenómeno urbanizador é inseparável do crescimento da zona mais ampla em que o bairro se insere, o que está patenteado na informação camarária, com a inauguração constante de novas vias públicas.

Já em 1902 se encontram em vias de conclusão arruamentos como a Avenida Marquês de Tomar, Visconde Valmor, Conde Valbom e Rua Barbosa du Bocage, encontrando-se também já construídas, pelo menos parcialmente, artérias como as futuras Avenida da República e Avenida 5 de Outubro ou ainda a então Rua de Berne.

2. A extensão da urbanização: os Bairros do Rego

A zona edificada de Lisboa no final do século pouco se assemelha à que hoje encontramos. Inúmeras são as áreas "de charneca; de quintas de cultura (...) de pequenas hortas" (R.S. BRITO, 1977, p.41), que enchem de vazios o perímetro delimitador da cidade e do seu concelho. As marcas desse mundo rural ainda hoje são recordadas por alguns dos habitantes mais antigos das zonas urbanizadas, como é o caso dos nossos entrevistados, ultrapassando estas marcas temporalmente a fase anterior à construção intensiva, acompanhando-a e mesmo lhe resistindo.

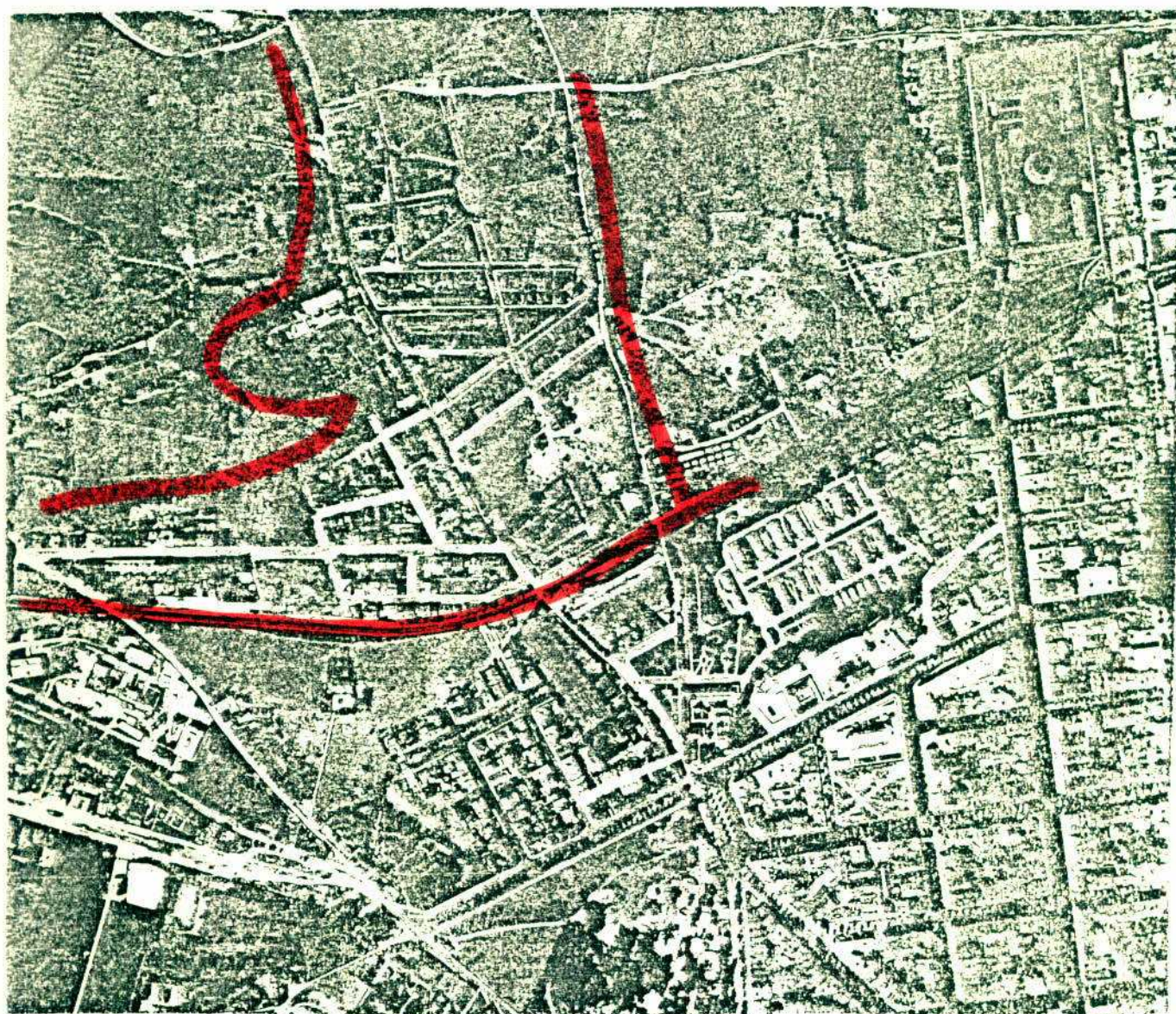
A situação de um espaço de características rurais sujeito a um processo de edificação, faz-se sentir no seu actual tipo de ocupação espacial, não sendo habitual que este ganhe a mesma intensidade construtiva que as zonas de tradição urbana

(9). Daí que se encontrem nos espaços com este tipo de tradição, núcleos urbanizados, distanciados uns dos outros por espaços vazios ou, mais recentemente, ligados por artérias dimensionadas para uma circulação viária mais intensa, própria de zonas de "saída da cidade", onde se desenvolvem as infraestruturas que permitem a ligação da cidade aos arrabaldes cada vez mais longínquos.

Quanto à edificação do bairro, propriamente dita, ela faz-se a partir dos anos 10, encontrando-se a estrutura do actual bairro já estabelecida nos anos 40, como atestam a fotografia aérea de 1944(vd. Figura nº 8) e a planta da cidade elaborada no final dos anos 40(vd. Figura nº 9). Decorrendo o levantamento de informação acerca deste empreendimento até 1938, foi-nos possível acompanhar a edificação deste bairro pelo que se nos colocam algumas questões acerca do modo como esta se processa.

A primeira delas é relativa à noção de bairro, por nós utilizada, já que o processo de urbanização entre 1910 e 1940, nos identifica vários "bairros" construídos no espaço além-linha da cintura, e ao longo da artéria denominada Rua da Beneficência, e não unicamente um bairro concebido e construído enquanto processo unitário de edificação urbana. Assim, foi preciso distinguir o que se entende por bairro enquanto unidade de análise por nós utilizada, e que se prende com a noção de quartier que RAYMOND LEDRUT utiliza como sendo um "agrupamento que se define sobre a base de proximidade" (1969, p.104) e que necessariamente implica a

FIGURA Nº 8 - Area construída do Bairro do Rego em 1944
(visão aérea)



Fonte: Instituto Geográfico e Cadastral

Escala: 1/7600

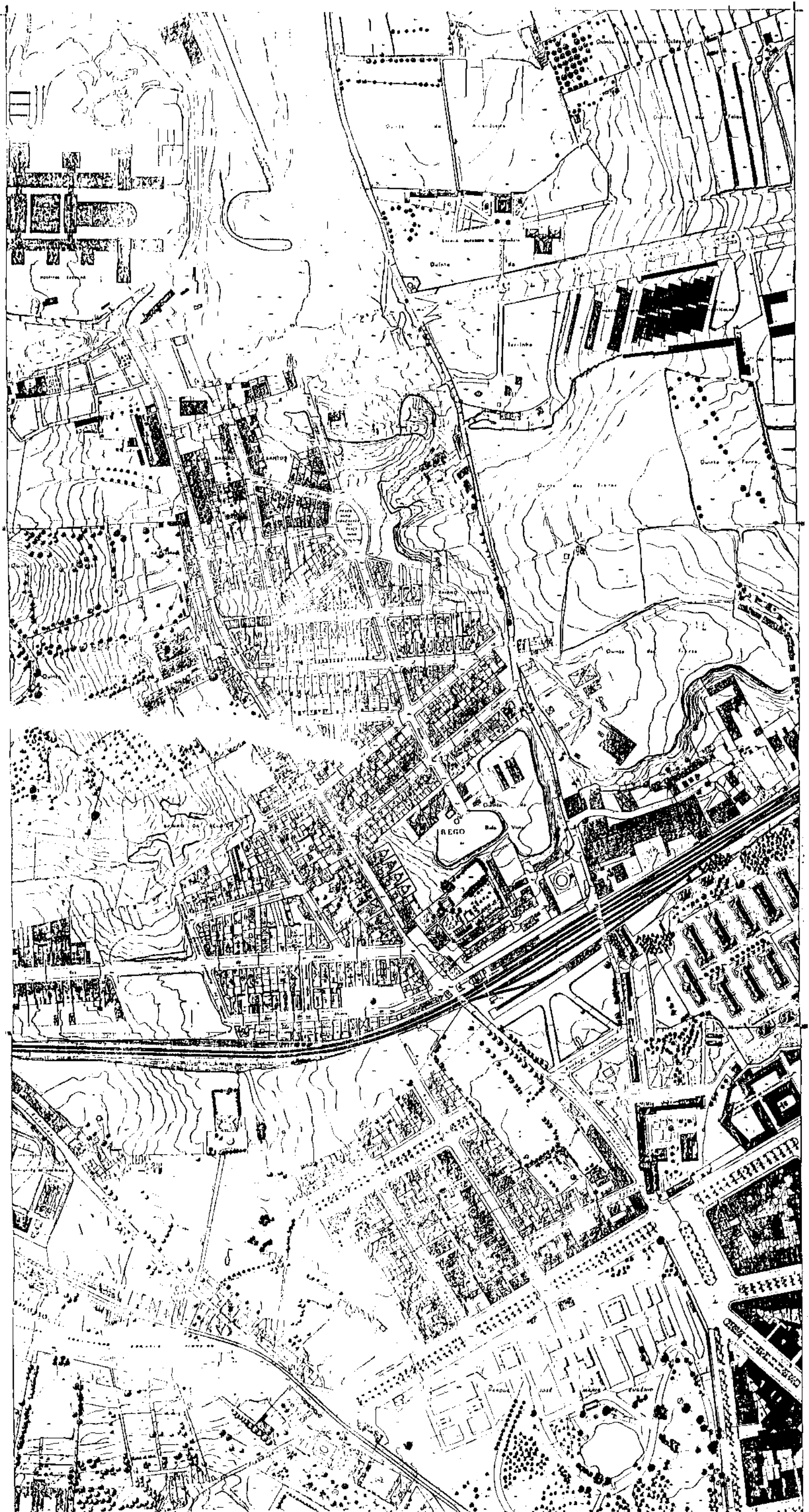


FIGURA Nº 9 - Planta da cidade na área referente ao
Bairro do Rego, segundo a recolha efectuada em 1948

Fonte: Instituto Geográfico e Cadastral

Escala: 1/1000

"formação de um tecido de relações sociais" (p.111).

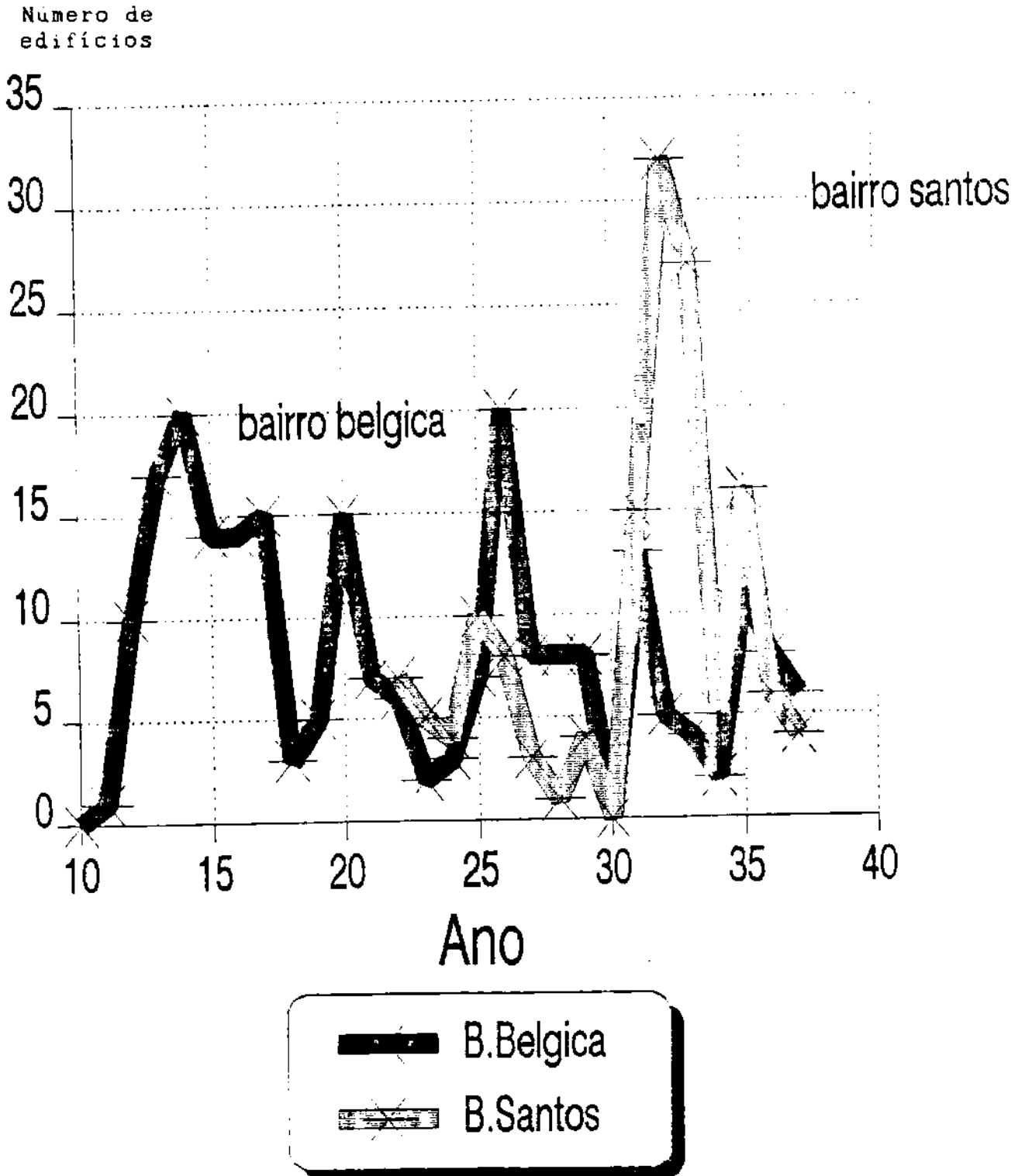
Encontrando-se o espaço que abordamos individualizado em relação ao exterior, quisemos saber como se compõe e se estrutura internamente(10).

Do ponto de vista da edificação, o facto das entidades camarárias se referirem a vários bairros ao Rego tem a ver com a definição formal de se considerar um bairro como uma área de construção, envolvendo só edifícios ou também arruamentos, dependente de um só indivíduo ou entidade. Perante esta definição que identifica o aglomerado habitacional com o bairro podemos falar de vários "bairros" que, no entanto, não apresentam características autonómicas nem a nível do edificado nem a nível da população. O que ressalta neste primeiro olhar é a heterogeneidade da produção do espaço urbano(11).

A edificação desta zona dá-se fundamentalmente em duas fases, que correspondem à ocupação de dois espaços simetricamente opostos em relação à Rua da Beneficência. A primeira fase vai de 1911 a 1921, durante a qual se estrutura o Bairro da Bélgica, construído em simultâneo com o Bairro Londres na zona aquém-linha, por FRANCISCO DAS NEVES PIEDADE, tendo-se verificado maior intensidade construtiva entre 1913 e 1917 e ainda em 1920, como se vê na Figura nº 10 .

A segunda fase, em que prossegue a edificação agora menos acelerada do Bairro da Bélgica, assim designado como homenagem da vereação lisboeta " ao povo belga pelo seu apego à liberdade na luta contra o opressor alemão aquando do

FIGURA Nº 10 - Pedidos para construção no Bairro da Bélgica e no Bairro Santos entre 1910 e 1937



início da 1ª. Grande Guerra - decisão de 22 Outubro de 1914, é dominada pela concretização de um conjunto de projectos de urbanização, do qual o maior era o de JOSÉ JOAQUIM dos SANTOS, que se inicia por volta de 1922 tendo como fases de maior intensidade construtiva: 1925-6, 1931-3, 1935-6.

Concomitantemente foi crescendo a Rua da Beneficência que com a viabilização do crescimento do "Bairro Santos" se viu mais extensamente urbanizada, já que com esta partilha um importante número de edificados. Também a Quinta da Bela Vista, única das quintas originais que ainda hoje existe assim estruturada, foi sujeita a um processo de urbanização nos anos 20-30 que leva o seu proprietário, PEDRO JOSÉ DA SILVA, a construir parte da R. da Beneficência e a maior parte da R. Francisco Tomás da Costa.

Porém, na nossa análise nem sempre foi fácil a identificação do espaço preciso onde decorria a urbanização, já que indistintamente aparecem nos registos camarários os velhos nomes de quintas misturados com o nome dos proprietários dos "bairros" (F.N.Piedade, J.J.Santos, Manuel Catarino), o nome da quinta onde o "bairro" se implantou (Bairro Lagar Novo...), ou ainda, sendo a identificação feita através das ruas de um "bairro", acontecendo muitas vezes as letras ou designações serem comuns, como é caso das ruas municipais, particulares ou projectadas.

A própria zona aparece incaracteristicamente referida, tanto se trata do Rego como da zona à Rua da Beneficência, como dos Bairros da Bélgica ou Santos.

A segunda questão, dependente da que anteriormente referimos, tem a ver com a dinâmica global do crescimento urbano e é relativa aos ritmos na edificação de um aglomerado habitacional. Assim, o resultado que conhecemos num dado momento do construído de um bairro é sempre provisório, susceptível de ser alterado (o bairro de 1985 é diferente do bairro de 1950, e este do bairro de 1925)(12). Mais ainda, está sujeito durante a sua construção a medidas quanto à sua realização, que pelo tipo de intervenção dos construtores e da Câmara lhe conferem o estatuto de legal ou ilegal, classificação incentivada ou condicionada externamente em função dos interesses na expansão das zonas edificadas.

Deste facto é revelador a existência de acções de intimação e processos de demolição, feitos pela edilidade camarária, tal como de pedidos de legalização, feitos por proprietários das construções realizadas anteriormente de modo clandestino, que vão sendo apresentadas nas Actas Camarárias numa sequência ondulatória de permissividade e de inflexibilidade.

Tais relações de força, que analisaremos mais adiante, estabelecem-se de forma particular mediante a realidade concreta do espaço construído. No Rego, as características de um espaço recentemente sujeito a uma rápida urbanização, criaram condições para a coexistência de variadíssimos tipos de habitação e de outras edificações.

Uns resultam ainda da estrutura ocupacional das quintas (barracas, casas abarracadas, moinhos), perpetuando-se

tal situação mesmo depois do início da urbanização, outros são resultado do crescimento urbano em altura (prédios na Rua da Beneficência, Bairro da Bélgica e Bairro Santos), encontrando-se também o resultado de outras concepções da urbanização como são as vivendas (particularmente na 1ª fase, na actual R. Dr. Alvaro de Castro, junto ao apeadeiro, e na 2ª fase por todos os "bairros particulares" do Bairro Santos (13)), e ainda edificações próprias de uma zona industrial (fábricas, armazéns...)(14).

QUADRO Nº 7 - Distribuição do tipo de construção realizada
legalmente no Rego entre 1900 e 1938

n= 500 pedidos

	1900-20	1921-38	TOTAL
OBRAS	114	63	177
MODIFICAÇÕES	4	0	4
CONSTRUÇÃO	2	0	2
PREDIO	17	178	195
CASA ABARRACADA	1	15	16
CASA	8	41	49
BARRACA	3	3	6
BARRACAO	6	28	34
MORADIA	0	5	5
OUTROS	5	2	7
GRUPO RUAS	3	0	3
GRUPO CASAS ECONO.	0	1	1
GRUPO CASAS ABARRA.	1	0	1

NOTA: Até 1926 a designação OBRAS encobre a variedade de construções executadas, só se tendo imposto as outras designações, particularmente a mais característica do período - PRÉDIO - , a partir de 1921

Concluindo acerca da questão da legalidade da construção do bairro, pode-se dizer que as intimações a demolir e os pedidos de legalização acompanham os ritmos da construção legal. Tais fenómenos não são, contudo, autónomos, o que pode ser ilustrado com o que se verifica com os "bairros" da Bélgica e Santos. No caso do bairro de Neves Piedade - Bélgica - (vd. Actas C.M.L., 7.9.1913, p.543) este conhece um indeferimento inicial, se bem que a construção já estivesse iniciada. O mesmo se passa na construção do Bairro edificado na Quinta do Lagar Novo (futuro Bairro Santos) por José Joaquim dos Santos e Manuel Catarino (vd. Actas C.M.L., 23.6.1927, p.4).

Um antigo construtor da zona afirmava-nos: "um prédio nunca é totalmente legal... há sempre uma janela, um alçapão que não se mostra à fiscalização" (sr. N.), sendo esta uma das constantes reproduzidas pelas Actas Camarárias através dos relatos que os fiscais da edilidade trazem ao conhecimento da Vereação.

Quanto às demolições, o tipo de construção mais atingido é, normalmente, o das barracas, que chegam a formar enormes aglomerados e que ciclicamente se reinstalam nas imediações

do espaço edificado. Uma perseguição particularmente intensa é-lhes feita entre 1926 e 1927 na zona junto ao Bairro da Bélgica, e que constituía o chamado "Bairro das Minhocas". Este caso só teria uma resolução, embora precária, com a instalação da sua população no Bairro da Quinta da Calçada, em casas desmontáveis fornecidas pela CML, num processo que apenas teve lugar em 1938 já sob a presidência municipal de Duarte Pacheco.

QUADRO Nº 8 - Distribuição de pedidos de construção,
intimações a demolir e pedidos de
legalização no Rego entre 1900 e 1937

	PED CONST	INT DEMOL	PED LEGAL	TOTAL
1900-04	2	2	0	4
1905-09	3	0	0	3
1910-14	66	1	1	68
1915-19	70	9	1	80
1920-24	81	2	1	84
1925-29	99	94	5	198
1930-34	112	16	10	138 (*)
1935-37	67	18	8	93
TOTAL	500	142	26	668

* não se encontravam disponíveis durante a recolha
os volumes das Actas Camarárias do ano de 1930
nem o volume referente ao 1º semestre de 1934

NOTA: Esta informação não pode ser apresentada como exaustiva pois os processos de construção não são lineares no seu registo, mas dá-nos uma noção dos ritmos de construção, demolição e legalização.

A legalização, por seu lado, pedida para todos os tipos de construção, só tem, no entanto, expressão a partir de meados dos anos 20 quando, pelo facto de o Bairro da Bélgica já se encontrar municipalizado e estando os componentes do Bairro Santos reconhecidos a nível municipal, se tornou possível este tipo de pedido.

3. Estruturação da insularidade

Ao crescimento das grandes cidades corresponde a concentração num reduzido espaço de um elevado número de pessoas, fenómeno conhecido como o das elevadas densidades em meio urbano, que foi classicamente tratado por autores como M. HALBWACHS (Morphologie Sociale, 1938). Esta concentração não se produz, porém, aleatoriamente, antes cimenta a diferenciação de grupos e do uso social do espaço (LEDRUT, 1968).

Deste modo, para compreender a organização interna de uma área urbana, e como aí se jogam estratégias de grupos, projectos individuais e globais, interesses públicos e privados, recorreremos às noções de heterogeneidade dos espaços sociais e de complexidade na estruturação da vida local.

Neste caso, o entendimento da urbanização ultrapassa a separação entre o local e o global, aqui sistema urbano estruturador da vida local. Mais que a diferença de "retalhados" das artérias que se cruzam, e que distinguem uma zona de outra zona, é o próprio conceito de "insularidade" que se introduz.

A insularidade urbana é avaliada pela intensidade e os modos de ligação duma unidade espacial a outros espaços urbanizados, encontrando-se dela vestígios no caso de grupos sociais/zonas urbanizadas em meio rural (P. RAMBAUD, 1969, p.9 e seguintes), mas também como no nosso caso, num espaço

urbanizado no âmbito da própria estruturação da rede urbana.

Nesta última situação, as urbanizações nos arrabaldes acabam por ser conduzidas a um distanciamento relativo em relação aos núcleos vitais da vida urbana, que se reflecte no estatuto adquirido por esse espaço no quadro das interdependências e das hierarquias urbanas, na estruturação das relações desse espaço com o exterior, mas igualmente nas próprias relações no seu interior.

A insularidade urbana é um conceito tanto mais pertinente, quanto não são só razões de ordem física do espaço que à partida o distanciam do exterior (15). Evidentemente, são razões de ordem social que explicam a forma de estruturação dum espaço sujeito à urbanização; as quais, são acrescidas da virtualidade histórica e espacial do processo edificador e da composição social das populações que nele se instalam. No que respeita à urbanização ao Rego, o resultado imediato que se observa é a aparente "desarrumação" espacial e social que resulta da segregação na ocupação do espaço urbano e que se reflecte em relação a quem vem habitar o bairro, normalmente, em condições menos favorecidas de acesso aos núcleos e aos bens urbanos.

Foi gradualmente que este espaço se foi distanciando das zonas concomitantes, através de diversas barreiras artificiais. A primeira barreira de que há notícia é a da construção do caminho de ferro da cintura (16) que o distancia para a actualidade que identificava o "além-linha" com o "além-portas" e que se dá no último quartel do século

XIX.

Depois, em 1906, a instalação do Hospital para tuberculosos e doentes infecto-contagiosos, no antigo convento do Rego, instituição que pelas suas características se instala longe dos centros populacionais, revela que o Rego continua a ser visto por parte dos decisores como um arrabalde rural da cidade, o que barra, no mínimo em termos simbólicos, a ligação entre as quintas além via-férrea e a cidade. A já então Rua da Beneficência, que fora dividida pela via férrea, surge do lado das Avenidas como um "beco sem saída" (espaço rejeitado pela identificação com a doença), enquanto do outro lado da linha férrea tem uma vida autónoma coincidindo com a zona habitada desta artéria (17).

Com a entrada cortada pela Rua da Beneficência, foi-se o bairro espraçando na direcção da Estrada das Laranjeiras (futuro Bairro da Bélgica) e da Avenida 5 de Outubro (futuro Bairro Santos). Todavia, a ligação com estas zonas nunca se fez efectivamente, pois, a estrutura das quintas nunca desapareceu por completo, favorecendo a instalação de aglomerados de barracas junto ao Bairro da Bélgica (Bairro das Minhocas), e ainda na Quinta do Canavial, estando assim a Rua Filipe da Mata desmembrada a partir do cruzamento com o prolongamento da Av. António Augusto de Aguiar, surgindo o resto da rua como um isolado que abrange parte da Rua Filipe da Mata e a Estrada das Laranjeiras.

Na outra direcção, a perpetuação dos armazéns e depósitos, quer da C.P., do Hospital do Rego, quer de particulares, que

ainda hoje se estende junto à Quinta da Bela Vista e ao longo da Azinhaga da Torrinha, isola do ponto de vista habitacional esta área.

Nos anos 40, a construção do Hospital de Santa Maria vem modificar por completo a vida do bairro (J.GASPAR, 1975,p.259). Inaugurado em 1953, vem bloquear, acompanhado pela construção da "Cidade Universitária", a derradeira passagem aberta do bairro para se ligar ao exterior. Assim, ao mesmo tempo que se construía a artéria que iria ligar o Hospital Escolar de Lisboa e Entrecampos (Avenida 28 de Maio) foi edificado o mercado abastecedor de produtos hortícolas (então mercado provisório do Rego) que removeu definitivamente a hipótese da continuidade de construção entre o bairro, Entrecampos e a Av. 5 de Outubro, como atesta a planta do Instituto Geográfico e Cadastral publicada em 1950 (vd. Figura nº 9).

O cerco estava completo, não se tendo, entretanto, alterado de modo significativo a estrutura de ocupação espacial do bairro, globalmente designado como do Rego, e que se encontra na situação peculiar de se ter estruturado a partir de quintas seculares desta zona, desligando-se das localidades de que anteriormente dependia (Rego, Laranjeiras, Palma).

Autonomizando-se enquanto núcleo urbanizado mais pelos acidentes do próprio crescimento da cidade que por qualquer outra razão, viu-se isolado fisicamente de outros bairros e das zonas de atracção urbana, embora instalado no cruzamento

de vários eixos rápidos que ligam o centro às periferias urbanas. É nestas circunstâncias que a realidade deste espaço pode ser caracterizada por uma insularidade construída a partir do crescimento urbano. Saliente-se, no entanto, que se trata de um isolamento relativo, atendendo a que as Avenidas Novas, daí tão próximas, são um importante centro de comércio e serviços da cidade de Lisboa (J. GASPAR, 1975, p. 259).

4. Urbanização não programada e apropriação camarária

Revestindo-se esta urbanização de uma das características fundamentais que Jean-Pierre WORMS considera na identificação da "urbanização espontânea" (18), que é a ausência de uma definição do poder camarário quanto à estratégia de edificação a tomar na zona, o bairro do Rego esteve sujeito a que os interesses económicos se sobrevalorizassem em relação aos "desígnios colectivos" (WORMS, 1971, p. 243).

Por oposição a uma "urbanização voluntária", de que são exemplo os planos urbanísticos em que a acção de grupos sociais dominantes na escolha e na distribuição dos espaços a utilizar é determinante (19), a nossa unidade de análise, preterida enquanto área de intervenção camarária, esteve sujeita, como a maior parte das zonas da cidade antes arrabaldes e agora integradas na "cidade ampla", à configuração que lhe foram dando os múltiplos intervenientes na sua feitura. Toda a sua concepção desde o traçar inicial

de alguns arruamentos ao estabelecimento do definitivo aspecto de aglomerado compacto teve a ver com dois factores: o acaso das condições e a "visão" dos maiores empreendedores neste espaço, que designámos por "constructores de bairros".

Comparando com o desenho rectilíneo das Avenidas Novas, que o circundam, ou até de Campo de Ourique, ressalta um contraste. A não-programação deste edificado parece ser o resultado da acção de uma pequena iniciativa privada, fornecedora de habitações acessíveis a grupos sociais de menos recursos. Distingue-se, porém, ainda este tipo de acção edificadora da que se encontra noutros espaços, que o poder camarário desenvolve ou simplesmente se vê obrigado a reconhecer, onde se aglomeram "populações flutuantes" (LEDRUT, 1969, p.78 e ss.) que ocupam a base da pirâmide social da vida urbana.

São complexas as relações estabelecidas entre a Câmara Municipal, representante do poder exterior - da cidade envolvente - e os proprietários e constructores do bairro, agentes determinantes no processo de mudança do espaço analisado.

Uma primeira questão que se coloca é a da autoridade efectiva da vereação no desenhar do crescimento da cidade. É manifesto um desacerto entre a visão camarária e a destes actores locais (20) que resulta em constantes indeferimentos a projectos dos proprietários e, que muitas vezes, são mais tarde "esquecidos" com o pagamento de uma multa, chegando a municipalizar-se ruas particulares repletas de prédios

anteriormente rejeitados.

O sistema em que se processam estas relações assemelha-se à compressão e descompressão de uma válvula. Em certos períodos, a Câmara parece aceitar no seio da área que administra as construções semi-clandestinas destes construtores, proprietários e especuladores, reconhecendo tais modificações após um simbólico pagamento e perante o cumprimento de requisitos como: a adopção pelas ruas edificadas por estes, de nomes instituídos pela Câmara Municipal, a concessão por parte dos proprietários de terrenos à Câmara e o cumprimento da contribuição fiscal. Noutros períodos, a autoridade camarária aparece-nos inflexível, levando às últimas consequências ameaças de demolição de prédios em construção ou já construídos.

Duas ordens de razões parecem estar na explicação deste tipo de fenómeno. Em primeiro lugar, a dificuldade da Câmara em impôr uma autoridade continuada e consequente no que é referido como "o combate aos abusos na construção". A este nível, parece ter papel fulcral a autoridade que os dirigentes camarários detêm, ou mesmo certos funcionários influentes, e a atitude mais ou menos permissiva que estes vão tendo perante tais "concessões", que pode resultar em decisões divergentes emitidas pela edilidade em momentos diferentes. Todavia, a questão parece centrar-se na estruturação de relações de privilégio com certos construtores, podendo até falar-se dos intitulados "construtores da Câmara"(21) que são quem normalmente se

arrisca a edificar aglomerados arruados, mesmo quando de início o seu projecto não é aprovado.

Como aconteceu com todos os maiores construtores da zona estudada, este tipo de operadores, que pertencem à área de influência de grupos de pressão coniventes na edilidade camarária, arrisca-se em muito menor grau a ser sancionado, atendendo às precedentes libações para os seus actos semi ou absolutamente clandestinos.

Outra ordem de razões, menos do âmbito do interconhecimento e das razões individuais tem a ver com a incapacidade da Câmara, quantas vezes assumida através de discursos de vereadores seus (22), em executar planos, ou mesmo em os elaborar, de modo a alojar os novos habitantes, resolvendo igualmente situações críticas de habitação vindas de outros tempos. É notória a referência, já durante a República (anos 20), aos "bairros de lata" e ao facto de estes se apresentarem como a resposta que os novos habitantes, com o conhecimento da edilidade, encontram para resolver o seu vital problema de um espaço para habitar.

5. Os actores de uma "urbanização-não-programada"

A construção de um bairro numa fase de crescimento urbano é um campo riquíssimo para investigação pela quantidade de intervenientes e de informações suscitadas em torno dos proprietários, dos construtores e dos habitantes. O impressionante número de requerentes de obras nos terrenos

correspondentes ao futuro bairro (463 no período entre 1910-1938) não podem, todavia, ser lidos independentemente da dinâmica própria das relações sociais entre grupos de interesse e as solidariedades familiares e amiciais que se projectam na ocupação de um espaço e na sua vivência.

Temos, pois, de atender à importância que esses construtores e/ou proprietários têm a nível local, ou mesmo geral, em que consiste a sua actividade construtiva e que redes de contacto estabelecem no âmbito da realização de tais iniciativas.

Os actores principais, que dimensionam o edificado do bairro com a construção dos seus "bairros particulares", são operadores que transformam terrenos seus, ou por si adquiridos, em zonas de intensa construção. Esta maneira de construir está generalizada na cidade dos anos 20 e 30, e mesmo na cidade posterior, e é reveladora do "desordenamento urbano" apontado por J.A. FRANÇA, que na sua obra Lisboa... nos indica os exemplos do bairro Brás Simões e do bairro Andrade.

No nosso caso, no principal período de edificação (1910-40), operam 5 destes "construtores de bairros"(23), pontificando dois dos quais pela dimensão do seu construído - F. Neves Piedade que contrói o bairro a que é dado o mesmo nome, depois chamado Bairro da Bélgica e J. Joaquim dos Santos que contrói maioritariamente o que se chamaria Bairro Santos. Estes dois "construtores de bairros" são antes de mais construtores da cidade, mantendo por isso com o bairro, pois

não são aqui moradores, uma relação mais distanciada do seu objecto de execução e da própria vida local.

Apesar de também existirem moradores no bairro que constroem noutras zonas da cidade e não na área de residência, os restantes "constructores de bairros" além de aqui residirem, também aqui controem preferencialmente. São eles Manuel Catarino, Pedro José da Silva e Manuel Maria Santos Paiva, que pelo facto de habitarem as suas propriedades aqui no Rego, dão ao próprio acto de construir um sentido diverso dos anteriores pois não constroem no espaço vazio, antes reestruturam o espaço das suas quintas.

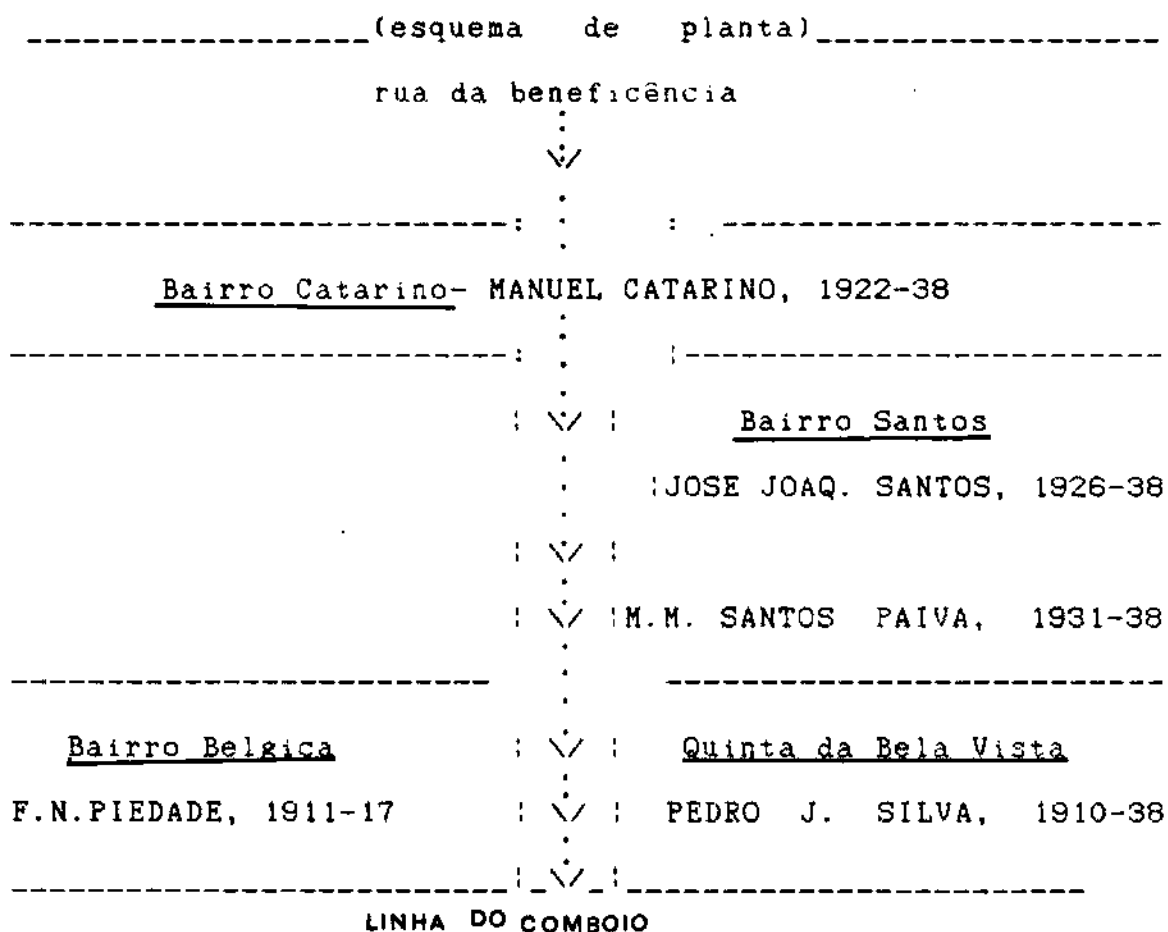
P.J.SILVA constrói uma série de edifícios num dos extremos da sua Quinta da Bela Vista, orientados por vários arruamentos enquanto M. CATARINO e M.M.S.PAIVA edificam também nas suas quintas, ficando contudo as suas edificações depois abrangidas pela designação mais ampla de "Bairro Santos".

Este conceito de "construtor de um bairro" é, porém, por vezes, alargado a constructores que atingem uma certa importância local, aparecendo mesmo um construtor - J.T. Medeiros - referido nos documentos camarários como sendo detentor de um bairro próprio.

Em resumo, com estes "actores principais" salienta-se o desenvolvimento de uma relação local-global, em que a intervenção do construtor do exterior é fundamental na definição do espaço edificado, embora o proprietário local pretenda acompanhá-lo investindo nesta importante actividade

financeira. Distinguem-se estes dois tipos de operadores pelo facto de os primeiros se estabelecem localmente com o intuito de construir, vender e depois abandonar o local, procurando novas zonas para erguer novos "bairros", parecendo os segundos estar mais interessados em actuar continuamente na zona de residência (Figura nº 11).

FIGURA Nº 11 - Períodos de actuação dos "construtores de bairros" no Rego, segundo os registos camarários até 1938



Os outros actores, "constructores de edificios", distinguem-se dentro da categoria dos proprietários pelo facto de construirem no seu terreno a sua própria habitação, ao contrário daqueles sobre quem encontramos variadas referências a construções na zona e até fora dela. A pertinência da distinção prende-se com o próprio limiar da noção de construção civil enquanto profissão, distinguindo-se estes, que com o fim estrito da edificação de casa própria fazem uso da construção civil, dos "constructores de bairros", profissionais da actividade.

No entanto, alguns problemas de ordem prática se colocam na apreciação destas diferenças como sejam: por um lado, o aparecimento do nome do proprietário do terreno, do seu construtor e até de compradores de edificios ou mesmo moradores, separadamente, em requerimentos distintos, não sendo fácil saber quem são uns e outros, o que empola o número dos actores envolvidos na construção; por outro, o facto de existir construção de casas que se dizem para habitação própria mas onde os proprietários não residem habitualmente ou mesmo onde não residem.

Alguns aspectos podem, todavia, ser esclarecidos. Note-se que a esmagadora maioria dos requerentes de obras não aparecem mais que três vezes citados, e quase sempre referindo-se à mesma propriedade (431 dos 463 detectados), alertando-nos, contudo, a repetição de certos apelidos, alguns pouco habituais, para a hipótese de os familiares desempenharem um papel importante ao aparecerem como autores

de requerimento feitos à Câmara Municipal, para obtenção de facilidades por parte dos autênticos construtores.

Esta constatação foi confirmada pelos casos em que a mudança do nome do requerente, para a construção numa propriedade, passa para outras pessoas com o mesmo apelido, como acontece com os Perna, os Paiva, os Miranda ou os Castanheira.

Noutras circunstâncias esta transmissão também se dá, quando os construtores são impedidos de exercer temporariamente a actividade, como por exemplo acontece a Manuel Catarino, por queda de um prédio da sua responsabilidade, e edificam em propriedade alheia (Maria José David) sob o nome desta.

Se bem que não se possa confirmar, em muitos casos, quais destes requerentes são proprietários e construtores, há um aspecto a ressaltar; esta é uma zona em que a construção particular, para efeitos de habitação própria ou de familiares, tem uma dimensão importante. São disso características as vivendas e moradias edificadas em todo o Bairro da Bélgica, e de que restam algumas na Rua Dr. Alvaro de Castro (24), e o que resta da "zona de vivendas", segundo designação de antigos moradores, existente no denominado Bairro Santos(25).

Os casos detectados de construtores profissionais a operar nesta zona são ainda 27, e que habitando ou não o bairro, aí construíram alguns edifícios, sendo a característica dominante em todo este período de construção, o uso das

antigas propriedades rurais e a sua remodelação, com vista à construção de "casas abarracadas" (designação dos próprios), que serviam, fundamentalmente, nesta época, para alojar a população das indústrias instalada nas redondezas.

No geral, contudo, o processo de edificação e de estruturação do bairro esteve nas mãos de três dos construtores referidos (Neves Piedade, Pedro J. da Silva e J.J. dos Santos) que ao utilizarem planos particulares de arruamentos e edifícios, deram uma hipótese de durabilidade às suas construções com que os edificadros improvisados, instalados nas quintas, até aí não contavam.

Quanto à intervenção de outros construtores, ela tende a aumentar de modo significativo. Se até 1921, época principal da construção do Bairro da Bélgica, os requerentes não ultrapassam os 120, em 1938 o seu valor quase quadruplicou (Anexo nº 2), o que se prende com a maior disponibilidade de espaço e com a maior intensidade construtiva local. Esta última é incentivada pela incessante chegada de novas populações, estimulando mais indivíduos a envolverem-se numa actividade lucrativa, ou nalguns casos levando estes a tentarem resolver o seu problema habitacional.

Em síntese, a análise do processo de edificação deste bairro permite-nos fazer luz sobre alguns aspectos fundamentais para a compreensão da própria vida local e da sua população.

Em primeiro lugar, a estratégia camarária em relação a este espaço apropriado pelo crescimento urbano; parece ter

passado por uma atitude fundamentalmente distanciada da edilidade, a qual apenas procurou manter em relação ao Rego uma acção reguladora na medida das suas pretensões, por oposição ao que acontece num espaço concomitante, onde apostou decisivamente numa urbanização programada (Avenidas Novas) e para onde vêm residir grupos populacionais distintos, como apontámos no capítulo anterior.

Em segundo lugar, a dinâmica construtiva dá-nos indicações sobre a forma como os "actores-moldadores" da cidade aprogramada se comportam, e como se relacionam no quadro das estruturas do poder urbano. Sabendo-se, antecipadamente, que se trata de uma actividade da maior importância numa cidade incapaz de albergar devidamente a população que já aí reside (e a restante que continuamente acolhe), fica por saber como é que os que nela interferem local e globalmente, dela se fazem uso.

Pensamos que nesse sentido a multidão de intervenientes envolvidos no processo de edificação nos esclarece em certa medida, dando-nos a ideia de uma pluralidade de intervenções locais onde a confrontação e/ou a aliança entre pequenos e grandes detentores de propriedade é o pano de fundo do desenrolar da urbanização.

Sob a cobertura pactuante dos reponsáveis da edilidade, impotentes para dar por si resposta ao desafio da cidade em expansão e às redes mais ou menos amplas de agentes imobiliários, deparamo-nos com um mundo de relações particulares, em que muito do futuro do edificado urbano de

Lisboa foi ficando decidido.

A construção é, pois, levada a cabo por grupos e/ou indivíduos que surgem associados e que estabelecem estratégias momentâneas face à possibilidade de um bom investimento comum. Deste modo, encontramos associações precárias de construtores (26), sendo vulgar assistir à passagem da documentação das construções dos nomes de uns para outros operadores, os quais anteriormente haviam estado associados.

Os nomes vão-se repetindo nos pedidos feitos à autarquia, surgindo sempre novas e potenciais combinações antes não experimentadas de indivíduos ou de sociedades por estes formadas (27). Constroem, estes, para além dos limites de um bairro ou mesmo de uma zona; actuando, nos casos aqui detectados, em zonas de mais intenso crescimento (28) e em que a edificação é uma tarefa primordial.

São deste modo formadas teias, mais ou menos solidárias de interconhecimento, que emergem em toda a cidade, sobretudo nas zonas de crescimento, e em que tomam parte tanto os construtores, normalmente pedreiros promovidos, como os proprietários, como até vizinhos e conterrâneos. Extensas, estas redes organizam-se de uma forma segregadora em relação a Outros, os que não se inserem nestas redes, e face aos Estranhos a esta actividade, encontrando-se, no entanto, estes grupos hierarquizados em função dos domínios de uns e outros construtores, das suas redes de influência individual, o que é, particularmente, visível em relação ao que chamámos

"construtores de bairro", que pela ousadia das medidas tomadas, iniciando obras de grande envergadura clandestinamente sem que nunca as punições daí resultantes sejam para estes de maior monta, revelam o seu conhecimento prático em relação aos procedimentos a que estão sujeitos em consequência da sua actuação.

6. As características de um bairro periférico: funções e actividades

As zonas periféricas, atingidas pelo crescimento urbano, estão sujeitas a uma ocupação espacial significativamente diferente da dos centros das cidades. A tendência para a concentração das actividades terciárias mais importantes no centro e a existência de bairros e de zonas industriais em áreas periféricas marca num primeiro momento tal distinção (R.LEDRUT, ob.cit., p.49; M.ROCHFORT, Enc.Univ., vol.16, p.491). Assim, o alargamento da área edificada da cidade vai forçando a que as indústrias, produtoras de diversas formas de poluição mas sobretudo ocupadoras de grandes espaços, agora altamente valorizados pelos preços dos solos urbanos, se venham a deslocar progressivamente das zonas onde antes se situavam para zonas cada vez mais distantes dos centros urbanos.

Ao longo da primeira metade do nosso século, o Rego sofre uma intensa edificação que o transforma numa área residencial, modificando o seu habitual desempenho de

funções(29). Diferentemente vivendo este espaço, os actores que aqui intervêm fazem-no com motivações diversas, pretendendo os "empreendedores de construção" (30) tirar a maior rentabilidade do terreno que possuem para explorar, enquanto os moradores e os trabalhadores procuraram nele outras virtualidades.

Este espaço assume várias funções que não são separáveis, e que antes são estruturadoras do espaço e da vida do bairro, quer pela anterioridade de umas, quer com a remodelação da vida local, com a emergência de outras. Desta maneira, as sucessivas lógicas de partilha do espaço (31) resultam do modo como os actores (habitantes e outros intervenientes locais) aqui se foram estabelecendo, sendo visíveis nas formas como se organiza e modifica a realidade sócio-espacial.

Tornando-se com a edificação, a partir dos anos 10, um espaço residencial por excelência, mas preservando o espaço reservado à(s) indústria(s), como ainda aos serviços, o Bairro do Rego apresenta-se como uma unidade vivencial caracterizada pela sua multifuncionalidade (R.LEDRUT).

a) função residencial

Sendo esta a mais constante das suas funções desde que se iniciou o seu processo de edificação, ela é, no entanto, visivelmente diferenciadora em relação aos seus habitantes. Como já indicámos, existem tipos de construção muito

variados, desde a moradia, ao prédio, ao barracão, os quais servem, distintamente, de habitação para os diversos grupos sociais.

A instalação dos operários fabris nas casas abarracadas das quintas ou nas barracas em campo aberto; a co-habitação de várias famílias em andares de prédios em fase acelerada de degradação, coincide espacialmente com a residência de construtores e empregados do terciário, e funcionários de diversa ordem, em outros prédios ou mesmo nas vivendas.

Falar do genérico "bairro" camufla a variedade dos modos de habitar, sendo disso exemplo, a propósito da instalação maciça de barracas nesta zona, e que terá o nome popularizado de "Bairro das Minhocas", a utilização por parte destes moradores da designação do "bairro" concomitante -Bairro da Bélgica- para identificar a sua habitação para efeitos legais, surgindo assim uma numeração paralela à das ruas deste aglomerado que atinge a ordem das centenas e até dos milhares (vd. intimações para demolição nas Actas C.M.L., 1926-27).

Dissecada a função residencial do bairro, não podemos ignorar a diversidade de situações que abarca o duplo sentido que se pode dar a esta função: ou se entende o residir como o "tecto", o local de residência da unidade social elementar, ou como o espaço construído e vivido, onde se estabelecem as relações sociais num âmbito local(32), se bem que estes níveis sejam indissociáveis e inter-explicativos(33).

Várias indicações nas Actas Camarárias dão-nos a ideia

para o período que aqui abordamos de que existiria uma população já então assinalável. Nas duas primeiras décadas do século as referências ao bairro são fundamentalmente de pedidos para a sua infraestruturização, os quais têm segundo fôlego na 2ª metade dos anos 20 (luz eléctrica, água, gaz, melhoramento das ruas).

Contudo, já em 1917, aquando de uma proposta feita à vereação (Actas da C.M.L., 31.10) por Luís César Magalhães Peixoto, para instituir uma escola primária no bairro identificado como "ao Apeadeiro do Rego e arredores (Palma e Telheiras)", o argumento mais poderoso utilizado por este proponente, fôra precisamente o tratar-se de "um populoso bairro". O mesmo aconteceria em 1924 (Actas da C.M.L., 16.7, projecto do Eng. António Belo) em relação às conclusões do estudo para a "localização de um mercado geral de peixe" que apontam para a "construção de diversos mercados de distribuição a pontos mais populosos e afastados do centro (...) aproveitando a linha da cintura de Alcântara" sendo salientados o Rego, tal como Campolide, Chelas e Xabregas.

b) função de trabalho

Fornecedora de trabalho, sobretudo às populações das redondezas, esta zona, onde está integrado o Bairro do Rego, é marcada por uma grande diversidade de actividades que aqui se concentram. A razão deste fenómeno parece radicar na sua localização, distanciada do centro de funções marcadamente

terciárias, facultando o espaço necessário para a instalação de indústrias, e simultaneamente, bem situada em termos de transportes, particularmente facilitados com a proximidade do apeadeiro do comboio, meio de ligação indispensável entre a cidade e os seus arrabaldes.

Porém, na nossa análise apenas se compreendem as actividades situadas na área estrita do bairro, apesar da interligação com os espaços próximos - em termos de trabalho - ser bastante intensa. Esta necessidade de precisar o espaço a analisar não impede de observar que são as próprias actividades desenvolvidas que vão marcando os seus espaços de domínio à medida das suas carências: a indústria é detentora de um espaço delimitado que tem de atender à instalação de maquinarias e dos materiais que lhe são necessários, enquanto o trabalho agrícola se gere em função das extensões variáveis que lhe aparecem disponíveis.

Dado que o nosso trabalho se restringe temporalmente à fase de edificação intensa na zona do Rego, importa-nos salientar a continuidade de espaços vazios, anteriormente cultivados ou não, que se foram instituindo como zonas de separação entre os vários construídos.

Quanto às diferentes actividades a sua importância nesta fase, que decorre na 1ª metade deste século, é variada. Assim, as referências às actividades agrícolas só esporadicamente aparecem nas Actas Camarárias, surgindo estas informações de forma esparsa e com tendência a desaparecer. Em 1900, a propósito da apanha de azeitona numa oliveira

junto ao apeadeiro do Rego (13.12, p.542), em 1907 referindo a construção de uma vacaria na Estrada de Palma (29.9, p.328). Não se afigurando do domínio camarário o controle de tal tipo de actividades, a manutenção de características agrícolas são salientadas nas entrevistas em relação ao período que decorre até à construção do Hospital de Santa Maria (anos 40), época em que a fisionomia envolvente se reestrutura por completo (34).

A actividade que mais importância assume no período de edificação inicial do bairro, até aos anos 40, é sem dúvida, a industrial. Assim, a ocupação do espaço disponível (as quintas) vai gradualmente, sobretudo a partir do início do século, tendendo a ser de tipo industrial, substituindo a tradicional forma de utilização do espaço destas quintas. Curiosamente, com o funcionamento do Hospital de Santa Maria, e em definitivo com os anos 60, o ciclo agrícola já então encerrado é acompanhado pelo fechar do ciclo industrial.

Note-se, porém, que as actividades industriais a que nos referimos são principalmente oficinais e artesanais, muitas vezes instaladas em edificações precárias, susceptíveis de constantes realojamentos no espaço disponível de quintas e aterros. O armazenamento de materiais diversos é, cremos, a função mais constante destes espaços, que ainda hoje são observáveis ao longo da Azinhaga da Torrinha. Inicialmente, serviam de apoio a actividades agrícolas, passando mais tarde a desempenhar a mesma função em relação às indústrias. Nos nossos dias, ainda persistem indústrias oficinais e

artesanais (de tipo familiar) no espaço integrado do bairro, ligadas particularmente à construção civil (serrações...) e armazéns de empresas aqui sediadas ou de zonas mais centrais, mas também oficinas de ofícios (carpintarias, estucadores...) ou de mecânica (oficinas de automóveis e garagens).

Ao longo da fase de construção do bairro, algumas indústrias se destacaram pela dimensão que tomaram e pela quantidade de pessoas que empregaram; nalguns casos, levando os seus proprietários a construir "vilas" para os seus trabalhadores em "arruados" próximos. Uma delas foi a fábrica de tijolos, telhas e alguidares "do Lino", que na expressão de uma das entrevistadas "dava trabalho a muitos dos que vinham para aqui viver(...) [e que] quando(...) fechou, já depois do hospital ter sido construído, fez falta a muita gente porque trabalhavam lá muitos trabalhadores(...), era das casas que dava mais trabalho às pessoas do bairro".

Outro exemplo é o da Fábrica Piral e Rompível, conhecida pela "fábrica das borrachas", instalada nos anos 60 na Paiã, e que empregava sobretudo "mulheres(...) na parte final da feitura dos pneus", nas palavras de um outro entrevistado.

Foram muitas as indústrias aqui instaladas, das mais artesanais e familiares, em maior quantidade, às de média e grande dimensão, quase todas estando ligadas ao mesmo tipo de actividades, exceptuando-se unicamente a fábrica de sabão da Sociedade Trevo, na Azinhaga da Torrinha, e numa área mais distante, a fábrica de malhas da firma Simões, na Quinta de Dã Quitéria, ficando já a uma distância considerável, a velha

fábrica de lanifícios do Campo Grande. Para além destas, todas as outras indústrias, diferentemente dimensionadas, que encontramos entre 1900 e 1938 estão ligadas mais ou menos directamente à construção civil.

Primeiro, são as fábricas de telhas onde igualmente se fabricam tijolos e algumas cerâmicas que se estendem até Telheiras, o que pela informação de um entrevistado, sr. G., se deve às características do solo e à abundância de água nesta zona da cidade. Depois são as serrações de lenhas e os seus armazéns, os depósitos de cal, oficinas de cantarias e artigos de cimento armado(35). Em termos temporais a referência a tais actividades industriais surge na seguinte sequência (apenas damos conta da primeira indicação conhecida):

- 1905 FÁBRICA TIJOLO E TELHAS (fornos cobertos) - JOSÉ GREGÓRIO DOS SANTOS - Palma de Cima
- 1918 EXPLORAÇÃO DE BARRO - 3ª Rep. C.M.L. - A.Aug.Aguiar
- 1920 FÁBRICA MALHAS - SIMÕES & C. LDA - Qt. Sta. Quitéria
- FÁBRICA TIJOLO - JOSÉ N.C. SILVA - Desaterro Mercado Geral de Gados
- 1921 EMPRESA SERRAÇÃO INDUSTRIAL LDA. - Qt. das Freiras
- 1922 FORNO COZER TIJOLO - A CONSTRUÇÃO LDA. - Az. FONSECAS
- 1926 FÁBRICA TIJOLO - DESCONHECIDO - Az. Asno
- 1927 FÁB. SERRAÇÃO LENHAS - J.A. COSTA PINTO - Qta. do Ferro
- 1928 DEP. MATERIAIS CONSTRUÇÃO - JOÃO MACEDO LDA -Az. Asno



- OFICINAS DE CANTARIAS - PARDAL MONTEIRO LDA-R.Benef.
- 1929 OFICINA BLOCOS CIMENTO - COMP.SEG."LEX"- R.Cris.Fig.
- 1932 OFICINA ARTIGOS CIMENTO ARMADO - MANUEL RODRIGUES -
Az.Asno (defronte à fábrica)
- 1933 ESTÂNCIA MADEIRAS - JOÃO DUQUE - Qta. Lagar Novo
ESTÂNCIA MADEIRAS E BLOCOS CIMENTO - JOÃO MACEDO LDA
Az.Torrinha
- DEPÓSITO CAL E MATERIAIS CONSTRUÇÃO - LUIZ SERRANO -
Qta das Freiras
- 1934 DEPÓSITO CAL - ANTUNES & BAPTISTA- Az. Torrinha
- 1935 ESTÂNCIA SERRAÇÃO E DEPÓSITO LENHAS - ANTÓNIO J.
CABRITA - Qta. Ferro
ARMAZÉM MADEIRAS - MANUEL RAMOS - Az. Torrinha
ESTÂNCIA MADEIRAS - JOSÉ T. PEDROSA - Az. Torrinha
- 1936 DEPÓSITO MATERIAIS - PEDRO J. SILVA - Az. Torrinha
- 1937 DEPÓSITO FERRAGENS E PAPEL VELHO - MANUEL CARVALHO -
Az.Torrinha

Como já dissemos, a partir dos anos 40 e 50 inicia-se um processo de reinstalação de tais fábricas noutros locais mais periféricos que tem a ver com o alargamento das áreas de influência da cidade em crescimento, e que dá origem a uma transformação gradual do estatuto do bairro da fase inicial de edificação, que passa a ser definido como fazendo "parte da cidade". Este processo completa-se nos anos 60, tendo para o efeito contribuído o envelhecimento do parque de máquinas, em particular com a obsoletização do material utilizado e já

há muito instalado, acelerando decisivamente o desaparecimento destas unidades de tipo industrial(36).

c) função de serviço

Entendemos esta função a dois níveis distintos, os quais são passíveis de coexistir em qualquer espaço urbano definível, particularmente com as características periféricas deste.

Num primeiro nível situa-se o fornecimento de serviços à população do bairro, em especial o comércio local, que se vai implantando à medida que a construção da zona edificado avança; um outro tem a ver com a utilização deste espaço por parte de entidades exteriores, das quais já referimos as ligadas à indústria, para aqui implantar a sede das suas habituais actividades ou apenas tendo em vista o armazenamento de materiais do seu interesse dada a relativa disponibilidade espacial.

As informações existentes sobre o comércio local só começam a surgir sistematicamente a partir do final dos anos 20, o que não invalida a existência anterior de estabelecimentos refratários ao controle camarário. Contudo, ressalta a ideia de que o acelerado crescimento do edificado, e correspondentemente de população no local, na segunda metade da década de 20, tal como confirmam os elementos sobre a construção do bairro, estimula a instalação de variados tipos de comércio.

Assim, até 1928 as informações disponíveis indicam a existência de apenas 7 lugares comerciais, todos eles fornecendo serviços alimentares: mercearias e venda de carnes na zona da Rua da Beneficência e do Bairro da Bélgica. Tal situação é explicável pela dispersão da construção até então realizada e pela relativa pouca importância que a zona de maior concentração de edificado ainda tinha, para que aí se estabelecesse uma completa rede de abastecimentos.

Todavia um elemento fundamental funciona nesta época em termos de abastecimento à população local: o comércio ambulante. São ainda bastantes os pedidos (37) feitos à Câmara para a prática deste tipo de comércio no local (em número de 12), havendo uma diversidade de produtos oferecidos e que vão das "mercearias", a consertos, à venda de artigos variados. A existência destes pedidos leva-nos a pensar que é muito maior o número de vendedores que não procuram a permissão camarária dada a própria característica ambulante deste comércio.

A partir de 1928, praticamente desaparecem as referências aos ambulantes e, em contrapartida, cresce de forma acentuada o número de pedidos para alvará sanitário de estabelecimentos comerciais, que vai aumentando gradualmente até 1938, ganhando diversidade o tipo de serviços propostos à população(38).

QUADRO Nº 9

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO BAIRRO DO REGO

ENTRE 1928-1937, SEGUNDO OS PEDIDOS PARA ALVARA SANITARIO

FEITOS A C.M.L.

	(a)MERCERIA	CARVOARIA	COMIDAS	TALHO(b)	DROGARIA(c)
1928	1	1	1	0	0
1929	1	2	2	0	0
1930(d)	-	-	-	-	-
1931	2	3	1	0	1(e)
1932	0	0	2	3(f)	0
1933	7	6	2	0	1
1934(g)	3	5	1	1	0
1935	5	4	0	0	3
1936	6(h)	2	3	1	1
1937	17(h)	1	0	2	2(i)
TOTAL	42	24	12	7	8

a) os três primeiros itens incluem VENDA DE VINHO; b) inclui PADARIA; c) inclui FARMACIA E OUTROS; d) não dispomos de informação para este ano; e) 1 farmácia; f) 1 padaria; g) não dispomos de informação para o 1º semestre; h) 1 leitaria; i) 1 casa de hóspedes

Quanto à outra perspectiva da função de serviço, liga-se fundamentalmente às características do próprio espaço. Se

esta zona, do ponto de vista comercial não é estimulante para a instalação de certo tipo de comércio especializado ou de serviços prestados, como sejam dependências bancárias, departamentos de estado e outros, como acontece com as Avenidas Novas(39), é já desta época o particular interesse da zona para a instalação de actividades que impliquem mais espaço ou para o armazenamento de materiais.

Deste modo, é comum que empresas instaladas no centro da cidade comprem terrenos e aqui instalem barracões ou construam edificios. Repetem-se os casos: a Companhia de Seguros "Lex", com sede na Rua de S. Paulo, adquire um terreno no final dos anos 20, seguindo-lhe o exemplo a Companhia de Seguros "A Mundial", com sede no Largo do Chiado, no princípio dos anos 30, vindo aqui construir estas seguradoras - prédios e barracões no caso da "Lex" e prédios para garagem e arrecadações no caso de "A Mundial".

Outras empresas privadas, e até públicas, procuram também espaço para as suas arrecadações: temos o exemplo da Sociedade de Açúcares, com sede na R. São Julião, ou a empresa J.J.Fernandes que constrói "uma casa destinada a garagem" num terreno por si adquirido.

Porém, a condição periférica deste espaço fica, particularmente, evidenciada pelo facto de este ter nas imediações áreas que servem de destino dos "lixos e imundícies" de uma vasta zona urbana que em redor cresce(40). A criação desta lixeira em "campo aberto" funciona ainda durante alguns anos, dos quais temos informações para os de

1916, 1922, 1925 e 1926, sendo utilizados dois diferentes espaços nestas imediações no ano de 1916. Inicialmente, o vasadouro foi na Quinta de São Lourenço, em Palma de Cima, e depois na década de 20 na Quinta da Nazaré, também em palma de Cima, embora todas as propostas para a arrematação dos lixos e imundícies desta vasta área sejam referentes à zona do Rego(41).

Síntese do capítulo

A urbanização feita ao Rego não transformou a sua condição de espaço periférico, antes evidenciou, pela forma como a edificação decorreu, a peculiaridade do seu posicionamento no quadro amplo das relações inter-espaciais no contexto urbano.

A aprogramada edificação levada a cabo por operadores da construção civil, que actuam por toda a cidade que cresce de forma aplanada, tem neste âmbito local algumas particularidades.

Não só se destaca a pouca identificação e desagregação da zona ao Rego, então sujeita a um acelerado processo de urbanização, o que favorece uma construção sem concepção definida, como esta, faz emergir a questão, a nível global da cidade, da heterogeneidade da produção do espaço urbano, isto é, da variedade de construções que se edificam nestes espaços de indefinição urbana, dos diferentes ritmos dessa edificação e da quantidade de intervenientes no processo, o que conduz a que se estabeleçam várias "urbanizações" nas proximidades umas das outras sem que qualquer plano comum tenha sido traçado.

Como campo fundamental de pesquisa evidencia-se o das estratégias individuais e de grupo no acto construtivo, permitindo a possibilidade de as analisar, do ponto de vista legal, lançar luz sobre as divergências de interesses dos

principais intervenientes: os construtores, os proprietários e a Câmara Municipal, que marcam a própria dinâmica do crescimento urbano. É neste complexo jogo de interesses e de actuações, em que a população residente é ainda uma componente a atender, que se define a realidade urbanística e residencial nas áreas urbanas.

Destaca-se ainda a diversidade de funções dadas a este espaço pelos que interferem na vida local quer no campo habitacional como a nível produtivo e no âmbito dos serviços. Estas funções encontram-se aqui compatibilizadas graças às características desta área, já que a existência de importantes áreas desocupadas nas quintas facultam a possibilidade de instalação a construções diversas.

IIIª PARTE

A REALIDADE LOCAL URBANA: UMA VISÃO ESTRUTURAL
DA ACTUALIDADE (1950-1985)

INTRODUÇÃO

O enquadramento local que se desenha com a construção do Hospital de Santa Maria vem dar novos contornos à vida das populações do Rego tal como ao entendimento deste espaço no contexto urbano.

As modificações da cidade, mas também as desta sua parte específica, justificam um tratamento diferenciado em dois períodos distintos, tanto mais que a passagem da década de 40 para a de 50 é acompanhada do ajustamento definitivo da estrutura edificada do bairro na forma como nos nossos dias a conhecemos.

O desafio está posto: perante um bairro tal como hoje o encontramos, o que é nele persistência de uma estruturação antiga e o que é que resulta das alterações que sucessivamente foi sofrendo.

Assim considerámos da maior importância articular aspectos que têm a ver com a continuidade de um modo de ocupação do espaço, da fixação particular de certos grupos sociais com aspectos que resultam da sua transformação. Daí, que olhemos os edifícios como resultado de uma construção colectiva e de uma intervenção específica de actores residentes e de outros agentes, que observemos os moradores como pessoas com histórias diversas a que correspondem percursos individuais e colectivos, modos próprios de estar e de viver o espaço onde

residem, onde trabalham, ao qual estão ligados.

Por realidade local urbana entendemos a especificidade e a universalidade de um bairro, cujo aparecimento o crescimento urbano favoreceu, e, que tendo de particular tudo aquilo que o distingue dos restantes, ainda assim funciona enquanto local de observação privilegiado dos processos de crescimento urbano e de migração para a cidade, atendendo ao modo como estes interagem e se reflectem nas formas de sociabilidade estabelecidas a nível local.

Com vista a dar resposta ao desafio que nos colocámos, e na continuidade dos capítulos anteriores - que nos introduzem na realidade deste espaço urbano - procuramos traçar um panorama das principais questões que na nossa perspectiva de análise se colocam.

Num primeiro capítulo, desta Parte que versa a época mais actual da vida do bairro, tivémos como objectivo caracterizar os modos como o espaço e a população se modificaram ao longo das últimas três décadas e meia.

De seguida detivémo-nos na questão da importância da componente migratória na composição da população residente, considerando aspectos como a origem geográfica destes habitantes e o estabelecimento de redes de interconhecimento a nível do espaço local, como ainda a constituição migratória e geracional das unidades residenciais.

Por fim, não pudemos deixar de num capítulo final evidenciar o modo como funcionam localmente as identidades e como se estabelece o interconhecimento no âmbito da vida da

cidade em geral e do bairro em particular.

CAPÍTULO I

CONTINUIDADE E MUDANÇA NO CONTEXTO DA "CIDADE MAIOR"

1. O processo de reedificação do espaço ocupado

Nos anos 50 quando é iniciado o funcionamento do Hospital de Santa Maria, inaugurado a 27 de Abril de 1953, o Bairro ao Rego tinha a sua área de implantação totalmente definida (vd. Figura nº 9). Do exterior, encontrava-se delimitado por um conjunto de terrenos particulares ou camarários que o circundavam a toda a volta, os quais muitas vezes estavam ocupados com construções "espontâneas".

No quadro da integração do bairro na vida urbana, a construção do Hospital de Santa Maria, instituição de utilidade colectiva no contexto da cidade, é o sinal de uma mudança estrutural que se está a efectuar.

Ao contrário do que acontecera com o Hospital do Rego, construído nesta zona no intuito de afastar os doentes infecciosos da zona central da cidade, a edificação das novas "construções hospitalares" no limite do perímetro urbano, tem a ver com a necessidade de "espaço vital" para a criação de infraestruturas de acesso a um local com tamanha

frequentação.

Os necessários transportes e serviços de apoio hospitalares obrigavam à ocupação de um vasto terreno para atender a uma população sempre mais numerosa, ficando mais próximos do centro todas as áreas residenciais situadas aquém-Hospital, como acontece com o Bairro do Rego.

Situado no limite da zona urbanizada, este bairro foi então confrontado com uma dupla estratégia dos agentes que aí operavam. Uma, global, dá primazia aos interesses da cidade, fazendo desta uma zona de passagem e estruturando-a como "entrada na cidade"; outra, local, em que a reedificação e a valorização do espaço, que não deixa de ser periférico, é dominante. Estas lógicas que não são necessariamente antagónicas expressam a importância que este bairro adquire com a proximidade desta instituição e com o seu, agora, privilegiado posicionamento na circulação urbana.

a) A ocupação do espaço por edificar: as construções da cidade

As fronteiras do bairro, definidas basicamente a partir da linha do comboio, vêm-se reforçadas por esta época. A construção do Hospital de Santa Maria, concluído em 1953, desaloja uma população que se encontrava espalhada entre as imediações do bairro e a zona de Telheiras. Deste processo são sintomáticas as referências que nos surgem nas Actas Camarárias, ao longo do período de execução do empreendimento

(Act. Cam., 12/4/51, demolições no Caminho da Palma de Baixo; Act. Cam. 14/4/52, demolições na Rua da Beneficência), como ainda posteriormente com a construção da Cidade Universitária (Act. Cam. 16/2/56, referência à necessidade de albergar famílias que viviam em Telheiras até ao início das obras da Cidade Universitária).

Com estas modificações que reestruturam toda a área, a ligação à "zona saloia" perde-se e o reforço da integração urbana é inevitável. Troços de acesso ligam, agora, Entrecampos ao Hospital de Santa Maria (Act. Cam. 20/9/52, notícia da construção dum troço da Avenida 28 de Maio) e à Cidade Universitária, cuja edificação então se inicia. A antiga estrutura de ocupação - as quintas - é remetida para zonas mais remotas e os espaços aparentemente desocupados são sujeitos a rápidos processos de fixação de autênticas "colónias de barracas".

Tal situação que se mantém ao longo de toda a década de 50, está retratada a nível da cidade nas constantes discussões na Câmara Municipal acerca do número de barracas na cidade (Act. Cam. 13/4/1950), do aumento da população da cidade (Act. Cam. 19/2/1953), das "gaiolas" que se vão construindo (Act. Cam. 20/11/1952) ou do combate ao excesso de população (Act. Cam. 17 e 29/12/1950). Nestas circunstâncias, também é sentido, em termos mais globais, o grau de desorganização do espaço urbano, de que a iniciativa autárquica da constituição da "federação dos concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais, Loures, Sintra e Almada (...) que é

a ideia em marcha de Lisboa-maior (...) de aglomerados com problemas comuns" (Act. Cam. 14/4/1952, p.13), parece resultar.

Mas, em termos locais, é um grande empreendimento da cidade, para criação de infraestruturas a nível de transportes, que definitivamente marca as fronteiras do bairro. A remodelação desta zona da cidade é feita tendo em vista facilitar o acesso rodoviário ao exterior através da reorganização da Praça de Espanha e com a feitura do prolongamento da Av. António Augusto de Aguiar, assim como com a reestruturação de Sete Rios e com a conclusão da Avenida 28 de Maio.

Já na altura da inauguração do Hospital de Santa Maria tal empreendimento fora referido, em particular, a parte que diz respeito ao prolongamento da Avenida 28 de Maio até Sete Rios, o que aparece ilustrado pelo traçado dado a este troço na planta da C.M.L. de 1963 (vd. Figura nº 12). Porém, o plano com a inclusão de um viaduto sobre a Rua Filipe da Mata, de 1954 (Act. Cam. 16 de Junho), é então adiado.

Só no final dos anos 50, e já nos anos 60, a remodelação da Praça de Espanha e a sua ligação a Sete Rios é incrementada, surgindo vários estudos a propósito do prolongamento da Av. António Augusto de Aguiar, interrompida na Praça de Espanha, e da substituição da estação ferroviária de Palhavã pela do Rego.

Durante duas décadas decorre este moroso empreendimento, sendo inaugurado o conjunto viário designado por

FIGURA Nº 12 - Planta da cidade relativa a 1963 abrangendo o Bairro do Rego e a área projectada para prolongamento da Av. 28 de Maio

NOTA: A seta é da nossa autoria e pretende indicar o sentido do prolongamento da referida artéria

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

Escala: 1/2000

"prolongamento das Avenidas 28 de Maio e António Augusto de Aguiar e respectivos viadutos" em 22 de Março de 1974. Pela sua dimensão, este empreendimento levanta em relação ao espaço a ocupar alguns problemas: em primeiro lugar, com os detentores da propriedade, os quais tendem a reivindicar melhores pagamentos pelos seus terrenos urbanos e, em segundo lugar, com os habitantes clandestinos e semi-clandestinos instalados no terreno para construção, "a população das barracas", que prolifera na zona limítrofe do bairro (Act. Cam. 22/3/1973).

Vista à luz de 1981 (vd. Figura nº 13), a zona do bairro aparece-nos actualmente bem definida, reforçada agora por um viaduto, que integra o prolongamento da Av. António Augusto de Aguiar no espaço desta unidade espacial e que é sobrevoada pela designada Av. dos Combatentes.

Em síntese, diríamos, que se num primeiro momento, a linha do comboio distanciou esta zona (do Rego) do que então se entendia ser a cidade, e se depois o Hospital de Santa Maria a demarca como espaço inserido na "rede urbana", é já, em anos recentes, que o conjunto viário a entricheira entre a cidade, da qual se torna zona de passagem e a memória rural, da qual já pouco resta.

Por fim, refira-se a construção do Mercado abastecedor dos produtos hortícolas, nos anos 50, e a edificação recente do conjunto habitacional e comercial Gemini, que vem marcar a Este o aparecimento de um espaço residencial de contacto com o exterior (entre o bairro e a Av. das Forças Armadas),





FIGURA Nº 13 - Planta actualizada (1981) da área
construída do Bairro do Rego

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa (com base em original de
1970)

Escala: 1/

alterando o sentido da utilização habitual deste espaço periférico para implantação de edificações necessárias à vida da cidade.

Quanto à edificação no local, dada a dificuldade de acompanhar os processos individuais de reedificação, são raros os casos para que dispomos de informação sistemática. Podemos, todavia, salientar que se assiste à reedificação, em espaços já anteriormente ocupados, sendo escassas as iniciativas com vista a preencher as zonas periféricas do bairro, para além do prolongamento ou conclusão de ruas já antes definidas.

Disso são exemplo uma urbanização na Azinhaga da Torrinha e na Quinta das Freiras (Act. Cam. 1962, 1965, 1969, 1970); o prolongamento da rua Portugal Durão (Act. Cam. 1959) ou da rua Francisco Tomás da Costa (Act. Cam. 1962, 1976), e, ainda, um plano para construção de 4 prédios pela CML, para seus funcionários superiores, previsto para 1962 e retomado entre 1967-70.

Numa fase em que o espaço se encontra plenamente estruturado, no que respeita aos seus edifícios de ocupação durável, havendo fracas condições para urbanizações importantes na zona, a dinâmica local deixa de ser "construtiva", para se centrar no "reajustamento" do edificado e das infraestruturas do envelhecido bairro à mutação generalizada. Esta faz-se sentir na zona da Av. de Berna, do Hospital Curry Cabral e na Av. 5 de Outubro (referência nas Act. Cam. 1961), como ainda na Av. 28 de Maio

e a Av. 5 de Outubro (Act. Cam. 1964, 1965, 1966, 1970).

É a penetração de uma dinâmica de expansão espacial que implica derrubar os velhos muros das quintas e alargar ruas estreitas. Todavia, a anterior estruturação espacial do bairro vem condicionar tal surto inovador que se depara, neste caso, com uma passagem de nível, criadora de múltiplas dificuldades a um trânsito cada vez mais intenso, sendo por isso este assunto diversas vezes discutido pelos vereadores camarários, entendendo estes que esta situação é inaceitável "em plena cidade" (Act. Cam. 1959). A resolução deste problema deu-se posteriormente com o escoamento do trânsito pelas vias entretanto executadas, o que veio distanciar mais ainda a vida do bairro no contexto da cidade.

b) O edificado actual: os "bairros" do Rego, a construção de origem e a reedificação

O censo da população de 1981 informa-nos sobre os períodos de construção dos edifícios, agrupando em categorias temporais distintas as construções anteriores a 1919, as que se realizaram entre 1919 a 1945, as de 1946 a 1970 e, finalmente, os edifícios erigidos entre 1971 e 1981, o que nos permite, de uma forma razoável, cobrir as épocas distintas de edificação dos actuais prédios.

Distinguimos 3 zonas que correspondem, de forma global, ao que são as componentes históricas do bairro do Rego: 1) a

zona que abrange o espaço de edificação do "Bairro da Bélgica" (2ª parte, cap. II), o mais antigo no contexto local; 2) o "Bairro Santos" que cobre o maior número de quarteirões dentro desta unidade espacial - 16, apenas contra 8 do "Bairro da Bélgica", e, finalmente 3) a zona do bairro que mantém uma disposição mais próxima da inicial, e que compreende o que resta da "Quinta da Bela Vista" e a principal zona de armazenamento de toda a unidade: a "Azinhaga da Torrinha" (vd. Figura nº 14).

Através da leitura do Quadro nº 10 é possível salientar algumas tendências acerca do edificado actual do bairro:

QUADRO Nº 10 - Distribuição dos edifícios das várias componentes do Bairro do Rego, por épocas de construção em 1981

	< 1919	1919-45	1946-70	1971-81	TOTAL
B. BELGICA	26	87	66	8	187
B. SANTOS	7	112	167	7	293
Q. B. V/AZ. T.	7	15	6	13	41
TOTAL	40	214	239	28	521

FONTE: Censo 1981, I.N.E.

Encontramos um total de 521 edifícios. Em termos da sua distribuição espacial, aquele que identificámos como o original "Bairro Santos", e que ocupa maior quantidade de



XII RECONHECIMENTO GERAL DE AVULSÃO
QUARTELÃO RECONSTRUÍDO PELA F.N.E.
PROPOSTA DE NOVA SEPARAÇÃO DE PARRÓQUIA
-E.A. 1/3.000

Combarentes

CAMPOLIDE

S. JOAQUIM DE DEUS

FIGURA Nº 14 - Mapa relativo ao Censo Populacional de 1981 representando a freguesia de N^a S^a de Fátima, incluindo a delimitação das unidades espaciais definidas no âmbito no Bairro do Rego

Fonte: Estes elementos foram-nos facultados no Departamento de Geografia da F.C.S.H. da U. Nova de Lisboa

terreno, é também compreensivelmente aquele onde se concentram maior número de edifícios - 293 (56.2%) -, enquanto o primeiro aglomerado a ser edificado nesta área, junto à estação do Rego, o "Bairro da Bélgica" agrupa 187 edifícios (35.9%), situando-se os restantes na zona da "Quinta da Bela Vista e na Azinhaga da Torrinha" - 41 (7.9%).

Centrámos a nossa análise na área do bairro edificada com carácter permanente, não fazendo parte do nosso objecto de estudo a realidade concomitante que sucessivamente se vai impondo: as "barracas" instaladas nos arrabaldes vizinhos.

Assim, das antigas áreas habitacionais ao Rego, salienta-se que o "Bairro da Bélgica", edificado a partir dos anos 10, é, precisamente, o que mantém o maior número de edifícios dessa época. Mais de metade dos 40 edifícios [26] que permanecem dessa fase, anteriores a 1919, concentram-se aqui. Contudo, a maior proporção de edifícios que encontramos na totalidade do bairro foram construídos nas épocas seguintes de 1919-45 e 1946-70 e durante as quais se construíram 87.0% dos actuais edifícios.

Não esquecendo que o bairro foi, na generalidade, edificado entre 1920 e 1945, época da qual ainda persistem 41.1% de edifícios, podemos, numa outra perspectiva, afirmar que, dos actuais edifícios, metade (48.8%) foram construídos antes de 1945. Deste modo, deparamo-nos com a hipótese de uma reedificação já antiga, se não mesmo se tratam das primeiras construções definitivas aqui erigidos no período de intensa edificação. A outra metade, como vimos, implanta-se

posteriormente, mas sem qualquer intensidade depois de 1971, apenas se tendo construído neste período 28 edifícios.

No que respeita ao peso de edifícios erigidos antes de 1945 que permanecem neste espaço, os seus valores variam, de aglomerado para aglomerado. No "Bairro da Bélgica" 60% das construções são desta época (113 dos 187 edifícios), tal como na "Q.B.V./Az.Tor" onde mais 50% dos seus edifícios têm a mesma característica (22 dos 41 edifícios).

Em contrapartida, no "Bairro Santos", praticamente, não se encontram construções anteriores a 1919, parecendo esta zona ter estado mais sujeita a incursões posteriores, como se confirma em relação aos "tempos" da edificação do bairro (2ª Parte, cap.II), sendo 57% das suas construções datadas entre 1946-1970. Através das entrevistas realizadas, foi-nos referido que se processou uma intensa substituição das vivendas iniciais, nesta parte do bairro, por edifícios de vários andares, fenómeno que decorre nos anos 50 e que não lhe é restrito, verificando-se o mesmo, embora em muito menor medida, no "Bairro da Bélgica".

Assim, o facto de na parte do bairro designada por "Bairro da Bélgica" haver um maior peso da construção mais antiga, anterior a 1945, não exclui uma renovação dos prédios construídos nos anos 10, mas antes a substituição, numa fase anterior, das vivendas aí erigidas inicialmente.

Por seu lado, a edificação na zona da "Q.B.V./A.T." apresenta características bem diversas. As construções vão-se distribuindo ao longo de todo o período analisado, o que terá

a ver com uma certa indefinição do edificado, mais susceptível a constantes modificações construtivas.

Estes elementos podem, no entanto, ser complementados com as informações do Censo sobre a quantidade de pavimentos que cada edifício comporta, encontrando-se assim a precisão sobre o tipo de edifícios de que tratamos.

QUADRO Nº 11 - Distribuição dos edifícios das várias componentes do Bairro do Rego, segundo a quantidade de pavimentos dos seus edifícios em 1981

	PAV. 1-2	PAV. 3-4	PAV. 5+	TOTAL
B. BÉLGICA	53	96	38	187
B. SANTOS	87	171	35	293
Q. B. V. / A. T.	25	15	1	41
TOTAL	165	282	74	521

FONTE: Censo 1981, I. N. E.

Os edifícios mais representados são aqueles que comportam 3 e 4 pavimentos (54.1% do total de edifícios, 282 edifícios). Todavia, entre os dois principais aglomerados habitacionais do bairro evidenciam-se algumas diferenças. Assim, se no "Bairro Santos" temos a maior proporção de edifícios com este número de pavimentos em relação ao total de edifícios em cada aglomerado (58.4% contra 51.3% do

"Bairro da Bélgica"), depara-se-nos no aglomerado junto à linha ferroviária o maior número de edifícios com 5 e mais pavimentos do bairro e correspondentemente o maior peso local dentro da categoria dos edifícios mais elevados.

Os edifícios de 1 e 2 pavimentos que representam à volta de 30% dos prédios no "Bairro da Bélgica", tal como no "Bairro Santos", atingem em contrapartida na "Q.B.V./A.T.", onde o peso das edificações de estrutura abarracada é bastante significativo, mais de 60% do total edificado, havendo apenas um edifício com 5 ou mais pavimentos.

Em conclusão, constatamos que dominam os edifícios de 3-4 pavimentos que, na maior parte, resultam das reedificações que se processaram até 1945 no "Bairro da Bélgica" e entre 1946 e 1970 no "Bairro Santos". A proporção dos edifícios de menor dimensão é constante, rondando os 30% da construção em cada uma destas partes do bairro, sendo, todavia, muito mais significativo o peso dos maiores edifícios (5 e mais pavimentos) no "Bairro da Bélgica", o que poderá ter a ver com uma terceira fase de construção no bairro, em que os edifícios já implantados anteriormente à 2ª Grande Guerra (1ª fase de reedificação) vêm sendo substituídos. Se bem que o peso deste tipo de edifícios ainda seja superior aos 10% das edificações no "Bairro Santos", perde, porém, significado na zona de edificação mais esparsa da "Q.B.V./Az.Tor.", em que os edifícios de 1-2 pavimentos são dominantes. Infelizmente, o carácter descritivo da fonte a que tivemos acesso não permitia aprofundar a nossa hipótese, por exemplo através do

cruzamento das variáveis época de edificação e número de pavimentos por edifícios a nível dos diferentes aglomerados.

Fica evidenciado que as diferentes dinâmicas de construção no espaço actual do bairro, analisado enquanto um todo, resultam de momentos e modos diferentes de implantação dos edifícios nesta área. Primeiro, nos tempos distintos em que o "Bairro da Bélgica" e o "Bairro Santos" são edificados, e posteriormente reedificados, e em segundo nas estruturas ocupacionais que distinguem, a longo termo, os dois tipos de edificação co-existentes no bairro: a construção compacta e a construção em zona de quintas incompletamente desaparecidas.

2. A população do bairro no contexto da freguesia e da cidade: a sua actualidade demográfica

Do mesmo modo que esta zona da cidade se foi modificando, também a sua população residente sofreu alterações. O que fora nos anos 10, 20, 30 e 40 uma zona de intensa fixação de gentes e, conseqüentemente de crescimento populacional, na sua maior parte à custa de migrantes de zonas rurais, vai-se de maneira progressiva transformando numa zona de imobilidade populacional.

Nos anos 50, o bairro tem já a configuração física dos nossos dias e a população que aí se fora instalando, aí vai permanecendo. Se nas décadas anteriores, muitos são os espaços desocupados ou recentemente edificados que os

récem-chegados encontram, nesta década, tal situação altera-se. Não só a população que agora chega se sujeita a alugar quartos aos residentes ou andares a proprietários, como encara a estruturação espacial de um outro modo, como um dado adquirido.

Tal factor é importante pois que os novos habitantes vão defrontar-se com uma vivência local já estabelecida e estruturada e ainda porque, muitas das vezes, as razões da sua instalação neste bairro, como os modos de o fazer, se diferenciam das dos já instalados; referimo-nos, particularmente, aos médicos do Hospital de Santa Maria e aos estudantes universitários.

Deste modo, e pelo que já ficou dito, uma dupla ordem de questões se coloca quando pretendemos abordar o estado actual da população, o qual reconstituimos a partir do Censo de 1981.

Em primeiro lugar, há que tomar em consideração o envelhecimento da população da cidade, com a instalação maciça, já a partir dos anos 50, nos concelhos limítrofes da capital das novas gerações dos nascidos em Lisboa, que coincide com a instalação fora da cidade das "novas levas" de migrantes. Em segundo lugar, é preciso ter em conta a dinâmica própria do bairro, que depende da vida da cidade através das "incursões" de populações desvinculadas da vida local, mas, em que o quadro dominante é a pouca mobilidade da população fixada no bairro.

Se atendermos à ideia (R.LEDRUT, ob.cit.,.121) de que "as

disposições à vida colectiva e mesmo as formas de vida social mudam com a idade", então podemos questionar-nos sobre o modo como se estabelecem as relações dentro uma população longamente fixada num mesmo espaço e envelhecida. Sendo oriundos, na sua maioria, de meios rurais, e mantendo-se próximos fisicamente, como é que o processo de progressivo isolamento etário tem condicionado as atitudes, os comportamentos e as necessidades de uma população residente num espaço com estas características?

Se como diz Raymond Ledrut "a presença de um núcleo sólido de velhos habitantes dum bairro (...) dá uma personalidade particular ao bairro, sobretudo desde que esses velhos habitantes tenham um papel importante nas [suas] organizações" (ob.cit., p.121), ganha ainda maior sentido analisar a actual realidade demográfica do bairro no contexto da cidade, sendo este um ponto de partida indispensável para noutro momento (3ª parte, cap.III) retomar tais questões, aprofundando-as.

a) A população da cidade de Lisboa e da freguesia de Nossa
Senhora de Fátima

Centrámos a nossa análise na contextualização do bairro e da freguesia no âmbito da cidade, de forma a podermos avançar tanto no campo das especificidades do nosso objecto de estudo, como ainda em relação ao quadro de regularidades em que este está inserido.

Em 1981 a área concelhia de Lisboa abrangia 807937 habitantes, enquanto, por seu lado, a freguesia de Nã Sã de Fátima contava 26437 habitantes, detendo assim no momento 3.27% da população do concelho.

Num outro plano, ao compararmos as estruturas da população da cidade e da freguesia, toma evidência o facto de a estrutura etária da freguesia (42) ser duplamente envelhecida em relação à da cidade na globalidade, isto é, tem maior proporção de velhos e menor proporção de novos:

■ QUADRO Nº 12 - Comparação das proporções dos grupos etários em 1981 na cidade de Lisboa e na freguesia de Nã Sã de Fátima

%	CIDADE	FREGUESIA(42)
0-19	26.26	22.10
20-64	59.44	60.22
> 65	14.30	17.68

FONTE:Censo 1981, I.N.E.

Através desta comparação, podemos constatar a nível da freguesia, um reforço da população activa, ficando, porém, o sector dos jovens, particularmente, desguarnecido.

Em relação à proporção de jovens no concelho de Lisboa, já em 1970 (J.M.NAZARETH, 1979, p.214), este regista o valor mais baixo do distrito (27.2), encontrando-se bastante abaixo

da média nacional (36.9). Tal tendência acentua-se em 1981, para o concelho, com um decréscimo na proporção de jovens, a nível da cidade (26.3), o que se faz sentir ainda mais, como vimos, no caso da freguesia de Nã Sã de Fátima (22.1).

Por outro lado, a proporção de idosos, que só foi possível avaliar a partir dos 65 anos, em consequência do tipo de dados disponíveis sobre a freguesia, apresenta-se particularmente reforçada no caso da Nã Sã de Fátima, acentuando a desproporção dos jovens. Como provável resultado de a maior parte dos idosos serem mulheres, a proporção de homens é inferior no caso da freguesia (42.7%) do que a nível do concelho (45.8%).

b) Análise comparada de quatro hipotéticas unidades
espaciais na freguesia de Nã. Sã. de Fátima

Tomado o Bairro do Rego como uma unidade espacial, procurámos compará-lo não com a unidade legal em que se integra, mas antes com outras unidades com o mínimo de homogeneidade espacial dentro de uma mesma área administrativa.

Uma pequena unidade se evidencia, que apelidámos ao longo dos anteriores capítulos de Bairro Londres, construção "gémea" do Bairro da Bélgica, mas construída aquém linha da cintura, encontrando-se claramente diferenciada das áreas envolventes (vd. Figuras nº14 e 15). Se bem que nenhum eixo centralizador se evidencie neste bairro, como por exemplo,



FIGURA Nº 15 - Planta da cidade de 1981 nas áreas referentes aos Bairros do Rego e Londres e às Avenidas Novas (até à Av. da República)

Fonte: Instituto Geográfico e Cadastral

Escala: 1/

temos do outro lado da linha, com o cruzamento das artérias Rua da Beneficência/Rua Filipe da Mata, deparamo-nos com um equilíbrio nas dimensões de todas ruas e uma estrutura autónoma, que lhe dão coerência perante o exterior.

Dificuldade inversa encontrámos para delimitar o que seria uma área de enormes proporções: as "Avenidas Novas". Procurámos, neste caso, algum elemento diferenciador que nos permitisse dar maior consistência às unidades espaciais definidas. Assim, as características da Avenida da República (dimensão e largura da artéria) conjugam-se com uma ruptura no Campo Pequeno, separando-nos duas zonas das "Avenidas Novas" e que, para efeitos espaciais, se encontram distanciadas (43).

Para esta análise não dispomos de informação para 6 quarteirões da freguesia, visto não serem abrangidos pelos dados do Censo de 1981. Não cremos, porém, que este contratempo influa, de forma decisiva, já que não vem alterar, significativamente, os pesos das várias unidades espaciais que definimos. Deste modo, o "Bairro do Rego" com os seus 7636 habitantes (33.1% do total da freguesia) é a segunda maior unidade, logo depois, da unidade que designámos como "Avenidas Novas - aquém República" onde residem 9578 habitantes (41.5% do total da freguesia). Depois, temos os restantes quarteirões das "Avenidas Novas" onde habitam 4636 indivíduos (20.1% do total da freguesia) e, por fim, o "Bairro Londres" que apenas compreende 1227 habitantes (5.3% do total da freguesia).

Numa outra perspectiva, estabelecendo a divisão entre as Avenidas e os Bairros da freguesia, podemos avançar que a nível quantitativo as "Avenidas" pesam 61,6% da população da freguesia enquanto os bairros aprogramados ao "Rego" e "Londres" concentram, nos nossos dias, perto de 40% da população residente na freguesia. Esta distinção quanto à condição urbanística das várias unidades da freguesia, como veremos, tem também consequência a nível das estruturas populacionais.

QUADRO Nº 13 - Comparação das proporções dos grupos etários em 1981 nas quatro "unidades espaciais" definidas na freguesia de Nã Sã de Fátima

	B. REGO	B. LONDRES	A. N. - AQ. REP.	A. N. - AL. REP
0-19	24.7	21.7	20.8	20.8
20-64	61.6	59.7	59.4	59.7
> 65	13.7	18.6	19.8	19.5

FONTE: Censo 1981, I. N. E.

Antes de mais, evidencia-se a clara distinção entre a estrutura da população no Rego e no resto da freguesia, aproximando-se a primeira mais da estrutura da cidade, quer pela maior proporção de jovens, manifestamente diminutos sobretudo nas "Avenidas aquém e além República", quer

igualmente por ter uma proporção de população idosa menor ainda que a média da cidade.

Apesar de se tratar de uma "construção gêmea" do bairro além linha da cintura, o "Bairro Londres" só com muita dificuldade se distancia dos valores encontrados nas "Avenidas Novas". Quanto a estas, que apresentam as estruturas populacionais mais envelhecidas da freguesia, uma distinção entre as duas unidades espaciais definidas revela-se artificial, pelo menos, no que respeitante à estrutura populacional por grupos etários.

A nível da proporção de homens por unidade espacial, também o único valor que se aproxima do da cidade, é o do "Bairro do Rego" (45.3%), enquanto todos os outros vêm reforçada a posição das mulheres, respectivamente com apenas 40.3% de homens no "Bairro Londres", 43.0% nas "Avenidas aquém República" e 41.5% nas "Avenidas além República".

Perante o quadro traçado para o ano de 1981, a hipótese que colocamos, no sentido da explicação deste fenómeno, é a de que não tendo havido uma renovação constante da população fixa no Rego, desde os anos 50, o envelhecimento e a morte de muitos residentes, que iam ficando isolados à medida que o cônjuge falecia e os filhos passavam a habitar noutras zonas da cidade, vem provocar uma disponibilidade de alojamentos. Estes seriam, na maior parte, aproveitados por residentes provisórios (como os médicos e antigos estudantes universitários a residir aí) ou por descendentes dos "residentes fixos", através de um realuguer, ou mais tarde,

pela compra de habitações vagas.

Tal facto explicaria, em certa medida, a tendência para se encontrar uma proporção de população idosa muito mais diminuta aqui que no resto da freguesia, com um empolamento da população activa e uma subida também assinalável da proporção de população jovem.

A tendência referida parece ainda ser confirmada por alguns outros indicadores recolhidos no Censo de 1981, como sejam a proporção de famílias com pessoas com menos de 15 anos e as famílias com pessoas com mais de 65 anos, como ainda através da proporção de núcleos com um filho e com dois filhos e com filhos com menos de sete anos:

QUADRO Nº 14 - Comparação das proporções de famílias com pessoas com menos de 15 anos, de famílias com pessoas com mais de 65 anos, de núcleos com um filho e com dois filhos e com filhos com menos de 7 anos nas quatro "unidades espaciais" definidas na freguesia de Nã Sã de Fátima em 1981

	FAM.C/PES.-15A.	FAM.C/PES.+65A.	NUC.C/1F.	C/2F.	C/F-7A.
REGO	29.6	26.9	33.4	21.2	22.1
LOND.	24.7	34.4	30.2	21.6	19.4
AV.AQ-R	21.7	37.2	30.6	17.4	19.0
AV.AL-R	22.9	39.2	27.8	17.4	16.4

FONTE:Censo 1981, I.N.E.

Estes resultados vêm confirmar as tendências já manifestas em relação à diferença da estrutura da população do "Bairro do Rego" face aos espaços limítrofes. Invariavelmente, o "Bairro do Rego" distancia-se das outras unidades definidas, surgindo como aquele que mais capitaliza população jovem em relação às famílias com pessoas com menos de 15 anos ou aos núcleos com filhos com menos de 7 anos. Mas sobretudo surpreende a distância, em relação ao peso das famílias com pessoas com mais de 65 anos, que o "Bairro do Rego" mantém de todas as outras unidades.

Por fim, na sequência da análise anterior, procurámos verificar se a dimensão das famílias recenseadas nos precisaria a hipótese de nas áreas da freguesia de Nã Sã de Fátima particularmente envelhecidas encontrarmos maior percentagem de famílias com 1 ou 2 pessoas, correspondente a isolados ou casais sós, eventualmente idosos.

QUADRO Nº 15 - Comparação da dimensão das famílias nas "unidades espaciais" definidas na freguesia de Nã Sã de Fátima em 1981

	B. REGO	B. LONDRES	A. N. -AQ. REP	A. N. -AL. REP
FAM. C/1-2P.	56.1	62.7	60.1	55.2
FAM. C/3-4P.	36.6	30.6	29.3	32.3

FONTE: Censo 1981, I. N. E.

No "Bairro Londres" e nas "Av. Novas aq. Rep." o peso das famílias de 1-2 pessoas é bastante diverso do que atingem as outras duas unidades de análise com valores muito menos dilatados. Porém, pensamos que o resultado mais significativo a atender, mais que a confirmação da anterior hipótese, é o do importante peso das famílias de 3-4 pessoas no "Bairro do Rego", que se distancia de forma clara das outras unidades espaciais.

Em síntese, diremos que a estrutura da população residente no Rego em 1981 é menos envelhecida, quer com menor proporção de velhos quer com maior proporção de jovens, aproximando-se da estrutura etária da cidade, se bem que não possamos esquecer, que esta é já em termos nacionais, e, particularmente, se comparada com a de zonas que lhe são limitrofes, envelhecida.

3. Persistências e modificações das actividades
profissionais: o mercado de trabalho da cidade e as novas
gerações

As modificações vividas pela cidade, quer no âmbito do alongamento do seu domínio espacial a áreas anteriormente menos ligadas à capital, quer no âmbito da chegada intensa de população migrante e do acréscimo gradual de gente agora nascida em Lisboa, fazem-se sentir na própria estruturação do mercado de trabalho e na (re)definição da hierarquia socio-profissional da cidade.

Tais modificações têm não só a ver com as características da cidade (44), neste caso, capital do país, em torno da qual se encontram intensamente concentradas a indústria e a administração, mas também com a fase do crescimento urbano que tratamos. As condições globais da cidade acrescem ainda as especificidades locais que igualmente condicionam tais "estruturas ocupacionais" (44).

A hipótese de uma terciarização progressiva das profissões dos habitantes da cidade não é, porém, confirmável de imediato, ou sequer evidente, em todas as zonas da cidade. A um bairro já anteriormente implantado corresponde uma população já estabelecida, e mais ou menos identificável do ponto de vista ocupacional.

Assim, procurámos através do levantamento de informação referente às profissões dos habitantes no Rego, estabelecer

um quadro da realidade local, para meados dos anos 40 e até final dos anos 50, que nos permitisse levantar hipóteses sobre esta época tal como já fizemos em relação a 1925 (2ª parte, cap.I), de forma a buscar as continuidades e alterações que a profissionalização das novas gerações introduz no que respeita às "estruturas ocupacionais". Procurámos, ainda, em relação à actualidade traçar algumas linhas a partir das informações disponíveis pelo Censo de 1981.

a) Prospecção das profissões dos pais dos alunos da escola primária local (1944-1958)

Em primeiro lugar, esclareçamos que esta prospecção só foi possível em relação à "escola primária oficial do Bairro de Santos", e apenas para este período, para o qual existe informação sistemática acerca da profissão do encarregado de educação, quase sempre o pai. E isto, porque já então no espaço delimitado do bairro existiam duas escolas primárias particulares, a Escola da Associação Operária de Palma e Arredores e o Externato de Santa Maria, preferidas por famílias de superior condição económica.

Ficamos, deste modo, limitados, para efeitos de comparação, com as profissões existentes em 1925 e que foram recolhidas a partir do Recenseamento Eleitoral da época. Daí que nos centremos em termos de tratamento destes dados, menos numa hipótese empírica de estratificação socio-profissional,

do que na busca de continuidades nas actividades em que estes habitantes, primordialmente, se ocupavam.

Tendo os dados recolhidos apenas um valor indicativo sobre a vida local, apercebemo-nos, todavia, que algumas alterações se processam em relação a 1925.

A partir de uma população quantitativamente muito menos significativa que na década de 20, podemos contudo detectar novas necessidades, determinadas pelo mercado de trabalho que têm implicações directas na estrutura profissional da população, levando-nos a alterar algumas das categorias estabelecidas para 1925.

Assim, a pouca importância que alcançam, neste período, os empregados hospitalares, fez com que estes não surjam agora individualizados, mas inseridos na categoria de funcionários. Ao invés, o grande significado que atingem, agora, os funcionários ligados aos transportes assim como os motoristas, incluindo de táxis, levou-nos a estabelecer uma categoria relativa à actividade dos "transportes".

A categoria "profissões liberais" desaparece neste último período de análise, apenas se registando dois casos, o que poderá explicar, em parte, por não tratarmos aqui a população das escolas particulares.

A construção civil reforça a sua posição a nível local, tornando-se a actividade mais frequente entre os moradores observados, pelo que se acentua a importância de uma actividade já central num primeiro momento, mas que as modificações globais da cidade de Lisboa podem explicar.

QUADRO Nº 16 - As principais actividades profissionais
no "Bairro do Rego" segundo o Recenseamento
Eleitoral de 1925 e segundo o Ficheiro da
Escola Primária local entre 1944 e 1958

ACT.PROF.POP.BAIRRO 1925 ACT.PROF.POP.BAIRRO 1944-58
(Rec.Eleit=211 ind.) (Pais Al. Esc.Prima.=396 i.)

FOR.MIL.SEG.	20.8	CONST.CIVIL	25.0
CONST.CIVIL	18.7	FUNC.EST/MUN.	12.9
SEM QUALIF.	17.8	TRANSPORTES	11.1
FUNC.EST/MUN	14.1	SERV.LOCAIS	10.1
COMERCIO	10.8	SEM QUALIF.	9.1

(S/INF 10.9)

Em relação à categoria dos "funcionários" há que atender ao facto de algumas pequenas modificações se verificarem em termos das profissões que abrange, se bem que se possa dizer que a característica fundamental desta população empregada em cargos públicos esteja na estabilidade da sua representação.

Por seu lado, os "trabalhadores não-qualificados" persistem, se bem que com menor intensidade.

São fundamentalmente estas três, as categorias que têm uma continuidade que parece ser caracterizadora da própria vida local. Apercebemo-nos dela pela presença de indivíduos

ligados à construção civil, esmagadoramente operários, de funcionários, em particular os camarários, e ainda de "não-qualificados", que normalmente são serventes ou aprendizes, distribuídos por quase todas as actividades referidas, mas, sobretudo, na construção civil, no comércio e na indústria.

Numa leitura mais global, evidenciam-se algumas distinções importantes e que têm a ver, fundamentalmente, com o próprio crescimento da cidade. O peso que a categoria dos "militares e forças de segurança", esmagadoramente polícias, tem no Recenseamento Eleitoral da 1925 liga-se ao incremento do policiamento da cidade nos anos 20, que já vem de uma fase precedente, e que é apontado nas Actas Camarárias de então como "tarefa urgente dadas as dimensões que a cidade tomara".

Em contrapartida, a aceleração do processo de rápida edificação nos anos 30, e fundamentalmente no pós-guerra, explica a importância reforçada da construção civil. Ainda ligada a este fenómeno, de crescimento urbano, que toma inatingidas proporções a partir de 1945, está a grande representação de habitantes do bairro que trabalham na área fulcral dos transportes.

Sendo elevado, entre os trabalhadores dos transportes, o número de funcionários do Estado, podemos falar de um aumento global dos "funcionários", comparadas a população residente no bairro no passar dos anos 20 e a que reside aí nos anos 50. Porém, este dado não chega para que se possa concluir acerca da existência generalizada de um processo de

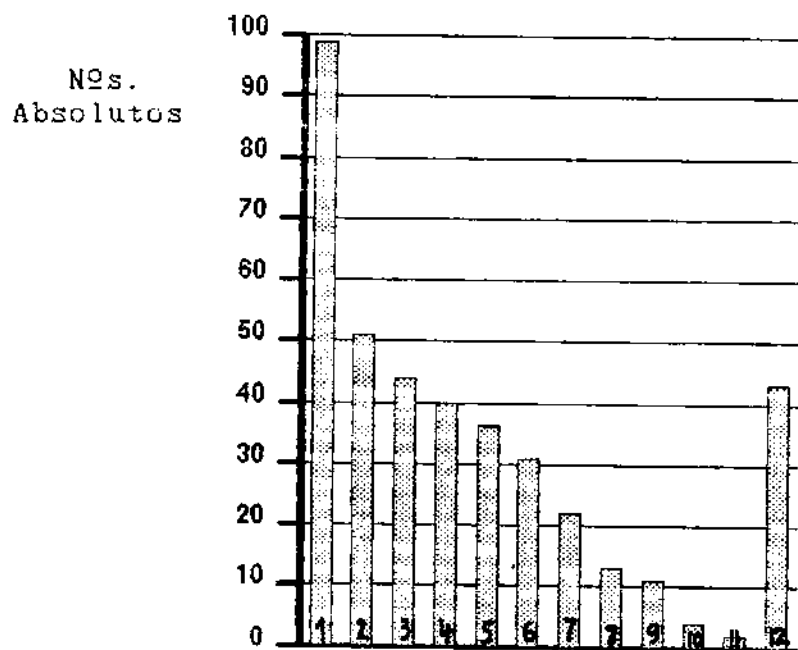
"terciarização profissional" da população deste bairro, e isto mesmo entre as gerações mais novas dos homens do bairro que têm filhos seus a estudar na escola primária local (vd. Figura nº 16).

Das situações explicitadas, em que existe a informação sobre a profissão, a população ligada à construção civil impõe-se pelo seu peso. Todavia, algumas outras actividades profissionais vêm-se reforçadas em relação ao passado como é o caso dos "serviços locais", entendidos como a prestação de serviços em locais de residência (padeiro, sapateiro, barbeiro...), os quais figuram agora entre as actividades mais frequentes no bairro, e que se distinguem dos comerciantes e dos empregados do comércio por não estarem ligados, necessariamente, a um estabelecimento comercial. Assinale-se ainda a quebra do comércio e a manutenção residual da indústria e da agricultura.

Ressalta, em síntese, desta leitura que o factor determinante na alteração de actividade ou das proporções destas a nível do bairro é, fundamentalmente, exterior. Ou seja, são as condições externas do crescimento urbano que estimulam o desenvolvimento de actividades de interesse imediato nesse contexto. Situação esta que não é de todo nova, pois já fora observada aquando do alargamento do número de efectivos da polícia no primeiro período em estudo.

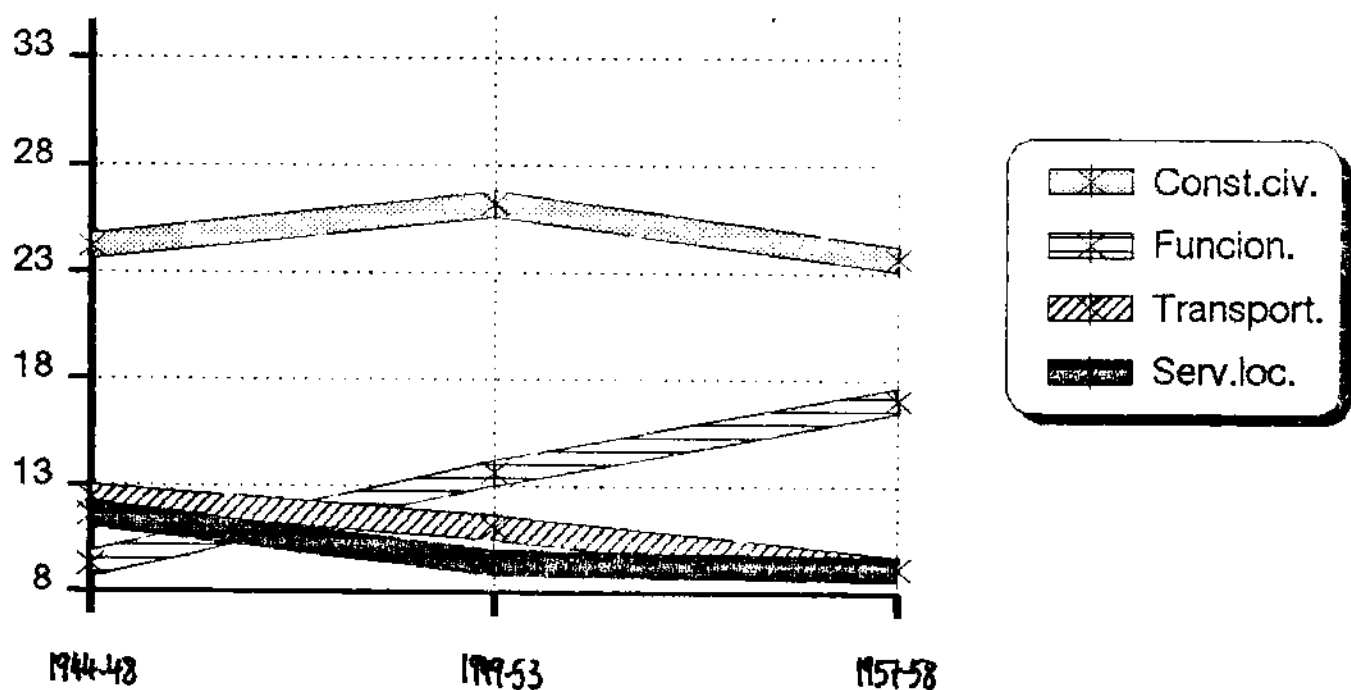
Centrando, agora, esta análise na evolução ao longo do período entre 1944 e 1958, detectamos algumas variações que

FIGURA Nº 16 - Actividades profissionais em que se empregam os pais dos alunos que frequentam a escola primária do Bairro Santos entre 1944-1958



- | | | | |
|----------------|---------------|---------------|---------------|
| 1- Cons.civil | 4-Ser.Locais | 7- Indústria | 10- Agricul. |
| 2- Funcionár. | 5-S/Qualilif. | 8- Doméstica | 11-P.Liberais |
| 3- Transportes | 6- Comércio | 9- F.M.Segur. | 12-S. Inform. |

FIGURA Nº 17 - Evolução da percentagem das profissões mais representadas entre os pais dos alunos da escola primária ao longo do período de 1944 a 1958



merecem a nossa atenção. Estabelecemos 3 sub-períodos de 5 anos, que nos permitem observar mais organizadamente os dados relativos ao total do período. Um primeiro, situa-se entre 1944 e 1948, outro entre 1949 e 1953 e, finalmente, dado que entre 1954 e 1956 não dispomos de informação, um terceiro sub-período de apenas dois anos, 1957-58.

O primeiro aspecto a evidenciar é o da existência de actividades profissionais de continuidade, que ao longo de todo o período se mantêm entre as mais representadas, nunca descendo aquém dos 9% em nenhum destes sub-períodos (vd. Figura nº 17).

A "construção civil" mantém-se distante e invariavelmente na posição de actividade profissional mais referida, acima sempre dos 20% (entre 24 e 26%), enquanto os "funcionários", os "serviços locais" e os "transportes" rondam valores entre os 9 e os 17% .

São estas, pois, as quatro actividades profissionais de continuidade ao longo deste período, o que poderá ser interpretado como uma persistência de alguns dos elementos, que distinguiram já em 1925 o Bairro ao Rego das Avenidas Novas: veja-se a importância quase exclusiva no Rego da construção civil e o contraste com a fraca representação da actividade comercial (2ª parte, cap.I). Estas actividades profissionais de continuidade, só por si, constituem em todos os períodos mais de 50% dos casos e, se lhes associarmos o peso dos "sem informação", o valor ronda os 3/4 dos pais de alunos em cada um dos sub-períodos.

A proporção em que as outras actividades profissionais variam não é significativa. Destas actividades profissionais, refiramos a que engloba os designados por "sem qualificação", e que sendo referente ao estatuto subalterno de moço, aprendiz ou servente tem um peso importante na estrutura populacional do bairro em 1925.

Este grupo é no fundamental constituído por jovens recém-chegados à cidade, recentemente iniciados numa actividade, e que segundo nos é referido por alguns dos nossos entrevistados se apresenta como uma constante da vida de então do bairro. Contudo, neste caso particular, o facto de serem estes trabalhadores "sem-qualificação" já pais de alunos que frequentam a escola primária, rondando estes os 10% do total dos pais dos alunos entre 1944 e 1953, coloca-nos uma questão de outro tipo face ao lugar particularmente desclassificado, do ponto de vista profissional, deste parte da população residente.

Após esta data, porém, dá-se uma quebra acentuada até à percentagem mínima, o que pode ser indicativo de uma tendência que se esboça para o seu desaparecimento ou apenas do seu desuso como identificador profissional.

Por outro lado, o comércio que atinge alguma importância no primeiro quinquénio (1944-1948) não se vê posteriormente representado com significado. A sua tendência de representação é decrescente, tal como acontece com os "sem-qualificação", sucedendo o inverso com as domésticas.

As outras actividades profissionais, que podemos designar

como residuais, estavam já representadas em 1925 e surgem aqui em posições de minoridade. Referimo-nos aos "militares e forças de segurança", à indústria, à agricultura e ainda às profissões liberais.

Num outro momento, procurámos aprofundar a nossa análise atendendo ao peso que as diferentes áreas estruturadas no âmbito do bairro atingem. Considerámos as realidades definidas dos "Bairro da Bélgica" e "Bairro Santos" entendendo-os cada um como uma unidade específica de análise, sendo ainda possível de definir uma outra área de edificação menos intensa, e ainda "zona de armazenamento", onde se inserem a Quinta da Bela Vista, Quinta das Freiras, Quinta do Ferro e a Azinhaga da Torrinha.

Finalmente, autonomizámos a Rua da Beneficência, enquanto unidade de análise, pois que a ausência de numeração das portas nos boletins de inscrição dos alunos a isso obrigou. Contudo, as características desta artéria no contexto local, o facto de percorrer toda esta zona urbanizada, facilitaram esta opção. Não só porque esta tem grande importância no contexto do bairro pois que dos 396 casos abordados, 91, praticamente 1/4 deles, são referentes a alunos que residem nesta artéria como ainda porque esta rua tem uma autonomia local única.

Em termos das unidades espaciais definidas, a Rua Filipe da Mata, situada no "Bairro da Bélgica", representa mais de metade dos casos relativos a este, 53 em 108; enquanto no caso do "Bairro Santos", nenhuma artéria se destaca pelo peso

de alunos da escola primária ai residentes, ao mesmo tempo que na zona de edificação menos intensa do bairro, se impõe a Azinhaga da Torrinha, onde residem 33 dos 46 alunos desta área.

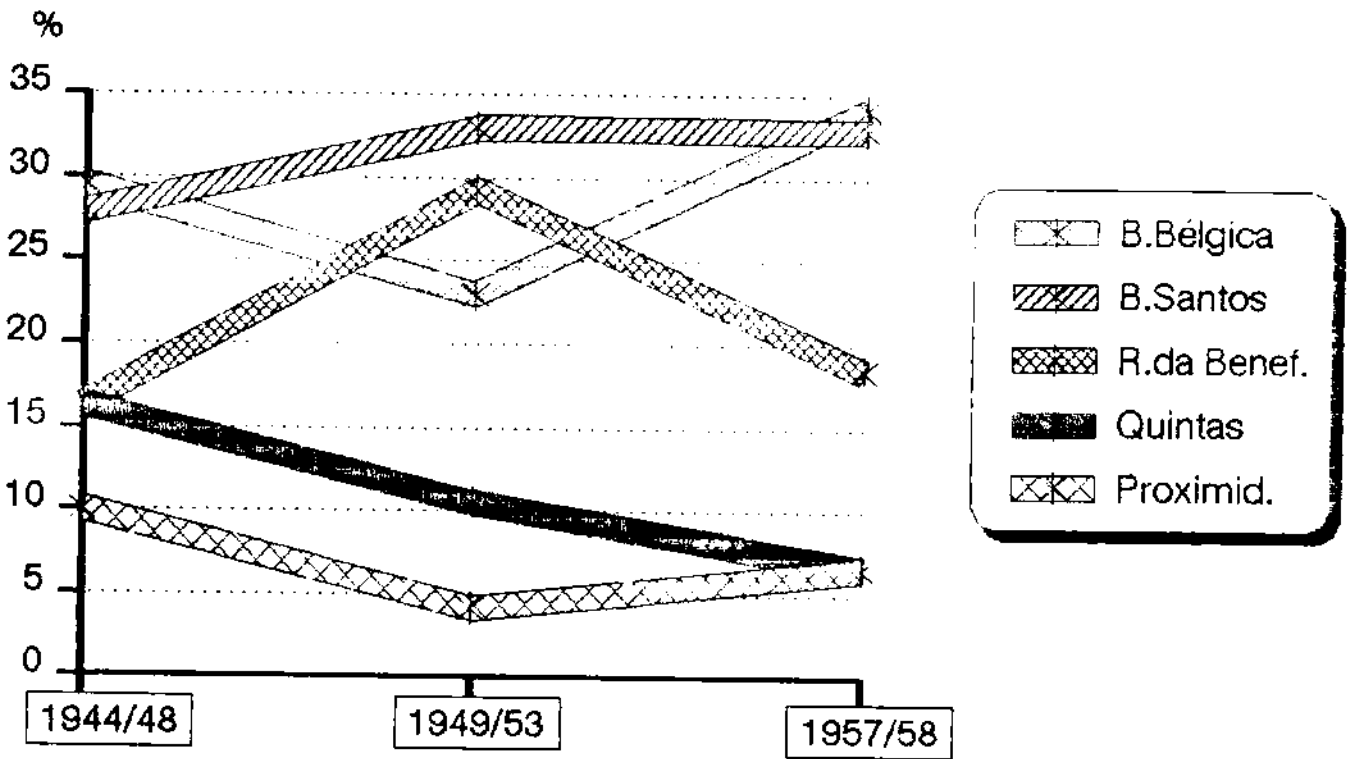
QUADRO Nº 17 - Distribuição dos alunos inscritos entre
1944 e 1958 na escola primária local, por
zona de residência

(%)
BAIRRO SANTOS	31.3	
BAIRRO BÉLGICA	27.3	
R. BENEFICÊNCIA	23.0	
AZ. TOR/QUINTAS	11.6	
PROXIMIDADES	6.8	

O maior peso dos alunos residentes no "Bairro Santos" ao longo do período estudado - esta é a unidade constituída por um maior número de ruas - nem sempre se impõe. Ao dividirmos estes 15 anos em quinquênios, observamos que quer entre 1944-1948 quer entre 1957-1958 é do "Bairro da Bélgica" que vem a maioria dos estudantes da escola primária, mantendo-se ainda próximo dos mais representados, que são o "Bairro Santos" e a Rua da Beneficência, entre 1949-1953, ou seja, no sub-período onde se concentram maior número de inscrições - 191 em 396 - (vd. Figura nº 18).

Distinguem-se graficamente dois grupos habitacionais: um primeiro, com um peso determinante na composição desta

FIGURA Nº 18 - Evolução do peso das áreas onde residem os alunos da escola primária do Bairro Santos ao longo do período de 1944 a 1958



população escolar, e que é constituído pelos "Bairro Santos" e "Bairro da Bélgica" e pela Rua da Beneficência. Tal facto deve-se, evidentemente, à situação espacial da escola, partilhada por estes aglomerados habitacionais e que, como já explicámos, têm uma existência autónoma no contexto da cidade. Para além desta evidência, o que importa salientar é o facto de não ser esta de modo exclusivo a população que frequentava este estabelecimento de ensino público, representando os alunos que residem em áreas limítrofes 20% do total de inscritos.

Há ainda a considerar que uma parte dos alunos reside nalgumas ruas das "Avenidas Novas", sendo 8 em 1944-48, 49 em 1949-53 e 11 em 1957-58, atingindo, assim, no primeiro caso 5.8% do total, no segundo 20.4%, no terceiro 12.6% do total dos alunos que se inscreveram ao longo destes sub-períodos na escola primária.

Tal situação demonstra que esta população não vive uma segregação escolar, e que mesmo a circulação se faz no sentido do Bairro do Rego, provavelmente entre a população mais carenciada da escolaridade oficial e que a disposição espacial de algumas das artérias das "Avenidas Novas", como é o caso da Av. Berna ou a Av. Elias Garcia, terá favorecido.

- b) Actividades e sectores de actividade profissional da população actual do Bairro do Rego e da freguesia de Nã Sã de Fátima

Não dispondo de uma continuidade nos elementos sobre as profissões dos pais dos alunos da escola primária, tivemos que nos restringir aos sectores de actividade que o mais recente Censo faculta. Dai retirámos algumas informações significativas, como sejam, a que definimos por situações profissionais definidas. Ou seja, a proporção da população total que é registada em uma das categorias de actividade profissional (sector de actividade ou condição perante o emprego).

Estas situações não apresentam disparidades significativas de umas para as outras unidades consideradas na freguesia, representando as situações profissionais definidas entre os 56% e os 60.7% do total da população residente.

Se de entre as várias unidades espaciais tomadas o "Bairro Londres" é a única que se afasta dos 57%, também dentro do próprio Bairro do Rego (57.5%) se notam algumas variações de fraca importância e que as tornam, por isso, inconclusivas. Assim, o "Bairro da Bélgica" atinge os 57.8% e o "Bairro Santos" 58%, enquanto a "Azinhaga da Torrinha/Quinta da Bela Vista" se quedam pelos 54.1%.

Visto noutra perspectiva, podemos afirmar que a população com uma situação profissional indefinida se situa entre os 40 e os 45% e que corresponde a filhos menores e a mulheres domésticas, não se revelando entre estas unidades espaciais, também socialmente diferenciadas, qualquer valor diferencial assinalável.

Ainda a este nível, outro aspecto é de apontar, sem que

aqui, igualmente, haja grande disparidade de resultados. Deste modo, em relação à população com situação profissional definida, "os activos", recenseados como desempenhando uma actividade profissional, atingem invariavelmente os 3/4 do total da população com situação profissional definida, havendo entre 20 a 25% de reformados, e apenas uma pequena parcela daqueles se apresentam como desempregados, o que nunca atinge 5% do total desta população por unidade espacial.

Esta regularidade de comportamentos já não é visível no que se refere à proporção que os diferentes sectores de actividade tomam nas diferentes unidades desta freguesia.

Assim, se reina a unanimidade em todas as zonas da freguesia face a um sector primário praticamente inexistente - sempre em todos os casos abaixo de 1% do total da população com situação profissional definida -, o mesmo não se pode afirmar em relação ao sector secundário.

Herdadas das fases anteriores da sua existência, as oficinas que persistem na zona do "Bairro do Rego", assim como operários da construção civil e de pequenas indústrias, explicam que ainda 18.2% desta população esteja ligada ao sector secundário. Este valor contrasta com os 12.3% verificados no "Bairro Londres" e os 13.9% e 14.2%, respectivamente nas "Av. Novas- além República" e nas "Av. Novas- aquém República".

Não é pois de estranhar que a nível do terciário esta zona da freguesia conheça os valores mais baixos, embora a pouca

distância dos restantes. Assim, enquanto 62.3% da população no Rego está ligada ao terciário, o "Bairro Londres" tem 67% da sua população activa nestas condições, sendo este o valor mais elevado da freguesia. As "Avenidas Novas-aquém República" atingem os 63.8% e as "Avenidas Novas-além República" os 65.7%.

A nível local, as sub-unidades definíveis no Rego comportam-se também variadamente. Enquanto a zona menos edificada da Azinhaga da Torrinha e da Quinta da Bela Vista têm um peso importante de população ligada ao sector secundário, 30% do total da população activa, o "Bairro da Bélgica" atinge apenas os 18.8% e o "Bairro Santos" os 15.9%. De todos eles, é ainda este último que alcança um maior nível de "terciarização a nível profissional", pois que dos seus residentes, 65.8% estão ligados ao sector terciário, enquanto só 59.8% o estão na zona da "Quinta da Bela Vista e da Azinhaga da Torrinha".

Persistem, pois, a nível local algumas das diferenças, já estruturalmente apontadas, entre as várias partes do bairro e que a nível profissional se podem avaliar por este nível de "terciarização" em termos profissional da população activa.

É notória a diferença entre a zona difusamente edificada, em que actividades ligadas ao secundário persistem mais facilmente, enquanto os aglomerados sucessivamente reedificadas tendem a obter pesos menos significativos de população activa ligada a este sector de actividade.

Em relação ao resto da freguesia, as percentagens que a

população activa ligada ao sector secundário atingem dentro do "Bairro do Rego" são sempre as maiores, mesmo nos designados "Bairro da Bélgica" e "Bairro Santos".

4. O Rego: espaço na fronteira entre a tradição rural e a história urbana

"... do ponto de vista da urbanização poder-se-á considerar a cidade de Lisboa como dividida em duas grandes zonas: zona urbana ou central e zona sub-urbana ou periférica. (...) poder-se-á considerar como pertencendo à primeira das zonas citadas, todas as freguesias compreendidas entre o Rio Tejo e o traçado da linha férrea da cintura; e como pertencendo à segunda zona todas as demais freguesias (Olivais, Charneca, Ameixoeira, Lumiar, Campo Grande, Carnide, Benfica, Ajuda, Belém)..."

Anuário da C.M.L. do ano 1936, p. 39

A indefinição do Rego, como espaço de referência, começa desde logo pelo nível legal. Mesmo estando para além da linha

férrea da cintura, as suas populações pertenciam a duas áreas administrativas diferentes. Por um lado, a S. Sebastião da Pedreira, por outro ao Campo Grande. Assim, a zona que temos designado por "Bairro da Bélgica", atendendo à sua origem autonomizada quer temporal quer espacialmente, inseria-se, tal como a maior parte da Rua da Beneficência, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, dando-se a divisão já para além do meio da Rua da Beneficência.

Em 1938, é instituída, na companhia de outras três (Nã Sa da Penha de França, Santo Condestável e Santo António de Campolide), a Paróquia Religiosa de Nossa Senhora de Fátima, que viria a dar origem à freguesia do mesmo nome. Nas palavras de A. VIEIRA DA SILVA (Dispersos, 1954, p. 208) esta surge "em consequência da urbanização de terrenos e campos ao norte e ao poente do núcleo de maior densidade populacional (...) [e] que foram criadas com territórios destacados de outras (paróquias) (...) que pela sua vastidão e população, já não podiam bem satisfazer as conveniências de administração dos Sacramentos, e a comodidade dos seus fregueses".

Esta disposição legal é regulamentada nos anos 50 e nela fica evidenciada a diferença de condições das "Avenidas" ("novos e amplos bairros servidos por belas avenidas", (A. VIEIRA DA SILVA, ob. cit. p. 208) e a zona periférica, o Rego. Tal situação levou, inclusivamente, a que alguns moradores do Rego pretendessem a constituição uma freguesia autónoma das "Avenidas" (entrevista com sr. M.) que se

designaria por "Nossa Senhora das Dores".

Mas não só a nível legal esta indefinição se verifica. Fronteiriço com a linha férrea, o "Bairro do Rego" estrutura-se para além desta fronteira da cidade, tão claramente referida no Anuário da C.M.L. de 1936, vivendo, contudo, uma situação de proximidade de importantes zonas de trabalho da cidade.

Algumas décadas depois, ainda assim era encarado este espaço de indefinição urbana como acontece na apresentação do projecto da C.M.L. para construção de habitações para funcionários seus, que é feita através dos seus vereadores em reunião de 22 de Maio de 1969. Esta escolha é apontada como vantajosa tendo em vista "que a zona indicada, situada próximo da Av. 5 de Outubro é bem servida pelos transportes públicos [prevendo-se] a construção, nas suas proximidades, das futuras instalações dos diversos Serviços Municipais (...)" (p.10).

Característica deste seu posicionamento urbano, é também a utilização por empresas, muitas vezes sediadas no exterior, da zona do Rego para aí instalarem os seus armazéns e depósitos. Assim, atendendo à relativa facilidade de ligação ao centro da cidade, a condição de espaço periférico do Rego, com uma edificação menos intensa que outras zonas mais centrais da cidade, facilita a persistência da instalação de armazéns, que já havíamos detectado na primeira fase deste estudo.

Dos casos detectados, apresentamos para este período mais

actual dois exemplos ilustrativos do que afirmamos. Em 1950 (Acta da C.M.L., de 17 de Agosto) é a Sociedade de Marmorite Brital Lda. proprietária do prédio na Rua da Beneficência 275 a 281 que se vê obrigada a vendê-lo em função da construção do Hospital de Santa Maria. Todavia, outras se instalam, é o caso da Sociedade Exportadora de Esteios e Importadora Comercial Lda., depois abrangida em 1962 (Acta da C.M.L., de 16 de Maio) pelo plano de urbanização para a Quinta das Freiras.

Em termos gerais, porém, as grandes extensões não-edificadas, outrora utilizadas muitas vezes para actividades industriais ou para armazenamento de materiais, vão-se progressivamente restringindo. Cercam-se os espaços abertos, e se bem que a edificação "espontânea" ressurgja periodicamente, é cada vez menor o terreno disponível para tais tipos de actividade, o que ainda vai sucedendo na zona de indeterminação construtiva, nas "franjas" do bairro. Aí se perpetuam principalmente oficinas de automóveis e serrações, que se estendem para além dos limites do bairro noutras zonas de indefinição ocupacional ainda mais acentuada, como é o caso da Quinta da Calçada.

Refira-se, por fim, que é ainda na área da construção civil que mais se pressente esta continuidade da ligação entre o espaço construído e residencial e o espaço ocupado e de trabalho.

Empresas como a "ACRA" (Arquitectura, Construção, Reconstrução e Administração de Prédios, SARL), ou a "EMACO"

(Empresa de Administração e Construção, SARL) ou ainda as Construções Betarmado Lda., persistem em operar nesta zona, detectando-se através das Actas Camarárias os frequentes negócios estabelecidos entre essas empresas, de tipo privado, e a Câmara.

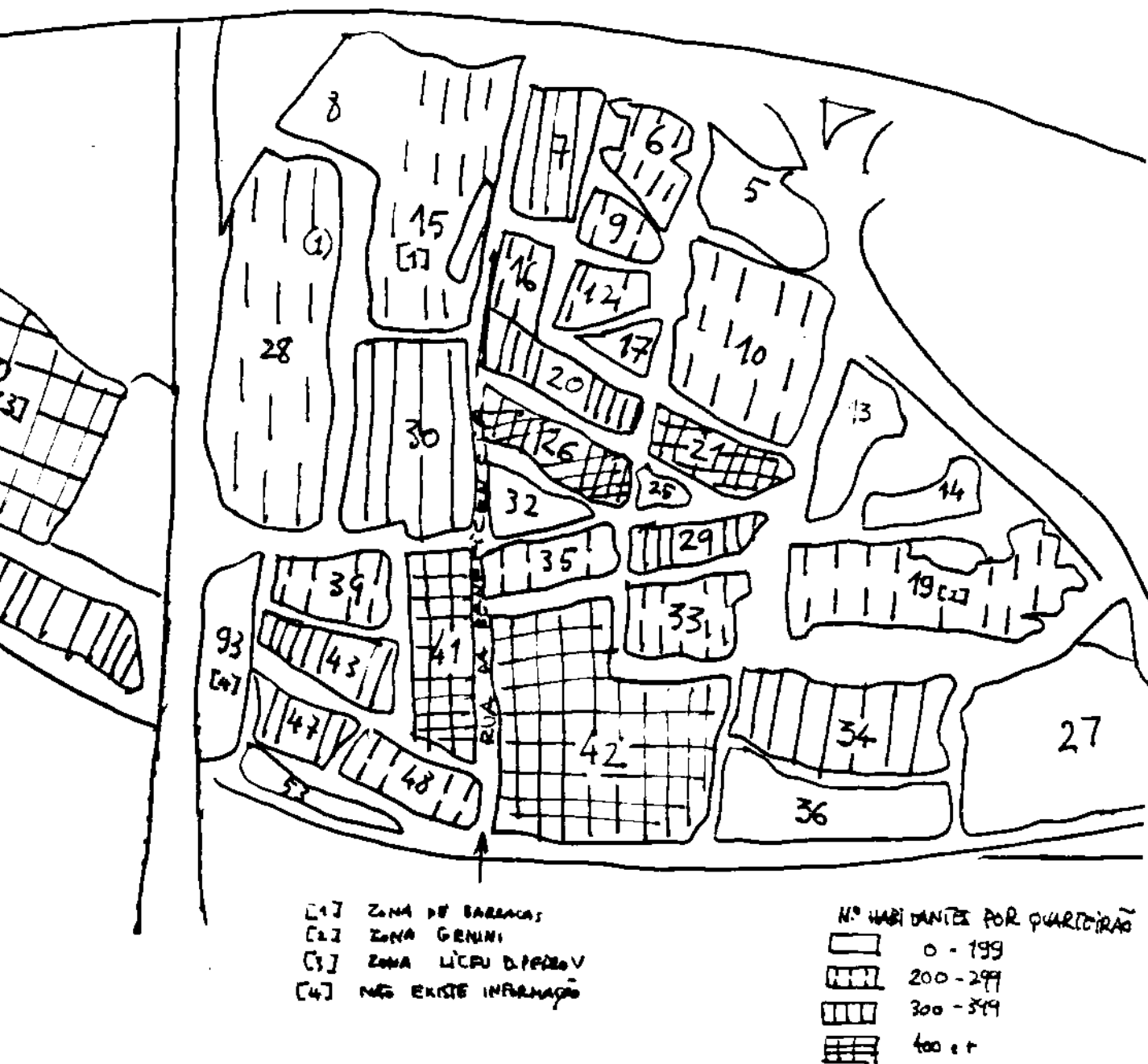
Ao longo da década de 60 (ACRA, 1964, 1969; BETARMADO, 1967) e já nos anos 70 (EMACO, 1973), vários tipos de operações se efectuam nesta zona, com a participação mais ou menos directa da entidade camarária. São estes alguns casos que só revelam um nível superficial das relações de uso dos terrenos urbanos (45).

É, contudo, em relação à zona edificada, ao espaço estruturado para a residência, que incide a nossa observação final.

Concluído, desde os anos 40, o processo de edificação local, assim como a posterior reedificação, e depois de perspectivadas as modificações aí ocorridas, fica ainda por aprofundar o modo como se distribui, nos nossos dias, a população que vive no Rego, pelos diferentes quarteirões que constituem este bairro. Do mesmo modo, não se encontra respondida a questão de em que zonas do bairro está a população, preferencialmente, concentrada.

Numa primeira observação o que logo se evidencia é o efeito concentrador que a Rua da Beneficência consegue, pois que todos os quarteirões com maior número de habitantes (400 e mais) definidos no interior do bairro, exclui-se a zona das Laranjeiras, marginam esta artéria (vd. Figura nº 19). Dois

FIGURA Nº 19 - Distribuição da população residente no Bairro do Rego pelos seus quarteirões em 1981



Fonte: Censo da População, I.N.E., 1981

desses quarteirões compreendem a Quinta da Bela Vista e o quarteirão defronte. Os outros dois, encontram-se a meio da artéria congregadora e estendem-se para o lado do originário "Bairro Santos".

Saliente-se ainda que apesar da distribuição da população ser, mais ou menos, homogénea por todo o bairro, quase todos os quarteirões com mais de 300 habitantes, marginam com as duas artérias estruturadoras da vida local (Rua da Beneficência e Rua Filipe da Mata), apenas se exceptuando a Azinhaga da Torrinha (46) (vd. Figura nº 19, quarteirão nº34).

Tal concentração não é de estranhar, pois se refere às áreas de construção maciça, de prédios mais elevados, que contrastam com os espaços "abarracados" da periferia, junto à linha férrea (vd. Figura nº 19, quarteirões nº27 e 36) e junto à Av. das Forças Armadas (vd. Figura nº 19, quarteirão nº5) ou ainda junto ao Complexo Gemini (vd. Figura nº 19, quarteirões nº13 e 14) e junto à sede do Partido Comunista (vd. Figura nº 19, quarteirão nº8).

Este facto é corroborado pelo modo como se distribuem espacialmente os quarteirões com valores não superiores a 300 habitantes. Assim, através da leitura desta Planta confirma-se a existência de um "nó central" do bairro, assente na sua já antiga estrutura e que tem a ver com a construção dos bairros da Bélgica e Santos. Também se evidencia a urbanização da Quinta da Bela Vista e a disposição central da Rua da Beneficência, que se apresenta



como o traço identificador destas antigas iniciativas de construção urbana.

Por outro lado, em redor desta área central, descreve-se uma "zona-arrabalde", de terrenos sujeitos à intervenção local ou exterior, onde se interpenetram a função de trabalho e de serviços e que pela natureza da sua ocupação, extensiva e descontínua, não comporta a função residencial, pelo menos, a título definitivo.

Síntese do capítulo

Da época inicial de edificação para a actualidade, o Bairro do Rego conhece modificações significativas no âmbito do seu "quadro morfológico local".

A primeira verifica-se a nível da definição do espaço residencial do bairro. Numa fase inicial deparámo-nos com a edificação de vários "bairros", construções autónomas que partilham um espaço amplo, e que pelo seu comum posicionamento -para além da linha de comboio da cintura -, se encontram distanciadas de outras áreas residenciais.

Depois, com a construção do Hospital de Santa Maria e em definitivo com a execução de uma série de vias de ligação que circundam este espaço, acentuam-se as delimitações do bairro. É o isolamento geográfico que leva a que a zona edificada se apresente agora como um todo, contribuindo também para essa definição a já estabelecida ligação entre os referidos aglomerados habitacionais e a própria distância física e percepcionada a partir destes face ao exterior.

Este isolamento não é contudo senão relativo. A sua localização estratégica à "entrada da cidade", e com acessos relativamente facilitados, conduz a que nesta área se continuem a instalar certos tipos de serviços de apoio a actividades da cidade mais carenciados de espaço. A sua fixação só é possível com a perpetuação da dicotomia relativa

à ocupação do espaço, que acompanha a vida do bairro entre construção compacta e zonas de quintas.

Na área densamente edificada, por seu lado, dá-se a substituição dos edifícios originais. Este processo, de reedificação, dá-se fundamentalmente a partir dos anos 40 de forma variada consoante a idade e o tipo das construções mas também da área do bairro onde se encontram implantadas.

A segunda tem a ver com a perda de mobilidade da população residente. A área ao Rego foi uma importante zona de recepção de população migrante ao longo do seu período de edificação, tendo aqui muitos deles encontrado residência provisória.

Esta situação altera-se sobretudo com os processos de reedificação, tornando-se maior a fixação dos residentes. Em termos gerais, a permanência dos mesmos moradores leva ao envelhecimento da população, o qual parece ter-se dado anteriormente ao do resto da freguesia. Porém, na actual década verifica-se um certo rejuvenescimento demográfico resultante da instalação de uma população jovem que vem ocupar casas agora vazias.

Mas para além das modificações que se verificam também podemos falar em termos de continuidades observadas.

Assim, evidencia-se a perpetuação de uma indefinição sócio-espacial que permite que na área envolvente deste bairro se construam as infra-estruturas necessárias à cidade e que tenham continuidade actividades do sector secundário, como sejam as oficinas e as serrações.

Do mesmo modo, a continuidade residencial de muitos

moradores justifica que não seja mais intensa a terciarização profissional dos habitantes no Bairro do Rego, pela hipotética vinda de novos habitantes empregados em actividades diferentes das dos antigos residentes. Contudo, existem variações internas quanto à disseminação deste fenómeno entre a população activa do bairro, a que a distinção entre as populações residentes nas várias partes do bairro não é alheia.

CAPÍTULO II

MIGRAÇÕES INTERNAS E PROXIMIDADE RESIDENCIAL

Introdução

Uma das preocupações iniciais deste trabalho, foi a de procurar informação numa área - a das migrações internas - em que rareiam dados susceptíveis de nos levar para lá de pressuposições e de veracidades inconfirmadas, não obstante a qualidade de alguns trabalhos pioneiros (47).

Definido o objecto de estudo (1ª parte), procurámos encontrar fontes suficientemente ricas, a partir das quais, pudéssemos levantar pistas sobre estas questões. Entre os vários tipos de informação possível de recolher destacou-se a hipótese de utilizar o ficheiro do Recenseamento Eleitoral da freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

A exploração de tal fonte permitiu-nos fazer um levantamento exaustivo de toda a população residente e recenseada nesta freguesia, com idade superior a 18 anos. Nos boletins de inscrição existe o item "naturalidade" que indica o concelho e a freguesia de nascimento do recenseado, e pelo qual é possível traçar um quadro global das origens geográficas desta população: recolhemos, assim, informação acerca de 8368 eleitores, recenseados até 31 de Maio de 1985.

O total de eleitores da freguesia era, então, de 22541,

tendo sido utilizadas todas as fichas referentes aos residentes no Bairro do Rego, 6754, e ainda sido feita uma tiragem sistemática, 1/10, dos eleitores da área restante da freguesia. Esta amostra permite-nos estabelecer comparações a propósito das tendências migratórias detectadas, inserindo as tendências locais numa área de recepção migratória mais ampla, a freguesia de Nã Sã de Fátima em Lisboa.

Segundo as informações recolhidas na Junta de Freguesia de Nã. Sã. de Fátima, a população recenseada vem diminuindo desde o ano em que este elemento começou a ser colectado de forma sistemática. Deste modo, havia em 1978, 23157 eleitores, tendo este valor atingido o máximo em 1981 com 23437 e caindo desde aí até aos referidos 22541 eleitores em 1985.

Algumas limitações tem, porém, este método, com vista a detecção da população migrante da cidade.

Em primeiro lugar, este ficheiro só cobre a população com mais de 18 anos, pelo que apenas temos informações sobre os "actores-adultos" que aqui habitam. Em segundo lugar, a notícia da mudança de residência é, muitas vezes, descurada por quem o deveria fazer, continuando assim a votar na freguesia onde anteriormente residia.

Em relação a esta última questão, uma dificuldade e uma vantagem se colocam. Assim, se se coloca a dificuldade de cobrir todos os novos habitantes que passam a residir no bairro, a vantagem que se apresenta é a de ser possível ir, um pouco mais longe, na reconstituição dos núcleos familiares

de origem e que incluem alguns filhos agora vivendo noutra lugar. Também em relação aos falecidos, que não foram declarados pelas famílias na Junta de Freguesia e que se mantêm igualmente no ficheiro de eleitores, a vantagem que referimos é do mesmo tipo.

É, pois, em função do que esta fonte nos permite de mais rico que organizámos este capítulo. Assim, num primeiro tempo, desenvolvemos a interpretação dos valores relativos à presença de uma população migrante, a nível local e da freguesia; tendo tido nesta análise em consideração, as distintas origens geográficas destes habitantes e as várias gerações de recenseados que residem no bairro.

Num segundo tempo, tratámos uma informação de que só indirectamente dispunhamos, procurando analisar o modo como os oriundos de um mesmo lugar mantêm, a nível da cidade, uma proximidade residencial e ainda como são constituídos geografica e familiarmente os núcleos habitacionais no Bairro do Rego.

Toda esta informação, de que aqui damos conta, e que quantitativamente cobre todos os eleitores é, no entanto, pelas suas próprias características limitada. Daí que tal método, não dispense o suscitar de outro tipo de informações que completem o quadro geral possível de reconstituir, como procurámos fazer com a orientação posterior que demos à nossa investigação.

A. A ORIGEM GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BAIRRO

1. A "naturalidade" dos habitantes recenseados para efeitos eleitorais em 1985 - a dominância da origem rural

Quando pretendemos realizar uma análise acerca da população que vive nas cidades, somos, habitualmente, levados a confundi-la com a noção de "população urbana", mais ambigua e imprecisa em função da análise que aqui desenvolvemos.

Entendemos por população que vive nas cidades todos os indivíduos que se encontram a residir de forma fixa em cidades ou em suas extensões urbanas, podendo-se assim através do Recenseamento Eleitoral aprofundar o conhecimento efectivo acerca das origens geográficas da população, que, com carácter fixo, habita no Bairro do Rego.

Primeiramente, procurámos saber qual o distrito de nascimento dos residentes, de forma a detectar a proporção de população que sofreu um processo migratório e a partir de que zonas do país ele se efectuou.

Não perdendo, como termo de comparação, a parte restante da freguesia de Nã. Sã. de Fátima, encontraós como resultado inicial uma forte proporção de população nascida fora do distrito de Lisboa, que atinge 63.1% no caso do "Bairro do Rego", situando-se esta percentagem nos 61.1% no caso de zona identificada como as "Avenidas Novas" (vd. Quadro nº 18).

Constata-se, de imediato, que são de pequeno vulto as

variações dos pesos distritais no caso do "Bairro do Rego" e na zona das "Avenidas". Dai, depreender-se uma continuidade nas origens geográficas da população da freguesia em geral.

Precisando: para além do distrito de Lisboa, que tem o seu peso concentrado na própria cidade, não encontramos qualquer outro distrito hegemónico da origem geográfica desta população.

Todos os restantes têm valores abaixo dos 10%, salientando-se, para o bairro, os distritos de Santarém e Viseu que constituem, cada um com 7.5%, os distritos de origem da população mais contemplados, enquanto o distrito de Coimbra atinge os 5.9%, seguido do de Castelo Branco com 5.3%.

Porém, uma distinção clara se pode fazer entre a representação dos distritos a Norte e a Sul do Tejo. Assim, embora seja conhecido o efeito concentrador da área urbana de Lisboa, para a população oriunda do Sul, particularmente do Alentejo, este bairro não é disso exemplo.

Do total da população recenseada do bairro, os oriundos dos distritos a Norte do Tejo representam 81.8% desta, enquanto os de distritos a Sul, apenas 12.9% (vd. Figura nº20). Tal situação de clara vantagem dos oriundos de distritos a Norte do Tejo, é extensível ao resto da freguesia, o que já não se verifica em relação aos casos, que podemos classificar como "outros" (Arquipélagos da Madeira e Açores, ex-colónias

QUADRO Nº 18 - As populações residentes em 1985 na freguesia de Nã Sã de Fátima, segundo os distritos de nascimento

	TOTAL RESTO DA FREGUESIA	TOTAL BAIRRO REGO
%	(1614 eleitores)	(6754 eleitores)
AÇORES	1.2	0.5
AVEIRO	2.3	1.9
BEJA	2.3	3.2
BRAGA	1.7	1.6
BRAGANÇA	1.4	1.4
CAST. BRANCO	3.8	5.3
COIMBRA	5.1	5.9
ÉVORA	1.8	1.9
FARO	2.7	3.1
GUARDA	3.4	3.6
LEIRIA	2.8	3.5
LISBOA	38.9	36.9
MADEIRA	1.2	1.0
PORTALEGRE	2.0	2.2
PORTO	2.9	2.1
SANTARÉM	6.0	7.5
SETUBAL	1.6	2.5
V. CASTELO	2.1	2.1
VILA REAL	2.2	2.5
VISEU	5.6	7.5
OUTRO	3.5	1.5
ANGOLA	3.4	1.2
MOÇAMBIQUE	2.1	1.1

como Angola e Moçambique e outros países). Estes últimos, aparecem, significativamente, mais representados nas "Avenidas" totalizando 11.4% das "naturalidades" dos residentes, contra, menos de metade deste valor, 5.3% no "Bairro do Rego".

Se bem que grande receptor de população exógena, o "Bairro do Rego" mostra-se, em relação às "Avenidas Novas", mais segregador de população com origem geográfica exterior ao rectângulo peninsular, sejam indivíduos oriundos dos Arquipélagos da Madeira e Açores, das ex-colónias portuguesas de Angola e Moçambique ou mesmo de outros países.

FIGURA Nº 20 - Comparação da distribuição dos recenseados nas "Avenidas Novas" e no "Bairro do Rego" em 1985, por zonas de naturalidade

AVEN. NOVAS		BAIRRO	
-----		-----	
norte Tejo	ilhas 2.4	norte Tejo	ilhas 1.5
__78.2__	-----	__81.8__	-----
sul Tejo	ex-col. 5.5	sul Tejo	ex-col. 2.3
---10.4---	outro 3.5	---12.9---	outro 1.5

Em contrapartida, as "Avenidas" comportam-se de forma mais cosmopolita, acentuando as características urbanas da coexistência de populações diversificadas, contrastante com a origem fundamentalmente rural e reagrupadora dos núcleos

originários da área residencial ao Rego.

Tal hipótese é, porém, apenas ponto de partida para uma sequente análise. Deste modo, retomando o nível distrital, mas centrando agora a análise nas capitais de distrito, procurámos detectar o seu peso em relação ao total dos oriundos desses distritos, comparando o "Bairro do Rego" com o resto da freguesia.

Na amostra referente a este último, encontramos uma maior tendência de nascimentos nas capitais de distrito do que no "Bairro do Rego", embora o seu valor em relação ao total dos oriundos desses distritos se situe abaixo dos 20% (18.9%) contra 15% do bairro, isto no caso de exceptuarmos o distrito de Lisboa.

Não se pode, pois, falar de disparidade flagrante de situações entre estas duas populações, o que é confirmado pelo valor percentual atingido pela cidade de Lisboa no conjunto das "naturalidades". Esta, enquanto capital nacional e destino da população migrante, tem de ser abordada separadamente, até pelo peso esmagador que apresenta.

Isolada, a capital do país, é naturalidade de 31.72% da população do bairro e 33.64% da amostra da população do resto da freguesia.

Esta semelhança de valores confirma a ideia de que a população que vive na cidade é fundamentalmente constituída por oriundos de outras zonas do país, embora sem que se saliente, neste caso, qualquer distrito que hegemonize, com os "naturais" de Lisboa, a composição da população nesta

freguesia.

Depois de se ter evidenciado, com a análise dos pesos das capitais de distrito, que a origem dos eleitores residentes nesta freguesia é, sobretudo, rural, procurámos distinguir as "freguesias urbanas", ou seja, todas as que estão inseridas em cidades ou vilas-sede de concelho, sem esquecer as freguesias dos concelhos limítrofes das maiores cidades, das "freguesias rurais".

Deste modo, avaliámos a proporção dos nascidos em centros de maior dimensão ("freguesias urbanas") em relação aos que nasceram em meios com características rurais

Tal distinção que é apenas operacional dado que se pretende conhecer o peso dos oriundos das zonas rurais, e não caracterizar os de meios urbanos, dá-nos algumas indicações acerca desta realidade migratória.

O primeiro aspecto a salientar, é o da maior proporção de população nascida em "freguesias urbanas" na zona das "Avenidas Novas", verificando-se ainda que as maiores diferenças entre os valores do bairro e os assinalados na restante parte da freguesia dizem respeito aos distritos litorais onde se encontram as maiores cidades e zonas urbanas do país: Braga, Coimbra, Faro, Porto, Setúbal, mas também, Évora e Portalegre (vd. Quadro nº 19).

Nestes casos, a proporção da população das "Avenidas" que é oriunda de "freguesias urbanas" é bastante superior à proporção atingida no "Bairro do Rego". Porém, em distritos de características essencialmente rurais chega a acontecer o

QUADRO Nº 19 - Peso da população nascida em "freguesias urbanas" entre os recenseados em 1985 no Bairro do Rego e no "resto da freguesia", por distritos

BAIRRO DO REGO			RESTO DA FREGUESIA		
	[ori. "freg.urb"/ total pop.dist.]	(%)	:	[ori. "freg.urb"/ total pop. dist.]	(%)
AVEIRO	44/128	34.4	:	14/37	37.8
BEJA	93/218	42.7	:	17/37	45.9
BRAGA	31/108	28.7	:	11/27	40.7
BRAGANÇA	32/ 92	34.8	:	7/23	30.4
C. BRANCO	106/356	29.8	:	18/62	29.0
COIMBRA	111/401	27.7	:	31/83	37.3
ÉVORA	91/131	69.5	:	25/29	86.2
FARO	123/206	59.7	:	33/43	76.7
GUARDA	40/243	16.5	:	12/54	22.2
LEIRIA	80/235	34.0	:	15/45	33.3
LISBOA	2328/2495	93.3	:	592/627	94.4
PORTAL.	74/149	49.7	:	19/32	59.3
PORTO	85/139	61.2	:	38/47	80.9
SANTARÉM	161/506	31.8	:	34/97	35.1
SETUBAL	105/167	62.9	:	19/26	73.1
VIANA C.	17/141	12.1	:	3/34	8.8
VILA REAL	33/171	19.3	:	10/36	27.8
VISEU	88/507	17.4	:	19/91	20.9
TOTAL	3642/6898	57.0	:	917/1430	64.1
S/LISBOA	1314/3898	33.7	:	325/803	40.5

inverso: Bragança, Castelo Branco, Leiria e Viana do Castelo. Nestes últimos, é o "Bairro do Rego" que dispõe em maior percentagem de oriundos de freguesias dentro de vilas e cidades.

Em síntese, diremos que se visualiza uma maior tendência da população do "resto da freguesia" ser oriunda de "freguesias urbanas", particularmente, de cidades de maior dimensão, nomeadamente Porto e Coimbra, contrastando com a população do bairro, que apresenta maior proporção de nascidos em "freguesias rurais".

Na totalidade, obtivemos uma percentagem de 57% de população nascida em "freguesias urbanas" no Rego, contra 64.1% nas "Avenidas". Contudo, este valor é empolado extraordinariamente pela componente "cidade de Lisboa", que quando neutralizada, nos dá um valor mais conducente com a contribuição de "freguesias urbanas", quando não são as metrópoles nacionais, na composição da população que aqui reside.

Excluído o distrito de Lisboa, o "Bairro do Rego" tem 33.7% de população nascida em "freguesias urbanas" enquanto o "resto da freguesia" 40.5%.

A fraca representação dos nascidos em "freguesias urbanas" é ainda mais evidente, no caso do "Bairro do Rego", nos distritos donde são oriundos um maior número de residentes. Nestes, a proporção dos nascidos em "freguesias rurais" é sempre superior a 50% - Santarém (68.2%), Castelo Branco (70.2%), Coimbra (72.3%) e Viseu (82.6%) - , acima da

própria média nacional sem o distrito de Lisboa.

Concluimos, assim, que esta população eleitoral é, maioritariamente, oriunda de zonas rurais, distantes, na maior parte das vezes, do destino (Lisboa) e situadas a Norte do Tejo.

Depois desta primeira vista geral, revela-se oportuno prosseguir a nossa análise, clarificando os contornos das zonas de onde emigraram, em maior número, os habitantes deste bairro.

- a) Análise da população recenseada em 1985 através das zonas de origem dos seus habitantes - "o corredor central"

Pela representação cartográfica dos dados sobre a origem geográfica desta população, apercebemo-nos, em primeiro lugar, que a população eleitora deste bairro tem as suas origens geográficas espalhadas por todo o país. De todas as partes do país encontramos indivíduos; fenómeno que terá mais a ver com o efeito catalizador da capital, como concentrador de actividades e de funções, do que propriamente com alguma característica específica do bairro.

Deste modo, quer o mapa que representa a área das "Avenidas Novas" (Figura nº 21) quer o mapa relativo ao bairro (Figura nº 22) nos dão conta desta realidade; constatando-se pela sua leitura, a existência de uma zona, embora ampla, que concentra todos os concelhos de maior

FIGURA Nº 21 - Mapa representando a distribuição espacial dos concelhos de origem da população residente nas Avenidas Novas em 1981, nos casos em que os concelhos congregam pelo menos 30 indivíduos aí nascidos

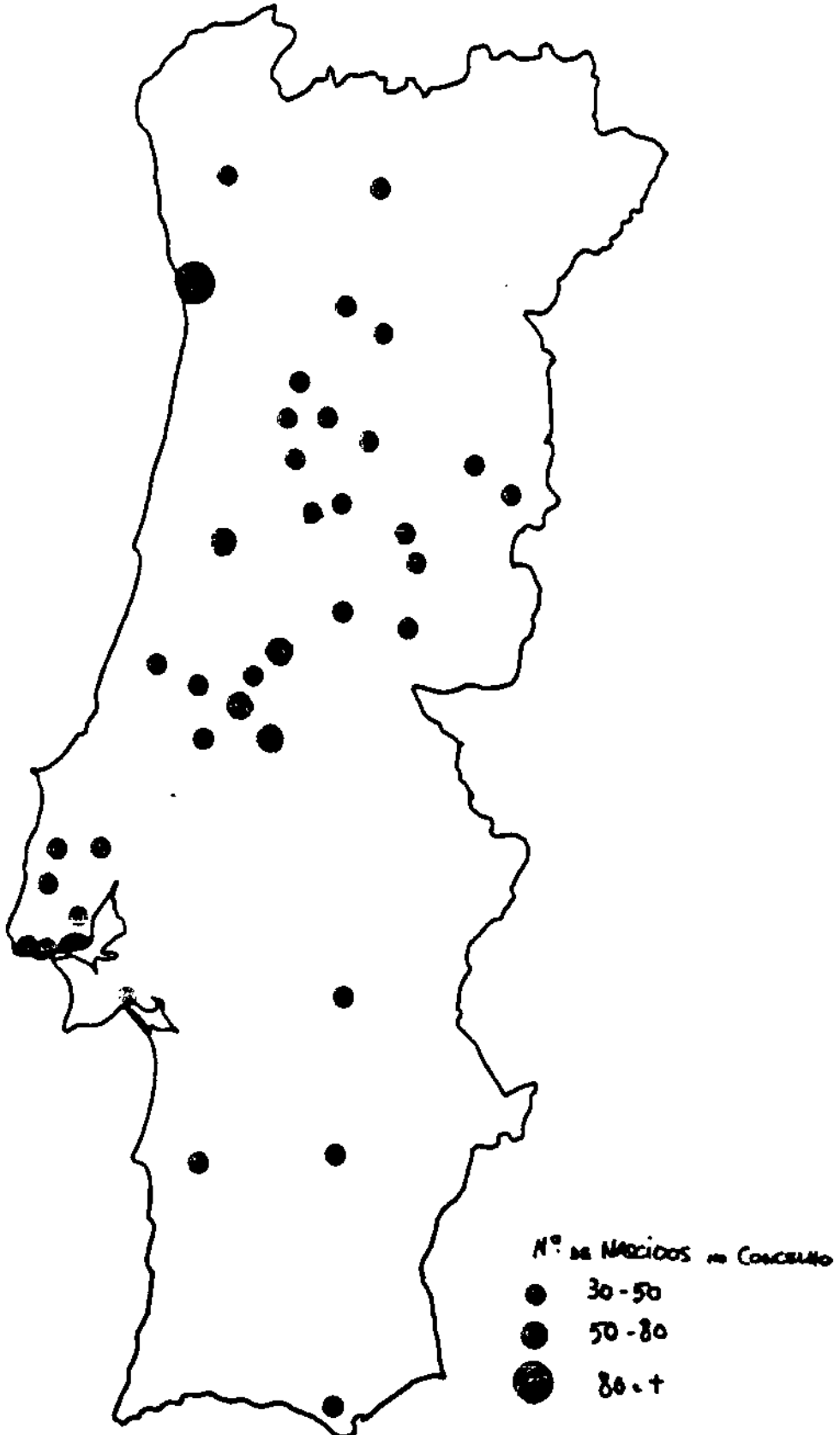


FIGURA Nº 22 - Mapa representando a distribuição espacial dos concelhos de origem da população residente no Bairro do Rego em 1981, nos casos em que os concelhos congregam pelo menos 30 indivíduos aí nascidos



significado migratório.

A percepção quase física do processo migratório desta população - que a disposição gráfica das zonas de naturalidade mais importantes permite - apresenta variações a nível regional que marcam desde logo uma primeira divisão entre as zonas donde provieram. com maior intensidade, os residentes no Rego.

Por um lado temos a zona da "Serra", identificada em redor da Serra da Estrela, onde se situam os concelhos de origem mais representativos, a qual se pode dividir em duas áreas: a Norte, onde o fenómeno tem maior intensidade e a que correspondem os concelhos do distrito de Coimbra, e que se estende pelo distrito de Viseu; e, a Sul, corresponde aos concelhos do distrito de Castelo Branco.

Por outro lado, é em torno do Tejo, ao longo do curso do rio, que se concentra outra importante zona de origem dos residentes do bairro, que apesar de dar continuidade à anterior zona, dela se distingue através de um aglomerado de concelhos de fraca representação emigratória que entre estas se situam.

A ligação entre estas duas áreas faz-se na zona de transição Sertã-Ferreira do Zêzere-Tomar. Este último concelho, com Abrantes, Torres Novas e Santarém, constituem uma zona de concentração bastante intensa de "naturalidade" dos habitantes do bairro, desfalecendo este zona de intensidade ao penetrar o distrito de Lisboa, embora ainda atinja os concelhos de Alenquer e Torres Vedras.

De forma sistemática podemos estruturar a leitura deste mapa salientando:

a) uma zona acima do Douro, em que não encontramos qualquer espécie de fluxo migratório para o bairro. A explicação para tal facto, pode estar radicada num fenómeno de características gerais: a influência da cidade do Porto, enquanto maior centro regional e acolhedor de população de distritos limitrofes;

b) outra zona sem grande expressão migratória situa-se a sul do Tejo e de que apenas se salientam alguns casos de concelhos isolados, particularmente, Santiago do Cacém;

c) uma zona entre o Douro e o Mondego donde, particularmente, se faz sentir o fluxo dos oriundos do distrito de Viseu, e que abrange o caso particular de Resende e os concelhos de Viseu, Tondela, Vouzela e S. Pedro do Sul. Tal zona está ligada à que se encontra abaixo do Mondego, estando também ligada à cidade de Coimbra que parece funcionar, pelo menos nalguns casos, como "trampolim" para a continuação do processo migratório;

d) por fim, a zona, que com o distrito de Viseu apelidámos de "corredor central", onde se concentram os lugares de origem de uma parte significativa desta população (distritos de Coimbra, Castelo Branco e Santarém). Exclui-se deste quadro a maior parte dos concelhos do distrito de Leiria, os quais atingem pequena representação. Assim, se já tínhamos apontado a fraca intensidade da "naturalidade" a norte do Douro e a sul do Tejo, deparamos-nos aqui, no Centro

do país, com uma clara distinção entre litoral e interior. Quer os distritos de Aveiro e de Leiria quer o de Coimbra, na sua área litoral, têm escassa representação, o que faz ressaltar a "vocação" migratória da população do interior para este destino.

Embora não seja, obviamente, conclusivo para a cidade, este estudo vem ao encontro dos resultados obtidos por A.F.COSTA (1985, p.741) acerca da zona de origem dos residentes em Alfama, sem que, no nosso caso, se verifique tamanha concentração de concelhos de origem significativos.

Acerca do processo de deslocação, pelas informações de que dispomos através das entrevistas realizadas, pudémos lançar algumas hipóteses em torno das vias de mobilidade das zonas de origem, esmagadoramente rurais, e a zona de chegada.

Desta maneira, o percurso nem sempre se faz directamente entre um e outro espaço; antes é mediado por uma permanência em zonas que funcionam como "patamar de mobilidade mais longa".

A "insuficiência de desenvolvimento (...) em torno dos centros provinciais", como refere V. M. Godinho (1971, p.43), vem confirmar a tendência que se nos esboça. Assim, para além das migrações que se fazem directamente da zona de origem para Lisboa e que são realizadas, através de redes de interconhecimento que estabelecem a ligação entre a origem e destino, encontramos dois centros fundamentais de passagem para migrantes mais tarde instalados no Rego.

Coimbra desempenha um papel de cidade intermédia, centralizadora na zona de actividades urbanas, acolhendo população serrana da vertente norte e da zona de Viseu. Os entrevistados que, por aí passaram, mantêm ainda familiares nesta cidade ou referem-nos que ainda hoje populações da sua zona de origem por aí se encontram ou passam.

A zona da Sertã-Tomar-Santarém constitui a outra zona de estabelecimento temporário para os que hoje se encontram em Lisboa. Sendo volumoso o contingente dos oriundos desta zona, já algo industrializada, aí vêm convergir ainda, os que vindo da vertente sul da "Serra", sobretudo, do distrito de Castelo Branco, mas também do da Guarda, nesta zona se vêm inicialmente instalar.

A ideia aqui desenvolvida sobre a existência de um "corredor central", donde confluiriam uma parte significativa dos actuais habitantes da freguesia de N.ª S.ª de Fátima, e particularmente, do "Bairro do Rego" merece um tratamento mais aprofundado. Circunscrito grosseiramente o "corredor central" aos distritos de Coimbra, Castelo Branco, Viseu e Santarém: este, constitui a área de maior importância na origem geográfica da população do bairro(.26), logo a seguir à dominância dos nascidos em Lisboa(.37), representando juntos 63% do total da população recenseada(vd.Figura nº 23).

Estes valores contrastam com o fraco peso que os restantes 13 distritos continentais (8 no Norte e 5 no Sul) cumulam, quedados nos 32% (19 o Norte e 13 o Sul).

São estes resultados ainda extensíveis ao resto da

freguesia, em que os "naturais" de Lisboa representam 39% e os do "corredor central" 21%, representando 60% do total da população recenseada contra 29% (19% para o Norte e 10% para o Sul). No caso das "Avenidas", pois é delas que se trata fundamentalmente, a proximidade dos valores entre o Norte, que se mantem nos 19%, e a quebra do "corredor central", para os 21%, já praticamente não permite que se estabeleça distinção entre estas duas zonas.

FIGURA Nº 23 - Distribuição das populações residentes na freguesia de Nã Sã de Fátima em 1985 segundo as suas origens geográficas

BAIRRO	RESTO DA FREGUESIA
8 dt. : Norte(.19) :	: Norte(.19) :
4 dt. : C. Central (.26):	: C.Central (.21):
:Lisboa (.37):	:Lisboa (.39):
5 dt. : Sul (.13):	: Sul (.10):

Com vista a confrontar dois tipos de informação útil para esta análise, procurámos, em termos globais, captar o movimento da população do designado "corredor central" em momentos distintos do século XX. Através dos Censos de 1900, 1940, 1981, tentámos perspectivar uma eventual modificação na estruturação dos pesos das várias zonas do País, que não

sendo explicável unicamente pelo vector das migrações internas, tem nelas uma componente significativa (vd. Figura nº 24).

Assim observado o país, revelam-se-nos alguns aspectos interessantes na comparação das várias zonas definidas.

O distrito de Lisboa cresce invariavelmente, mesmo se não atendermos a que em 1900 este está contabilizado com a inclusão dos concelhos que hoje constituem o distrito de Setúbal. Enquanto isso, o Centro e o Norte perdem sempre população. A grande diferença, todavia, é que enquanto o Norte de 1940 para 1981 estabiliza o peso da sua população residente em relação ao total nacional, o que tem a ver com o reforço da área da grande Porto, que abrange os distritos do Porto, Braga e Aveiro, o mesmo não se pode dizer do Centro, onde nenhum centro capitaliza população, e, daí, que apesar dos distritos de Santarém e Coimbra terem crescido de 1940 para 1981, o peso desta zona tenha caído dos 22.1% para 16.7% da população do continente, ao mesmo tempo, que Lisboa cresce, praticamente, essa diferença de 14.8% para 22.3%.

Deste modo, o distrito de Lisboa em 1981 constitui isoladamente a segunda zona mais volumosamente populada. Por seu lado, o Sul que cresce um pouco de 1900 a 1940, possivelmente graças à incorporação da população do distrito de Setúbal, cai aos 15.9% em 1981, isto enquanto o referido distrito de Setúbal não deixa de crescer aceleradamente. Sem este distrito, os restantes quatro apenas representam 9% da população do continente.

FIGURA Nº 24 - Movimento comparado da população do Continente português entre 1900 e 1981 por "zonas amplas"

1900		1940	
-----		-----	
Norte (8 d.)		Norte	
48.0		45.7	
-----		-----	
"Corredor Central" (4 d.)		"Corredor Central"	
24.6		22.1	
---	-----	---	-----
Lisboa :		Lisboa :	
+ Set. :		:	
14.1 :	Sul (4 d.)	14.8 :	Sul
-----	13.3	-----	(5 d.) 17.4
-----		-----	
1981			

Norte			
45.1			

"Corredor Central"			
16.7			

Lisboa :			
22.3:	Sul		
-----	(5 d.)	15.9	

Este fenómeno de crescimento do distrito de Setúbal prende-se obviamente com as migrações internas, parecendo relativamente evidente que haja uma transferência de população dos distritos interiores do Alentejo para o seu distrito litoral, e na continuidade da capital.

Nessa perspectiva ao associarmos os pesos de Lisboa e Setúbal, deparamo-nos com uma disposição de valores bastante diferente dos anteriormente apontados, o que ainda mais se evidencia se ao "corredor central" associarmos os distritos da Guarda e de Leiria.

Assim se vem confirmar o crescimento da zona Norte, centrada no eixo Porto-Braga-Aveiro e da zona Lisboa-Setúbal, contrastando estas com duas zonas deprimidas do ponto de vista populacional, nas quais se evidencia uma quebra nos residentes de 1940 para 1981, perdendo o "Corredor Central" de modo mais acentuado a sua população que o Sul, o qual não deixa de ser um importante perdedor.

QUADRO Nº 20 - Evolução percentual das várias zonas do país entre 1900 e 1981

	1900	1940	1981
NORTE	37.9	36.7	38.5
"C. CENTRAL"	34.7	31.1	23.3
LISBOA/SETUBAL	14.1	18.5	29.3
SUL	13.3	13.7	8.9

2. As várias gerações de eleitores e a representatividade
dos "naturais" de Lisboa

A população recenseada do bairro comparada com a amostra do resto da freguesia em 1985 tem a seguinte distribuição etária (Quadro nº 21):

	BAIRRO			RESTO DA FREGUESIA
	H	M	TOTAL	TOTAL
<1900	32	100	132	41
1900-09	142	306	448	159
1910-19	329	467	796	198
1920-29	486	637	1123	265
1930-39	552	660	1212	244
1940-49	509	607	1116	213
1950-59	550	601	1151	307
> 1960	372	394	766	178
S. IND.	1	1	2	4
TOTAL	2973	3773	6746	1609

Entre as duas populações algumas diferenças se manifestam. Essas variações são particularmente visíveis quando organizamos a informação por grupos de idade, apercebendo-nos do maior peso de população idosa entre os eleitores das "Avenidas Novas", o que vem confirmar os dados apresentados no capítulo anterior. Também encontramos uma maior proporção de eleitores dos 18 aos 35 anos nesta zona, a que se

contrapõe o maior peso de recenseados entre os 35 anos e os 64 anos no "Bairro do Rego".

QUADRO Nº 22 - Comparação das populações das "Avenidas Novas" e do "Bairro do Rego", por grupos de idade em 1985

	BAIRRO	Resto da FREGUESIA
18 - 34	28.5	30.2
35 - 64	51.1	45.0
65 +	28.5	30.2

Alguns grupos etários impõem-se face a outros o que, no caso do "resto da freguesia", acontece com a população entre os 25 e os 34 anos, grupo jovem dentro desta população enquanto no bairro do Rego o grupo que se evidencia é o dos eleitores com idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos.

Quanto às diferenças percentuais entre os mesmos grupos etários nestas duas populações residentes, entre os eleitores com mais de 55 anos, nascidos entre 1920-29 e anteriores, e os eleitores mais jovens, com menos de 25 anos, estas praticamente não têm expressão.

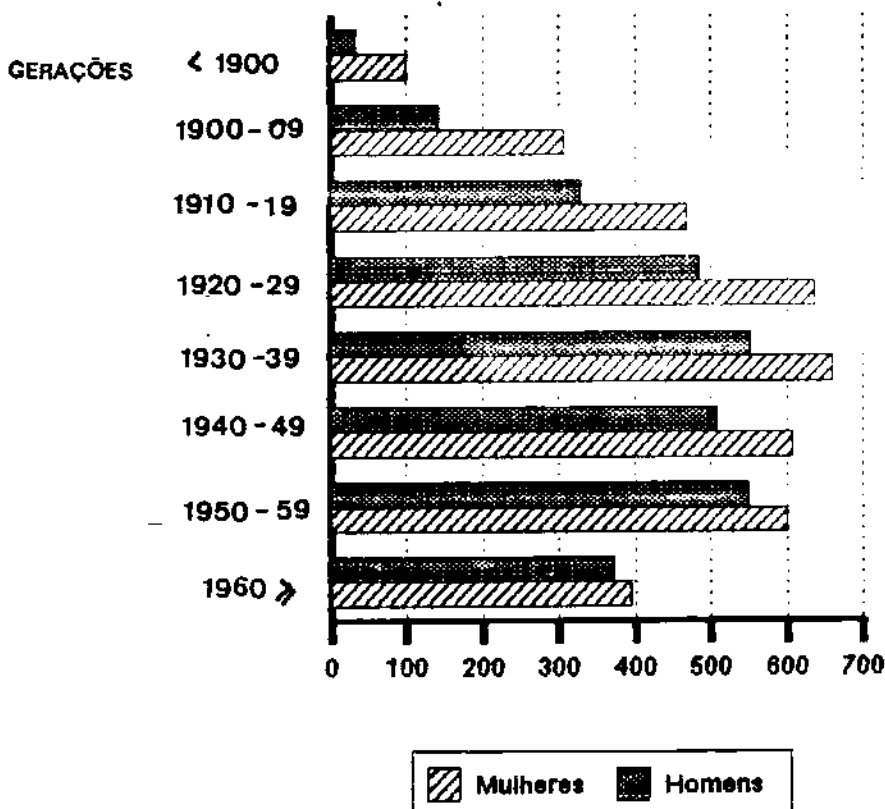
A repartição por sexos nestes grupos de idades, no "Bairro do Rego", é bastante variada e acentua a disparidade que, gradualmente, se verifica, à medida que avançamos nas idades, entre o peso de mulheres e de homens. O número de mulheres torna-se claramente maioritário nos grupos mais idosos,

apenas se equiparando ao dos homens nos grupos mais jovens.

Em termos globais porém, as disparidades não são tão acentuadas visto o peso dos grupos etários, quer dos mais velhos (nascidos antes de 1920), quer dos mais jovens (nascidos depois de 1960), ser muito fraco, apenas representando 31.8% do total da população eleitora do bairro.

Deste modo, as mulheres pesam no conjunto da população do bairro 55.9%, enquanto os homens 44.1%, sendo os valores atingidos nos nascidos antes de 1900 de 75.8% para as mulheres e nos nascidos depois de 1960 de 51.4%, fortalecendo-se tal disparidade à medida que avançamos nas idades (vd. Figura nº 25).

FIGURA Nº 25 - População masculina e feminina do Bairro do Rego por grupos etários em 1985



Depois de evidenciada a estrutura da população eleitora do bairro, pretendemos averiguar como se distribui etariamente a população nascida em Lisboa.

Acontecendo como seria de esperar, os nascidos em Lisboa têm um peso maioritário na população aí residente. São 2134 dos eleitores do bairro (31.7%), enquanto representam 33.1% dos eleitores da amostra do resto da freguesia. O concelho mais representado de seguida é o de Tomar com 1.7% da população recenseada, o que mais reforça o interesse em observar a distribuição dos "nascidos na cidade de Lisboa" (vd. Quadro nº 23) pelos diversos grupos etários.

Mantendo um fraco peso entre os nascidos antes de 1950, a "naturalidade" Lisboa ganha importância decisiva entre a população mais jovem, o que é bem ilustrado quer no bairro quer no resto da freguesia.

Por conseguinte, se bem que exista uma proporção assinalável de nascidos em Lisboa, 1/4 dos residentes na geração anterior a 1900 no caso das "Avenidas Novas", e nas gerações a partir de 1920 no "Bairro do Rego", uma componente fortíssima, 3/4 dos indivíduos dessas gerações, nasceram noutros lugares. Esta situação que só se inverte para os nascidos nos anos 60, toma já o sentido desta mudança com os nascidos na década de 50, época para a qual temos no bairro um peso de nascidos em Lisboa que se aproxima da metade da população residente e nascida neste decénio.

A geração dos nascidos nos anos 50 marca uma transição que aparece associada a um importante fenómeno: o do surgimento

QUADRO Nº 23 - População nascida em Lisboa residente no Bairro do Rego e no resto da freguesia, por grupos etários

	BAIRRO DO REGO		RESTO DA FREGUESIA	
	T.N.P.(1)	% N.L.(2)	T.N.P.	% N.L.
< 1900	132	12.9	41	24.4
1900-09	448	17.9	159	22.6
1910-19	796	18.5	198	22.2
1920-29	1123	22.6	265	30.2
1930-39	1212	28.7	244	26.2
1940-49	1116	24.8	213	27.7
1950-59	1151	41.1	307	41.7
> 1960	766	71.1	114	64.0

(1) Total dos Residentes Nascidos neste Período

(2) Percentagem dos Nascidos em Lisboa

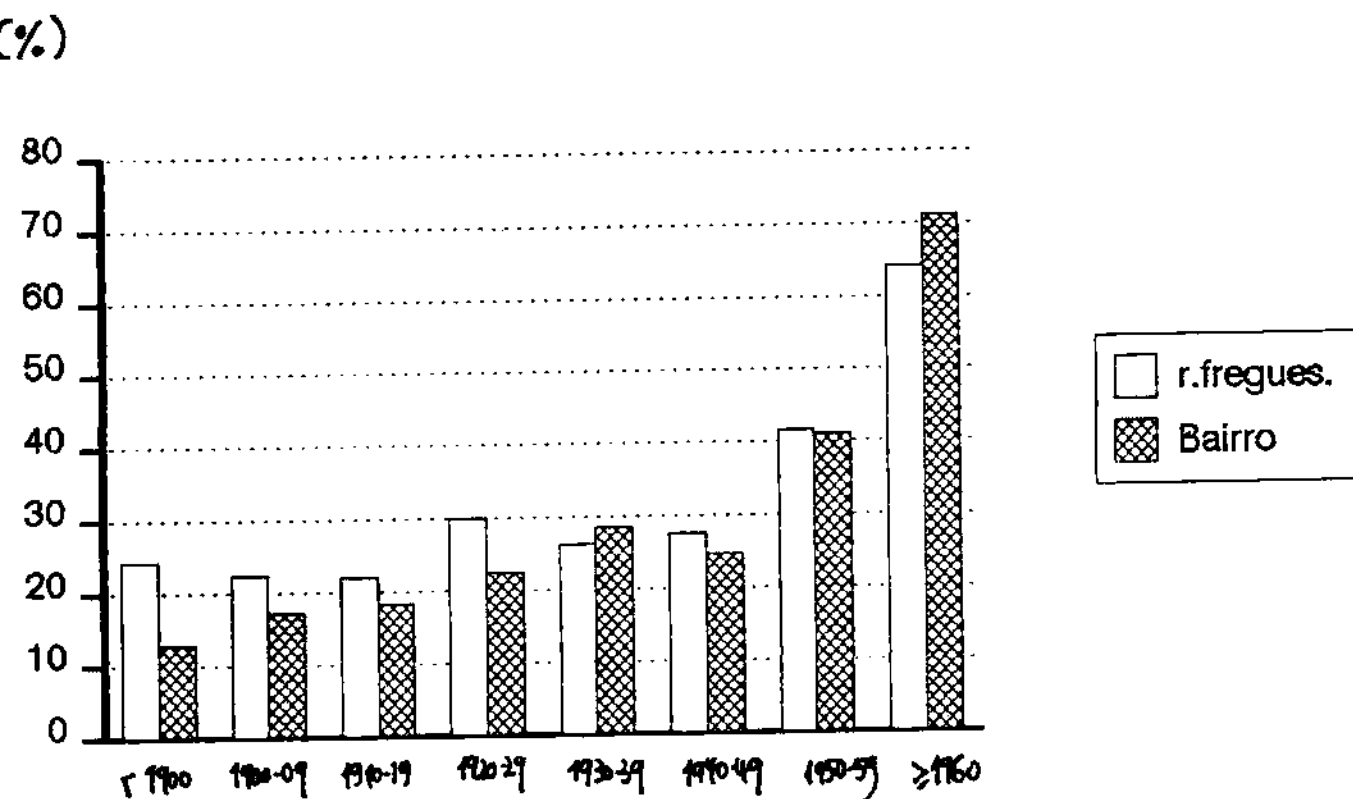
de gerações de jovens maioritariamente socializados em meio urbano, e que pensamos ser extensível a toda a cidade e, mais tarde, à zona dos arredores urbanizados. Este fenómeno é tanto mais importante quanto, se fôr confirmado em termos gerais da cidade, mostra que apenas uma pequena parcela da população, nascida dos anos 50 para cá e que habita a cidade de Lisboa, não nasceu aí.

É desta maneira que depois de analisada a composição por origens geográficas e por gerações se confirma a necessidade e se comprova que a decomposição do termo "população urbana" merece uma reforçada atenção, por parte de quem com ele opera, de modo a permitir a sua mais correcta utilização(48).

Retomada a nossa análise através da leitura da Figura nº 26, respeitante à proporção dos naturais da cidade de Lisboa por grupos de idade, ressalta uma outra questão. Se bem que é já do nosso conhecimento o peso que os "naturais" de Lisboa vão alcançando ao longo das várias gerações de residentes, mantem-se em aberto de que forma este se distribui pelos dois sexos, ou seja, como variam os comportamentos dos homens e das mulheres residentes em relação à sua origem endogâmica.

A primeira observação tem a ver com os totais atingidos por homens e por mulheres nascidos em Lisboa em relação ao total de residentes. Assim, o peso dos homens residentes e eleitores, em 1985, no bairro do Rego, era maior (34.8%) que o peso de mulheres (29.3%). Tal situação verifica-se, continuamente, a partir da geração dos nascidos entre 1910-19, ou seja, em toda a população com menos de 75 anos.

FIGURA Nº 26 - Percentagem da população nascida em Lisboa residente no Bairro do Rego e no "Resto da freguesia" em 1985, por grupos etários



Todavia, não se verificam grandes oscilações entre a representação masculina e feminina dos nascidos na cidade ao longo dos vários períodos.

QUADRO Nº 24 - Peso da população nascida em Lisboa entre os recenseados em 1985 no Bairro do Rego por grupos etários e por sexo

%	H	M
< 1900	9.4	14.0
1900-09	10.6	20.3
1910-19	23.4	15.0
1920-29	25.1	20.7
1930-39	29.2	28.3
1940-49	25.9	23.9
1950-59	41.5	40.8
> 1960	80.1	64.0
VAL. MÉD.	34.8	29.3

A exceção apenas se assinala na população com mais de 75 anos, dos nascidos entre 1900 e 1909, e que apresenta um desequilíbrio em favor das mulheres, e nos mais jovens recenseados, nascidos depois de 1960, em que o peso da população masculina nascida em Lisboa ultrapassa os 80% enquanto a população feminina apenas atinge os 64%.

Para explicar o primeiro caso, coloca-se a questão de sermos induzidos a uma conclusão errada pela inexistência de

uma completa informação sobre as origens geográficas destas gerações, particularmente dos homens entretanto falecidos; o que depois de revisto, se se viesse a confirmar como uma discontinuidade, nos permitiria com alguma pertinência vir a estabelecer parâmetros para a análise das modificações de comportamentos migratórios.

Para o segundo caso, a destacada importância da população masculina já nascida em Lisboa nos anos 60, não ser correspondida por parte do sector feminino, poderá, em parte, ser explicada por uma indicação importante que as entrevistas nos possibilitaram: a existência de vários lares e colégios para raparigas (estudantes ou não...), que oriundas de outras partes do país, aí se encontram a residir e, eventualmente, recenseadas.

a) Análise geracional por distritos de origem

A análise geracional por distritos de origem revela-nos as alterações e as continuidades de comportamento dos vários distritos com representação significativa na composição da população residente no Rego, ou seja, aqueles em que pelo menos num dos períodos definidos atingiram os 5% da população recenseada e nascida nesse período.

Deste modo, estamos em condições de comparar como os diversos distritos se comportam, a nível de bairro e a nível do "resto da freguesia" (vd. Quadros nº 25 e 26).

Representando, respectivamente, 77.1% e 77.4% das

QUADRO Nº 25 - Evolução do peso dos principais distritos de nascimento dos residentes no Bairro do Rego em 1985

(%) ÉPO. DE NASC.	<00	00-9	10-9	20-9	30-9	40-9	50-9	>60
DIST. DE NASC.								
LISBOA(CIDADE)	12.9	17.0	18.5	22.6	28.7	24.8	41.1	71.8
LISBOA(R. DIST)	4.5	9.1	5.7	7.7	5.2	4.7	3.5	2.0
COIMBRA	9.9	7.5	8.8	6.4	7.0	5.5	4.1	2.4
SANTARÉM	8.3	11.1	9.1	10.2	8.7	7.1	5.1	1.7
UISEU	14.4	9.1	8.0	7.7	7.5	10.0	6.1	2.7
CAS. BRANCO	7.6	8.6	6.3	5.9	5.7	6.5	3.3	1.6
FARO	6.1	3.5	4.8	2.6	3.1	3.3	3.1	0.7
LEIRIA	6.1	4.7	4.5	5.3	3.7	3.8	1.7	0.7
GUARDA	3.0	5.3	3.8	4.9	2.9	5.3	2.5	0.9
OUTROS(1)	3.0	1.3	5.3	2.1	2.1	3.9	6.4	5.6

(1) - Inclui os Arquipélagos da Madeira e dos Açores, as ex-colónias e outros países

QUADRO Nº 26 - Evolução do peso dos principais distritos de nascimento dos residentes nas Avenidas Novas em 1985

(%) ÉPO. DE NASC.	<00	00-9	10-9	20-9	30-9	40-9	50-9	>60
DIST. DE NASC.								
LISBOA(CIDADE)	24.4	22.6	22.2	30.2	26.2	27.7	41.7	64.0
LISBOA(R. DIST)	2.4	8.3	6.1	5.3	6.6	5.6	3.3	3.4
COIMBRA	4.9	5.7	8.6	5.3	9.4	4.7	2.6	0.6
SANTARÉM	2.4	4.4	7.1	9.4	6.2	8.5	4.2	2.3
WISEU	12.2	6.9	4.0	4.5	7.0	6.1	6.2	3.4
CAS. BRANCO	7.3	5.7	6.6	3.0	5.3	2.8	2.6	1.1
PORTO	9.8	5.7	1.0	3.0	2.9	4.2	2.0	1.1
LEIRIA	2.4	2.5	4.6	4.2	2.1	5.2	1.3	0.0
GUARDA	7.3	5.7	4.0	3.4	2.5	2.4	3.9	0.6
OUTROS(1)	12.2	6.3	9.1	5.7	8.2	8.5	12.4	11.8

(1) - Inclui os Arquipélagos da Madeira e dos Açores, as ex-colónias e outros países

respectivas populações, os distritos apontados no caso do "Bairro do Rego" e no caso do "resto de freguesia" apresentam variações significativas entre si.

É-nos possível através da intensidade da presença destes distritos na composição da população do bairro, no que respeita à totalidade das épocas distinguidas, sub-agrupá-los.

Assim, Viseu e Santarém distinguem-se com um peso médio de 7.5% na população eleitora do Rego. Um segundo grupo é constituído pelos distritos de Lisboa, Coimbra e Castelo Branco, distritos que têm um peso médio acima dos 5%, podendo-se agrupar os restantes distritos menos representados, mas que num qualquer período ultrapassaram este valor (5%), numa categoria de distritos com valores superiores a 3%, incluindo Faro, Leiria, Guarda e "Outros" (ex-colónias, outros países).

Na amostra do "resto da freguesia", para além do maior peso da cidade de Lisboa, apenas dois grupos de distritos se definem: um, dos distritos mais representados, com valores acima dos 5%, incluindo Lisboa, Coimbra, Santarém e Viseu e um outro que agrupa os de esporádica representação mais significativa, que chega a baixar dos 3%, onde se inserem Castelo Branco, Porto, Leiria e Guarda, colocando-se acima de qualquer outro distrito o grupo de "Outros", bastante significativo a nível do resto da freguesia (8.9%).

Estes fluxos migratórios, em termos de gerações, têm uma continuidade indiscutível a nível de toda a freguesia. Se bem

que as percentagens variem, de alguma maneira, dando ao bairro uma especificidade quanto à origem geográfica da sua população, no evoluir temporal os principais distritos, que representam mais de 5% do total da população, mantêm de forma geral as suas posições.

A tendência hegemônica da cidade de Lisboa, a partir dos nascidos nos anos 50, assim como a maior proporção que certos distritos atingem entre os nascidos até 1910, não conseguindo, posteriormente, repetir tal façanha, o que se prende com a pequenissima quantidade de efectivos nesses grupos de população mais idosa, são dois aspectos a atender em termos das oscilações verificadas geracionalmente na freguesia.

Nos distritos do continente, a nível de toda a freguesia, vários distritos se distanciam. Ao longo de todo o período estudado, sucedem-se os distritos de Viseu e Lisboa, Coimbra e Santarém que asseguram os primeiros lugares da composição da população residente na freguesia e nascida depois de 1910.

Esta sucessão das principais proporções distritais, por geração, são, particularmente, acentuadas no caso do Rego, reforçando a nossa ideia de uma zona de onde especificamente partem contingentes migratórios rumo a esta zona da cidade e que identificámos como "corredor central".

Tal constatação não impede que observemos que os distritos do litoral a norte do Tejo: Lisboa, Leiria e Coimbra, mas também Santarém atinjam, em comum, os seus valores mais elevados entre os nascidos nos anos 10 e 30, enquanto os

maiores valores das Beiras interiores (Viseu, Castelo Branco e Guarda) se fazem sentir, em comum, particularmente, entre os nascidos nos anos 40.

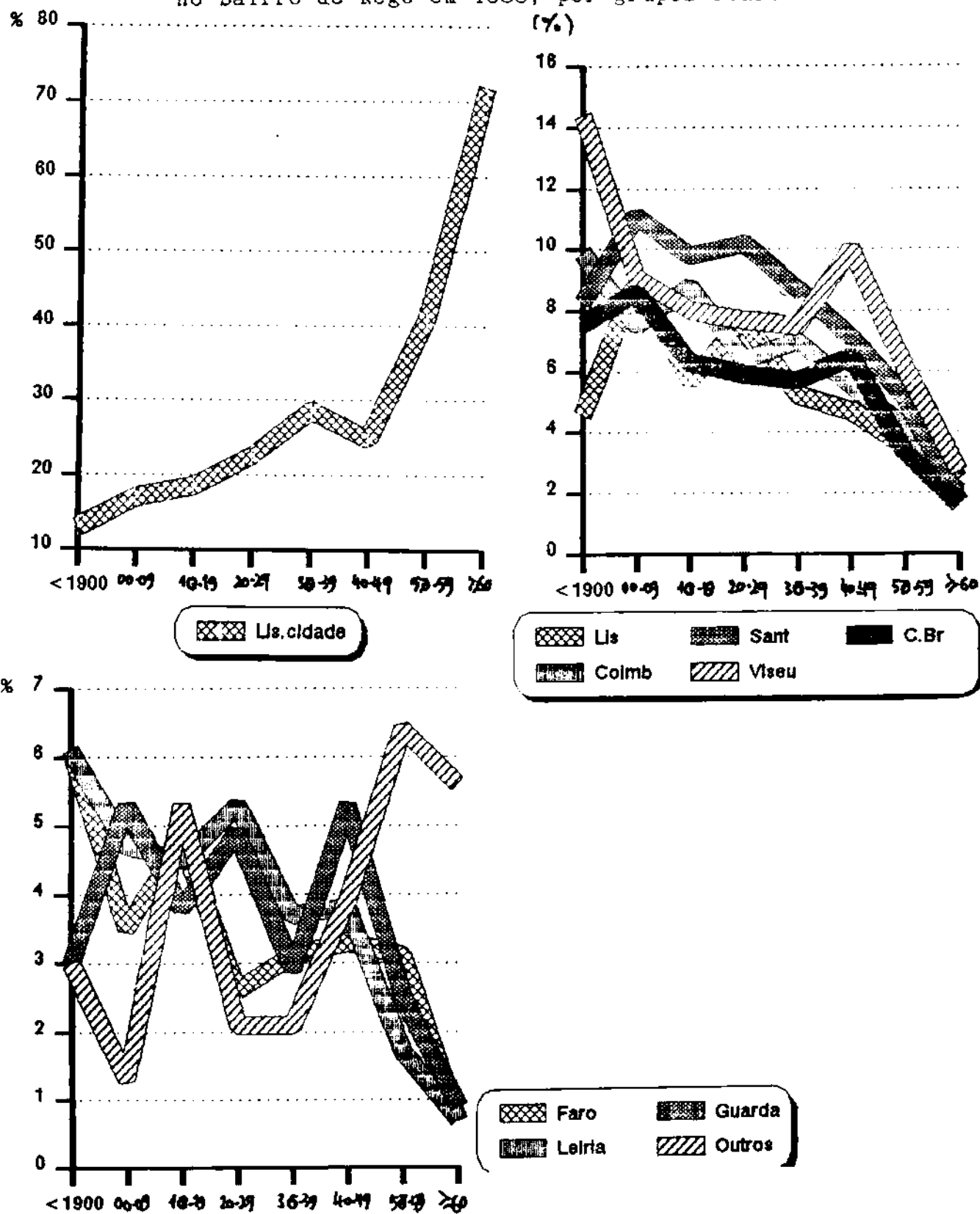
Coloca-se, deste modo, a hipótese de poderemos falar de migrações de distintas épocas, sediadas em distintas zonas de origem.

Para finalizar, fica claro a tendência crescente, à medida que avançamos na época de nascimento, do domínio da população nascida em Lisboa, o que reflecte a importância de gerações sucessivas já nascidas na cidade, dando menor espaço à expressão dos nascidos "fora". Na sua maior parte, os nascidos na cidade são filhos dos migrantes das primeiras gerações indicadas, ou doutros migrantes instalados na cidade, constituindo a grande maioria da população entre os nascidos após 1950.

Fica igualmente claro que a importância dos vários distritos do Continente é bastante variada e se faz sentir de maneiras diferentes ao longo das várias gerações. Disso damos conta na Figura nº 27 que nos revela, para além da dominância gradual da cidade de Lisboa, três grupos de distritos significativos.

Rondando os 7.5% da população total, disputam a liderança na componente exógena da população do bairro, Santarém e Viseu, mostrando-se o peso de Santarém, particularmente vincado entre as gerações mais velhas - dos indivíduos com idades entre 45 e os 75 anos - enquanto Viseu é a dominante nos que têm menos de 45 anos, em 1985, como também nos que

FIGURA Nº 27 - Evolução da percentagem de nascidos na cidade de Lisboa, nos principais distritos de origem migratória e nos outros distritos ainda significativos na constituição da população residente no Bairro do Rego em 1985, por grupos etários



têm mais de 75 anos.

Um segundo grupo de distritos com valores superior a 5% do total da população do bairro agrupa os distritos de Lisboa (sem a cidade), Coimbra e Castelo Branco. Distritos envolventes dos primeiros, são como que uma extensão da sua "mancha" mais intensa que se vai esbatendo nos valores que atingem. Cruzam-se, nalguns casos, com os distritos mais representados, particularmente Coimbra nos nascidos até 1920 e, esporadicamente, Lisboa nos da década de 10. Decrescem todos eles, proporcionalmente, a partir dos anos 40 e 50, como acontece no caso anterior.

Um outro grupo de distritos, um pouco descaídos dos 5%, entre 3 e 4%, mas que revela ainda significado é constituído por Leiria, Guarda e Faro. Os distritos aqui apontados do continente português mantêm sempre a sua subalternidade perante os distritos mais representados, a não ser quando entre os nascidos dos anos 40, todos os distritos da Beira Interior atingem, em simultâneo, grande intensidade.

Por fim, saliente-se a importância que, entre as gerações mais jovens, tem o peso do grupo "Outros", particularmente depois dos anos 50, o que também acontece com maior intensidade no resto da freguesia. Tal situação articula-se, inevitavelmente, com o regresso maciço de uma população bastante jovem das ex-colónias de Angola e Moçambique, que altera radicalmente a sua composição destas gerações no que respeita à sua origem geográfica.

B. LAÇOS DE INTERCONHECIMENTO E ESTRUTURAS DE COABITAÇÃO

1. Proximidades espaciais no contexto local segundo a origem geográfica dos seus habitantes

Abordar a questão das proximidades espaciais não é tarefa fácil. A estruturação da proximidade fica a dever-se a razões várias, com níveis de consciência também diversos.

Como diz Paul CLAVAL (1967, Annales..., nº 5, p.1038) "le choix de la residence s' effectue alors en fonction des préférences que le sujet s'est donné - que la société lui a donnés. Nous voyons apparaitre là encore de ces phénomènes distributifs, car les choix ne seront pas tous identiques, ils refleteront les gammes de gouts qui caracterisent la collectivité dans son ensemble, les valeurs propres aux cellules plus restreintes et des elements personnels qu'il est difficile d'inventorier".

Assim, se bem que os factores individuais devam ser atendidos, as condições específicas dos diferentes grupos levam os individuos a preferir certas opções, em detrimento de outras, quanto ao lugar onde residir. Considerando que as rede de interconhecimento que se estabelecem entre zonas de origem e de destino migratório são importantes para a escolha de residência, procurámos, a este nível, detectar aglomerados significativos de população residente oriunda de uma mesma

proveniência.

Em primeiro lugar, é necessário distinguir entre o espaço de referência restrita e o espaço de referência geral, situando-se esta análise a dois níveis: por um lado, ao nível das ruas onde residem os habitantes do bairro, por outro, a nível do próprio bairro.

Esta visão só é suficientemente eficaz, se ultrapassarmos as barreiras administrativas do concelho de origem e se utilizarmos uma medida mais precisa: a freguesia.

Designámos como "núcleos originários" de dimensão significativa, aqueles que comportam no mínimo 30 elementos oriundos de um mesmo concelho e a residirem no bairro do Rego. A escolha deste valor corresponde à verificação da existência de oriundos de, praticamente, todo o país, estando as representações abaixo deste valor sujeitas, em muito maior medida, a decisões praticamente individuais (ou de casais), o que se precisarmos em termos do número médio de freguesias por concelho nos reduz a análise dos laços de interconhecimento no processo migratório à das resoluções individuais dos migrantes.

Estabelecemos, deste modo, três grupos. Um, um pouco à parte, agrupa freguesias significativas em concelhos de fraca expressão migratória para este destino. Um outro, agrupa concelhos com expressão significativa, entre 30 e 50 elementos, e, um último, dá-nos conta dos concelhos de excepção que enviaram para este destino mais de 50 dos seus nascidos.

O primeiro grupo foi estruturado a partir dos casos em que se verifica uma concentração de 6 ou mais eleitores a residir na mesma rua e oriundos da mesma freguesia. Em seis circunstâncias diferentes, concelhos de fraca representação albergam freguesias com estas características.

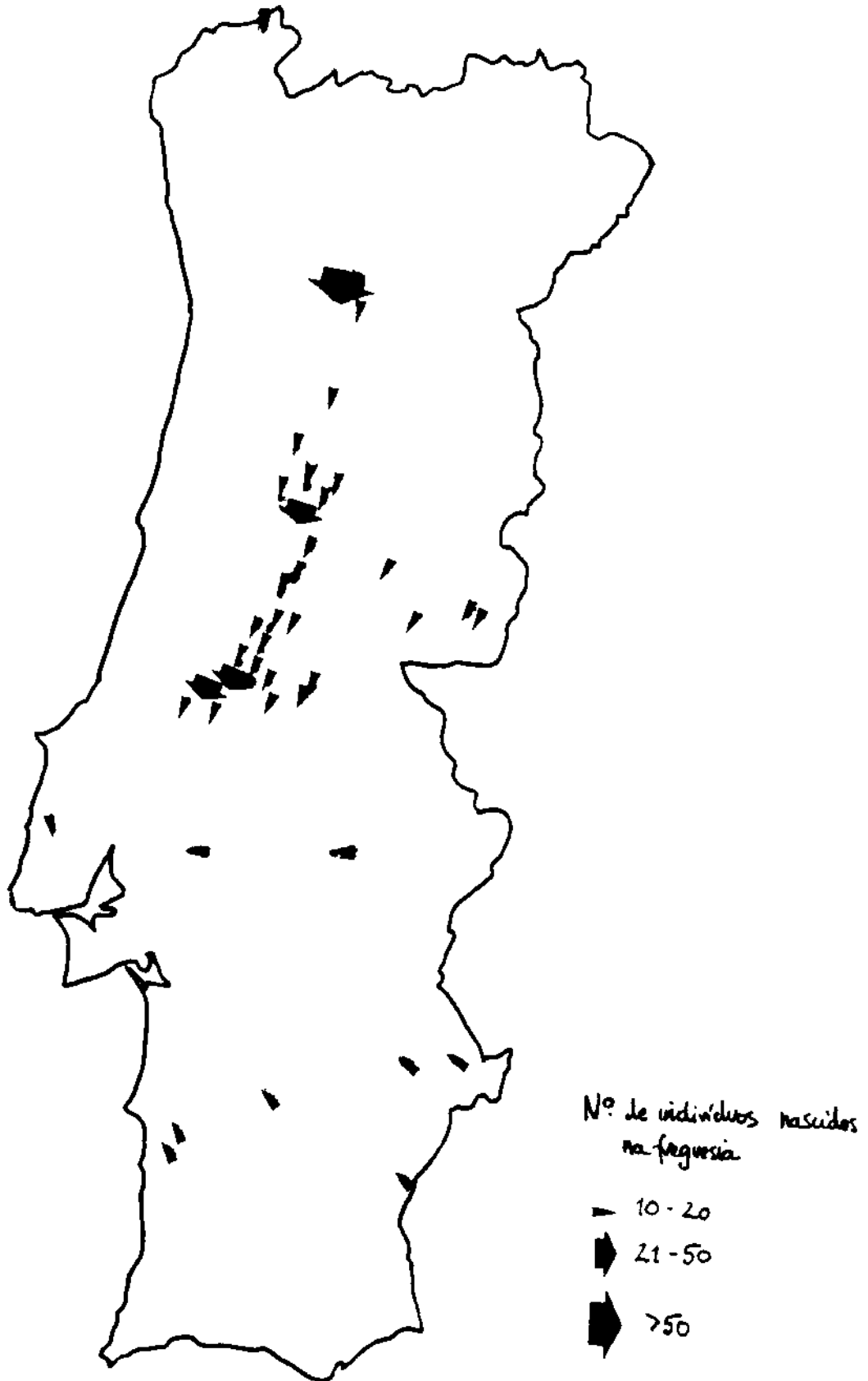
Encontramos casos em que a concentração se localiza numa só freguesia, sem que à sua volta qualquer outra se comporte de modo semelhante (freguesia de Penso, concelho de Melgaço), aglomerando-se 9 oriundos desta freguesia numa só rua - Filipe da Mata - (vd. Figura nº 28).

Ao contrário deste caso, situado num distrito donde provêm poucos migrantes para o bairro, apenas 2% do total de residentes, encontramos uma freguesia no concelho de Coruche, num distrito de grande representação, Santarém, donde provêm 7 habitantes que se concentram numa mesma rua (Filipe da Mata), havendo ainda outros 6 oriundos da mesma freguesia no resto do bairro.

Para além de situações de quase exclusividade de representação de uma freguesia na origem da população vinda de um concelho e aqui residente, deparámo-nos também com casos em que uma concentração é detectável a partir de várias freguesias. São disso exemplo, os oriundos da freguesia de Casa Branca e da freguesia concomitante de origem de Cano, no concelho de Sousel.

Também dum distrito fracamente representado, Beja, se instalam neste bairro, vindos da freguesia de Ferreira do Alentejo, 17 dos 20 ferreirenses aqui residentes.

FIGURA Nº 28 - Mapa das principais freguesias de naturalidade dos residentes no Bairro do Rego em 1985



Assinala-se ainda que os 3 outros oriundos do concelho vêm da freguesia de Figueira de Cavaleiros, concomitante à freguesia da sede do concelho.

Todavia, a multiplicidade de situações que detectámos ultrapassa os limites administrativos, ocorrendo que freguesias concomitantes de concelhos diferentes, e inclusive pertencentes a distintos distritos aqui venham igualmente a residir (vd. Figura nº 28). É o caso da freguesia de Arega, concelho de Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria, com 18 indivíduos aí nascidos e a residir no Rego, não havendo qualquer outra freguesia do mesmo concelho aqui representada, apesar de encontrarmos indivíduos originários da freguesia de Cernache do Bonjardim, concelho da Sertã, distrito de Castelo Branco, que conta com 13 indivíduos aqui residentes.

O mesmo se verifica no concelho de Góis, distrito de Coimbra, donde encontramos oriundos de duas freguesias significativas embora separadas: Alvares, origem de 11 indivíduos e Colmeal donde provêm 8 residentes, estando a primeira freguesia ligada, em termos de significado migratório, à freguesia de Pedrogão Grande, no concelho do mesmo nome, que detem 18 dos 20 casos detectados de originários deste concelho do distrito de Leiria.

Em síntese, saliente-se que todos estes casos se dão em zonas de transição de fronteiras distritais, e o único que lhe escapa, Melgaço, se encontra numa zona de fronteira nacional. Em comum partilham a quase totalidade o facto de se situarem em concelhos de fraca implantação, revelando-se como

fenómenos locais com significativo interesse. Acresce a este, o facto de haver propensão a que os seus oriundos se concentrem numa só artéria do bairro.

Os concelhos que estão mais representados aqui no Rego, contando entre 30 e 50 indivíduos, têm características bastante distintas.

Encontramos, em primeiro lugar, capitais de distrito que sendo de grande dimensão, aparecem, na maior parte das vezes, pelo facto de haver maior probabilidade de encontrar indivíduos daí oriundos do que pela existência de laços entre estes indivíduos. São os casos de Évora, Porto, Setúbal ou até de Coimbra e Leiria.

Outros tipos de situações detectadas nesta categoria dos 30 a 50, podem resumir-se em duas tendências: 1) ou o número de indivíduos com uma dada origem concelhia está distribuído e até diluído por todo o concelho, 2) ou antes se concentram numa ou nalgumas freguesias, distanciando-se da insignificância das restantes.

Na primeira tendência podemos incluir os concelhos da Covilhã, do Fundão, de Mafra, da Guarda, do Sabugal, da Sertã e de S. Pedro do Sul. Nestes casos, a distribuição é mais igualitária entre as várias ou todas as freguesias do concelho. Detectamos na outra tendência, em que se acentua a importância de uma das suas freguesias constituintes, os concelhos de de Lamego, onde se destaca a freguesia de Almacave; Oliveira do Hospital, destacando-se as freguesias de Lourosa e de Nogueira do Cravo; Ferreira do Zêzere, onde

se evidencia a freguesia de Aguas Belas; e ainda os concelhos de Mértola, onde domina a freguesia de Corte de Pinto; e Moura onde pontificam as freguesias de Amareleja e de S. João Baptista ou ainda como acontece nos concelhos de Idanha-a-Nova, Mação e Santiago do Cacém.

No grupo dos concelhos mais representados, com mais de 50 oriundos de uma mesma origem concelhia, as mesmas tendências se colocam: por um lado, concelhos que diluem os seus valores na diversidade de freguesias que o constituem, por outro, concelhos que concentram nalgumas freguesias a maior representatividade do concelho.

Da primeira situação são exemplo os concelhos de Alenquer e Torres Vedras, Santarém, Tondela, Viseu e Tábua. Já com maior concentração de efectivos numa freguesia, temos os casos dos concelhos de Castelo Branco, evidenciando-se as freguesias de Castelo Branco e S. Vicente da Beira; da Sertã, onde se destacam as freguesias da Sertã e Cernache do Bonjardim; do concelho de Abrantes, salientando-se as freguesias de S. Vicente e Souto; e do concelho de Torres Novas onde se impõem as freguesias de Pedrogão e Olaia.

Porém, a tendência de freguesias donde são oriundos a maioria dos provenientes de um mesmo concelho é mais sentida em concelhos com valores superiores a 80 indivíduos.

Tomar, que é o concelho mais representado logo a seguir a Lisboa, com 117 indivíduos, situa-se na zona de transição de "sistema Serra" e do "sistema Tejo", concentrando em 4 freguesias concomitantes a maioria dos seus oriundos (S. Pedro

de Tomar, Serra, Olalhas, Casais); o concelho de Arganil, situado na zona que apontámos como "sistema Serra", está particularmente representado pelos oriundos da freguesia de Sarzedo, e ainda pelos de S. Martinho da Cortiça. Por fim, temos Resende, o mais distante destes concelhos em relação a Lisboa, na continuidade do "eixo de Viseu", que conta com 53 indivíduos oriundos de uma só freguesia - Paus -, com maior peso que a maioria dos concelhos do país e que se vê secundada pela freguesia de S.M. de Mouros, apenas com 9.

Esta diversidade de disposições migratórias prende-se com as realidades locais e regionais que aqui não são abordadas, e ainda com as condições específicas que no destino permitem o desencadear dum processo maciço de mobilidade entre os dois lugares. Diremos em conclusão que migrações de características diferentes se sucedem rumo a um mesmo espaço. E que é nessa confluência de múltiplas origens, em núcleos dispersos ou concentrados pelo bairro, que se interpenetram e interagem quotidianos referenciados pela ligação a uma origem, que os aproxima entre si e os distingue de outros.

Através do mapa-síntese (vd. Figura nº 28), podemos localizar as freguesias que evidenciámos em função do número de residentes no "Bairro do Rego" aí nascidos.

Raras são as freguesias que ultrapassam as duas dezenas de efectivos, se não atendermos às do concelho de Lisboa. Assim, apenas nos maiores centros de origem migratória encontramos tais valores a nível de freguesia: Paus em Resende, Sarzedo em Arganil e S. Pedro de Tomar e Serra em Tomar. Na maioria

dos outros casos, a menor dimensão dos núcleos de origem ou até a dispersão por várias freguesias contrai os valores.

A observação da Figura nº 28 permite-nos visualizar a existência de uma mancha dominante que concentra um elevado número de freguesias com significado migratório. Situa-se no que apelidámos "corredor Central" e que percorre os distritos de Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Santarém e até o extremo do distrito de Leiria, constituindo uma zona de grande densidade de origem migratória em que os limites administrativos pouco interferem.

Contudo, alguns dados interessantes ressaltam ainda. Os distritos e os concelhos alentejanos, pouco representados a nível deste bairro, ganham expressão quando a leitura se faz a partir das freguesias; pelo que se conclui, que apesar destes concelhos não terem grande representatividade, existem núcleos de intensidade significativa quando tratamos a migração com esta origem a nível de freguesia.

2. A implantação espacial dos oriundos dos concelhos mais representados

Para além do caso excepcional da cidade de Lisboa, os três concelhos de origem mais representados, entre os adultos que habitam no Rego, são os de Tomar, Resende e Arganil.

Apesar de não pesarem conjuntamente mais de 4.2% do total da população do bairro são, ainda assim, estes os núcleos de maior concentração de oriundos de uma mesma origem. Tais

concelhos estão inseridos em zonas de origem mais amplas e que essas, sim, representam já pesos importantes (vd. Ponto A, neste cap.).

Quanto a estes núcleos concelhios, a possibilidade de os estudar comparativamente dá-nos indicações sobre o modo se estrutura a fixação de grupos de conterrâneos. Assim, para estes núcleos que desenvolveram, em comum, processos de migração rumo a um destino igualmente comum, procurámos detectar o índice de dispersão que atingem neste espaço delimitado.

Alguns dados prévios são, porém, preciosos. Antes de mais se atendermos às realidades populacionais destes concelhos, em 1900 e em 1981, deparamos-nos com situações algo diversas (Quadro nº 27).

Arganil e Resende têm um saldo negativo nos 80 anos do nosso século, enquanto Tomar se mostra menos deprimida do ponto de vista populacional. A um nível mais restrito, são as freguesias de Paus e Serra que perdem mais efectivos - mais de metade - apenas se manifestando uma evolução positiva na freguesia de S. Pedro de Tomar.

Estamos perante concelhos que têm sofrido um esvaziamento importante. Todavia, as características mais serranas dos concelhos de Paus e Serra, e mesmo de Sarzedo, têm contribuído para um acelerado movimento de saída.

Comparando a situação de 1900 com a actual, todos estes concelhos de origem perderam importância em termos do total distrital, Arganil passa de 6.2% em 1900 para 3.5% em 1981,

QUADRO Nº 27 - A população nos concelhos e freguesias de naturalidade mais representadas entre os residentes no Bairro do Rego, assim como nos respectivos distritos em 1900 e 1981

	1900				1981		
	ARGANIL	RESENDE	TOMAR	:	ARGANIL	RESENDE	TOMAR
P.T.C.	20594	19407	30572	:	15414	15214	46370
				:			
T.D.R.	333505	402799	286676	:	441001	421752	458229
				:			
F.I.B.	Sarzedo	Paus	S.P.Tomar	:	Sarzedo	Paus	S.P.Tom
	876	1898	2164	:	733	867	3170
			Serra	:			Serra
			3428	:			1636
				:			
T.P.N.	5021657			:	9344489		

P.T.C. - População Total do Concelho

T.D.R. - População Total do Distrito respectivo

F.I.B. - Freguesia mais Importante do concelho na Constituição da população do Bairro

T.P.N. - Total da População Nacional

Resende de 4.8% para 3.6% e Tomar de 10.8% para 10.1%; enquanto a nível do peso em termos nacionais esta quebra é, inevitavelmente, muito mais acentuada (Arganil de 0.41% para 0,17%, Resende de 0.38% para 0.16% e Tomar de 0.60% para 0.51%).

A nível das freguesias, a situação difere bastante de concelho para concelho. Sarzedo ganha peso no contexto do concelho de Arganil, apesar de perder população, de 4.3% para 4.8% do total concelhio, enquanto Resende, por seu lado, perde significativamente, de 9.8% para 5.7%, ao mesmo tempo que as freguesias de Tomar se distinguem. S. Pedro de Tomar vê a sua população aumentada, mas não ao ritmo de crescimento do concelho, pelo que perde de 7.1% para 6.8%, enquanto a freguesia de Serra reduz a sua importância concelhia de 11.2% para 3.5%.

Através da amostra 1/10 que criámos para o resto da população da freguesia, pudemos estimar qual o peso que a população oriunda destes concelhos e instalada no bairro do Rego tem no âmbito da freguesia.

Assim, concluímos que a população oriunda de Resende e instalada na freguesia de Nã Sã de Fátima se concentra, particularmente, neste bairro (73.5%), estando a de Arganil mais dispersa (57.7%), enquanto a de Tomar se encontra espalhada a nível de toda a freguesia, representando os seus oriundos que habitam no bairro, e apesar de ser o concelho mais frequentemente detectado, apenas 36.9% da população originária de Tomar que habita na freguesia.

QUADRO Nº 28 - Estimativa da população oriundas dos
concelhos de Arganil, Resende e Tomar que residem na
freguesia de Nã Sã de Fátima em 1985

	ARGANIL	RESENDE	TOMAR
RESID. NO BAIRRO	82	83	117
RESID. NO RESTO			
DA FREG. (1/10)	6(0)	3(0)	20(0)
ESTIMATIVA DE RESID.			
NO TOTAL DA FREG.	142	113	317

Quanto aos oriundos de Resende, podemos dizer que é um fenómeno fundamentalmente localizado no bairro, o mesmo aparentando acontecer com Arganil, embora se encontre já uma extensão de conterrâneos pelo resto da freguesia, enquanto Tomar não revela características locais assinaláveis.

De forma a explicitar a diferente realidade dos oriundos dos três concelhos, orientámos a nossa análise tendo em vista a detecção das formas de concentração/dispersão que estas populações tomam no seu destino.

O primeiro passo deteve-nos perante o domínio de uma freguesia em relação às outras, dentro de um mesmo concelho. Deste modo, o peso da população que do concelho de Resende é oriunda da freguesia de Paus atinge 63.9%, ao mesmo tempo,

que Sarzedo em Arganil atinge os 45.1% e Serra, em Tomar, apenas 26.5%.

Fazendo coincidir estes resultados com os anteriores, somos levados a pensar que, no caso dos oriundos de Paus, estamos perante um tipo de "migração em cadeia" para um mesmo destino, o que também é possível de observar em Sarzedo, embora se faça com muito menor intensidade. No entanto, o caso de Tomar, onde as freguesias de Serra e de S. Pedro de Tomar quase emparceiram de importância, parece ser mais um fenómeno relativo a toda a freguesia de N.ª S.ª de Fátima, e eventualmente da cidade, do que tendo características de migração concentrada de uma origem bem definida para um mesmo destino bem localizado.

Num segundo momento, procurámos observar o fenómeno da concentração/dispersão destas populações através da sua localização nas ruas do bairro. Como seria de esperar, é nas principais artérias do bairro que se concentram a maior parte das populações agora abordadas (vd. Quadro nº 29).

A Rua da Beneficência e a Rua Filipe da Mata concentram, conjuntamente, 30% dos oriundos destes concelhos residentes no bairro. Tal fenómeno associa-se à maior disponibilidade habitacional nestas ruas, elemento exógeno na organização e distribuição destas populações no espaço de destino. Há porém a salientar algumas especificidades que se ligam com a implantação mais acentuada dos oriundos de um concelho ou freguesia numa rua (vd. Anexo nº 3).

Por fim, com intuito de estabelecer um índice de dispersão

QUADRO Nº 29 - Principais freguesias de origem da população residente no Bairro do Rego em 1985 nascida nos concelhos de Arganil, Resende e Tomar e ruas onde residem

	ARGANIL	:	RESENDE	:	TOMAR
FREG.ORIGEM	Sarzedo	:	Paus	:	Serra
	45.1	:	63.9	:	26.5
	S.M.Cortiça	:	S.M.Mouros	:	S.P.Tomar
	17.1	:	10.8	:	22.2
	Benfeita/Coja	:	Barrô	:	Olalhas
	7.3	:	7.2	:	10.3
	:	:	:	:	:
PRINC. RUAS RESID.	:Benefic. 14.6	:	Fil.Mata 19.3	:	Fil.Mata 18.8
	:Fil.Mata 12.2	:	Benefic. 14.5	:	F.Holanda 15.4
	:	:	:	:	:
	:Luc.Freire 11.0	:	F.T.Costa 13.3	:	Benefic. 14.5

destas populações no espaço do bairro, e já tendo atendido à dominação de uma freguesia face a outras do mesmo concelho e à localização destas populações por ruas, observámos o número médio de pessoas que a nível das freguesias destes concelhos habita por rua do bairro (vd. Quadro nº 30).

Numa primeira apreciação deparámo-nos com a maior concentração por rua dos oriundos dos concelhos de Resende e Arganil do que com a dos de Tomar. Todavia, o índice de dispersão só ganha validade, se combinada a repartição dos oriundos de um concelho por número de ruas em que estes, em média, se encontram instalados, tomando, por fim, em conta o número de freguesias de que se compõe tal concelho. Ou seja, depois de avaliado o factor espacial de dispersão no bairro (1ª operação) e o factor espacial de dispersão na origem destas populações (2ª operação), chegamos à operação final.

Tendo as 10 freguesias sido enunciadas 36 vezes, no caso de Resende, relativamente às ruas do bairro em que estews migrantes se encontram instalados, obtivémos o índice 3.60, como também obtivémos 2.69 para Arganil (35/13) e 4.21 para Tomar (59/14). Assim, se tomarmos estes índices como ponderadores dos valores inicialmente obtidos temos: Arganil com 6.19, enquanto Resende atinge 8.28 e Tomar 8.42. Quer isto dizer que o índice de dispersão para o concelho de Arganil é o que revela maior concentração quanto aos seus originários residentes no bairro, enquanto os de Resende estão muito mais dispersos e ainda mais os oriundos de Tomar.

QUADRO Nº 30 - Distribuição dos oriundos dos concelhos de Arganil, Resende e Tomar em função do número de oriundos de cada uma das freguesias constituintes dos referidos concelhos e do número de ruas onde estes se encontram instalados

<u>ARGANIL</u>				<u>RESENDE</u>			
N.O.F.	N.R.I.	M.O.F.R.	:	NOF	NRI	MOFR	
Sarzedo	37	8	4.6	: Paus	53	14	3.8
S.M.Cor.	14	7	2.0	: S.M.Mou.	9	6	1.5
Coja	6	2	3.0	: Barrô	6	6	1.0
Benfeita	6	4	1.5	: Resende	5	3	1.7
Celavisa	5	3	1.7	: S.J.Fon	5	2	2.5
Arganil	4	2	2.0	: Freigil	1	1	1.0
B.Alva	2	2	1.0	: M.	1	1	1.0
V.C.Alva	2	1	2.0	: Carq.	1	1	1.0
Pom.Beira	2	2	1.0	: Felg.	1	1	1.0
Cepos	1	1	1.0	: Anreade	1	1	1.0
Teixeira	1	1	1.0	:	<u>83</u>	<u>36</u>	2.3
Folques	1	1	1.0	:			
Cendeira	<u>1</u>	<u>1</u>	1.0	:			
	<u>82</u>	<u>35</u>	2.3	:			

	<u>TOMAR</u>		
	N.O.F.	N.R.I.	M.O.F.R.
Serra	31	10	3.1
S.Pedro Tomar	26	10	2.6
Olalhas	12	6	2.0
Casais	11	6	1.8
S.M.Olivais	9	5	1.8
Junceira	6	4	1.5
S.J.Baptista	6	6	1.0
Madalena	5	2	2.5
-	6	6	1.0
Alvio.	2	1	2.0
Ass.	1	1	1.0
Beselga	1	1	1.0
Sabicheira	<u>1</u>	<u>1</u>	1.0
	<u>117</u>	<u>59</u>	2.0

N.O.F. -Número de Oriundos de cada Freguesia representada
 N.R.I. -Número de Ruas onde se encontram Instalados
 M.O.F.R. -Número Médio de Oriundos das Freguesias destes concelhos por Rua

Podemos, agora, estabelecer, a partir de todas as informações disponíveis, um quadro-síntese (vd. Quadro nº 31).

QUADRO Nº 31 - Quadro Síntese incluindo os factores calculados para a determinação do índice de dispersão dos oriundos dos concelhos de Arganil, Resende e Tomar no espaço do Bairro do Rego em 1985

conc. de nasc.		ARGANIL	RESENDE	TOMAR
fact.calc.				
(%)	P.R.B.	57.7	73.5	36.9
(%)	P.F.R.	45.1	63.9	26.5
	I.D.	6.2	8.3	8.4

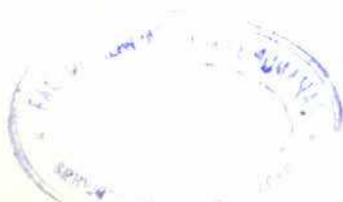
P.R.B.- Percentagem da População nascida no concelho Residente no Bairro em relação ao total dos nascidos no concelho residentes na freg. de N^a S^a de Fátima

P.F.R.- Percentagem da População da Freguesia mais Representada do concelho de origem entre os oriundos do concelho residentes no bairro.

I.D.- Índice de Dispersão da população oriunda do concelho residente no bairro

Em relação aos dois primeiros factores (% da população da freguesia concentrada no bairro e % da população mais representada no bairro) uma clara tendência de concentração se evidencia.

O concelho de Resende apresenta uma concentração significativa de efectivos neste bairro, quer pelo peso dos



que habitam no bairro em relação ao total da freguesia de Nã Sã de Fátima (73.5%), quer pela importância que assume a freguesia de origem mais representada (Paus, 63.9%). Esta concentração no destino e na origem confrontam-se com os valores de Tomar, que para o primeiro indicador apenas representam 36.9% e no segundo 26.5% (freguesia mais representada). Por seu lado, Arganil atinge o valor importante de 57.7%, no peso dos que habitam no bairro em relação ao total da freguesia e 45.1% da freguesia de origem mais representada.

Este último concelho conta, ainda, com o mais baixo nível de dispersão no bairro, o mesmo não acontecendo a Resende que apesar de ter uma forte concentração de população no bairro dentro dele conhece uma grande dispersão dos seus efectivos, sendo essa dispersão mais forte ainda no caso de Tomar.

O concelho ribatejano, esse, tem um elevado índice geral de dispersão no que respeita à sua representação no bairro do Rego, quer em relação à freguesia de destino, como no concelho de origem e na própria instalação no bairro.

3. Estruturas de coabitação e estratégias matrimoniais

a) Reconstituição de núcleos familiares e habitacionais

A entrada da população migrante na cidade processa-se de forma continuada e, mais ou menos, diluída; revestindo-se a sua instalação neste destino de características específicas e que nem sempre se repetem.

Apesar de incompletas, a reconstituição dos núcleos familiares e habitacionais, conseguidas através dos laços familiares detectados entre os eleitores recenseados em 1985, a nível do bairro do Rego, permite-nos, primeiramente, elucidar acerca da componente da população nascida dentro e fora de Lisboa, nos vários núcleos familiares.

Reconstituimos 296 unidades de habitação. Dos núcleos familiares reconstituídos (Quadro nº 32), ressalta que apenas 40 (13.5%) são constituídos por elementos todos eles de Lisboa, o que é ultrapassado, pelo número de unidades de habitação constituídas por membros todos eles oriundos de um mesmo (outro) concelho (59 casos, 19.9%).

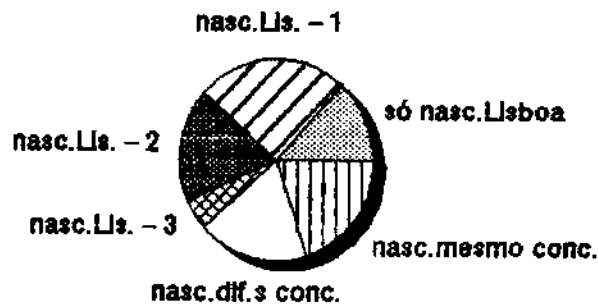
Atendendo a que os núcleos constituídos na sua totalidade por eleitores oriundos de fora de Lisboa são em número de 113 (38.2%), fica clara a importância dos "núcleos mistos", compostos por elementos nascidos em Lisboa e fora de Lisboa. Tais situações são vulgarizadas com a instalação de famílias oriundas de fora de Lisboa na cidade, mas cujos filhos nascem

QUADRO Nº 32 - Núcleos familiares reconstituídos a partir dos cadernos do Recenseamento Eleitoral de 1985 relativos aos residentes no Bairro do Rego

Tipo de Laço Fam.	"Nó" 2 P.		"Nó" 3 P.			"Nó" 4 P.			"Nó" 5e6 P.		To.
	1G.	2G.	1G.	2G.	3G.	1G.	2G.	3G.	2G.	3G.	
Natural. Indiv.											
Todos nasc. Lisboa	5	23	-	10	2	-	-	-	-	-	40
Um não é de Lisboa havendo um que é	1	44	1	19	1	1	3	2	-	2	74
Dois não são Lisboa havendo um que é	-	-	1	39	2	-	9	1	-	2	54
Três não são Lisboa havendo um que é	-	-	-	-	-	-	8	3	2	2	15
Todos nasc. fora Lis. em dif. concelhos	1	9	-	8	1	-	-	-	-	-	19
Todos nasc. fora Lis. igual nº de dif. conc.	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	3
Todos nasc. fora Lis. mesmo conc. menos um	-	-	2	24	-	2	4	-	-	-	32
Todos nasc. fora Lis. mesmo concelho	18	26	2	11	1	-	-	1	-	-	59
TOTAL	25	102	6	111	7	5	24	8	2	6	296

já na capital, acontecendo igualmente casamentos entre autoctenes e oriundos de fora.

FIGURA Nº 29- Reconstituição dos 296 núcleos habitacionais no Bairro do Rego em 1985 segundo a importância dos nascidos em Lisboa



Estes valores permitem-nos confirmar a existência maioritária de famílias com membros nascidos em Lisboa e elevada proporção, entre a população adulta, de núcleos familiares constituídos na totalidade por população exógena.

Este "instantâneo" leva-nos a levantar a hipótese de existir a nível deste espaço um "canal aberto" à penetração mais ou menos constante de população exógena, a qual geralmente se interpenetra com os oriundos de Lisboa, vindo estes últimos a impor-se numericamente através do peso das novas gerações nascidas na cidade.

Através da noção de "núcleo móvel", entendido como "unidade autónoma (família restrita ou isolada) que efectua uma migração" (G. BARBICHON, 1974, p. 254), é possível detectar alguns aspectos deste processo de mobilidade que, envolvendo uma ou mais pessoas, contribui para a identificação da composição do núcleo familiar.

Nos casos reconstituídos, os mais frequentes são os "nós" entre duas pessoas (127 casos), e entre três pessoas (124 casos), totalizando 84.8% dos casos que estudámos. Tal facto percebe-se, se atendermos ao modo como reconstituímos estes núcleos, isto é, através da presença dos seus elementos nas listas dos cadernos eleitorais.

A nível do laço entre duas pessoas, a situação mais frequente é o de um dos elementos ser de Lisboa e o outro não (45 casos), em igualdade de circunstância com aquela em que ambos são de fora e do mesmo concelho (44 casos). Menos representativos são os "nós" entre dois originários de Lisboa (28 casos) ou de fora de Lisboa mas de diferentes concelhos.

Opondo-se aos núcleos com "nó" entre duas pessoas - em que pontificam os casos em que "todos são de Lisboa", "um é e o outro não" ou "ambos são do mesmo concelho de origem" - estão os núcleos com "nó" entre três pessoas em que as situações endogâmicas perdem peso, surgindo com intensidade os casos em que "dois elementos não são de Lisboa, havendo pelo menos um que o é" (42 casos) e "todos são do mesmo concelho menos um" (26 casos).

Estabelece-se o "nó" em 63 destes casos, entre duas gerações, facilmente se induzindo que (54.8% dos casos de "nó" entre 3 pessoas) se referem a uma realidade já constatada para o "nó" entre 2 pessoas - pais oriundos do mesmo concelho e o filho nascido em Lisboa. Mantêm, todavia, importância os casos em que apenas um dos elementos não é de Lisboa, 21 em 124 casos (16.9%) o que revela vulgarmente no

núcleo familiar a origem rural de um dos pais. Ainda são relevantes os casos em que no mesmo concelho de origem (14/124 casos, 11.3 %), ou mesmo em que todos nasceram em Lisboa (12/124, 9.7%).

Esta pluralidade de situações, ligando o "nó móvel" entre duas e três pessoas, é reveladora das múltiplas possibilidades da coabitação de indivíduos originários de diferentes ou dos mesmos lugares.

Sintetizando, se quisermos falar a nível do peso dos núcleos endogâmicos no âmbito das unidades habitacionais em que o "nó móvel" liga duas e três pessoas, falamos de 39% dos núcleos detectados, combinando-se os outros de múltiplos modos. Estes dados são apenas uma pista de trabalho, visto que o "nó entre duas pessoas" negligencia, pelo menos na ligação entre duas gerações, um dos elementos do núcleo familiar originário, o que pode alterar de modo significativo os resultados.

Finalmente, encontramos 45 núcleos habitacionais em que foi possível reconstituir o "nó" entre quatro e mais pessoas (o máximo é um caso com seis). Destes, 35 têm presente pelo menos um originário de Lisboa. Constatámos assim que, à medida que o nó envolve maior número de pessoas maior é a probabilidade de encontrar situações exogâmicas, ou seja, núcleos de origens geográficas "mistas" (Quadro nº 32).

Ao observarmos como estes "nós" ligam várias gerações, constatamos, em primeiro lugar, a esmagadora dominância do "nó" entre duas gerações (239 casos dos 296, 80.7%), enquanto

a ligação entre indivíduos, de uma mesma geração (irmãos), apenas agrupa 36 casos, sendo ainda menos frequente o laço entre três gerações, 21 casos.

O laço mais vulgar liga pais e filhos não ficando, no entanto, claro entre quais (pai/mãe/filho/filha) é mais intensa.

Trabalhámos, por isso, a dois níveis: um, quando a reconstituição envolve duas pessoas (vd. Quadro nº 33) e, outro, quando esta envolve três pessoas, já que dada a pouca importância dos outros casos nos restringimos à análise destes.

QUADRO Nº 33 - Laço filial ligando dois residentes no
Bairro do Rego

	FILHOS	FILHA	FILHO	TOTAL
PAIS \				
MÃE	55		26	81
PAI	10		11	21
TOTAL	65		37	102

Verifica-se, pela leitura do Quadro nº 33, que a situação mais frequente, em termos dos laços entre duas gerações e duas pessoas, diz respeito à coabitação de mãe e filha e que representam mais de de 50% dos casos (53.9).

É o sexo feminino que mais tende a perpetuar a coabitação com a geração precedente (filha) mas também com a geração

descendente (mãe). Embora mais sensível na geração de origem, em que a mãe reside com um dos filhos muito mais frequentemente que o pai, também na geração descendente é a mulher que assegura a ligação em maior medida.

Note-se, porém, que a situação dos descendentes é bastante diferente da dos antecedentes. Assim, no caso dos homens, enquanto o pai pode procurar, no caso de viuvez - menos frequente - como indica a abordagem sobre a estrutura etária da população do bairro (vd. 3ª parte, cap. I), meios de subsistência e local de habitação, o filho está na situação inversa de acolher um dos seus pais, o que poderá, em parte, explicar a maior presença do filho neste tipo de coabitação.

Mas, a abordagem destas questões apenas observando o laço entre duas pessoas oculta uma realidade, que os casos em que o "nó" reconstituído com três pessoas revela.

QUADRO Nº 34 - Laço familiar ligando três residentes no
Bairro do Rego

FILHOS	FILHA	FILHO	F2/F2	F2/NORA	F2/GENRO	TOTAL
PAIS \						
MÃE	-	-	4	12	27	43
PAI	-	-	2	3	5	10
MÃE/PAI	26	32	-	-	-	58
TOTAL	26	32	6	15	32	111

Distinguimos, em primeiro lugar, entre "família de origem"

e "família de destino". Desta forma, se bem que os núcleos habitacionais com "nós" que envolvem maior número de indivíduos fossem mais profícuos, mesmo assim, pudemos com a informação do Quadro nº 34, a partir de "nós" que envolvem três pessoas avançar algumas pistas.

Evidencia-se, antes de mais, a existência maioritária de "famílias de origem", 58/111, entre os "nós" que envolvem três pessoas.

Os filhos aparecem representados em maior número que as filhas, o que não acontece nas "famílias de destino", em que o número de filhas suplanta o de filhos que residem com um dos seus pais.

Além desta informação, também se destacam as situações de familiares que vivem no bairro sem que, no entanto, residam neste núcleo habitacional. Estas são pouco frequentes, apenas se detectam 13, envolvendo, de forma habitual pais e filhos.

Também pouco vulgar é, em núcleos que envolvem um "nó" entre três pessoas, surgirem representadas três gerações, o que apenas se repete 7 vezes.

Em suma, sendo os laços de descendência aqueles que melhor nos podem dar conta de como se processa a mobilidade de uma população, comparando a "naturalidade" dos antecessores e dos descendentes, são também estes os mais frequentes e permeáveis à nossa observação.

Correspondendo os pais, na maior parte da vezes aos sujeitos migrantes, a reconstituição dos núcleos de "famílias

de origem" e de "famílias de destino" evidencia a ligação mais intensa entre mulheres.

Assim, diríamos que a continuidade entre as gerações é assegurada, fundamentalmente, através do sexo feminino, mais resistente à morte prematura, e que em termos da vida familiar (falamos em particular da avó) ocupa um papel relevante na socialização dos já nascidos na cidade.

A cobertura do processo migratório é-nos possibilitada através da comparação das "naturalidades" de pais e filhos. A partir dos elementos disponíveis procurámos lançar luz sobre esta questão (vd. Quadro nº 35).

Excluíram-se os núcleos formados, unicamente por indivíduos nascidos em Lisboa como também da população insular e das ex-colónias.

Dos filhos nascidos, na maior parte dos casos entre 1930 e 1950, salienta-se o peso já importante dos nascidos em Lisboa, 43.4%, atingindo um significado assinalável os que nascem na freguesia de origem de um dos pais.

Nestes casos, assinala-se que a freguesia de origem e o concelho de destino dos pais são o palco do nascimento de grande parte dos filhos desta população migrante.

b) casamentos

Os 296 casos que reconstituimos estabelecem, como vimos, um laço entre várias pessoas que quase sempre partilham o

QUADRO Nº 35 - Comparação do local de nascimento de um dos pais nascido fora de Lisboa com o do filho entre os residentes no Bairro do Rego em 1985

Local de nasc. filho \ Dist. nasc. de um dos pais	Filhos nasc. mm. freg.de um pais	Filhos nasc. em Lisboa	Outros locais	
AVEIRO	6	3	2	1
BEJA	6	3	-	3
BRAGA	5	1	2	2
BRAGANÇA	3	-	1	2
C. BRANCO	10	4	6	-
COIMBRA	9	1	6	2
ÉVORA	4	1	1	2
FARO	5	1	2	2
GUARDA	6	2	2	2
LEIRIA	13	4	4	5
LISBOA(s/C)	8	2	3	3
PORTALEGRE	2	-	1	1
PORTO	2	-	1	1
SANTARÉM	12	3	4	5
SETUBAL	7	1	5	1
V. REAL	2	-	2	-
V. CASTELO	6	1	3	2
WISEU	7	1	4	2
TOTAL	113	28	49	36

mesmo núcleo habitacional. Estes casos envolvem um laço sanguíneo entre uma, duas ou até três pessoas, o que nos permite, em muitos casos, quando o "nó" liga três pessoas reconstituir os casamentos. Tal possibilidade é confirmada pela existência no boletim do Recenseamento Eleitoral do item "filiação".

Desta maneira, recolhemos os dados referentes a 224 casamentos, que nos permitem penetrar na questão da preferência geográfica na escolha do cônjuge.

Não utilizando nesta análise os casamentos que se estabelecem entre indivíduos nascidos em Lisboa, podemos salientar a tendência para estes casamentos se efectuarem entre cônjuges nascidos em distritos distintos (vd. Quadro nº36).

Esta virtualidade exogâmica, encontrada nestes casamentos, refere-se, possivelmente, a matrimónios já contraídos na cidade e, em que a escolha do cônjuge não se pauta por critérios estritamente regionais mas interferindo factores com maior grau de aleatoriedade.

Estes resultados que evidenciam o estabelecimento de matrimónios entre indivíduos oriundos de diferentes distritos do país, permite-nos pensar em várias modalidades de escolha do cônjuge:

a) partida do local de origem, isolada ou em grupo, estabelecendo-se o casamento no quadro das novas relações de interconhecimento que o novo meio permite com alguém estranho à comunidade de origem, seja o

QUADRO Nº 36 - Proximidade geográfica do local de nascimento dos cônjuges residentes no Bairro do Rego detectados através dos cadernos do Recenseamento Eleitoral relativos a 1985, por época de nascimento do cônjuge mais velho

Loc.nasc. 2 cônjuges \ época nasc. cônj.+velho	A	B	C	D	E	F	LX	TOTAL
1900-09	3	-	-	1	6	-	1	11
1910-19	3	3	-	7	9	-	2	24
1920-29	9	2	10	11	22	-	10	64
1930-39	5	3	6	12	18	-	10	54
1940-49	1	1	1	6	11	3	4	27
1950-59	-	2	2	3	4	-	11	22
1960 >	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	21	11	19	40	70	3	39	203

A - Cônjuges nascidos na mesma freguesia

B - Cônjuges nascidos em freguesias diferentes do mesmo concelho

C - Cônjuges nascidos em diferentes concelhos do mesmo distrito

D - Cônjuges nascidos em distritos concomitantes

E - Cônjuges nascidos em distritos distantes

F - Um dos cônjuges nasceu fora do Continente português

LX - Um dos cônjuges nasceu em Lisboa

outro originário de Lisboa ou de outra zona do país;

b) estabelece-se o casamento no quadro das anteriores relações de interconhecimento em que a manutenção de laços com a comunidade de origem no destino migratório, ou até o contacto com grupos locais ou regionais, favorece o conhecimento do futuro cônjuge;

c) sendo a partida já efectuada com um compromisso estabelecido ou até o matrimónio consumado no local ou zona de origem

Detecta-se que mais de metade dos casamentos efectuados entre nascidos depois de 1950 unem estes a indivíduos de Lisboa. Tal tendência, que contraria a situação das épocas anteriores, apenas acentua a importância do peso conhecido dos nascidos em Lisboa entre as gerações mais novas do bairro.

Entre os nascidos nas décadas de 00 a 40, mais de 65% dos casamentos reconstituídos ligam indivíduos oriundos de "distritos concomitantes", "outros distritos" e ainda "outros concelhos do mesmo distrito".

Destas, a categoria mais frequente, invariavelmente, até 1950, é a "outro distrito". Deste modo, afasta-se a ideia de um peso esmagador do casamento endogâmico nas mais velhas gerações do bairro.

Os casamentos entre indivíduos nascidos de um mesmo concelho não ultrapassam os 20%, sendo pois esta uma

potencialidade não confirmada e que inclusive se perde nos anos 50.

Não se pode, contudo, concluir que a ligação regional e local desaparece. Antes se salienta que o aumento significativo de população nascida em Lisboa cria maiores probabilidades de um casamento entre dois autoctenes, o que oculta, pois, uma eventual ascendência regional comum.

Esta complexificação de situações, próprias da residência em espaço urbano em que o leque das opções matrimoniais não é espacial e fundiariamente condicionada como em zonas rurais (P. BOURDIEU, 1972, p.1105), não impossibilita a perpetuação da identificação regional e local, que passa por outro aspectos da vida colectiva.

Em termos de grandes zonas do país, estabelecemos 4 grupos de onde os conjuges são originários:

- 1) a Norte do Douro;
- 2) Entre Douro e Mondego,
incluindo o distrito de Castelo Branco;
- 3) uma área alargada de influência de Lisboa,
distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém e Leiria;
- 4) a sul do Tejo

Constata-se (vd. Quadro nº 37) que as zonas 2 e 3 são as que fornecem maior número de homens e mulheres e é também nestas zonas que a endogâmia é mais elevada.

Em relação à zona 4, os homens casam maioritariamente com

mulheres da área de Lisboa, o que não acontece com as mulheres desta zona que escolhem o conjugue entre os nascidos na mesma região. Este facto poderá ser explicado pela especificidade de relações familiares que fazem prevalecer a saída do homem face à da mulher.

QUADRO Nº 37 - Escolhas matrimoniais dos residentes em 1985 no Bairro do Rego por regiões do país e por sexo

H	ZONA 1	ZONA 2	ZONA 3	ZONA 4	TOTAL
M \					
ZONA 1	7	9	4	2	22
ZONA 2	8	34	19	6	67
ZONA 3	6	30	47	14	97
ZONA 4	1	4	5	7	17
TOTAL	22	77	75	29	203

Não se podendo falar de uma endogamia regional, no entanto, observa-se uma forte tendência para que se estabeleçam casamentos entre oriundos de zonas próximas. É assim que, por um lado, as populações do Norte preferem casar entre si, ou com os do Centro e por outro, as do Sul, entre si o com indivíduos da zona de Lisboa.

As mulheres da zona 3 são o grupo mais requisitado nestes casamentos, constituindo quase metade (97 em 203) das mulheres escolhidas.

As zonas que mais intensamente estabelecem trocas são as 2 e 3, de onde é originária a maior parte da população do bairro, isto é, entre Douro e Mondego e a área ampla de Lisboa.

Em síntese, conclui-se que o factor endogâmico, em termos de grandes zonas, tem alguma pertinência agrupando uma parte significativa dos seus originários.

Porém, no aprofundamento da análise detecta-se que a zona de Lisboa é congregadora da população de outras zonas, particularmente através das mulheres. Este facto poderá ser explicado pela saída mais frequente de homens sozinhos das suas terras de origem.

O centro deste movimento matrimonial é quase sempre a zona de recepção, em torno de Lisboa, que com a zona situada entre Douro e Mondego dominam as conjugações possíveis destes cônjuges residentes no Bairro do Rego.

Síntese do capítulo

Com a análise dos cadernos do Recenseamento Eleitoral confirmámos uma das ideias centrais deste trabalho. A população residente no "Bairro do Rego" é uma população constituída maioritariamente por indivíduos nascido fora da cidade de Lisboa.

Apesar de se tratar de uma evidência de fácil constatação empírica, a inexistência de dados sobre esta realidade não permite que elaborações de carácter metodológico se venham desenvolvendo. Assim, merece desde logo um reexame a vulgarizada designação de "população urbana", considerando que é indescrivível a importância da população que vive na cidade oriunda de zonas rurais, perpetuando laços de diverso tipo com a sua terra de origem.

Elementos para uma reflexão deste tipo são já por si os resultados que obtivemos e que atestam, em primeiro lugar, a importância de uma zona ampla, mas ainda assim definível, de onde são originários a maioria dos migrantes. Isto é, perante uma análise à chegada do processo migratório constata-se existir uma área, que designámos por "corredor central", com origem na qual se efectua, em grande medida, os processos de deslocação para este espaço de destino.

Daqui partimos para um outro nível de observação, procurando verificar a existência de proximidades no espaço

do bairro em função dos lugares de onde os residentes são originários. Chegámos à construção de um índice de dispersão relativo aos principais núcleos de origem, concluindo que o Bairro do Rego, enquanto espaço acolhedor de migrações, funciona diversamente face a este processo. Encontramos migrações típicas de uma deslocação "em cadeia" entre a origem e o destino como encontramos o resultado de um processo em que este espaço não passa de apenas mais um lugar onde os migrantes acham residência. O bairro surge como uma realidade empírica, "teia" de relações sociais, onde o nível global deste processo generalizado à cidade se pode observar articulado com o nível particular, que distingue esta das restantes unidades espaciais delimitáveis no contexto urbano.

Um outro aspecto que se salienta é o de, através da análise por gerações da origem dos residentes, se confirmar a tendência de nas gerações mais jovens que aqui habitam se nascer cada vez mais em Lisboa. Filhos de oriundos de áreas rurais, na sua maioria, estes habitantes mais jovens aparecem-nos inseridos nos dominantes núcleos de habitação "mistos", constituídos por nascidos fora e em Lisboa. Sendo os seus pais vulgarmente nascidos noutras zonas do País, é corrente que, entre estes últimos, os casamentos se estabeleçam entre indivíduos da área de Lisboa e do "corredor central", se bem que o casamento endogâmico, matrimónio entre oriundos de uma mesma freguesia e até concelho, se revele uma hipótese inconfirmada.

CAPITULO III

IDENTIDADES e SOCIABILIDADES URBANAS

Introdução

Esta análise não pretende ser exaustiva face a todas as "manifestações de sociabilidade" possíveis de revelar na nossa unidade de estudo, mas antes esclarecer como elas se estruturam em relação ao espaço físico e vivido e em relação aos diferentes grupos populacionais aqui instalados.

Tendo o nosso "microcosmos social" sido, tal como o entende G.GURVITCH, precedentemente definido como uma unidade espacial, procurámos compreender a forma como aí se estabelecem sociabilidades e se reconhecem identidades.

Tal abordagem implica leituras a vários níveis dada a complexidade da realidade observada, que depende das macro-estruturas sociais e económicas que a explicam, mas que também apresenta virtualidades que participam da própria compreensão e da explicação do global. Dai, que procuremos neste capítulo distinguir a que níveis os referidos elementos constituintes da vida local actuam, e que são, sumariamente, três.

Um primeiro (A) é relativo à própria vida do bairro, despoletadora de identificações mas também de diferenciações, quer no modo de ocupar o espaço, nas relações estabelecidas

como ainda na definição de lugares partilhados por distintos grupos. Um segundo(B) salienta a importância da relação local-geral, abordando os modos como a vida local se encontra inseparavelmente ligada ao exterior no que respeita à intervenção no espaço físico do bairro e na especificação de quem e de que modo aqui habita ou aqui se encontra ligado. Por último(C) distinguimos um terceiro nível em que atendemos aos "quadros sociais" (G. Gurvitch, 1979,p.154) que servem de referência aos habitantes do bairro, em geral, e que se definem pela multiplicidade de espaços, de tempos, de famílias, que todos os percursos individuais e de grupo comportam. Damos primazia neste aspecto à componente migratória da população do bairro que vive mais ou menos intensamente entre dois universos referenciais: o de origem e o de destino.

A. A IDENTIDADE num ESPAÇO de INDEFINIÇÃO URBANA:

o comum e o diferenciador

1. O bairro e a espacialização das diferenças

Favorável ao desenvolvimento de relações baseadas na proximidade espacial, como se estabelecem os laços de interconhecimento no espaço de um bairro ? A resposta a esta interrogação é sempre provisória, reflectindo a especificidade das situações abordadas. Como refere R. LEDRUT (ob.cit,p.104), "a realidade (de um bairro) está no centro

dos processos de estruturação e reestruturação sociológica" relativos a uma cidade, sendo estes processos distintos social, espacial e temporalmente. A realidade de uma cidade, capital de um país, como é o caso de Lisboa, centro de um acelerado crescimento populacional contemporâneo, é já por si específica, sendo ainda nesta situação particular o caso do bairro do Rego, construção dos anos 20 e 30, destinada maioritariamente a grupos sociais menos favorecidos, se comparados com a população das Avenidas Novas (2ª Parte, cap.I).

Mesmo definindo um espaço no que este tem de particular, podemos afirmar que não existe continuidade quanto às condições para o estabelecimento de relações de interconhecimento ao longo das várias épocas da sua existência. Como já foi indicado (2ª Parte, cap.II), o espaço continuamente construído é uma realidade já dos anos 30, pelo que as relações de interconhecimento anteriormente estabelecidas estão marcadas pela distância física entre os moradores da mesma zona e pela menor densidade de população residente na área hoje edificada, e que definimos como unidade de análise.

Apesar de todas as transformações sofridas, a individualização deste bairro no contexto urbano da cidade de Lisboa, através de uma clara delimitação do ponto de vista geográfico, não oculta a espacialização de diferenças no seu interior, umas mais visíveis pela própria disposição e características dos edificadas, outras mais apreensíveis pelo

tipo de populações co-residentes neste bairro.

a) "os dos prédios e os das barracas"

A indefinição do espaço em que se situa o Bairro do Rego facilitou a instalação, mais ou menos maciça e continuada, de uma população que aí se vai fixando clandestinamente. Esta situação, que é comum a muitas outras áreas da cidade em que o processo de expansão do construído urbano se faz em espaço de tradição de arrabalde rural, permite-nos detectar a mais evidenciada espacialização de diferenças locais. Periféricas dos prédios, as áreas ocupadas pelas "barracas" dão-nos a visualizar uma primeira distinção, em termos habitacionais, estrutural na história do bairro (caps. já referidos) entre os moradores do centro edificado e os da periferia improvisada.

É através dos relatos de moradores dos prédios que nos apercebemos da distinção que estes fazem entre si e os residentes nas barracas. Numa referência inicial aos segundos, a esses "Outros-habitantes" da zona, revela-se um pretendido distanciamento. Esta atitude é particularmente assumida a propósito do maior aglomerado de barracas que existiu na zona: o "Bairro das Minhocas", desaparecido em 1939.

"... o Bairro das Minhocas era uma zona de muitas barracas onde até a policia tinha medo de ir e onde

cá a gente nova pescadora ia apanhar as minhocas para pescar."

(Sr. J., dono de uma papelaria, rua Jorge Afonso, residente antigo do bairro),

"... havia uma grande diferença entre a gente do Bairro das Minhocas e as pessoas do bairro. Depois do bairro ser limpo (o Bairro das Minhocas foi transferido para a Qta. da Calçada), é que o ambiente começou a melhorar (...) apareceu um género de pessoas mais recolhidas..."

(D^a A., empregada da escola primaria, reformada, residente no bairro).

Para além deste caso, a continua instalação de novos habitantes na zona aparece ligada, pelos nossos entrevistados, com o reagrupamento de aglomerados de "barracas" a que os espaços deixados sem destino são sujeitos.

"... De Resende vieram uns "patos" que vinham sobretudo para as barracas. Em 1939, o Bairro das Minhocas foi abaixo, foi tudo para a Qta. da Calçada, mas logo se instalaram novas barracas naquele alto atrás da sede do Partido Comunista (Qta. das Covas)."

(sr. M.)

"... havia esses homens das ceifas, até à construção do Hospital de Sta. Maria ... mas, gente mais civilizada era a gente que trabalhava na fábrica e que já faziam as suas barraquitas, na zona que hoje é o Hospital, e aqui pelo bairro, e que eram os trabalhadores da Fábrica do Lino, de Telhas, de selhas para o banho e até de cerâmicas..."

(D^a A.)

O aspecto que mais ressalta destes testemunhos é o da distinção espacial em que assentam as áreas de prédios e as de barracas e que é marcante da própria vida do bairro. Mesmo nos nossos dias, o processo de instalação de novos habitantes clandestinos na área limítrofe do bairro se realiza, tendo recentemente surgido grupos itinerantes de ciganos que por aqui passam regularmente e de trabalhadores cabo-verdianos que em regime permanente edificaram a sua habitação (I.M. e Z., moradoras do bairro).

Porém, o corte entre os dois tipos de edificação não pode ser entendido como absoluto, já que muitos dos que hoje vivem nos prédios já residiram nas barracas ou em casas abarracadas das quintas, hoje desaparecidas; tendo ainda que se atender à diversidade de prédios e aos respectivos estados de conservação que apresentam. Também este factor de diferenciação habitacional se foi facilmente evidenciando:

"... esses de Resende e doutros sítios que viviam para aí abarracados, alugavam uma casita e metiam-se lá todos para poder pagar a renda (...) quando havia despejos é que era o fim do mundo..."

(sr. M.)

De forma mais ou menos explícita, o habitante da barraca fica identificado com o "recém-chegado", que se vê na contingência de habitar num estado de provisoriedade que a própria forma de integração na vida da cidade vai temporalmente condicionar. Se é certo que a sua origem social é determinante do estatuto habitacional, o facto de muitos dos habitantes terem origens sociais semelhantes facilitaria uma futura identificação dos agora vindos com os "bem-sucedidos". A este nível, contudo, o bairro funcionaria fundamentalmente como zona de recepção da cidade, da qual, quando possível, se transferem os chegados de fora para outras zonas mais de acordo com a sua ascensão social.

"... Aqueles que vingaram, que melhoraram na vida, mudaram dessas casas mais humildes, vamos lá, para outras melhores (...), muitos saíram do bairro, outros -e eu conheço alguns- arranjam outra casa aqui no bairro. Os dessa altura, os antigos, são como agora os das barracas. Vêm à procura de trabalho (...) uns acertam, outros não..." (D^a A.)

b) "os de cima e os de baixo"

Aquela que foi uma das distinções mais importantes ao longo do processo de edificação deste bairro tem actualmente reduzido significado. Apenas "a memória longa" dos factos da história local, na expressão de F. ZONABEND, (La memoire longue, 1980, p.5), preservada por um grupo de anciãos, vai além das esparsas referências que, em várias ruas, se encontram em relação ao nome dos "bairros originais".

Também as distinções entre a edificação de tipo-arrendamento do Bairro da Bélgica e as "vivendas pequenas" do Bairro Santos, destinadas a diferentes grupos populacionais, se foram esbatendo com aquilo que designámos por processo de reedificação (3ª Parte, cap.I), vindo-se gradualmente a perder a consciência de uma separação entre "os de baixo" e "os de cima". Aquilo que nos anos 30 e 40 (2ª Parte) se apresentava como um espaço de ocupação e construção heterogénea - com bairros e quintas, zonas de edifícios em altura e vivendas de habitação própria - transforma-se com a reedificação posterior num espaço com características mais homogéneas, dado o número de edifícios de vários andares que então substituem velhas construções.

A diversidade de bairros e de populações dessa época é, no entanto, recordada pelos nossos entrevistados mais idosos, apesar de ser vulgar a imprecisão das datas que nos foram referidas.

"...Houve o Bairro Catarino, que é onde hoje fica a sede do Partido Comunista, e, em que havia muitas casas de pessoas humildes que vinham de fora para trabalhar aqui..."(...) "...Além do Bairro do Catarino havia nos anos 40, o do Santos que era o das vivendas pequenas e que tinha algumas vilas. A construção continua dos prédios é já dos anos 50 (...) sobretudo a partir daí."

(sr. M.)

O que hoje leva a que esta distinção mantenha pertinência não são, pois, as esporádicas referências de casas comerciais com o nome Bélgica, na rua da Beneficência e nas ruas junto à linha, ou as histórias dos mais velhos sobre uma edificação variada, contada de modos tão diversos; é antes a disposição espacial do bairro.

Não havendo actualmente uma denominação vulgarizada entre os habitantes para distinguir uma zona e outra, são as suas ligações com o exterior que as separam no interior.

O facto da maior parte da população activa trabalhar fora dos limites do bairro, mais evidencia a importância das vias de comunicação, que só se estabelecem com circulação de viaturas através da rua Filipe da Mata e rua Cardeal Mercier para o antigo Bairro da Bélgica e pela rua Diogo Macedo e ao longo da Azinhaga da Torrinha para o antigo Bairro Santos (vd. Figura nº 30).

FIGURA Nº 30 - Fotografia aérea de 1982 cobrindo a área do Bairro do Rego



NOTA: As setas indicam os únicos acessos rodoviários ao Bairro do Rego

Fonte: Instituto Geográfico e Cadastral
Escala: 1/8000

Não sendo uma zona de passagem no circuito urbano, embora esteja por ele circundado, este espaço vê-se ligado ao exterior quase exclusivamente para utilização dos seus residentes. Porém, acresce ainda que a pouca facilidade de circulação motorizada no interior do bairro, dadas as características dos arruamentos locais, leva a que moradores das distintas zonas sejam levados a utilizar unicamente a ligação que lhes permite mais fácil acesso à sua residência.

Quanto à circulação de pessoas o desnível do terreno entre a zona "de baixo" e a zona "de cima" dificulta, particularmente aos que habitam na primeira, a deslocação, o que parece ser compensado com a manutenção da antiga estrutura comercial da época da edificação dos bairros. Mesmo sujeita ao processo de sucessivas remodelações, esta mantém-se ao longo da rua da Beneficência, coincidindo com as áreas do antigo Bairro da Bélgica e do Bairro Santos.

Por fim, refira-se a posição central do espaço onde presentemente se reconstrói o mercado local (vd. Figura nº 30) e que é o elemento mais significativo de referência comum no bairro, se atendermos que este não é hoje um bairro com características autárquicas, no sentido de auto-suficiente, mas uma extensão isolável, dependente de uma zona da cidade que se direccionou diferentemente no seu crescimento: as Avenidas Novas. Diga-se a esse respeito que aí se encontram sediadas as principais instituições administrativas, religiosas e sociais de interesse para o bairro.

c) "os que podem e os que não podem"

A noção da existência de distinções sociais leva os indivíduos a formular à partida uma subtil dicotomia em relação à posse dos bens, qualquer que seja o seu tipo, universalizante e atemporal. A sua percepção é, no entanto, mais particular, tomando os indivíduos posição face àqueles com que não se identificam, não revelando o que pensam ser.

Deste modo, o entendimento que os nossos entrevistados têm do que é riqueza e pobreza, abastança ou não, variam; não deixando contudo de se salientar dois aspectos comumente realçados por todos eles: a identificação histórica deste como um bairro de operários e o facto da riqueza dos habitantes da época da edificação ser fundamentalmente a dos terrenos e dos prédios.

Quanto ao último aspecto, saliente-se que os nossos informadores apenas utilizam a designação de "ricos" para o período anterior à reedificação do bairro. A progressiva modificação do tipo de profissões dominantes até então entre os habitantes, com a extensão de grupos profissionais intermédios, e a maior privatização da vida dos novos habitantes das mais recentes construções, não permite na actualidade identificações deste tipo. Desse modo, num período que antecede a valorização generalizada da educação como mecanismo de mobilidade social, as diferenças, dir-se-iam, mais evidenciadas.

"... Nessa altura as diferenças eram muito maiores, as pessoas dobravam-se muito mais aos doutores. Os filhos dos donos das quintas todos estudavam (...) eram doutores, engenheiros, e os filhos da gente humilde só mais tarde começaram a estudar e a subir. Na altura a crise era muito grande, havia muita falta de emprego e não havia luz, nem água, só muito a pouco e pouco foram mudando as coisas..."

(Dâ A., descrição dos anos 20/30).

Evidenciando as características de arrabalde rural da época prossegue a nossa entrevistada.

"...eu saí daqui há 32 anos, com 32 anos e durante muito tempo a única gente rica que me lembro eram donos de quintas "ricos boçais"... isto era uma zona saloia por isso os mais endinheirados eram donos de quintas o José Paulo Carvalho, meu tio; o Dr. Lacerda. Não havia grandes riquezas que não fosse em terrenos, em gados (...) não havia riquezas de outro tipo."

As modificações que a cidade então sofria e que abalaram a definição de anteriores estruturas de relações sociais e económicas desta zona, vieram afectar os indivíduos com mais

"posses" no Rego. Tal situação leva-os a investir na actividade ascendente da construção (2ª parte, cap. I - o caso de Pedro J. Silva, proprietário da Qta. da Bela Vista), vendo-se ainda assim confrontados com os novos "endinheirados" ligados a esta indústria, então já em plena expansão. Acerca dos anos 40 temos um relato de um outro entrevistado.

"...Havia uns homens importantes cá no sítio, havia os construtores e proprietários, o da Qta. da Bela Vista, o do Lagar Novo -que depois deu lugar ao bairro de moradias de 1 e 2 andares do Santos- e mais tarde o Faria, que lá para os anos 50 começou a construção dos prédios mais altos. Também havia o Catarino, havia o Emídio da Costa Pinheiro que começou por fazer "sulipas" (tiras de madeira que se põe nos carris dos comboios) e assim foi enriquecendo, (...) e que também foi ganhando com trabalhos para a Feira de Palhavã (...) depois instalou a serração de madeira e tinha imensos operários e até havia uma "vila" nas traseiras da serração".

(sr. M)

A coexistência neste mesmo espaço de populações socialmente distintas não impedia o contacto entre elas, embora existissem marcos territoriais que delimitavam onde

uns e outros residiam. A existência de "vilas" de operários, com limites geográficos definidos face à casa do patrão é disso exemplo, assim como o facto, que nos foi indicado, de "no bairro (...) a população operária viver em anexos às casas principais" (N., assistente universitário, nasceu no bairro), situações já referidas (2ª parte, cap.II) a propósito da construção de barracas e casas abarracadas para trabalhadores rurais e operários nas quintas da área. Por seu lado, os proprietários das quintas, das fábricas de construção (e outras) e os construtores são os proprietários de muitos dos prédios e vivendas, acontecendo em vários casos, aí habitarem.

Perante esta configuração residencial coloca-se-nos a questão de pudermos falar, na época apontada, de uma certa autarcia habitacional para os grupos dependentes de actividades produtivas (indústrias, agricultura) aqui existentes, acontecendo empregadores e empregados, proprietários e inquilinos residirem igualmente nesta área. Assim, a visualização física das diferenças davam um sentido às próprias relações sociais locais, mais próximas da noção de autarcia camponesa (H. MENDRAS, *Sociedades Camponesas*, 1976, p.87) e que se perdeu com a penetração do mundo urbano que, a pouco e pouco, se impôs, evidenciando-se logo através do peso entre as novas profissões a presença de uma outra entidade mediadora na vida local: o Estado.

d) "os velhos e os novos"

Estando a rede de sociabilidades estabelecida condicionada pela capacidade de deslocação e de movimentação dos indivíduos, o bairro torna-se um espaço privilegiado para o desenvolvimento de laços por parte dos mais velhos.

Esperar-se-ia, por isso, dado o envelhecimento significativo da população residente (3ª parte, cap.I), que o funcionamento da memória colectiva permitisse chegar longe na reconstituição das modificações na vida do bairro. Porém, tal não verifica.

Tratando-se de um espaço em meio urbano, maioritariamente constituído por população adulta migrante, não encontramos, por norma, entre os mais velhos, quem tenha uma ligação a este bairro anterior a sua própria chegada.

Além disso, sendo frequente a mobilidade para outras zonas da cidade, quando num processo de ascensão social o indivíduo se procura distanciar do local que originariamente o acolheu na cidade, este bairro é visto sobretudo como uma "zona de passagem".

Da mesma forma, é vulgar que os idosos, especialmente quando se encontram sozinhos, vão habitar com algum filho noutra parte da cidade ou em instituições para a velhice ou mesmo regressem à sua terra de origem, pelo que a estruturação da referida "memória longa" apresenta características diferenciadas numa área urbana com esta

especificidade e no mundo camponês.

"Se isto fosse uma aldeia, os mais velhos teriam todos uma visão das coisas antigas, ou seja, mesmo que a aldeia tivesse mudado todos se apercebiam. Os velhos eram sempre os mesmos. Aqui, mesmo com certas características, o bairro está na cidade e até os velhos vão mudando (...) vão para outros sítios, mesmo para asilos".

(Dr. M.P., director da escola primária)

A aparente ineficácia da "memória longa" do bairro não inviabiliza, todavia, a constituição de lugares de encontro definidos, nos quais os mais idosos se encontram. Lugar característico dos encontros masculinos, a estação dos comboios do Rego, chega a impôr-se às tabernas e aos cafés onde ainda se centralizam os encontros entre os homens.

Ao contrário da taberna, discriminadora do seu público, o café é um espaço acolhedor de múltiplas clientelas que inclui mulheres e jovens, estes últimos que em alguns casos também circulam pelas tabernas. Da nossa observação ressalta a menor presença de mulheres idosas nestes espaços o que é contraposto com a sua presença quase exclusiva nas pequenas casas comerciais locais, onde grupos mais ou menos numerosos destas são visíveis. Por fim, e por indicação de uma entrevistada é referida a ida em grupo de mulheres idosas à missa na igreja da Nã Sã de Fátima.

Assim, através deste conjunto de observações constata-se que a reprodução dos papéis e estatutos tradicionais do homem e da mulher, localizados respectivamente no exterior e em casa, parecem ter continuidade neste último período da vida, sendo os lugares de encontro procurados em função da maior ou menor disponibilidade em relação aos serviços da casa que aos diferentes sexos é atribuída.

e) "os que ficam e os que passam"

Refere R. LEDRUT que "o volume relativo do "núcleo estável" (da população) tem consequências directas sobre os modos de integração, como sobre as formas de diferenciação colectiva, da estrutura do poder e do dinamismo urbano". (Sociologie Urbaine, 1968, p.78).

Utilizando tal noção no contexto específico de um bairro, podemos a partir daí esclarecer algumas das características desta unidade residencial quer na sua estruturação interna quer na sua relação com a "colectividade urbana".

Já concluímos (3ª parte, cap.II) que é dominante o peso da população adulta nascida em zonas rurais, e também daqueles que nascidos em Lisboa têm uma ligação ainda próxima com as zonas rurais de origem dos antecedentes ("recente extracção rural", A.F. COSTA). Falta referir que este bairro ao constituir uma das zona de chegada à cidade e de passagem para outras zonas urbanas, vê a sua população ir sendo de

forma constante substituída, pelo numa fase inicial, o que se nos apresenta como um indicador fundamental para compreender as razões por que este espaço não ganhou uma "coesão interna" (R. LEDRUT, p.116), enquanto identificador de grupos distintos, comparável a espaços socialmente apresentados como destino habitacional.

"... as pessoas não conhecem a história do seu bairro, cada um conta uma versão e isto, parece-me, porque as pessoas chegam aqui (...), moram aqui e depois saem. É muito um bairro de passagem. Socialmente, não é destino de ninguém um bairro deste tipo: com este tipo de população e assim envelhecido. Quem ascende socialmente, procura sair daqui, procura um lugar mais próximo dos seus interesses. Aqui, fica quem não subiu ou quem se acomodou..."

(Dr. M.P., director da escola primária)

Designável como "flutuante", detectamos uma população que a partir dos anos 50, com a proximidade do Hospital de Santa Maria e a Cidade Universitária (3ª parte, cap.I), aqui se instala em quartos, partes de casa, ou mesmo em apartamentos, residindo neste bairro apenas com carácter provisório. Esta situação permite a inquilinos e proprietários uma importante fonte de rendimento, através do aluguer cobrado.

Porém, já anteriormente, a população que procurava

instalar-se na cidade se fixava neste bairro, dadas as características espaciais da zona. Hóspedes em prédios de rendimento, abarracados nos espaços disponíveis das quintas, esses recém-chegados, que aqui se instalavam num primeiro momento, iam dando à sua permanência contornos de definitiva. Assim se explicam os sucessivos "derrubes" de extensos núcleos de barracas ou o despejo de múltiplas famílias de prédios, quando os interesses dos proprietários a isso os levam.

Estes primeiros "flutuantes" tinham, ao contrário dos posteriores, em comum com os já instalados, um mesmo tipo de percurso migratório que passava por uma busca, mais ou menos indiscriminada, de um emprego na cidade. Os operários, no sentido lato, absolutamente majoritários na composição da população até aos anos 50, partilham uma condição comum perante o trabalho que os distingue, no bairro, dos proprietários e construtores e que se reflecte em situações análogas como o desemprego, mas também nas práticas sociais locais, como a frequência de lugares de encontro comuns como as tabernas, e até na partilha de concepções de vida.

Numa época em que estes actores não vislumbram, pelo menos a esmagadora maioria, a possibilidade de ascensão social, levanta-se a questão de saber de que maneira esta situação comum é reveladora de uma certa "coesão interna" nos modos de viver neste bairro. Esta asseguraria uma identificação entre os habitantes, o que se atendermos à questão da partilha do espaço habitado e ao facto de a maioria dos seus residentes

trabalharem no mesmo tipo de actividades, nos leva a interrogar sobre o privilegiado reforço dos laços próprios da proximidade espacial, sendo remetidas para um plano menos imediato as distinções internas entre os operários, sejam eles inquilinos ou hóspedes, residentes "nos prédios" ou nas "barracas".

Esta situação aparece retratada numa diversidade de modos de habitar que é característica desta época, encontrando-se, sobretudo, a modalidade da coabitação de várias famílias, que tende a desaparecer a partir dos anos 50 e 60, com a melhoria das condições de vida da população local.

"...A vida era complicada e no tempo da guerra era mesmo mau. (...) O trabalho muitas vezes não havia mas eles -os que eram de fora- lá na terra também não ficavam... às vezes nem dinheiro para as sementes tinham e aquilo era tudo tão pobre que os miúdos queriam era vir para a cidade (...) lá conheciam alguém, vinham para a construção e mais até para marçanos em mercearias e trabalhavam das 8 da manhã às 10 da noite, com domingos e tudo, mas tinham comida e dormida - e viver na cidade era melhor que tudo"

(sr.M)

Pelos anos 30 e 40, o movimento da população que se instala na cidade ganha uma dimensão para a qual todas as

soluções se mostram precárias no campo habitacional e daí que a coabitação de famílias, para além de razões de tipo económico, seja apontada por este nosso entrevistado, mais do que enquanto um fenómeno local, como um fenómeno que se faz sentir em toda a cidade nessa época.

"... o caso mais conhecido no bairro, já nos anos 50, de casas com muita gente era o do "chalet misterioso", onde quando foi da demolição viviam 26 famílias (...) eram centenas de pessoas! Lembro-me de lá ter ido pôr um vidro e ainda havia gente deitada e tive de passar por cima de uma série deles. Mas nessa altura havia muitos hóspedes, quase todas as casas tinham hóspedes. As pessoas precisavam do dinheiro que dava ter hóspedes, e às vezes, eram elas que dormiam nos quartos mais pequenos para dar os outros a alugar. Não era só aqui no bairro que acontecia, era por todo o lado..."

A Segunda Grande Guerra marca uma nova etapa na vida de Lisboa. As modificações processam-se a um ritmo e com uma intensidade mais aceleradas, ganhando a cidade uma outra dimensão física e populacional. Nesta sequência são levadas a cabo obras de grande envergadura, absolutamente indispensáveis para enfrentar as carencias que a todos os níveis se evidenciavam. Disto é exemplo a construção do

Hospital de Santa Maria, instalado numa zona afastada do centro da cidade pela necessidade de dispôr, tal como o complexo universitário (3ª parte, cap.I), de espaço para as suas múltiplas actividades. Neste contexto, o bairro do Rego, distanciando de outras áreas de habitação e encontrando-se na proximidade imediata desta instituição, apresenta-se a quem vem trabalhar no Hospital, ou depois para os estudantes universitários, como a zona de mais fácil acesso para residir.

Os novos residentes "provisórios" do bairro distinguem-se dos anteriores - que vindos em grande número até aí, contudo não desaparecem completamente - fundamentalmente devido às funções que desempenham na actividade em que se inserem. Instalados neste local, por proximidade do local de trabalho, "o que fazem" distingue-os da maioria dos residentes tradicionais do bairro. São, sobretudo, médicos do Hospital e estudantes universitários que desenvolvem práticas e relações próprias de outros "meios sociais" e cuja presença veio desencadear um processo de confrontação de modos de vida neste espaço antes desconhecida.

Em contrapartida, a maior identificação social entre os "flutuantes" anteriores e a população já instalada no bairro tem implícita uma dinâmica de vida local, que assim se vê alterada pelos novos ritmos que os novos habitantes introduzem no bairro.

São, particularmente, os estudantes os mais apontados nesse sentido. Estes são hóspedes-estranhos, jovens que vivem

mais intensamente o facto de estarem de "passagem" e sem, em muitos casos, criarem laços com quem lhes arrenda o quarto ou o andar; enquanto os anteriores são hóspedes-conhecidos, da mesma terra, familiares, colegas de ofício ou de profissão.

Assim, a distinção entre a população permanente e a que reside temporariamente no bairro é, em particular, mais acentuada em relação à população estudantil que aqui se instala, sem intuito de permanência e enquanto tal desinserida do quadro de relações locais, que os anteriores "flutuantes" perpetuam, e que nos anos 60 traz ao bairro a própria dinâmica da vida urbana.

"...Foi pela altura da construção do Hospital que o bairro começou a ter muito mais movimento. O Hospital deu outro movimento à zona. Depois com o funcionamento do hospital muita gente tentou emprego lá e hoje há muita gente no bairro que lá trabalha: enfermeiras, médicos, outros empregados..."

(Da A.)

"...Isto depois de construirem o Hospital passou a ser um bairro como não era antes... começou a haver outra vida. Depois, além dos operários começou a haver gente do Hospital, da Faculdade e depois os estudantes,...muitos!..., que deram outra vida ao bairro. Fiz-me amigo de alguns, cheguei a ser

banqueiro de alguns que andavam apertados e me pediam mil escudos até ao fim do mês. Saíram daqui, e alguns continuaram, médicos e mesmo alguns advogados, mas mais médicos."

(sr. M.)

2. A construção e a manutenção de uma identidade local

A análise que fizemos do espaço do bairro revela diferenças entre os que partilham esse espaço. Porém, a própria noção de partilha e o facto de estes admitirem que vivem num mesmo local conduz à afirmação de uma identidade face ao exterior. O primeiro nível observável desta identidade é obviamente geográfico. É daí que o carácter territorial deste agrupamento deva ser aprofundado enquanto "sistema social local" ["local social system"] (NEWBY, 1980, p.13).

Perante este caso empírico podemos questionar até que ponto a população de um bairro pode ser definida enquanto um grupo social coerente. Sobre esta questão os testemunhos dos nossos entrevistados permitem-nos pensar que esta identificação se faz, sobretudo, em torno de um "passado perdido" que não é comum a todos os habitantes e perante o qual apenas os mais velhos habitantes do bairro se reconhecem. Aquilo que é, em comum, a identificação geográfica de todos os seus habitantes com o espaço em que

residem, toma um outro sentido no discurso dos que assistiram às modificações dos últimos 30 anos e que recordam o modo de vida dominante nesta zona, sobretudo antes da construção do Hospital de Santa Maria.

"... Isto na altura era um bairro operário, mas um bairro sui generis. Não era diferente de outros bairros de Lisboa com a excepção que era uma zona de quintas e a malta nova de então, anos 40,... a miudagem..., tinha como brincadeira andar à fruta nas quintas. Lembro-me de ir aos pessegos, ir aos melões, ali no bairro Londres onde eram "As Florzinhas da Rua", ir aos marmelos... tudo isso havia nas quintas e a malta era quase tudo da rua. Havia uns "meninos de leite" que ficavam em casa mas a maioria cresceu... pontapé aqui, pontapé acolá...".

(sr. M)

Quanto mais recuamos no tempo mais categórico se torna o discurso dos antigos moradores acerca dos modos de viver nesta zona.

"...A vida aqui, antigamente, era a de uma aldeia. As pessoas viviam nas quintas, isto em 1920, 1930 e tal..., conviviam, viviam mais próximas, ou então viviam em "vilas" construídas pelos donos das

quintas ou das fábricas onde trabalhavam".

(Da A.)

Em termos das modificações que as novas gerações de então vão introduzindo na vida local, evidencia-se a menor importância dada aos lugares de encontro exclusivamente masculinos (as tabernas), substituídos por outros lugares de que os mais jovens se apropriam (cinema, associações recreativas), num contraste de vivências que o mundo urbano estimula.

"...Houve aqui umas personagens caricatas no bairro. Os homens das tabernas e das carvoarias eram os mais conhecidos porque era como os homens passavam as noites. Por exemplo, na Tia Matilde, onde se jogava à laranjinha (...) Muitos acabavam bêbados quando vinham da taberna, lá bebiam, faziam rodadas e depois aquilo até acabava mal. Houve uma vez dois que se pegaram e um foi a casa buscar uma faca e acabou com o outro em três tempos. É uma cena de que nunca mais me consegui esquecer: o homem ali a esvair-se em sangue, ali no meio da rua(...). As mulheres não saíam de casa e quase nenhuma trabalhavam, ou trabalhavam em casa em coisas, para darem uma ajuda aos maridos e, também, um bocado mais tarde, na fábrica de borracha(...).

(...)Ao fim de semana, as pessoas daqui iam à

Feira Popular, que era em Palhavã, ou às feiras aqui da zona: do Lumiar e outras que na altura eram muito importantes. Comprava-se lá muitas coisas. Mas a malta mais nova queria era cinema, via tudo o que passava, sobretudo, os filmes de "cowboys" e os de acção. Ao domingo, o cinema Bélgica estava sempre esgotado e depois até havia cenas porque a malta excitava-se e aquilo, às duas por três, até metia polícia."

(sr. M.)

"... As associações? Aqui havia os "Económicos", que tiveram uma certa importância porque tinha sido sede do Sporting Club Avenidas e até foram uma vez campeões de teatro amador de Lisboa, com uma peça do Alves Redol(...) e deixavam que fizessem festas lá na sede deles(...).

(sr M.)

Com a alteração da disposição do espaço anteriormente habitado, resultado das progressivas modificações que a vida do bairro e da cidade acusaram, os modos de vida da população aqui residente estiveram, também eles, sujeitos a alterações. Assim, a manutenção de laços próprios de unidades habitacionais, mais ou menos isoladas, em que a autarcia, quer económica quer social, é um valor importante viram-se confrontadas com algumas realidades decisivas.

O alargamento progressivo do número de habitantes aqui residentes, as transformações que se processaram em termos da cidade levaram a que esta realidade local, gradualmente, se viesse a tornar dependente do funcionamento global desta última, colocando em risco, a nível local, a capacidade de preservar uma identidade anteriormente constituída. Do bairro sui generis, bairro operário em zona de quintas, fica a memória recente dos anos 40 e 50, que as modificações mais próximas têm tratado de progressivamente apagar.

"...Ainda não há muito tempo, havia a sensação de que para lá da linha é que era a cidade. Do lado de cá ia-se ao sábado de manhã comprar o jornal em pijama"

(prof. C., escola primária, nascido e residente no bairro)

"...As pessoas do bairro nos anos 50/60 iam à Baixa de comboio até Campolide e depois mudavam até ao Rossio."

(N., assistente universitário, nascido no bairro)

"...(anos 30-40) Transportes?...Havia o comboio para o Rossio e o eléctrico no sítio da Praça de Espanha".

(prof. C.)

B. A CIDADE, REGULADORA DA VIDA LOCAL

" Une ville n'est pas une juxtaposition de parties. Dans l'espace social les diverses fractions de l'étendue urbaine entretiennent des rapports les unes avec les autres. La différenciation de la collectivité urbaine ne supprime pas ces rapports, bien au contraire. Elle en modifie seulement le caractère. (LEDRUT, Sociologie Urbaine, p. 135)

A noção de local, quando tratamos com espaços de características urbanas, não é habitualmente relativa a unidades do ponto de vista geográfico autónomas. A cidade não é um aglomerado de bairros (R. LEDRUT, p. 137) bem diferenciados, é antes o resultado de uma produção espacial diferenciada e interactiva cujos contornos físicos e sociais são, muitas vezes, difíceis de perceber.

É pois no contexto de uma cidade que continuamente se vai modificando que a perspectivação deste fenómeno local deve ser entendido. A configuração que o bairro hoje toma resulta, no fundamental, da maneira como a cidade cresceu, dependendo menos por isso do que os seus habitantes eventualmente desejassem e mais de mecanismos externos do funcionamento de estruturas englobantes da vida colectiva da cidade e da sociedade global. Sejam estas as estruturas

fundiárias urbanas, o mercado de habitação, os transportes urbanos, para apenas citar alguns dos mais evidentes; são sobretudo as modificações a nível global que condicionam alterações em áreas localizadas.

Tal como muitos dos estudos clássicos sobre a vida nas cidades (NEWBY, 1980, p.24 e ss.) sustentam, a dificuldade de esclarecer a distinção entre urbano e rural passa pelas transformações que acompanham a nível nacional os processos de intensa migração de população vinda de centros de pequena dimensão para os maiores centros do país. Daí que em simultâneo com o intenso crescimento da cidade de Lisboa, acompanhado do seu agigantamento demográfico, se possa apreciar localmente a exogeneidade da composição de uma população.

O que de seguida abordamos, numa interpretação fundamentalmente qualitativa, é a forma como a nossa unidade de análise se insere na "rede urbana". Servimo-nos para o efeito dos elementos relatados pelos nossos entrevistados acerca das redes de interconhecimento estabelecidas entre os que aqui residem e o exterior donde são oriundos, assim como atendemos à perspectivação dos laços de solidariedade em função dos grupos profissionais em que os moradores se encontram(vam) inseridos.

Também a ligação directa com a cidade é analisada através do fenómeno de mudança de residência dos habitantes do Bairro do Rego, que posteriormente se instalam noutras zonas da cidade como ainda através da complexificação da relação

entre os espaços urbanos e a implícita circulação de pessoas que origina.

1. Grupos profissionais e redes de interconhecimento

A ligação entre as profissões em que se emprega, ou já esteve empregada, a população que se instala na cidade e as redes de interconhecimento que ligam estes indivíduos, apresenta-se como um dos aspectos mais fecundos para futuro aprofundamento de análise. Estruturando-se em torno de "grandes sectores da vida económica e social (estes grupos não-organizados) constituem conjuntos que não são verdadeiros grupos sociais (mas) no meio dos quais encontramos facilidade de comunicação entre os homens, similitudes de comportamento, atitudes comuns, que os fazem representar na vida urbana actual, um papel capital" (LAWVE, P.H.C., 1965, p.47).

Nesta perspectiva, evidencia-se a importância que tem na cidade actual o sector da construção civil que abrange uma proporção substancial da população activa do bairro ao longo de toda a sua história (vd. 2ª parte, cap.1 e 3ª parte, cap.1). A importância desta actividade tem a ver com as próprias condições de crescimento da cidade, dando-se o ingresso dos recém-chegados nesta actividade da cidade através dos "conhecimentos" ou das possibilidades de escolha de que disfrutam. Antes de mais, estes trabalhadores procuram na cidade um modo de ocupação e de sustento.

"...As pessoas que vinham para o bairro vinham à procura de trabalho, às vezes, chamados por outros que já cá estavam. Muitos foram para a construção, outros empregavam-se na fábrica da borracha, que tinha muitas mulheres na parte final da feitura dos pneus e havia também uma série de polícias e também de gente que se empregou na Câmara..."

(sr.M.)

Deste modo, a instalação na cidade envolve, na maior parte das vezes, um familiar ou conterrâneo que acolhe ou apoia o recém-chegado. No caso da construção civil, é vulgar que trabalhadores ou, até mais, construtores introduzam nesta actividade que, como outras com as suas características, aproxima conterrâneos, que podem inclusive vir a formar grupos de pressão dentro da actividade. Os "bem-sucedidos" actuam, normalmente, como operadores a nível da cidade quer enquanto construtores, proprietários ou até compradores, empregando nos mais diversos ofícios os jovens conterrâneos recém-chegados.

Estabelecem-se assim, redes de solidariedade assentes neste laço em que o interconhecimento funciona como despoletador de estratégias de grupo, e que a miragem de ascensão dos recém-chegados, transmitida pelos "já-instalados", solidifica. A atitude de reconhecimento que domina estas relações marca a própria actuação destes actores que se interajudam perante outros operadores, dentro

da construção civil, e perante o exterior da actividade. Também aqui as solidariedades familiares jogam um papel importante no que respeita à hipótese de transmissão de valores imobiliários, como ocorre no caso (tio/sobrinho) Santos Paiva e Paiva Neves, a nível da construção do bairro (entrevista com a profª F.P.).

"...há uns "patos" que têm muita força porque são muito unidos: são os de Tomar, (freguesia) da Serra... estes tipos construíram a Lisboa moderna! Foram subindo, veio quase tudo para servente da construção, e hoje, a maior parte são do mais rico que há... e foram enchendo a cidade toda com a família deles e os vizinhos. Aqui no bairro há uns 3 ou 4, alguns ainda vivos.

Também há uns que não são tanto... "patos"!... mas também com força, são os de Sarzedo, Arganil. Esses também estão muito ligados à construção. Um deles ainda morreu há pouco tempo, era o Ilídio Fulgêncio. Construíam um prédio e os serventes, lá amigos e vizinhos, ficavam logo no prédio... as mulheres quase sempre ficavam como porteiras..."

(sr.M)

"...Há muita gente de Sarzedo no bairro porque o construtor Ilídio Fulgêncio era de Sarzedo e arranjou muitos lugares para porteiras nos prédios

construídos, para a gente da terra".

(profª F.P.)

Mais localizadamente, o bairro apresenta-se como um espaço facultador da penetração de novos migrantes, através das redes de conterrâneos que, de modo mais ou menos arbitrário, se estabelecem nas várias partes da cidade. No caso do Bairro do Rego verifica-se uma certa concentração quanto aos lugares de origem dos residentes no bairro, veja-se os casos dos oriundos da freguesia de Sarzedo, do concelho de Arganil e da Serra, do concelho de Tomar (3ª Parte, cap. II), que, para além dos laços de origem que os ligam se encontram aproximados profissional e espacialmente.

Porém, o facto de a construção civil ser a actividade que maioritariamente relaciona os indivíduos das freguesias referidas, não faz dela a única que une profissionalmente conterrâneos residentes no bairro.

"...Os de Resende vinham trabalhar como vendedores ambulantes sobretudo de frutas, mas também de hortaliças. Vinham uns, instalavam-se nas barracas e traziam outros... mais tarde começaram uns a levar os outros para guardas dos mercados da Câmara e muitos ainda lá estão (...)"

(sr.M.)

Contudo, estas redes de interconhecimento, que vimos

tratando, não são emanação específica de certas zonas do país. Da maior parte do país chega uma população que maciçamente vem ao apelo da cidade, proporcionadora de trabalho e de lazeres, procurando, por oposição ao trabalho do campo, novas condições de vida, empregando-se num primeiro momento numa das múltiplas actividades urbanas, de momento mais carenciada de mão-de-obra.

"...aqui há gente de todo o lado e vieram para aqui fazer de tudo, mas, principalmente, operários da indústria, da construção, motoristas..."

(sr.M.)

"...o trabalho muitas vezes não havia, mas eles os que eram de fora, lá na terra também não ficavam... às vezes, nem dinheiro para as sementes tinham e aquilo tudo era tão pobre que os miúdos queriam era vir para a cidade. Lá conheciam alguém, vinham para a construção, e mais até para marçanos de mercearia, e trabalhavam das 8 da manhã às 10 da noite com domingos e tudo mas tinham comida e dormida, e viver na cidade era melhor que tudo. Ganhavam umas coroas e até havia cinema..."

(sr.M.)

"...Os empregos que havia mais aqui era a Fábrica

dos Tijolos, Telhas e Alguidares, que era do Lino, em que trabalhavam muitos dos que vinham para aqui viver, havia também o Hospital do Rego e o de Oncologia... Às vezes vinham rapazes sozinhos à procura de emprego, outros já vinham com a mulher, e às vezes, até já com filhos, isso quando tinham mais a certeza de arranjar emprego."

(D^a A.)

"...Um trabalho que dava na época era a construção... pedreiros, carpinteiros. Lembro-me de muitos que andavam a trabalhar na Av. Miguel Bombarda, na João Crisóstomo, na Visconde Valmor nos prédios...os que menos sorte tinham era os serralheiros mecânicos, havia poucos carros na altura. Ai há uns 50 anos, ou menos!... houve uma grande crise de trabalho, via-se muita gente a viver mal e isso continuou ainda algum tempo..."

(D^a A.)

Nesta zona da cidade, o Rego funciona durante um longo período como reservatório de mão-de-obra necessário para a edificação de uma zona central, as Avenidas Novas, concentrando-se, deste modo, nesta área muitos trabalhadores da construção civil. Tal situação teria favorecido a organização sindical destes, integrados num dos sindicatos mais importantes da 1^a República, precisamente o da

construção civil, que tinha na área de "Palma e Arredores" uma forte concentração de associados. Sediados então, no local onde ainda hoje funciona a Associação Operária de Palma e Arredores, estes sindicalistas fazem actualmente apenas parte da memória das gerações que assistiram às grandes transformações na vida local.

" A Associação Operária de Palma e Arredores foi constituída em 1912, havendo como primeira referência uma bandeira dessa época que tem escrito "Secção do Sindicato Unico de Construção Civil de Palma e Arredores - Terra e Liberdade". Nessa altura, muitos dos trabalhadores do bairro eram operários, sobretudo operários de construção civil. E esse sindicato era muito forte, era dos que fazia mais greve. Foram até alguns que continuaram a lutar contra o regime depois de 26. Até veio aqui várias vezes a policia à procura de informações, de papéis...".

(sr. M.)

2. Mobilidade geracional e mobilidade social

Estes fenómenos revelam-se, primeiramente e de forma visível, na saída de residentes do bairro que se reinstalam noutros pontos da cidade. Tal deslocação tem, porém, na sua

base razões substancialmente diferentes. Deste modo, o abandonar a residência do bairro pode ficar a dever-se tanto à melhoria das condições de vida do residente no bairro, como à constituição de novos núcleos familiares, por parte dos filhos dos habitantes deste espaço.

Não sendo aplicável ao Bairro do Rego a ideia de "espaço de destino", os seus antigos moradores que ascenderam socialmente tendem a deslocar-se para outras zonas da cidade, o que é comum à impossibilidade de os novos casais aqui encontrarem um espaço-próprio para residir e que os identifica no desejo de daqui saírem.

Todavia, mobilidade geracional e mobilidade social não se antagonizam, surgindo muitas vezes associadas. É o que acontece entre as famílias cujos filhos, a quem foi possibilitada uma formação universitária, vieram ao longo dos anos 50, 60 e 70 a abandonar este espaço de acolhimento da cidade.

"...A minha mãe estudou no Maria Amália, só se dava com os "meninos" da terra e com as colegas da escola. Só se dava com um grupo de transmontanans que estudaram, mais nada. Depois os colegas licenciaram-se e foram saindo do bairro, só ela ficou."

(prof^a. F.P.)

"...Da minha geração (nascidos nos anos 30) cada

um foi subindo na vida como podia. Em relação à geração anterior houve uma grande diferença. Na altura em que namorei e em que me casei, a nossa maior ambição era arranjar uma casa, ter a nossa independência...e, por isso muitos saíram daqui. Antes disso um filho casava e ficava na casa dos pais. Era um quarto para o casal novo, outro quarto para os hóspedes, que o dinheiro era muito preciso para pagar a renda, e a despesa para os pais dormirem. A minha geração já não quis nada disso. Houve uns 10% que não passaram da mesma, uns 40% que estão bem economicamente e o resto subiu mesmo na vida, até há licenciados da minha geração - mas tudo gente que se fez a pulso..."

(sr.M.)

" Hoje há, saídos daqui, filhos de pessoas daqui, muitos doutores, professores e outras profissões, mesmo dos filhos dos mais humildes. Nessa altura, (anos 30 e 40) era muito diferente, era quase tudo da fábrica e dos ofícios e havia, esses também que trabalhavam no campo. As pessoas eram muito camponesas, mesmo a vestir e tudo."

(D^a A.)

3. A circulação das populações em espaço urbano

O crescimento da zona urbana de Lisboa redefiniu as funções do espaço da cidade, provocando alterações nas próprias relações de sociabilidade aí estabelecidas. A circulação das populações pelos espaços interdependentes da cidade, característica da realidade urbana contemporânea, conduz, com as maiores distâncias trabalho-residência, a que dois tipos diferenciados de relação liguem população e espaço num contexto local.

O primeiro tem a ver com a permanência de familiares no bairro. A situação mais vulgar é a dos pais que permanecem, encontrando-se os seus filhos ligados à vida do bairro, através da ligação familiar que mantêm, apesar de residirem noutras zonas da área urbana.

O segundo tem a ver com a proximidade deste espaço de importantes zonas de trabalho. Assim, muitos dos que trabalham nas redondezas utilizam o "Rego" para aí tomarem as suas refeições, mas igualmente procuram, em particular as mães, as escolas primárias locais particulares para terem os filhos mais próximos do local de trabalho. Assim, enquanto na escola primária oficial recolhemos a informação de que o número de alunos tende a decrescer, tendo já sido reduzido o quantitativo de professores que aí leccionam, nas escolas particulares o número de alunos tende a crescer, fundamentalmente à custa de crianças que residem fora do

bairro e mesmo de Lisboa.

"...A escola dos anos 20, até aos anos 50 e mesmo 60, era mais para a gente do bairro que pagava uma quota suplementar para ter os filhos aqui a estudar, mas agora já não. A maior parte dos miúdos são hoje filhos de gente que trabalha aqui, e que estudam ao pé dos pais, mesmo médicos do Hospital, e que depois quando acabam a escola, acabam por se desligar e deixam de pagar as quotas."

(sr. M., Associação Operária de Palma e
Arredores)

" Na altura da fundação, a maior parte das crianças que cá andavam eram filhos dos fundadores, que eram na maioria comerciantes da zona. A maioria dos pais era gente do bairro, mas hoje, a maioria dos alunos ou são filhos de pessoas que trabalham perto ou quando os avós, mas raramente os pais, são aqui habitantes. Se antigamente havia muitos miúdos na zona, hoje quase todos são de fora. A maior concentração de crianças é da zona da Amadora, Cacém, Odiveelas, Linha de Sintra, Olival de Basto, mas não há praticamente gente da linha do Estoril ou da Outra Banda..."

(duas professoras da Escola da Ass. Op. Palma e Arredores)

" As aulas terminam às 4 horas mas nós temos cá alunos até às 8, para que os pais os possam deixar aqui e levá-los só quando vão para casa. Não cobramos nem mais um tostão por isso. Como a maior parte das pessoas vive hoje fora de Lisboa, os colégios que não adoptarem este sistema estão sujeitos a perder a maior parte dos alunos."

(sr. S., director do Externato Sta. Maria)

C. MIGRANTES RURAIS E A SOCIEDADE URBANA

Em termos das sociedades contemporâneas, a presença de uma maioria das populações nacionais nas cidades é uma evidência que encobre uma outra; a de que os residentes na cidade são na sua maioria oriundos dos campos ou descendem directamente de populações dos campos.

Deste modo, se com a revolução industrial a dominação urbana sobre o campo é caracterizada por um sistema de relações violentamente assimétricas, é a partir do final do século XIX que os processos de integração do mundo rural se fazem particularmente sentir, não só no aspecto que nos

interessa de modo central: a absorção de jovens gerações camponesas, mas ainda pela organização moderna dos mercados, a uniformização do ensino e o esbatimento de particularismos culturais, como certamente pelo papel destinado ao mundo rural na estratégia das classes dirigentes.

Esta perspectiva, desenvolvida por B. KAYSER (Enc. Univ.,...), tem, porém, implicações para a nossa abordagem mais localizada. É a partir da segunda metade do século XIX (A. FRANÇA, ob. cit, R.S. BRITO, ob. cit) que a cidade de Lisboa se agiganta quer espacial quer demograficamente. Os processos migratórios intensificam-se desde então, sucedendo-se a períodos - e mesmo a zonas de origem dos migrantes - mais significativos, outros períodos de menor intensidade imigratória, que se podem constatar através dos valores do crescimento populacional no tempo que decorre entre o último quartel novecentista e a actualidade.

Apesar de em termos demográficos se encontrar já esclarecido o facto de a maior parte dos recém-chegados à capital ser oriunda dos campos (R.S. BRITO, 1976; V.M. GODINHO, 1977), dois aspectos do domínio já de uma psicossociologia se mantêm em aberto. Em primeiro lugar, a forma como os recém-chegados se instalam na cidade e como se realiza a sua integração no novo quadro referencial espacio-social, ou seja, o que G. BARBICHON entende como "socialização urbana", em segundo lugar, a persistência de laços solidários entre os conterrâneos e a ligação física com o mundo de onde são originários.

Ligados a dois universos distintos, fica por saber, primeiramente, que importância têm à chegada, e durante o período de aprendizagem do funcionamento da "máquina urbana", as redes de sociabilidades estabelecidas entre conterrâneos, montadas num local de destino de migrações pelos oriundos duma mesma zona ou sítio. Igualmente fica por esclarecer até que ponto existe uma perpetuação do laço com essas estruturas posteriormente, ou, se pelo contrário, os contactos entre conterrâneos vão escasseando com a constituição de uma vida autónoma.

Em relação a uma fase posterior, após uma permanência longa na cidade, coloca-se ainda outro tipo de problema: de que modo persistem laços de identificação com o sítio e as pessoas da "terra", materializados através das visitas, da construção de uma casa e eventualmente no desejo de regresso definitivo, ou por períodos do ano. A questão centra-se pois em avaliar de que maneira o "modo de vida urbano" esfriou o sentimento de pertença ao local de origem e reforçou as identidades, entretanto, desenvolvidas.

Não sendo de crer que a identidade com o mundo urbano e as redes de interconhecimento desenvolvidas já em espaço urbano possam ocultar, por completo, a presença de anteriores laços - restando pelo menos a memória individual ou de grupo - persiste o problema de como estas duas esferas referenciais, muito mais que só espaciais também sociais, económicas e simbólicas, se articulam nos quotidianos destes residentes da cidade.

1. A Socialização urbana

Este conceito, recuperando a noção clássica em Sociologia de "socialização", permite-nos "designar os processos pelos quais os indivíduos aprendem a movimentar-se num ambiente social em conformidade ou em oposição com as normas e os modos de existência dominantes (BARBICHON, ob.cit.). No caso específico da nossa análise, a utilização do conceito de socialização urbana, como o faz G.BARBICHON (L'entree dans la ville, 1974, p.7), é referente à "maneira como os migrantes efectuam, no seu conjunto, a aprendizagem de uma cidade em particular e como os rurais efectuam a aprendizagem da cidade em geral".

Esta aprendizagem é, porém, desde logo distinta se atendermos ao momento do ciclo de vida individual em que este processo tem início. Não é possível comparar processos individuais de migração de crianças que são trazidas para a cidade, para aqui virem frequentar, pela primeira vez, a escola, com o de indivíduos casados e que se fazem acompanhar pelos filhos - como é o caso dos seus pais - que decidem procurar, na cidade, melhores condições de vida.

Também a forma como os migrantes se instalam na cidade (casa de familiares, conterrâneos, casa ou quarto próprio), o tipo de função que vêm (a) desempenhar na cidade, o facto de terem sido os decisores ou não da sua deslocação, são alguns factores que merecem uma demorada abordagem, que não

cabe neste trabalho. Todavia, mesmo sem avançar neste caminho, utilizamos a noção de socialização urbana visto esta se revelar da maior pertinência quando se procura compreender a persistência de práticas rurais em meio urbano.

2. Persistência de laços com o mundo rural

"...isto toda a gente tem uma terra, uns são do Sul, outros são do Norte..."

Da L.

A percepção constante dos nossos entrevistados, maioritariamente nascidos fora de Lisboa e com idades superiores a 50 anos, é a de que entre os residentes da cidade, muitos mantêm ligação com a sua terra de origem. Não objectivando a importância da componente dos residentes no bairro nascidos em Lisboa (3ª parte, cap.II), referem habitualmente que só "a miudagem é já de Lisboa" (sr. G.), atribuindo a estes pouco significado. Todavia, entre os que rondam os 50 anos, a visão é diversa, se bem que acentuem, na mesma, a persistência dos laços com a terra de origem.

"...Eu, aqui no bairro, não me dou com ninguém em especial. Todos os meus amigos moram fora daqui (...) e tenho também as relações de férias, que só

vejo normalmente quando vamos a Sarzedo... Até os meus filhos gostam de ir para lá, vão lá, têm amigos que são de cá mas que só vêm quando lá vão (...) mas levam também amigos daqui..."

(profª F.P.)

Este fenómeno da manutenção de laços com a terra de origem foi diversamente observado por diversos investigadores (como por exemplo, BRANDES, 1975 e A.F. COSTA, 1985). Nas pesquisas referidas, os autores abordam, a partir de locais de observação distintos, o primeiro no caso da aldeia castelhana de Becedas, o segundo no caso do bairro lisboeta de Alfama, a importância das redes que se organizam entre zonas distanciadas de origem e destino.

Em ambas as abordagens, tal como no nosso caso, evidencia-se a diversidade de referências dos vários actores envolvidos face à duplicidade de espaços. Confrontam-se gerações e origens geográficas, que pelo grau de partilha dessa dupla identidade, ou, contrariamente, pela sua renúncia, nos dão a visão de uma complexa partida de xadrez jogada em dois tabuleiros (A.F.COSTA, 1985).

"...A minha mãe tinha 7 anos quando veio para Lisboa. Os pais tinham uma certa formação, do lado da avó materna tinha um bisavô com formação universitária. Era "gente-bem" em Trás-os-Montes mas com a morte do bisavô tudo se desfez. Hoje não

temos lá ligação nenhuma (...) Os transmigrantes são muito fechados, não dão continuidade às relações com a terra de origem. Com o meu pai é diferente, ele é beirão, e o espírito beirão é de muito maior ligação à terra de origem, embora não haja associativismo entre eles, só concorrência. Todos tentam ver quem dá mais para as coisas da terra. Sarzedo tem hoje inúmeras casas bem recheadas e Casa do Povo... e outras construções feitas a partir dos que estão fora..."

(Prof^a F.P.)

A própria perpetuação dos laços com a terra de origem assenta em práticas diferentes, como a de concorrência que opõe os migrantes de Lisboa com os emigrantes internacionais.

Contudo, entre os vários residentes em Lisboa, não parece que se estabeleçam relações de grande intensidade e frequência, para além da estrutura familiar restrita e fora do contexto local onde se revêem. A confirmação da fraca participação em organizações de estrutura local e regional é uma constante das nossas entrevistas, o que não é conclusivo sobre esta questão, embora precise a nossa informação nesta matéria. Dos testemunhos recolhidos, nem mesmo um motivado animador de colectividades aqui no Rego, se revelou como agente de ligação entre os dois espaços.

"...Ir à terra? Fui-me deixando disso (...) vim para cá miúdo e a minha vida centrou-se toda aqui e tornou-se cada vez mais difícil lá ir (...) e ir lá para quê ?..."

(sr. M., Cernache Bonjardim)

"...O alentejano não tem interesse nisso. O alentejano, mesmo aqui, não se dá com outros alentejanos, diz: olá, compadre!, a um conterrâneo mas não vai beber um copo com ele como o beirão (...) Eu vim para aqui sozinho, vim trabalhar para o Curry Cabral, não conhecia ninguém no bairro"

(sr. G., alentejano)

"...Em Lisboa, os de Sarzedo pouco se dão, mas vão lá todos nas férias, na feira regional. Aqui a maior parte dos de Sarzedo nem a casa da Câmara de Arganil frequentam"

(profª. F.P.)

A partir destas afirmações coloca-se a hipótese de estarmos perante redes distintas de interconhecimento que ligam os indivíduos na cidade e na terra de origem. A dimensão e a dinâmica da cidade determinaria a instalação dispersa dos conterrâneos pela cidade, afastando-os espacialmente, mas também nas suas motivações pessoais,

levando-os a estabelecer diferentes tipos de relações na cidade.

Assim, a comunidade de origem funcionaria como espaço de reencontro, ritualizando-se o regresso dos ausentes em certos períodos do ano (o Verão, as festas, feriados, fins-de-semana...), e coincidindo o tempo de lazer destes migrantes com o restabelecimento da ligação aos ritmos e aos lugares de que, habitualmente, se encontram afastados.

A ideia de que a terra de origem é um espaço privilegiado para descanso, no sentido lúdico, próprio da vida urbana, (numa visão "turística" do campo, que P. RAMBAUD (ob. cit., p.153) chama de "a cidade-depois-do-trabalho"], funciona duplamente "depois-do-trabalho".

Por um lado, se encararmos esta noção na perspectiva das rupturas nos ritmos de trabalho na vida urbana (fins-de-semana e férias), que os residentes em Lisboa usam para uma deslocação à terra de origem, por outro, com o final da vida activa, atendendo a outro tipo de ruptura "depois-do-trabalho", com a reforma e o eventual regresso definitivo.

Em relação a este regresso, refira-se, por fim, que nem sempre o processo decorre de forma clara, desempenhando os laços criados na cidade, sobretudo com a permanência aí de filhos, um papel importante na procura de uma estadia distribuída, muitas vezes sazonalmente, pelos dois lugares. A irreversível socialização urbana, embora não sendo criadora de uma imediata modificação de atitudes e

comportamentos, como explica A. NUNES de ALMEIDA, não deixa de marcar as futuras opções destes migrantes, quanto a um regresso definitivo ao local de origem.

"...Muitas pessoas não são de Lisboa mas vivem aqui há muitos anos. E quando se reformam, pensam em ir para as suas terras, constroem lá casas mas deixam a casa de Lisboa, aqui no bairro, para os filhos e depois vêm cá quando entendem"

(Da A.)

Síntese do capítulo

Neste capítulo procurámos centrar a nossa análise, fundamentalmente, na importância que esta realidade física e social (o bairro) tem enquanto espaço onde se cruzam vivências diversas, estruturadas a vários níveis de identificação.

Assim, entendemos esta unidade espacial como uma "teia" de relações sociais desenvolvidas localmente e a partir da qual nos é possível observar, primeiramente, o que de específico a define mas também o que a enquadra no contexto mais amplo das estruturas urbanas, isto é, as diferenciações na ocupação e na vivência do espaço do bairro que distinguem social, económica, etária e residencialmente os habitantes mas também as identificações que ligam grupos locais.

Em segundo lugar, pretendemos observar a interpenetração de factores locais e globais no modo como se processam as modificações na vida do bairro e das suas populações. Esta, evidencia-mo-la através da importância das redes de interconhecimento na vida profissional dos que aqui residem, da mobilidade geográfica no âmbito da área urbana e da dimensão que toma a circulação de pessoas no quotidiano de um bairro da cidade. Por último ainda, no modo como a significativa componente de residentes-migrantes perpetuam uma dupla identidade e referência em relação a dois espaços

geograficamente distantes: o de origem e o de residência.

Por conseguinte, avançamos do particular das relações sociais num espaço urbano para a problematização a nível global, atendendo à articulação que se estabelece entre este específico espaço de indefinição urbana com o Todo - a cidade envolvente -, do qual o bairro se autonomiza mas também depende.

A utilização de uma importante fonte de informação - as entrevistas - permitiu-nos uma articulação mais fecunda dos elementos expostos nos precedentes capítulos. Surgindo já num momento de elaboração posterior valem as propostas de tratamento aqui avançadas como pistas para um futuro desenvolvimento de investigação.

CONCLUSÕES

Com este estudo procurámos caracterizar um bairro da cidade através da análise das alterações e das continuidades verificadas no seu espaço e na sua população. Apesar de se tratar de um trabalho eminentemente exploratório, pensamos poder com ele contribuir de alguma forma para o conhecimento da vida local urbana.

Deste modo, o que apresentamos como conclusões são os aspectos que cremos mais relevantes tendo em vista a continuidade deste trabalho mas também a comparação com os resultados obtidos noutros estudos.

A possibilidade de explorar algumas fontes que nos permitiram a recolha da informação necessária para uma análise das condicionantes morfológicas da vida local, trouxe-nos dados que permitem objectivar problemas como sejam o da relação entre áreas urbanas e rurais, o das relações de interconhecimento no espaço urbano ou mais especificamente o das estratégias dos intervenientes na construção urbana.

Em relação à vida do bairro depreende-se à partida uma contradição na sua definição. Se por um lado nos deparamos com a sua autonomização face ao exterior, podemos hoje observar o seu posicionamento à margem no quadro urbano, por outro, verificamos que o seu surgimento esteve dependente do das Avenidas Novas. É com a construção desta nova

área residencial da cidade que o espaço onde se vem a implantar o Bairro do Rego se vê transformado e valorizado, do ponto de vista urbano, sofrendo em consequência uma intensa edificação.

A urbanização vem alterar de modo radical a realidade espacial: o sítio além do apeadeiro do Rego, zona geograficamente definida, é agora ocupado pelo que definimos globalmente como bairro do Rego, área espacialmente construída. Estas distintas realidades são reveladoras da intervenção urbana em antigos arrabaldes rurais cujo posicionamento na rede urbana apesar de não ocultar a sua anterior condição espacial - perpetuação de (parte das) quintas - os faz orbitar num outro quadro de relações sociais, económicas e espaciais.

Distante do centro urbano, mas agora também afastado das áreas rurais, na vida deste bairro interferem diversos níveis da realidade colectiva. As modificações espaciais surgem-nos assim como um filtro através do qual é possível observar a complexidade da sociedade urbana.

Também o jogo dos Poderes na vida urbana é detectável desta forma. Assim a nível local não só se consolidam e evidenciam as sociabilidades mais elementares através de laços familiares e de vizinhança como nos podemos aperceber do desenvolvimento de estratégias estabelecidas a partir do exterior, muitas vezes imperceptíveis para os residentes mas que traduzem interesses de grupos diversos que participam na vida colectiva da cidade.

Contudo, a importância que alguns factores desempenham na estruturação da vida local, condicionando de forma evidente outros factores, pareceu-nos um aspecto fundamental para o estabelecimento da nossa análise.

Desta forma, no âmbito das condicionantes morfológicas da vida local apercebemo-nos em primeiro lugar da distância existente entre a urbanização de cunho artístico e com estatuto de centralidade das Avenidas Novas e o edificado periférico do Bairro do Rego. Através da análise da disposição ocupacional destes espaços e, sobretudo, das profissões dos seus moradores, ficam evidenciados "tons sociais" distintos que caracterizam as populações destas duas urbanizações concomitantes.

Ressalta ainda a persistência de uma certa indefinição espacial no Rego, em contraste com o que acontece nas Avenidas Novas cujos moradores são habitualmente empregadores ou superiores dos residentes na área periférica.

A constatação do estatuto periférico deste espaço urbanizado ao Rego, e gradualmente inserido na rede urbana, é confirmado noutros domínios da vida colectiva do bairro. O planeamento das Avenidas Novas contrasta com a programação do edificado no Rego, a qual é origem de múltiplas intervenções construtivas, de diverso tipo, que aqui se observam. Podemos mesmo para esta época de intensa construção falar de urbanizações ao Rego, sem que para tal tivesse sido estabelecido qualquer plano comum.

A heterogeneidade da produção do espaço urbano ganha assim

neste caso em particularidade, se considerarmos a desidentificação deste espaço com o lugar do Rego e a indefinição no construído urbano de que o Bairro do Rego é palco. Mas, tal como acontece noutras áreas da cidade em crescimento este aspecto vem clarificar as estratégias individuais e de grupo no acto construtivo.

Em termos da temporalidade das modificações na vida do bairro, a construção do Hospital de Santa Maria é um marco importante. De facto, coincide a época da sua construção com a da ocupação definitiva do actual espaço residencial do bairro, acompanhando um período de grandes modificações a nível da cidade.

Esta construção vem delimitar melhor o espaço do bairro, distancia-o dentro da "malha urbana", identificando o Bairro do Rego, nosso objecto de estudo, como um todo, já que este se apresenta agora como um aglomerado contínuo. O todo que abarca a área de construção compacta e as imediações de zona de quintas ganha desta forma maior consistência na área edificada o que é assegurado com o processo de reedificação, pelo qual se vão substituindo antigos prédios por outros novos, esbatendo anteriores distinções no edificado das originárias "urbanizações".

Em simultâneo na vertente demográfica verifica-se o envelhecimento da população residente que parece resultar de uma fixação mais durável que as novas edificações permitem a um maior número de pessoas.

Por outro lado, a composição desta população, em que a

presença dos nascidos fora de Lisboa é dominante, vem salientar uma realidade própria da vida das cidades: a pluralidade de origens geográficas dos residentes na cidade, se bem que neste caso o que se evidencie seja a importância dos originários de zonas rurais e a importância de uma área em particular do País donde são oriundos uma quantidade significativa de habitantes.

Observam-se contudo distinções quer geracionalmente quer a nível dos núcleos de origem. Em relação ao último aspecto, estas distinções levam-nos a concluir que os migrantes do bairro se estabelecem de modos diferenciados neste espaço mas também que as redes de interconhecimento que os acompanharam na vinda para a cidade tiveram influências diversas. Neste sentido, quisémos testar um índice de dispersão em relação aos nascidos nos principais núcleos de origem com vista a observar o modo como estes aparecem distribuídos neste destino.

Procurámos ainda penetrar no âmago das relações sociais a nível local, concluimos que uma unidade espacial funciona como uma "teia de relações sociais", que desenvolvidas de forma localizada, aí vê coexistir vários níveis das vivências colectivas desde as estritas relações locais, às relações relativas à interpenetração com as zonas envolventes, às relações que são próprias das referências globais dos seus residentes, como é o caso da perpetuação, por parte dos habitantes-migrantes, de uma dupla identidade e referência face ao espaço de origem e ao de residência.

Quisémos pois a partir da análise da "morfologia social" local, chegar às relações sociais em espaço urbano, procurando a partir desta análise localizada atingir um nível de problematização de interesse mais geral.

Ficam assim lançadas algumas das questões analisadas, as quais tomamos como ponto de partida para um futuro desenvolvimento da investigação em torno do crescimento urbano e das migrações internas.

NOTAS

(1) - LEWIS MUMFORD desenvolve na sua obra La cite à travers l'histoire. (trad. francesa. 1964) alguns aspectos deste problema, distinguindo estas populações das que habitam a cidade e das que habitam no campo, avançando a seguinte ideia: "...Refuge à proximité de la cité, la banlieue possède diverses caractéristiques sociales: elle ressemblerait, du fait de sa population choisie, à une sorte de ghetto des élites. "Ceux qui savent vivre pour eux", cette définition victorienne s'applique parfaitement à la population des banlieues, distincte d'un peuplement urbain mélangé et multiforme...". O autor concretiza, ainda, afirmando: "...la banlieue tend à grouper une population appartenant à une même classe sociale..." (p.17).

Se bem que não na sua globalidade, o que atrás se refere parece encontrar resposta na estrutura ocupacional do espaço onde vem a ser edificado o bairro do Rego. Aqui vimos encontrar certos proprietários que residem habitualmente na cidade, permanecendo na "casa da quinta", nos arrabaldes, por temporadas, embora aí alberguem ao longo de todo o ano alguns trabalhadores de tipo rural, e periodicamente, outros trabalhadores que apenas aí se deslocam para realizar tarefas agrícolas específicas (ceifa, sementeira, etc...) (D. A.)

Outro elemento referido por L. MUMFORD, aqui confirmado, é o da importância das vias férreas (comboio, eléctrico e metropolitano), no desenvolvimento do arrabalde e na sua aproximação ao centro urbano (p.629). Acerca da importância do eléctrico no crescimento da cidade, que o autor situa entre 1850 e 1920, e que compreende a fase de surgimento do bairro e da construção das Avenidas Novas, temos para Lisboa o estudo de A. LOPES VIEIRA. No caso específico do Rego, aí vem a ser instalado um apeadeiro da "linha da cintura", fundamental na ligação da cidade com o exterior, que passa a funcionar para o último quartel do século XIX.

Para finalizar, diremos que a utilidade do conceito aqui apresentado está ligado a ideia de fraca densidade populacional destes arrabaldes, que contraste com as zonas edificadas da cidade. L. MUMFORD (p.69), e que leva, quando da posterior edificação, a que prédios de habitação coexistam com fábricas que ocupam espaços vazios, com barracas e casas abarracadas instaladas na área das quintas e até terrenos de cultivo e, inclusive, uma lixeira municipal, pelo menos no período dos anos 10 e 20 como informam as Actas Municipais de C.M.L.

(2) - Entende-se aqui rede urbana como o complexo de relações entre espaços interdependentes e interfuncionais no quadro geral da vida (dos habitantes) de uma zona urbana (residência, emprego, lazeres, transportes...) e que tende a ampliar-se com a captação de novos espaços e populações para a sua área de influência.

(3) - PLACIDE RAMBUDÉ no seu trabalho Société rurale et Urbanisation utiliza a noção de urbanização, distinguindo "espaços sociais" de "espaços geográficos" em função da forma de penetração do urbano nas sociedades rurais (p.265), mas aplica-a sobretudo, entendendo a urbanização " não somente [como] a acção da cidade sobre o campo nem o crescimento da população pela vinda dos rurais, mas [enquanto] a invenção de um modo de

vida em vias de se tornar universal e de realizar o sonho do homem social"(p.9).

(4) - Uma entrevistada [Dâ A.] decreveu-nos uma das quintas onde se desenvolvia trabalho agrícola: a Quinta da Calçada, pertença de um "endinheirado" vindo da "zona saloia" (Mafra/Torres Vedras)

(5) - As quintas que então ocupavam o espaço constituinte da zona do bairro eram: a Este da rua da Beneficência, a Quinta da Bela Vista, a Quinta das Freiras, a Quinta dos Lagares, a Quinta da Azinhaga do Pé de Ferro, a Quinta da Nazaré, e a Deste, a Quinta de São Lourenço, a Quinta do Canavial, a Quinta das Colas, a Quinta do Ramiro, a oeste.

A urbanização que deu origem ao bairro incidiu, sobretudo, na Quinta do Ramiro, na Quinta da Bela Vista, na Quinta dos Lagares e na Quinta das Freiras.

(6) - Este "continuum" aparentemente sem discontinuidades - desfeito com a construção da Av. das Forças Armadas (anos 40) e com as artérias de ligação entre Sete Rios e Entrecampos - estendia-se antes numa vasta área de "arrabalde rural", identificada como "zona saloia", até Loures.

(7) - Esta "desidentificação" também se verifica a nível administrativo. Até a criação da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, esta área de pequena dimensão encontrava-se dividida por duas freguesias: S. Sebastião da Pedreira e Campo Grande.

(8) - São variadas as referências feitas a este propósito: "povoação de Palma de Cima" (Act.Cam.2.10.02). "Campo Grande, Palma de Cima e imediações... aquelas localidades" (Act.Cam.2.9.02).

(9) - A consulta de uma planta actual da cidade permite-nos distinguir sem dificuldade zonas de grande intensidade de "construído", zonas intermédias que se estendem para além do centro tradicional, caracterizadas já por uma menor intensidade, e quilómetros urbanizados correspondentes a arrabaldes tradicionalmente delimitados da cidade e que de modo progressivo foram sujeitos à intensa construção habitacional.

(10) - Trata-se, podemos dizer, de uma analogia em relação à concepção apresentada por R. LEDRIT no formular das suas ideias acerca da cidade: "La structuration sociologique de la ville est le double processus par lequel la collectivité d'une part, s'individualise par rapport à son environnement, et, d'autre part, se compose intérieurement (p.101).

(11) - Esta, aliás, é uma constante dos problemas urbanos, quer quanto à distinta ocupação dos espaços urbanos e da composição das suas populações quer nas funções desempenhadas por estes espaços e nos seus mecanismos internos de funcionamento (R. LEDRIT, Sociologie Urbaine: SÉRIE/DEIERT, L'Espace Urbain (p.39.)).

(12) - Em 1925, encontramos ocupado com edificações urbanas apenas o lado oeste da Rua da Beneficência (Bairro da Bélgica). Em 1950, porém, já se encontra desenvolvida a estrutura de base do "bairro" com que nos deparamos actualmente. E em 1985, por fim, temos um bairro multifacetado,

conciliando construções dos primeiros decénios do século, com construções dos anos 40 e 50 se não atendermos ainda ao resultado da substituição de muitos desses prédios iniciais que se foram implantando fundamentalmente nos anos 60 (vd. 3ª parte, cap.I)

(13) - A propósito das vivendas construídas inicialmente ao longo de todo o bairro, vários entrevistados (sr.J, proprietário de uma tabacaria, rua P.D.), (sr. M, proprietário de uma droguaria, rua Beneficência) afirmaram existirem distinções claras entre os que habitavam os prédios, os que habitavam as vivendas e os que habitavam as barracas, tendo progressivamente os proprietários das vivendas vendido as suas propriedades, indo habitar para outras zonas da cidade.

(14) - A este propósito JORGE GASPAR em "A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa"(1976, 2ªed.,1985) refere, falando dos desequilíbrios funcionais no centro da cidade, "as actividades industriais que persistem no Rego" (p.111)

(15) - Neste caso, deparamo-nos com uma edificação situada numa área de arrabalde rural da cidade, tendo o crescimento urbano gradualmente isolado este núcleo urbanizado dos concomitantes. Assim, este difere do caso de uma urbanização realizada num local de acesso exclusivo, fisicamente definido, que o distanciasse do resto da zona urbanizada.

(16) - Note-se que a construção da linha na 2ª metade do século XIX se efectuou no limiar da cidade de então, delimitada por S. Sebastião da Pedreira, servindo inclusive de distinção entre o "aquém" e o "além-portas". A inauguração da estação do Rossio, terminal da "linha da cintura" é em 1897 (J.A.FRANÇA).

(17) - Esta informação é fornecida pelo GUIA DE PORTUGAL (1924) que descreve a propósito da zona do Hospital do Rego: "rodeia as edificações uma grande mata de cedros e eucaliptos" (p.432)

(18) - J.P.WORMS (L'Analyse Interdisciplinaire de la Croissance Urbaine, 1971, p.243) entende da seguinte forma o processo da "urbanização espontânea": desenvolvimento do capitalismo industrial --> implantação de novas unidades de produção --> criação de empregos --> migração de mão-de-obra --> surgimento de novas necessidades e de novos modos de consumo colectivo -- criação de serviços e de equipamentos para dar resposta a estas necessidades".

(19) - No encontro realizado sobre o Crescimento Urbano e cujo resultado é o volume L'Analyse Interdisciplinaire de la Croissance Urbaine foram apresentadas várias comunicações que versam a ligação do plano de urbanização e os grupos sociais. Cf. BERINGUIER, "Plan d'urbanisme et approche politique"; M. CASTELLE, "Planification urbaine et mouvements sociaux: le cas de la rénovation urbaine a Paris".

(20) - O desadorto de visões não significa que muitos deles não ajam noutras zonas da cidade, particularmente naquelas não sujeitas à programação camarária, havendo neste período referências de construtores do Rego a edificarem em Benfica, na Picheleira...

(21) - Em entrevista, o sr. J., proprietário de uma tabacaria no bairro, 80 anos, habitante aqui há mais de 60 anos, referiu-nos que "o tal Neves Piedade (construtor do Bairro da Bélgica) era um construtor muito bem visto na Câmara, ou era até mesmo lá construtor".

(22) - O vereador ALEXANDRE FERREIRA na sessão de 7 de Maio de 1924, a propósito de um desabamento de vários prédios na Travessa do Tarujo, que causa vários mortos, afirma: "são estes os resultados já previstos, dada a forma como posteriormente a 1914 têm sido feitas as construções de uma grande maioria de prédios em Lisboa, sem que a Câmara tivesse tido, como aliás ainda não tem, meios legais ao seu alcance para os impedir (...) os já tristemente célebres gaioleiros (...)" (p.233).

Também esta questão é abordada por J.A. FRANÇA, ob. cit.: "...dos seiscentos prédios licenciados em 1932 só dez eram da responsabilidade de arquitectos(...) 99% dos edificios existentes eram produto de mestres-de-obras que satisfaziam o mercado dos capitais atraídos pelo imobiliário (...). A última planta da cidade datava de 1911 e era isso causa de um crescimento algo arbitrário" (p.93).

(23) - Um deles, F.N. Piedade, após concluir a construção do bairro a que deu o seu nome, junto ao apeadeiro do Rego - depois designado pela municipalidade Bairro da Bélgica -, iniciou um outro bairro com o mesmo nome construído numa denominada Quinta de Santo António junto a Praça Dr. Afonso Pena e de quel aparece em Actas da Câmara várias informações ao longo dos anos 20.

(24) - Foi-nos descrito por uma entrevistada (Dâ A.) que os proprietários das quintas adquiriram as casas aquando da edificação deste bairro o que explicaria o tipo de construção e o tipo de decoração de tais sociedades dos anos 10.

(25) - Segundo a versão da Profã F.P. "os donos das vivendas foram-nas vendendo para se irem instalando noutros sítios...".

(26) - São inúmeras as associações de construtores que vêm a funcionar, mais ou menos longamente, no Rego. Algumas são da responsabilidade de "construtores de bairros" tais como a que liga Francisco Neves Piedade, no início, a Joaquim Ferreira Cunha e entre Manuel Maria Santos Paiva e Manuel Henriques Serrano. Outras estabelecem-se, eventualmente as mais longas, entre marido e mulher, como é o caso de Pedro José da Silva e Palmira da Conceição Costa da Silva.

Porém são maioritárias as que ligam pequenos construtores, de dimensão local, como António Serôdio e Oliveira Martha (B. Bélgica); Daniel dos Santos e Francisco da Silva (B. Bélgica), reaparecendo Daniel dos Santos associado anos mais tarde com Jacinto Reis Pavão; José Carvalho e Joaquim Damas (B. Bélgica); César Augusto Martins e Julio Brás (B. Bélgica); Manuel Paiva Neves e Manuel Dias Branco (B. Santos); Manuel Faria e António Marques (B. Santos); Leonardo da Silva e Joaquim Figueiredo (B. Bélgica); Manuel Bernardino e João Luis Paulo (B. Santos); José Elias Gonçalves e M. Conceição Almeida (B. Bélgica e B. Santos).

Existem ainda casos em que apenas sabemos os apelidos dos associados: Oliveira & Garcia (B. Bélgica), Oliveira & Antunes (B. Bélgica); Santos, Nequeira & Oliveira lda. (B. Santos); António Leita & Faria (B. Bélgica);

Santos & Cabeleira (B. Bêlgica); Frazão & Gomes (E. Santos); Borges, Gomes & Santos Ltda. (Beneficência); Alberto & Faria (B. Santos).

(27) - Os exemplos mais significativos são o de Francisco Neves Piedade que forma a sociedade Francisco Neves Piedade Ltda., com o filho e a nora, e que vem a funcionar fundamentalmente na urbanização posterior à do Rago, na Quinta de Santo António, e o de José Joaquim dos Santos que com a "Sociedade de Construções do Bairro de Santos" vem a operar primordialmente nesta zona, substituindo o seu nome individual, o que ocorre na 2ª metade dos anos 30.

(28) - Uma hipótese que se levanta é a de até que ponto podemos falar de "constructores de classe", ou seja, se estamos perante um tipo de construção marcada pelas próprias características sociais do seu produtor, em áreas previamente por si escolhidas ou a si consentidas, actuando sobre este construtor em zonas destinadas a tipos de população com características sociais semelhantes às suas. Isto que teríamos implícito no processo de edificação uma reprodução, se bem que inconsciente, de valores como o Belo ou o Económico, a qual seria rejeitada ou pelo menos mal aceite por grupos com outros modelos de habitação e de conforto.

Entre os seus potenciais alugadores teríamos a atitude resignada de quem se vê obrigado a ocupar a habitação acessível mas que eventualmente se revê na forma de conceber a casa e o local a habitar, em oposição a quem faz de um local a habitar uma opção possível entre várias hipóteses.

Chegaríamos, assim, a uma hipótese complementar, a do "construtor para classes", ou seja, o construtor que conscientemente elabora diferentes tipos de construção consoante as possibilidades previstas dos futuros moradores.

(29) - R. LEDOU, *op. cit.*, p.1401, aborda a questão das funções de sectores diferenciados na organização de uma cidade salientando três aspectos: 1) A extensão das funções dos sectores (funções gerais, particulares a diversos níveis); 2) número de funções exercidas (multi-funcionalidade, unifuncionalidade); 3) natureza desses casos (função residencial, de trabalho, de serviços...)

(30) - A noção aqui apresentada refere-se a "entreprises de construction" que encontramos em M. ROCHEFORT, *Enc. Universalis*, vol 16, p.490, que as aponta como um factor fundamental da organização do espaço urbano, distinguindo entre "emprendimentos privados que constroem ou fazem construir com um espírito de rentabilidade, tais como as sociedades imobiliárias, que procuram vender ou alugar apartamentos e escritórios; os particulares que fazem edificar as casas para a própria residência e a colectividade que faz construir os edifícios necessários para a implantação dos serviços públicos ou o alojamento de grupos sociais desfavorecidos".

(31) - Refere M. ROCHEFORT, *op. cit.*, p.490, a propósito da estruturação das habitações de força actuais num espaço enquanto resultado de toda uma forma de organização humana: "... a maior parte do tempo, o tecido urbano actual é moldado a partir de um espaço anteriormente construído de que subsistem algumas sobrevivências. As partilhas de sucessão levam à divisão do terreno num grande número de parcelas, mais ou menos irregulares, pertença de diferentes proprietários; a disposição das

primeiras ruas e as relações originais entre o espaço edificado e o espaço para uso da comunidade, ruas, praças, espaços verdes, condicionam igualmente a evolução ulterior do tecido urbano".

Esta perspectiva é no nosso ver extensível à própria "natureza das funções", pelas marcas espaciais que estas deixam. Da nossa observação recordamos o velho casabre para guarda de instrumentos agrícolas ainda existente na rectaguarda de Av. das Forças Armadas ou as ruínas da mais importante fábrica de Telhas da zona, instalada na Quinta da Calçada e que foi encerrada na época da construção do Hospital de Santa Maria, sendo hoje reutilizadas como garagens.

(32) - RAIBON, Jean Pierre, "Habitação", Vol. 9, Região in Enciclopédia Einsudi, p.341

(33) - Uma hipótese que se nos afigura de interesse explorar, é de saber até que ponto o facto de certos grupos familiares residirem em construções efémeras (barracas constantemente sujeitas a demolições) em privacidade no espaço residencial se identifica com o espaço-"bairro" de uma forma mais marcante que os outros moradores ou, se pelo contrário, os primeiros não estendem a sua rede de contactos à zona central do bairro, identificando a identidade dos de mesma condição, "os das barracas", face a outros habitantes que destes se pretendem distanciar.

É nossa observação permite-nos pensar que existe uma tensão latente entre os de dois grupos residenciais, e que não impede que os residentes "provisórios" venham a desempenhar funções ao serviço dos "permanentes": "trabalhos-a-dias" das mulheres nas casas dos últimos, venda itinerante de produtos..., para além de haver entre os últimos quem trabalhe fixamente na zona, mantendo inclusive os "gangs" organizados no bairro uma certa neutralidade de actuação no espaço amplo do bairro, e que é poderá estar associada aos laços de interconhecimento aqui desenvolvidos.

(34) - Numa entrevista D. A. referiu-nos "... foi pela altura da construção do Hospital de Santa Maria que o bairro começou a ter muito mais movimento. O Hospital deu outro movimento à zona (...) a construção do Hospital mudou muito a vida do bairro. No sítio onde ele hoje está havia muitas casas (...). Nessa altura vinham para Lisboa mulheres que vinham fazer o trabalho e depois voltavam para as terras".

(35) - Existem bastantes fábricas neste ramo de actividade que não influenciam aqui, mesmo tendo alguma influência na vida do bairro e na circulação, visto se localizarem fora de área escrita do bairro.

(36) - Um exemplo desta situação de obsolescência de material (sobre) é dado em 1946 através das Actas Camarárias (19 e 30 Dezembro, p.6) a propósito da Fábrica de Cerâmica Lusitana que se situava na "zona de Av. de Berna e Arco de Cego", tendo então sido recolhidos entre a população 200 assinaturas para a realização de um abaixo-assinado a C.M.L. com vista à "resolução urgente para o local apropriado da referida fábrica" pois sendo o material utilizado na fábrica pro-avelmente entupido e fatigado, a instalação referida emite constantemente fumos carregados de gases tóxicos e ainda provocando a multiplicação, nos charcos existentes na área da sua exploração, dos mosquitos...".

(37) - Durante, principalmente, as duas primeiras décadas do

século, é vulgar encontrar nas Actas Camarárias pedidos feitos por vendedores diversos com o intuito de "ocupar a via pública"; pedindo permissão para ocupar escadas, para se instalar à entrada de prédios, estacionar um veículo e mesmo montar um expositor.

(38) - A propósito do Quadro nº 9, podemos adiantar que a informação disposta neste Quadro refere apenas cada indivíduo no ano do primeiro pedido, pelo que não damos conta do total de pedidos feitos por cada um deles ao longo destes anos, podendo, todavia, existir mais que uma informação sobre o mesmo estabelecimento, já que a variação de proprietário do "alvará sanitário" é intensa.

Note-se ainda que estes estabelecimentos (e daí que o critério adoptado não possa enforçar em grande rigidez) são polivalentes, servindo mercearias também como casa de pasto, ou sendo vendidos produtos, por vezes sem grande semelhança comercial num mesmo lugar. Varia-se entre o padrão da "loja que vende tudo", própria de pequenos lugares com difícil acesso ao exterior (multifuncional) que são centros privilegiados de encontro e o comércio especializado com uma função muito mais especializada e mais convivente com um "padrão urbano".

Não se assinalam mudanças de ramo comercial, sendo a mercearia o mais versátil destes estabelecimentos, podendo ser avaliado em 50 a 60% o número efectivo de estabelecimentos abertos de mercearia, carvoaria e casas de comida.

(39) - Para a actualidade J. GASPAR e outros, no seu artigo "Centros de comércio e serviços na cidade de Lisboa", Planocterra, vol 1, nº 21, 1975, refere a variedade de funções atingida na actualidade pelas Avenidas Novas, encontrando-se estas no escalão máximo da hierarquia dos centros, situandose a zona da Beneficência num escalão muito inferior (p.279).

(40) - Esta zona urbana compreende no dizer Camarário "as vias públicas entre - Nascentes, R. Arco do Cepo e Largo Afonso Pena - Sul, R. Visconde Santarém e Av. Duque de Avila - Norte, Caminho de Ferro da Cintura e Palma de Cima - Poente, R. Sá de Bandeira, Bairro da Bélgica e Palma de Baixo" (ano de 1925).

(41) - As propostas surgidas, por exemplo, para o ano de 1925 são 4: 1) Parque Santa Gertrudes, ao Rego e Quinta Duque de Cadaval à Estrada das Laranjeiras 2) Quinta de Nazaré, em Palma de Cima 3) Quinta do Campo Grande 4) Jardim da Palma de Cima, entre este Jardim e a Estrada das Laranjeiras.

(42) - A parte da freguesia que utilizámos para esta contagem compreende 23077 habitantes, não havendo informação disponível para os restantes "quarteirões" onde os restantes habitantes residem. Deste modo, os valores utilizados são referentes a 97,3% da população total adulta da freguesia.

(43) - A primeira destas unidades está centrada no eixo limitador de Avenida 5 de Outubro/Avenida de Berna e a segunda, numa artéria principal, a Avenida Defensores de Chaves.

(44) - Cidades com características distintas são estudadas comparativamente, nesta perspectiva, no artigo de Leslie PAGE MCKEE e Louise

A. TILLY "Joining the urban world: education, family and migration in Three French Cities" in Comparative Studies in Society and History, vol.27, nº 1, Jan. 1985.

(45) - Para o efeito, consultar as investigações conduzidas por Vitor Matias FERREIRA, de que é exemplo o artigo "A Lisboa do Império e o Portugal dos Frequentinos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1830-40" in Análise Social nº 77/78/79, 1983.

(46) - A Azinhaga da Torrinha é uma antiga zona, ligada a actividades industriais diversas, que se estrutura de forma relativamente autónoma do bairro. é uma importante linha de demarcação do espaço da nossa unidade de análise (o Bairro do Rego).

(47) - Já analisadas por geógrafos como Orlando Ribeiro (1939), A. Amorim Girão e F.D.L. Velho (1948) e L. Schwalbach (1953) e depois por A. Alarcão (1960, 1964, 1969), as migrações internas voltaram ao centro das atenções, mais recentemente, através dos trabalhos de Mª João D. Roseira (1977), A. Nunes da Almeida (1994, 1995), Antonio Firmino da Costa (1995) e Mª Beatriz Rocha-Trindade (1996).

(48) - Pensamos que neste sentido a noção de "população que reside na cidade" pode evitar, a certos níveis de descrição de realidades empíricas, as dúvidas que a noção de "população urbana" nos oferece.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana M. Nunes de - Do Campo à Cidade: o impacto do processo de migração na organização interna da família, Lisboa, Cadernos da Condição Feminina, nº 18, 1984
- ALMEIDA, Ana Nunes de - "Trabalho feminino e estratégias familiares" in Análise Social, vol. XXI, nº 87-88-89, 1985, pp.735-756
- L'ANALYSE INTERDISCIPLINAIRE DE LA CROISSANCE URBAINE - Colloque National (1-3 Juin 1971) CNRS, Toulouse, 1972
- ARAGÃO, Luiz de - "Ville, Quartier, Famille à St. Quentin en Yvelines" in Esprit (3), Mars 1979, pp.51-61
- D. BLEITRACH; G. GRANAI - "Ville. Psychosociologie" in Encyclopedia Universalis, vol. 16, pp.821-822
- BALAN, Jorge; JELIN, Elizabeth - La structure sociale dans la biographie personnelle" in Cahiers Inter. de Sociologie, vol. LXIX, 1980, pp.269-289
- BARBICHON, Guy; DELBOS, Genevieve; PRADO, Patrick - L'entree dans la ville: Migrants d'origine rurale, migrants d'origine citadine dans deux situations de croissance urbaine, Centre D' Ethnologie Française, 1974

- BARBICHON, Guy; DELBOS, Genevieve - Agriculteurs hors de l'agriculture, CORDES, Centre d'Ethnologie Française/ CNRS, 1977
- BARBICHON, Guy; PRADO, Patrick - Vivre sa ville: migrants bretons et champ urbain, Centre d'Ethnologie Française, 1978
- BASTIE, J.; DEZERT, B. - L'espace urbain, Paris, Masson, 1980
- BEAUJEAU-GARNIER, Jacqueline - Geografia Urbana, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1983, (ed. orig. Paris, PUF, 1980)
- BERTAUX, Daniel - "L'approche biographique. Sa validité méthodologique, ses potencialités" in Cahiers Inter. de Sociologie, vol.LXIX, 1980, pp. 197-225
- BOURDIEU, Pierre - Esquisse d'une Théorie de la Pratique, Genève, Librairie Droz, 1972
- BOURDIEU, Pierre - "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction" in Annales, n° 4/5, 1972, pp.1105-1127
- BRANDES, Stanley H. - Migration, Kinship and Community: Tradition and Transition in a Spanish Village, London, Academic Press Inc., 1975
- BRITO, Raquel Soeiro de - Lisboa: esboço geográfico, Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, IIIª série, n° 82, 1976
- CASTELLS, Manuel - Problemas de Investigação em Sociologia Urbana, Lisboa, Ed. Presença, 2ª ed., 1979

Lisboa, Lisboa, ano II, 1936, pp.15-44

FERRAROTTI, Franco - "Les biographies comme instrument analytique et interpretatif" in Cahiers Inter. de Sociologie, vol. LXIX, 1980, pp.227-248

FERRAROTTI, Franco - Histoire et histoires de vie: La méthode biographique dans les Sciences Sociales, Paris, 1983

FERREIRA, Vitor Matias - "O fenómeno urbano: notas prévias para a formulação de um objecto" in Análise Social, vol. VIII, nº 29, 1970, pp.116-140

FERREIRA, Vitor Matias - "A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40" in Análise Social, vol.XIX, nº 77-78-79, 1983, pp.693-735

FERREIRA, Vitor Matias - A cidade de Lisboa: De capital do Império a centro da Metrópole, Dissertação de Doutoramento em Sociologia pela Univ.Técnica de Lisboa, Lisboa, ISCTE, 1986

FRANÇA, José Augusto - A Arte em Portugal no Século XIX, 2º vol., Lisboa, Liv. Bertrand, 2ª ed., 1966

FRANÇA, José Augusto - Lisboa: urbanismo e arquitectura, Lisboa, Biblioteca Breve, I.C.L.P., 1980

FRÉMONT, Armand - A Região, Espaço vivido, Coimbra, Liv.Almedina, 1980, (ed. orig. Paris, PUF, 1976)

GASPAR, Jorge - "Estudo Geográfico dos Aglomerados Urbanos em Portugal Continental" in Finisterra, vol. X, nº 19, 1975

- CHAMBOREDON, Jean-Claude; LEMAIRE, Madelaine - "Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement." in Revue Française de Sociologie, vol.XI, 1970, pp.3-33
- CHEVALIER, Louis - "O Problema da Sociologia das Cidades" in Tratado de Sociologia, (org. G.GURVITCH), 12 vol. Lisboa, Liv. Martins Fontes, 1977, pp.399-428
- CHODKIEWICZ, Jean-Luc - L'Aubrac à Paris: Ecologie culturelle d'une migration paysanne, s/d
- CLAVAL, Paul - "Géographie et profondeur sociale", in Annales Économies, Sociétés, Civilisations, 1967, n° 5, pp.1005-1048
- COING, Henri - Rénovation urbaine et changement social, Les Éditions Ouvrières, Paris, 1966
- COSTA, A. Celestino da - "Lisboa, a evolução de uma cidade", Lisboa Miscelânea, Lisboa, 1951
- COSTA, António Firmino da - "Espaços urbanos e espaços rurais: um xadez em dois tabuleiros" in Análise Social, vol. XXI, n° 87-88-89, 1985, pp.735-756
- COURGEAU, Daniel - Étude sur la dynamique de l'évolution et les conséquences des migrations II: Trois siècles de mobilité spatiale en France, Paris, UNESCO, 1983
- DURHAM, Eunice - A Caminho da Cidade, col. Debates n° 77, Ed. Perspectivas, S. Paulo, 3ª ed., s/d
- "A Evolução populacional da cidade de Lisboa nas últimas décadas" in Anuário da Câmara Municipal de



NOME DO CONSTRUTOR, ANO DA OBRA, NUMERO DE REFERENCIAS, RUA/ZONA

- FRANCISCO NEVES PIEDADE - 1911, 1912, 1913(6), 1914(2), 1915, 1916, 1917(2), 1920(2), 26 [Bairro da Bélgica]
- JOAQUIM PEREIRA CUNHA - 1913, 1915(2), 1916, 1917 [Bairro da Bélgica]
- PEDRO JOSÉ DA SILVA - 1911, 1912, 1917, 1923, 1928(3), 1930, 1931, 1932, 1933, 35(4), 36, 37(5) [Q. BelaVista e R. Ben.]
- JOAQUIM A. SANTOS - 1911 [Az. Torrinhã]
- JOAQUIM A. CARVALHO - 1912 [Estrada do Calçado Velho, depois Rua Neves Piedade]
- ADELINO R. DAMIÃO - 1912 [Estrada do Calçado Velho]
- JOAQUIM CASTANHEIRA - 1912 [Estrada do Calçado Velho]
- JOSÉ J.L. GUERRA - 1912 [E.C.V.]
- MARIA CONCEIÇÃO REIS - 1912, 13 [E.C.V.]
- SEBASTIÃO J. DUARTE - 1912 [E.C.V.]
- JOAQUIM F. CABAÇO - 1912 [Palma de Baixo]
- TEODORA M.M. SILVA - 1912 [Palma de Cima]
- ARNALDO R.A. BERMUDES - 1913 [Bairro da Bélgica]
- JOSÉ F. CUNHA - 1913 [E.C.V.]
- MANUEL S. TAINHA - 1913 [E.C.V.]
- FRANCISCO R. D'ALMEIDA - 1913 [E.C.V.]
- JOAQUINA DE JESUS - 1913 [Palma]
- EMÍLIA V. ESTACA - 1913 [Largo do Rego]
- FRANCISCO L. MEGA - 1913 [Q. Bela Vista]
- AUGUSTO DE ALBUQUERQUE - 1913, 1914, 1916 [Palma de Cima]
- FRANCISCO MÁRIO & Cª - 1913 [E.C.V.]
- CARLOTA J.R.N. SOUSA - 1913 [Palma de Baixo]
- FRANCISCO LOPES E Cª - 1913 [Bairro ao Rego]

- JOAQUIM DE JESUS - 1914 [R. Beneficência]
- PIO ANTÓNIO - 1914(2) [Palma]
- MANUEL P. SOUSA - 1914 [Rua Municipal B. Bélgica]
- MARIANA J. SOARES - 1914 [E.C.V]
- JOÃO RIBEIRO DA COSTA - 1914 [Apead. Rego, B. Bélgica]
- JOSÉ M. SIMOES - 1914(2) [E.C.V.]
- FRANCISCO A.C. RIBEIRO - 1914 [Rua Nova, ao Rego]
- ANTÓNIO S. CALADO - 1914 [E.C.V., Rua Nova ao Rego]
- FRANCISCO LOURENÇO - 1914 [R. Benef.]
- JOAQUIM AUGUSTO - 1914 [E.C.V.]
- JOSÉ FONSECA - 1914 [Ap. Rego], 1916 [R. Benef.], 1918 [R. Neves Piedade]
- JOSÉ F. FRAQUEZA - 1911(2), 1915 [Palma de Baixol]
- MANUEL P. AGOSTINHO - 1911, 1912, 1913(2) [E.C.V], 1920 [R. Benef.]
- FRANCISCO M. VENTURA - 1912(2), 1913, 1914(3), 1932(2) [R. F. Mata]
- FAUSTO FERNANDES - 1912, 1913, 1914 [R. Benef]
- ANTÓNIO SERODIO - 1912(3), 1913, 1931 [R. Municipal ao Rego, Rua N]
- OLIVEIRA MARTHA - 1914, 1915 [R. Municipal ao Rego]
- FRANCISCO IGNACIO - 1913, 1914, 1916, 1917, 1918, 1922, 1937 [R. F. Mata]
- MANUEL ANTUNES CRAVO - 1914, 1915, 1916, 1917(3) [B. Bélgica, R. Benef.]
- JOSÉ HENRIQUES SOEIRO - 1914 (2) [Est. Palma]
- SOARES SEMPITERNO - 1914(2), 1915, 1926(2), 1931, 1936(2) [Rua A e D B. Bélgica]
- BERNARDO N. VALENTE - 1914 [R. Beneficência]
- EDUARDO P. LIMA - 1914(2) [Palma de Cima]
- JOSÉ J. DURAES - 1914 [Laranjeiras]
- FERNANDO DE ALMEIDA - 1914 [Palma de Cima]
- ALVARO DA SILVA - 1914 [R. Neves Piedade]

- MANUEL M. VELOSO - 1914 [R.Benef.]
- BRITES C. SEIXAS - 1914, 1925(2) [R.N.Piedade]
- JOSÉ RAMOS - 1915, 1918, 1925, 1926(2), 1931, 1932(3) [Palma de Baixo, Q.Lagar Novo, Rua L e O]
- ARTUR LOPES - 1915(2) [E.C.V.]
- MARIA DA CONCEIÇÃO - 1915 [R.Benef.]
- ARTHUR IGNACIO - 1915 [E.C.V.]
- SEZINANDO P. RABAÇA - 1915(2) [R.N.Piedade]
- MARIA JOSÉ FIGUEIREDO - 1915 [L.Rego]
- ANTÓNIO R. FORMIGAL - 1915 [R.N.Piedade]
- FRANCISCO PERPETUA - 1915 [R.Benef.]
- COOP.POPULAR CONSTRUÇÃO PREDIAL - 1915 [Palma]
- M^ã MICHAELA PIEDADE - 1915 [R.A B.Bélgica]
- CAMILA R. MARTINS - 1915 [Palma de Baixo]
- ANTÓNIO J.S. MONTEIRO - 1915 [R.N.Piedade]
- JOSÉ R. DURÃO - 1916 [Palma de Baixo]
- LUIZ FONSECA - 1916 [R. Benef.]
- JOSÉ J. CARVALHO - 1916 [R.A B.Bélgica]
- J. LINO - 1916 [Palma de Cima]
- ALVARO SILVA - 1916 [R.Benef.], 1917 [R.N.Piedade]
- JOÃO S. MARTINS - 1916(2) [R.Benef.], 1917 [R.A B.Bélgica]
- INÁCIO COSTA - 1916 [R.Benef.]
- JOSÉ H. AFONSO - 1916 [R.A B.Bélgica]
- ALBERTO MARQUES - 1916, 1917 [L.Rego]
- MANUEL C. LEITE - 1916 [Ap. Rego]
- ANTÓNIO S. SILVA - 1917 [R.A. B.Bélgica]
- ADELINA M.P. SILVA - 1917 [R.A. B.Bélgica]
- VENÂNCIO R.A. FRANÇA - 1917 [Az.Ferro]

- FRANCISCO ALMASSO - 1917 [Az. Ferro]
- ANTÓNIO J. FELISBERTO - 1917 [Rua B]
- LUÍS F. ANDRADE - 1917 [R. Benef.]
- FIRMA COMERCIAL R. POTAN LDA - 1917, 1918, 1919 [R. N. Piedade]
- JOSE M.C. MACIEIRA - 1917, 1918 [R. Benef.]
- AUGUSTO V. MARTINHO - 1918 [R. Benef.]
- FRANCISCO L. ROSA - 1919 [R. A ao Rego]
- AFONSO SÁ NOGUEIRA - 1919 [R. Benef.]
- ANTÓNIO L. PEDROSA - 1915, 1917, 1925, 1927, 1929(4), 1931, 1935, 1936
[E.C.V., Rua C e E, B. Bélgica]
- JOSÉ IGNÁCIO - 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1922 [Rua A, B. Bélgica]
- FRANCISCO DA SILVA - 1913, 1915, 1916(2), 1931, 1932 [Rua A, B. Bélgica]
- JUSTINIANO MARTINS - 1918(2), 1919, 1920, 1925, 1930 [Rua A,
B. Bélgica]
- GERARDO SOARES - 1918, 1919, 1920 [Rua A e E ao Rego]
- CONSTANTINO DE SOUSA - 1919, 1921, 1934 [Rua A, B. Bélgica]
- ANTONIO S. MENDES - 1919(2), 1920(2), 1921(2), 1931, 1933(2) [Rua A e
B, B. Bélgica e R. F. T. Costa]
- ANTONIO FERNANDES - 1919(2), 1920 [Rua A, B. Bélgica]
- JOSÉ R. COSTA - 1919(2), 1920, 1921 [Rua N. Piedade e Q. Freiras]
- ANIBAL FERNANDES - 1922, 1923, 1927, 1928, 1931, 1934, 1935(2)
[Est. Palma de Cima e R. Benef.]
- MÓNICA DE JESUS - 1919 [Rua da Beneficência]
- VICENTE F. ANTUNES - 1919 [Laranjeiras]
- JOÃO OLIVEIRA - 1919 [Laranjeiras]
- GERMANO SANTOS - 1919 [Laranjeiras]
- JOÃO R. FONSECA - 1919 [Laranjeiras]
- JOAQUIM LUIS - 1919 [Laranjeiras]
- FRANCISCO RAMALHO - 1919 [Quinta de S. Loureço]

- PERPÉTUA M. FERNANDES - 1920 [R. N.Piedade]
- BRITES A.P. MONTENEGRO - 1920 [Av. A.A.Aguiar]
- FRANCISCO P. CACHO - 1920(2) [Quinta de Palhavã]
- COMP. MERCADO GERAL GADOS - 1920 [Azinhaga da Fonseca]
- JOÃO PAIS - 1920 [Rua da Beneficência]
- OLIVEIRA & ANTUNES - 1920 [Rua A,B.Bélgica]
- EMP.LISBONENSE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LDA - 1920 [Palma de Baixo]
- ANTÓNIO M. ASSUNÇÃO - 1920 [Rua A, B.Bélgica]
- ANTÓNIO D. FALANEIRO - 1920 [Az.Torrinha]
- MANUEL DA SILVA - 1920 [Rua da Beneficência]
- SILVA & BAPTISTA - 1922 [Largo do Rego]
- A. LINO DE SOUSA - 1922 [Rua da Beneficência]
- SOC. INDUSTRIAL EXPLORADORA - 1922(2) [Quinta das Freiras]
- JOSÉ PEREIRA JR. - 1922 [Est. Palma de Cima]
- MANUEL J. HERMENEGILDO - 1922 [Palma de Baixo]
- OLIVEIRA & ANTUNES - 1922 [R. A, B.Bélgica]
- J.A. COSTA PINTO - 1921 [Az. do Ferro]
- JULIÃO T. MEDEIROS - 1921 [Ruas A,B,C, B.Bélgica]
- EMPRESA BAIRROS URBANOS - 1922(2) [Rua A, B.Bélgica]
- MANUEL CATARINO - 1922, 1923, 1924, 1925(2), 1926(3), 1927(2), 1928(3),
1933, 1936(2) [R.Benef., Quinta Lagar Novo]
- JOSÉ J. SANTOS - 1924(3), 1926(2), 1927(2), 1928(2), 1930(3), 1931(7),
1932(5), 1933, 1934(2), 1935, 1936(5) [Quinta Lagar Novo]
- ANTONIO MOREIRA - 1922(3) [Est.Palma Cima]
- ALBINO ANTUNES - 1923, 1925(6), 1931(5), 1934, 1935 [R.N.Piedade,
R.P.Durão]
- PARDAL MONTEIRO - 1923, 1924, 1928 [R.Beneficência]
- ANSELMO ANDRÉ - 1924, 1931, 1936 [R.Benef., Rua L]
- JOSÉ A. CRUZ - 1924, 1925, 1932, 1934, 1935 [Rua L e G, B.Santos]

- ANTÓNIO F. COIMBRA - 1924, 1925, 1930, 1931(3), 1934(2), 1935(2),
1936, 1937 [R. Benef., Rua L, F e C. Figueiredo]
- IZIDORO S. CARVALHO - 1924, 1925(2), 1933 [R. N. Piedade]
- MANUEL PEDRO - 1925(2), 1926(2), 1927 [Rua D e G, B. Bélgica]
- HERCULANO P. FERRAO - 1926(2), 1927(2), 1928 [Rua Benef.]
- LUIZ GASPAR - 1922 [Rua A, B. Bélgica]
- VIANA & SERRA - 1922 [Q. Freiras]
- ANTÓNIO L. P. SOUSA - 1922 [Palma de Cima]
- CRISTO CRISTOFIDES - 1922, 1923 [Rua Beneficência]
- INÁCIO & GOMES LDA - 1922 [Palma de Baixo, rua A, B. Bélgica]
- JOSÉ M. MARTINS - 1922 [Q. Canas], 1924, 1931, 1932(2), 1934, 1936
[R. Benef.]
- LUZIANO S. B. BRITES - 1922, 1923, 1924 [Palma Cima, Benef.]
- CARDOSO B. SILVA - 1923 [R. Benef.]
- COMP. PORT. PREPARAÇÃO DE CARNES - 1923 [Q. B. Vista]
- CORREIA BASTOS LDA. - 1923 [R. Benef.]
- RAUL N. COSTA - 1923 [Q. Freiras]
- ALBANO D. OLIVEIRA - 1923 [Q. Freiras]
- XAVIER CENTEIO LDA. - 1923 [Q. Freiras]
- ANTÓNIO L. GOMES - 1923 [Q. Sã. Quitéria]
- JOÃO MONTEIRO - 1923 [B. Bélgica], 1935, 1936(2), 1937(2) [R. G.
Leman]
- SANTOS, NOGUEIRA & OLIVEIRA LDA. - 1924, 1925 [Q. Freiras]
- DELMIRO G. VIDAL - 1924 [R. Benef.]
- MÁRIO DE MOURA LDA. - 1924 [R. Benef., R. E, B. Bélgica]
- FERREIRA & MARTINHO - 1924 [R. C, B. Bélgica]
- MANUEL A. ARAUJO - 1925 [Q. Freiras]
- ANTÓNIO FRANCISCO - 1925 [Q. Dã Quitéria]

MANUEL RODRIGUES - 1925 [Q.Dã Quitéria]
JOSÉ DA COSTA - 1925, 1935, 1936 [R.Benef.]
JOSÉ R. ALMEIDA - 1925 [R. Benef.]
AUGUSTO GOMES LDA. - 1925 [R.Benef.]
ARMINDO S. FERREIRA - 1925 [R.Benef.]
SPORTING CLUB DE PORTUGAL - 1925 [Q.Freiras]
AGOSTINHO P. NEVES - 1925 [Q.L.Novo], 1934 [R.L]
AQUILES R. DIAS - 1925 [R.Benef.]
JOÃO TAVARES & IRMAO - 1925 [Q.Freiras]
ANTÓNIO J. VIEIRA - 1925 [Q.Freiras]
JERÓNIMO CORREIA - 1925 [Q.Freiras]
RODRIGO MIRANDA - 1925 [Q.Freiras]
JOSÉ COUCEIRO - 1925 [Q.L.Novo]
CARVALHO, DUARTE & SANTOS - 1925 [R.Benef.], 1935 [R.Filipe da
Mata]
SILVESTRE MARTINS - 1925 [Q.L.Novo]
JOAQUIM TEIXEIRA - 1925 [Q. M. Catarino]
AUGUSTO DAMIÃO - 1925 [R.Benef.], 1931, 1932, 1933, 1936 [R.L, B. Santos]
JOSÉ FELIZ - 1925 [Q.L.Novo]
ANTÓNIO PIRES - 1925 [Q.Freiras]
ANTONIO M. FERREIRA - 1925 [R. A à Benef.]
MANUEL L. RODRIGUES - 1925 [R. A à Benef.]
FRANCISCO ROSA - 1925 [R. C, B.Bélgica]
JOÃO MACEDO LDA. - 1925, 1926 [Q.Freiras]
MANUEL MARQUES - 1925, 1927, 1930, 1931 [R.D, B.Bélgica, R.Filipe Mata]
ANTÓNIO R. CARDOSO - 1925 [R.E, Bairro da Bélgica]
MANUEL C. MADUREIRA - 1925 [Rua Particular do B.Ind.Neves Piedade]
FRANCISCO B. GARCIA - 1925[R.A, B.Bélgica], 1935[Dr.Alvaro de

Castro]

- JOSÉ JOAQUIM - 1926 [Bairro da Bélgica]
- EDUARDO MORGADO - 1926(2), 1927 [B.Santos], 1932, 1936(2) [Rua L]
- ANTÓNIO VENTURA - 1926(2), 1931, 1932 [Q.L.N., Gen.Leman]
- MARIA ROSÁRIO - 1926 [Q.L.Novo]
- MANUEL M. SOUSA - 1926 [Q.L.N.,Q.F]
- ALBERTINO M. MIRANDA - 1926 [R.Beneficência]
- ADÃO F. PAULO - 1926 [Q.L.N.]
- JOÃO MADEIRA - 1926, 1937(2) [Rua L, Bairro Santos]
- ANTÓNIO H. CASTANHEIRA - 1926 [Q.L.N.]
- FILIPPE GOMES - 1926, 1927 [Rua D]
- COMPANHIA SEGUROS "LEX" - 1926(2), 1927(2), 1928(3), 1929(2) [Rua E,F,C, Bairro da Bélgica]
- LUÍS MARQUES - 1926, 1927, 1930, 1931 [Rua General Leman]
- FRANCISCO CARREIRA - 1926 [Palma Baixo]
- HENRIQUE P. SILVA - 1926 [Rua Filipe Mata]
- LUÍS J. PEREIRA - 1926 [Rua Benef.]
- ANTÓNIO B. CARVALHO - 1926 [Q.Freiras]
- ANTÓNIO C.R. MERCA - 1926, 1927, 1929 [Rua Filipe de Mata]
- ANTÓNIO FERREIRA - 1926 [Rua D, Bairro da Bélgica]
- FERNANDO S. SILVA - 1926 [Q.L.Novo]
- JOSÉ I. NEVES - 1926 [Az.Asno]
- ERNESTO MARTINS - 1926 [E.Palma de Cima]
- ANTÓNIO DUARTE - 1926,1927 [R. C]
- ADELINO MIGUEL - 1926 [R.Neves Piedade]
- PATROCÍNIA J. CARVALHO - 1926 [Q.Freiras]
- ANTÓNIO FIGUEIREDO - 1926 [Q.Freiras]
- ABRÃO CARVALHO - 1926 [Q.Da Quitéria]

- CARLOS VELUDO - 1926 [Q.Da Quitéria]
- ARMANDO PIAS - 1926 [Q.Da Quitéria]
- JOSÉ CARVALHO - 1926 [R.D]
- ALFREDO VALERIE - 1926 [Quinta Freiras]
- JOAO L.FRAZAO - 1927(2), 1929, 1931(2), 1935, 1936 [Q.L.N.,Rua P.Durão]
- CARLOS M. MARQUES - 1927 [Rua B ao Rego]
- ANTÓNIO G. LEITE & FARIA - 1927 [Rua D, B.Bélgica]
- JOÃO A. PEREIRA - 1927 [Rua A, B.Catarino]
- AMÉRICO L. PEDRO - 1927 [Q.Sa Quitéria]
- MANUEL D. SANCHES - 1927 [Rua Neves Piedade]
- JOÃO CASTANHEIRA - 1927, 1928, 1929, 1931, 1934, 1936 [Rua Benef., R.Filipe Matal]
- ANTÓNIO MARQUES JR. - 1927, 1935, 1936 [Rua Benef.]
- SANTOS & CABELEIRA - 1927 [Rua D]
- LUIS A. T. ARAGÃO - 1927 [Rua Benef.]
- JOSÉ FILIPE - 1927 [Rua Benef.]
- ANTÓNIO R. CORDEIRO - 1928(2), 1930(2) [Rua Benef., Rua F.Matal]
- VASCO F. LOPES - 1928 [R.Neves Piedade]
- FRAZÃO & GOMES - 1928 [Rua General Leman]
- DOMINGOS LEAL - 1928 [Tenente Espanca]
- G. PEREIRA COSTA LDA. - 1928 [Rua Benef.]
- JOSÉ M. AFONSO - 1928 [Rua General Leman]
- PORFÍRIO MENDES - 1928, 1929, 1931 [Rua Benef.]
- EMÍLIO SANTIAGO - 1928(2), 1929(2) [Rua G.Leman]
- JOÃO V. PIRES - 1928, 1929, 1931, 1932(2), 1933 [R.G.Leman, R.P.Durão]
- JOÃO SALVADOR - 1928 [Rua Santos Dumond]
- ANTÓNIO L. FRANCO - 1928 [Q.Freiras]

ANTÓNIO M. CAMPOS - 1928 [Q. Da Quitéria]

ANTÓNIO N. PEIXOTO - 1929, 1930(3), 1935 [Rua Benef., F.T. Costa]

CASIMIRO CRISPIM - 1929 [R. Benef.]

LUÍS NUNES - 1929, 1930, 1932(4) [Rua Benef, Rua K]

ANTÓNIO A. BRIGIDA - 1929, 1937(5) [R. Benef.]

AUGUSTO DA SILVA - 1929 [R. Filipe da Mata]

AUGUSTO P.R. SEABRA

ROMULO O. VINAGRE - 1929 [R. Portugal Durão]

AGOSTINHO MARQUES - 1929 [Rua Filipe da Mata]

JOSÉ F. SILVA - 1929 [Av. A.A. Aguiar]

Mã JOSÉ DAVID - 1929, 1930(2), 1933(3) [Rua da Benef.]

NORBERTO MENDES - 1929 [Rua Benf.]

SILVÉRIO L. VICENTE - 1929 [Rua Filipe da Mata]

MANUEL S. LEAL - 1929 [Palma de Baixo]

ANTÓNIO A. CARDOSO - 1930 [Rua Portugal Durão]

ADOLFO N. TAVARES - 1930(2) [Rua Filipe da Mata]

ABÍLIO ASSUNÇÃO - 1930 [R. Benef.], 1933 [R. F.T. Costa]

LUÍS C. ELEUTÉRIO - 1930 [R. Filipe da Mata]

Mã JOSÉ FIGUEIREDO - 1930 [R. Benef.]

JOAQUIM ALMEIDA - 1930(2), 1933, 1935, 1936 [R. Filipe da Mata]

JOSÉ FERREIRA - 1930 [Av. A.A. Aguiar]

ANTÓNIO E. COSTA - 1930 [Rua F, R. Benef]

EDUARDO A. SILVA - 1930(2), 1931, 1932, 1933(2), 1935 [R. Filipe da Mata]

ANTÓNIO F. PIRES - 1931(2), 1933 [R. Filipe da Mata]

ARTUR P. DA SILVA - 1930, 1932 [Rua L]

CARLOS SILVA - 1931 [R. P. Durão], 1934, 1935 [R. F.T. Costa]

COMP. SEGUROS "A MUNDIAL" - 1931 [R. P. Durão], 1932 [R. Benef.]

FRANCISCO DOMINGOS - 1931 [Rua M]
JOAQUIM GODINHO - 1931(2) [Rua F. Mata]
ANTÓNIO SILVA - 1931(4), 1932(2), 1933(6) [Rua F.Mata, Rua P.Durão]
CAETANO LEONARDO - 1931 [Rua O]
SEBASTIÃO J. NASCIMENTO - 1931, 1932 [R. General Leman]
FRANCISCO C. MACHADO - 1931 [Rua M], 1932 [R. F.T.Costa]
ANTONIO SANTOS - 1931(2), 1932(2) [Rua M e Rua L]
JOSÉ S. RIBEIRO - 1931(3), 1932 [Rua L e Rua K]
LAR DE PORTUGAL - 1931 [Rua O]
MANUEL DA GRAÇA - 1931 [Rua Cardeal Mercier]
HENRIQUE M. ALMEIDA - 1931, 1936 [Rua Filipe da Mata]
FRANCISCO M. CASTANHEIRA - 1931 [Rua Benef.], 1934 [Rua J. Afonso]
BORGES, GOMES & SANTOS - 1931(2), 1934, 1936 [Rua Benef.]
CUSTÓDIO ANTONIO - 1931 [Rua L]
JOÃO R. PINHEIRO - 1931, 1932 [Rua P.Durão]
ALBERTO & FARIA - 1931(2), 1932 [Rua K]
JOSÉ M. BERNARDO - 1931 [Rua Filipe da Mata]
JÚLIO DE JESUS - 1932(3) [Rua F. Mata]
ANTÓNIO M. ARAUJO - 1932 [Ruas J/N]
VITÓRIA C. CARVALHO - 1932(2), 1934(3), 1935 [Rua O]
JOAQUIM N. ABREU - 1932(3) [R. F.T.Costa]
JOAO SIMÕES - 1932(5) [Rua L], 1933(6) [Rua I e Rua D]
JOÃO N. PERNA - 1932(4) [Rua K], 1933(2) [Rua F.T.Costa]
BERNARDINO N. PERNA - 1932(2) [Rua K]
M^ã EMILIA R. GRAÇA - 1932 [Rua L]
ANTÓNIO F. RODRIGUES - 1932 [Rua M]
ALVARO P. AMEIXOEIRA - 1932 [Rua O]

- URBANO C.B. DINIZ - 1932(2), 1934 [Rua L]
- BERNARDINO RODRIGUES - 1932(3) [Rua Dr. Alvaro de Castro], 1934 [R. F.T.Costa]
- JOAQUIM MATOS - 1932(3), 1933(6), 1935(2) [R. F.T.Costa]
- ARMINDO S. VIEIRA - 1932(2), 1936(3) [Rua K]
- ANTÓNIO BAPTISTA - 1932 [Rua L]
- Mã JOSÉ RODRIGUES - 1932(2) [Rua F.T.Costa]
- MANUEL RIBEIRO - 1932 [Rua L]
- ILDA A. NUNES - 1932(2), 1935, 1936 [Rua O]
- ANTÓNIO A. EUGENIO - 1932(2) [Rua F.T.Costa]
- ANTÓNIO LOPES - 1932(2), 1933(3), 1935(3), 1936(8), 1937(6) [Rua F.T.Costa, Rua F.Mata, Rua O]
- FRANCISCO CRISTOVAM - 1932(3) [Rua Filipe da Mata]
- ARMINDA J. P. MELO - 1932(2) [Rua J]
- JOÃO C. REIS - 1932, 1937 [Rua Benef.]
- LUIÍS M. TEIXEIRA - 1932 [Rua F.T.Costa]
- MANUEL BERNARDINO E JOÃO L. PAULO - 1932 [Rua K]
- BRUNO ROQUE - 1932(2), 1933(3) [Rua K]
- OLIVEIRA & GARCIA - 1932 [R. F.Mata]
- MÁRIO PINHEIRO - 1932(2), 1935(2) [Rua O e Rua Frei Carlos]
- MANUEL A. LOPES - 1932 [R. Benef.]
- GERTRUDES C.S. FIGUEIREDO - 1932 [R. Benef.]
- JOSÉ M. COSTA - 1932(3) [R. F.T.Costa]
- Mã NOGUEIRA LANTRO - 1932 [Rua N]
- JOAQUIM GONÇALVES - 1932 [Ruas J/N]
- JOAQUIM GASPAS - 1932(3) [Rua Filipe da Mata]
- ANTONIO M. FERREIRA JR. - 1932 [Rua Portugal Durão]
- JOAQUIM DOMINGUES - 1932(3) [Rua F.T.Costa]

- GASPAR, Jorge; CORREIA, Fernando; FERREIRA, Mã Júlia;
FERRÃO, João e BRANCO, Graça - "Centros de comércio e
seviços na cidade de Lisboa" in Finisterra, vol.X,
nº 20, 1975
- GASPAR, Jorge - A dinâmica funcional do centro de Lisboa,
Lisboa, Livros Horizonte, 2ª ed., 1985
- GEORGE, Pierre - "Urbanisme et société" in Encyclopedia
Universalis, vol. 16, pp.488-491
- GEORGE, Pierre - "Sociologia Geográfica" in Tratado de
Sociologia (org. G.GURVITCH), 1ª vol., Lisboa,
Liv.Martins Fontes, 1977, p.347-373
- GODINHO, Vitorino Magalhães - O Socialismo e o Futuro da
Península, Col. Horizonte, Lisboa, 3ª ed., 1970
- GODINHO, Vitorino Magalhães - Estrutura da Antiga
Sociedade Portuguesa, Lisboa, Arcádia, 3ª ed.,
1977, (ed. orig., 1971)
- GODINHO, Vitorino Magalhães - "L'emigration portugaise
(XV-XX siécles)", in Revista de História Económica
e Social, nº 1, 1977
- GURVITCH, Georges - A vocação actual da Sociologia, vol.I,
Lisboa, Ed. Cosmos, 1979 (ed. orig. Paris,
PUF, 1968)
- HALBWACHS, Maurice - Morphologie Sociale, Paris, Lib.
Armand Colin, 1970 (ed. orig. 1938)
- HALL, Edward T. - A dimensão oculta, col. Antropos, Ed.
Relógio d'Água, 1ª ed. trad. port. 1986
- KAYSER, Bernard - "Ville. Villes et campagnes" in

- Encyclopedia Universalis, vol. 16, pp.819-822
- LEDRUT, Raymond - Sociologie Urbaine, Paris, PUF, 1ª ed., 1968
- MANUAL DE PESQUISA SOCIAL NAS ZONAS URBANAS - UNESCO, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Liv. Pioneira Editora, S.Paulo, 1978 (ed. orig. 1965)
- MENDRAS, Henri - Sociedades Camponesas, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978 (ed. orig. Paris, Lib. Armand Colin, 1976)
- MENDRAS, Henri - "Sociologia do Meio Rural" in Tratado de Sociologia (org. G.GURVITCH), 12 vol., Lisboa, Liv. Martins Fontes, 1977 pp. 429-450
- MICHEL, Barbara; BASSAND, Michel; LEHMANN, Philippe - "Le voisinage: un théâtre expérimental de la vie quotidienne" in Espaces et Sociétés, nº 41, Jun-Dez 1982, pp.51-69
- MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico - "A difícil delimitação do "Urbano" e do "Rural": Alguns exemplos e implicações teóricas" in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, Abril 1987, pp.83-99
- MUMFORD, Lewis - La cité à travers l'histoire, col. Esprit, Paris, Ed. Seuil, 1964 (ed. orig. 1961)
- NAZARETH, J. M. - O Envelhecimento da População Portuguesa, Lisboa, Ed. Presença/GIS, 1979
- NEWBY, Howard - Community, Open University, 1980
- PEIXOTO, João - "O crescimento da população urbana e a industrialização em Portugal" in Revista Crítica

de Ciências Sociais, nº 22, Abril 1987, pp.101-114

QUENTIN, Claudine - "L' imaginaire d'un vieux quartier",
in Espaces et Sociétés, nº 24-27, Dez.1978,
pp.113-124

RAISON, Jean-Pierre - "Habitação" in Enciclopédia Einaudi,
nº 8, Região, Lisboa, Imp.Nacional/Casa da Moeda,
1986, pp.341-375

RAISON, Jean-Pierre - "Migração" in Enciclopédia Einaudi,
nº 8, Região, Lisboa, Imp. Nacional/Casa da Moeda,
1986, pp. 488-516

RAMBAUD, Placide - Société rurale et urbanisation, col.
Esprit, Paris,Ed. Seuil, 1969

RIBEIRO, Orlando - "Deslocamentos da População em
Portugal" in Rev. Faculdade de Letras, Ensaios e
Notas, Lisboa, pp.318-325 (Sep. nº 7, 1940-41)

RIBEIRO, Orlando - "Cidade" in Dicionário da História de
Portugal

ROCHFORD, Michel - "Geographie Urbaine" in Encyclopedia
Universalis, vol. 16, pp.488-491

ROCHFORD, Michel - "Ville. Réseau urbain" in Encyclopedia
Universalis, vol. 16, pp.816-818

ROCHFORD, Michel - "Typologie des villes" in Encyclopedia
Universalis, vol. 16, pp.825-829

RONCAYLO, Marcel - "Cidade" in Enciclopédia Einaudi,
nº 8 , Lisboa, Imp.Nacional/ Casa da Moeda, 1986,
pp.396-487

ROTTIER, G. - "Ville. économie et rôle économique" in

Encyclopedia Universalis, vol. 16, pp.810-813

- SEGALEN, Martine; LE WITA, Béatrix - Organisation et fonctionnement de la parente en milieu urbain: Une enquête sur les transformations familiales dans la ville de NANTERRE, 1840-1980, Centre d'Ethnologie Française, Paris, Décembre 1984
- SCHWALBACH, Luis - "Considerações sobre Demografia Portuguesa" in Rev. Faculdade de Letras, Lisboa, 1953
- SILVA, Augusto Vieira da - "A população de Lisboa" in Lisboa Miscelânea, vol.3, s/d
- SILVA, Augusto Vieira da - Dispersos, Lisboa, vol I, 1954, vol.II e III, 1960
- TAMAMES, Ramón - La Republica. La Era de Franco in Historia de Espanã Alfaguara, tomo VII, Madrid, Alianza Editorial, 9ª ed., 1981
- THÉLOT, Claude - Tel pere, tel fils? Position sociale et origine familiale, Paris, Dunod, 1982
- VIARD, Jean - La Dérive des Territoires, Actes Sud, Hubert Nyssen Ed., Le Paradou, 1981
- VIEIRA, António P.Lopes - "Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural" in Revista de História Económica e Social, nº 1, 1977
- VIEIRA, António Lopes - Os transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910, Lisboa, Imp.Nacional/Casa da Moeda, 1982

La Ville - (N. Bandier, D. Deloux-Fanget et Y. Grafmeyer),
Paris, Hatier, 1979

ZONABEND, Françoise - La mémoire longue: Temps et
histoires au village, Paris, PUF, 1980

ANEXO Nº 1

QUADROS-SÍNTESE DAS PROFISSÕES E ACTIVIDADES PROFISSIONAIS
DOS RECENSEADOS EM 1925 NOS CADERNOS ELEITORAIS DA
CIDADE DE LISBOA E RESIDENTES
NO BAIRRO AO REGO E NAS AVENIDAS NOVAS

ACTIVIDADES PROFISSIONAIS

- | | |
|-----------------------------------|----------------------------|
| 1. FORÇAS MILITAR E DE SEGURANÇA | 9. INDIVIDUAIS |
| Militar Superior | 10. SERVIÇOS HOSPITALARES |
| Militar Médio | Enfermeiro |
| Militar Inferior | Outros Func. Hospitalares |
| Polícia Superior | Total nos serviços hospit. |
| Polícia Inferior | 11. AGRICULTURA |
| Total de Forças Militar e de | 12. OUTROS |
| Segurança | |
| 2. COMÉRCIO | |
| Comerciantes | |
| Empregado do comércio | |
| Total no comércio | |
| 3. CONSTRUÇÃO CIVIL | |
| Proprietários | |
| Construtores | |
| Operários da construção civil | |
| Total na construção civil | |
| 4. PROFISSÕES LIBERAIS | |
| Médicos, Engenheiro, Advogados | |
| Professores | |
| Total nas Profissões liberais | |
| 5. FUNCIONÁRIOS | |
| Dirigente | |
| Escritório | |
| Outros | |
| Total de funcionários | |
| 6. TRABALHADORES SEM QUALIFICAÇÃO | |
| 7. INDÚSTRIA | |
| Industrial | |
| Operário | |
| Total na indústria | |
| 8. SERVIÇOS LOCAIS | |
| Sapateiro | |
| Padeiro | |
| Barbeiro | |
| Outros | |
| Total nos serviços locais | |

RUAS

1. Rua Neves Piedade
2. Rua da Beneficência
3. Outros lugares no bairro
- TB. Total do Bairro
5. Avenida 5 de Outubro
6. Rua Barbosa du Bocage
7. Avenida de Berna
8. Avenida Conde Valbom
9. Avenida Duque d'Avila
10. Avenida Elias Garcia
11. Rua de Entrecampos
12. Avenida João Crisóstomo
13. Avenida Miguel Bombarda
14. Avenida Marquês de Tomar
15. Avenida da República
16. Avenida Visconde Valmor
- TO. Total

ANEXO Nº 2

OS AUTORES DE REQUERIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO NO BAIRRO DO REGO
SEGUNDO AS ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL
ENTRE 1910 E 1937

SOCIEDADE DAS CASAS ECONÓMICAS - 1932(2) [Rua Benef. e R. C. Mercier]

JOSÉ J. PEREIRA - 1932 [R. Benef.]

JOSÉ E. GONÇALVES e M^ã CONCEIÇÃO ALMEIDA - 1933, 1934, 1935 [R. Dr. A. Castro, R. Benef., Rua K]

AGOSTINHO ALVES - 1933(3) [R. F.T. Costa]

JOÃO M. CABRAL & ANTÓNIO HENRIQUES - 1933(2) [R. F.T. Costa]

EMÍLIO A. ANDRADE - 1933, 1936(2) [R. Dr. A. Castro]

MANUEL SANTANA - 1933 [R. F.T. Costa]

PERPÉTUA J. REAL - 1933, 1935, 1936 [Rua C e Rua O]

ANTONIO REBELO - 1933(2) [Rua F.T. Costa]

AUGUSTO OLIVAL - 1933, 1934 [R. F.T. Costa]

JOÃO SALVADOR - 1933 [Bairro Seabra]

JOAQUIM CANHOTO - 1933 [Rua B]

CARLOS A. PINHEIRO - 1933 [Rua F]

FRANCISCO ANTUNES - 1933 [Rua L]

JOSÉ C. RAMOS - 1933(2) [Rua O e Rua F]

MÁRIO GONÇALVES - 1933 [Rua I]

ANA OLIVEIRA - 1933 [Rua I]

FRANCISCO RODRIGUES - 1933(2) [R. Dr. Alvaro de Castro]

M^ã TRINDADE SANTOS - 1933 [Rua D]

JOÃO DA COSTA - 1933 [Rua A]

JOÃO F. MONTEIRO - 1933 [R. F.T. Costa]

CARLOS C. SILVA - 1933 [Rua L]

JOÃO ESTEVES - 1933(2) [Rua L]

MARIA CORREIA - 1934 [Rua O]

JOSÉ OLIVAL - 1934(2) [Rua F.T. Costa]

BERTO, BENTO & OLIVEIRA LDA. - 1934 [Rua A.R. Gameiro]

- DANIEL DOS SANTOS e JACINTO R. PAIXÃO - 1934(3), 1935(3), 1936(4)
[Rua Benef., Rua F.Mata]
- DEOLINDA DA CONCEIÇÃO - 1934(2), 1935 [R. F. Mata]
- JOSÉ M. FERNANDES - 1934(2) [Rua F. Mata]
- EDUARDO C. TEIXEIRA - 1934(3), 1936(2) [Rua Filipe da Mata]
- Mã FELÍCIA COLCHETE - 1934(2) [Rua Benef.]
- ANA M.O. AGAPITO - 1934 [Rua F]
- ANGEL R. GOMES - 1934 [Rua N]
- JOSÉ J. S. COELHO - 1934(2) [Rua F e Rua C.Figueiredo]
- FRANCISCO GASPAR - 1934 [R. F.Mata]
- LÚCIA M. HACKER - 1934 [Rua L]
- JOSÉ A. PRUMO - 1934(2) [Rua F.T.Costa]
- BARTOLOMEU A. PINTO - 1934 [Rua F.T.Costa]
- ANTÓNIO ABRANTES - 1934 [Rua L]
- JOSÉ FELIX - 1934 [Rua L]
- MANUEL MARIA e ANTÓNIO MARQUES JR. - 1935 [Rua N]
- JOAQUIM SANTOS - 1935 [Rua F.T.Costa]
- Mã NASCIMENTO OLIVEIRA - 1935 [Rua Filipe da Mata]
- MANUEL P. NEVES - 1935(3) [Rua Frei Carlos]
- JOSÉ BERNARDO JR. - 1935 [Rua Filipe Mata]
- LEONOR F. S. ROMEIRAS - 1935(2) [Rua L]
- ERNANI P. CRUZ - 1935 [Rua D]
- ANTÓNIO F. TAVARES - 1935 [Rua A.A.Aguiar]
- Mã TERESA O. MACHADO - 1935 [Rua F. T. Costa]
- MANUEL NUNES - 1935 [Rua F.T.Costa]
- JOAQUIM E. LAUDO - 1935 [Rua F.T.Costa]
- JOSÉ ANTUNES - 1935 [Rua Benef.]
- JOÃO P. FERNANDES - 1935(2), 1936. 1937(3) [Rua N, Rua D, Rua

J. Afonso, Rua F. Carlos]

MIRANDA & MIRANDA - 1935 [Quinta das Freiras]

ANTÓNIO G. JACOB - 1935 [Rua Filipe da Mata]

CANDIDO B. ALVES - 1935 [Rua C. Figueiredo]

ALVARO F. MARQUES - 1935 [Rua O]

FRANCISCO S. MIRANDA - 1935 [Rua C]

SEVERO FERNANDES - 1935 [Rua C. Figueiredo]

MANUEL FARIA e ANTÓNIO MARQUES - 1935(3), 1936(2), 1937(2) [Rua K,
P r a ç a N . G o n ç a l v e s]

FLORENTINO ALVES - 1935 [Rua Filipe da Mata]

J. J. FERNANDES LDA. - 1935(3) [Rua Filipe da Mata]

LEONARDO SILVA e JOAQUIM FIGUEIREDO - 1935(3), 1936(2), 1937
[R. F. Mata]

ANDRÉ A. NOIRET - 1935 [Rua F]

MANUEL BASILIO - 1935 [R. Benef.]

VIRGINIA JARDIM - 1936 [R. F. T. Costa]

CÉSAR A. MARTINS e JULIO BRAS - 1936(3), 1937 [Rua Benef.]

JOAQUIM FERNANDES - 1935, 1937 [Rua C. Mercier]

AMÉLIA J. SANTOS - 1936 [Rua F. Mata]

FRANCISCO VIEGAS - 1936 [Rua F. Mata]

ROSA NATIVIDADE - 1936 [Rua O]

JOSÉ A. OLIVEIRA - 1936 [Rua F. Mata]

ANTÓNIO F. LOPES - 1936 [Rua L]

FAUSTO M. CARVALHO - 1936 [Ruas J. Afonso/J]

MANUEL FERREIRA - 1936 [R. R. Ortigão]

MANUEL FRANCISCO - 1936 [Praça N. Gonçalves]

FRANCISCO CARVALHO JR. - 1936 [Rua J. Afonso]

ANA F. CRISTOVÃO - 1936 [Rua O]

EDUARDO B. SANTOS - 1936 [Rua J.Afonso]
MANUEL S. GARRIDO - 1936 [Rua Dr. A. Castro]
JOSÉ BRANCO JR. - 1936 [Rua J.Afonso]
JOSÉ M. MATOS - 1936 [Rua J.Afonso]
ANTÓNIO J. CABRITA - 1936 [Az. da Torrinhã]
M^ã JESUS SANTOS - 1936 [Rua F.Mata]
M^ã JOSÉ PINTO - 1936 [Rua Benef.]
ADRIANO AGUIAR - 1936 [Rua J]
JOSÉ V. T. OLIVEIRA - 1936(2), 1937 [Rua Filipe da Mata]
ALFREDO LUZ - 1936 [Rua J.Afonso]
MANUEL IRIA & BERNARDINO BRITO - 1936 [Rua E]
FELISBELA S. SILVA - 1936, 1937(3) [Rua Filipe da Mata]
SOCIEDADE TREVO LDA. - 1936, 1937(3) [Az. Torrinhã]
M^ã GONÇALVES RODRIGUES - 1936 [R. P.Durão]
VIRGINIA CANDIDO - 1936 [R. J.Afonso]
ARTUR V.C. FREITAS - 1936 [R. J.Afonso]
MANUEL G. LEITÃO - 1936 [R. Benef.]
CARLOS LIMA - 1936(2) [R. Benef.]
AVELINO C. GIL - 1936(2) [R. C.Mercier]
ANTÓNIO N. PAIVA - 1936(2) [R. C.Figueiredo]
MANUEL S. BRITO - 1936 [R. P.Durão]
EDUARDO VILARINHO - 1936 [R. P.Durão]
ALBINO MESQUITA - 1936 [R. P.Durão]
JOSÉ M. AVELINO - 1936 [R. J.Afonso]
OLIVEIRA LDA.- 1936(2) [R. F.Mata]
FELICIANO LOPES - 1936 [Av. A.A.Aguiar]
ALFREDO RAMOS - 1936 [Rua Frei Carlos]

D. GRANDIM NORONHA - 1936 [R. F.T.Costa]
FRANCISCO S. MARTINS - 1936 [Rua C.Figueiredo]
JOSÉ DOS SANTOS - 1936(2) [Q. Sã Quitéria]
MARIANA F. OLIVEIRA - 1936 [Frei Carlos]
ALEXANDRINO FERREIRA - 1936 [R. Frei Carlos]
ARTUR V.C. FREITAS - 1936 [Rua Benef.]
FRANCISCO L. SILVA - 1936 [Rua Benef.]
ILDA RIBEIRO - 1936(2) [Rua Benef.]
MARIANA S.S. SATURNINO - 1936 [Rua N]
JOAQUIM GARCIA - 1936 [Rua Frei Carlos]
FRANCISCO GAMITO JR. - 1936 [Rua C. Figueiredo]
JOSÉ A. OLIVEIRA - 1936 [Rua N]
JÚLIO ANTUNES - 1936(3) [Rua J.Afonso]
MANUEL C. FONSECA - 1936(3), 1937 [R. C.Mercier]
JOAQUIM E. RIBEIRO - 1936 [Rua Benef.]
JOSÉ ANTUNES - 1936 [Rua Benef.]
PINHÃO & RODRIGUES - 1936(3) [Rua Benef.]
BERNARDINO FERREIRA - 1936 [Quinta das Freiras]
JOAQUIM S. FERREIRA - 1936 [Bairro Bélgica]
JOAQUIM C. ALEXANDRE - 1936(3) [Rua Filipe da Mata]
PAUL M. CAMPOS - 1936 [Rua G.Leman]
AGOSTINHO MARQUES - 1936 [Rua F. Mata]
JOÃO COUTINHO - 1936 [Rua Luciano Freire]
AUGUSTO S. COSTA - 1936(3) [Rua O]
JOSÉ A. PARREIRA - 1936 [Rua F.Mata]
JOSÉ O. AGAPITO - 1936(3) [Rua C.Figueiredo]
JACINTO SANTOS - 1936(3) [Rua Filipe Mata]

JÚLIA F. PALMA - 1936 [Rua Filipe da Mata]

ANTÓNIO CASTANHEIRO - 1936 [Rua O]

Mã LUISA V.L. OLIVEIRA - 1936 [Rua F.T.Costa]

OFÉLIA C. COSTA - 1936 [Rua F.T.Costa]

JOSÉ N. AGAPITO - 1936(3) [Rua Benef.]

ALVARO F. MARQUES - 1936(3) [Rua O]

JOÃO F. NUNES - 1937(2) [Rua I]

HELENA PEREIRA - 1937 [Rua J]

FITALINO C. SILVA - 1937(2) [Rua O]

ANTÓNIO FIGUEIREDO - 1937 [Rua J]

ANTÓNIO SALGADO - 1937 [Rua O]

RAUL CAIXINHAS - 1937 [Rua J]

JOSÉ C. NOVO - 1937 [Rua O]

BALBINA R.B. MARTINS - 1937 [Rua J.Afonso]

Mã JOSÉ P. REGO - 1937(3) [Rua C.Fig., Rua L e Rua O]

JOSÉ CARVALHO JR. e JOAQUIM DAMAS - 1937 [Rua Filipe da Mata]

JOAO M. S. MARQUES - 1937 [R. Benef.]

ANEXO Nº 3

DISTRIBUIÇÃO DOS ORIUNDOS DAS FREGUESIAS DOS CONCELHOS
E ARGANIL, RESENDE E TOMAR PELOS ARRUAMENTOS DO BAIRRO DO REGO

CONCELHO DE ARGANIL

FREG. ORIGEM	RUAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	TOTAL
	BAIRRO															
1		5	-	-	3	-	1	1	-	2	1	-	-	-	1	14
2		1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
3		-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	6
4		-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	4
5		-	6	5	-	-	4	3	6	-	-	9	-	-	2	37
6		-	-	-	2	1	-	-	1	-	-	-	2	-	-	6
7		-	-	-	-	2	1	-	-	2	-	-	-	-	-	5
8		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
9		-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
10		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
11		-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
12		-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
13		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
TOTAL		6	12	5	5	4	6	7	10	5	1	9	5	2	5	82

FREGUESIAS DE ORIGEM

1. S. MARTINHO DA CORTIÇA
2. POMBEIRO DA BEIRA
3. COJA
4. ARGANIL
5. SARZEDO
6. BENFEITA
7. CELAVISA
8. CEPOS
9. BARRIL DE ALVA
10. TEIXEIRA
11. FOLQUES
12. CERDEIRA
13. VILA COVA ALVA

RUAS DO BAIRRO

1. RUA ALFREDO ROQUE GAMEIRO
2. RUA DA BENEFICÊNCIA
3. RUA CRISTOVÃO FIGUEIREDO
4. RUA CARDEAL MERCIER
5. RUA CARLOS REIS
6. RUA DR. ÁLVARO DE CASTRO
7. RUA FRANCISCO DA HOLANDA
8. RUA FILIPE DA MATA
9. RUA FRANCISCO TOMAS COSTA
10. RUA JORGE AFONSO
11. RUA LUCIANO FREIRE
12. RUA PORTUGAL DURÃO
13. RUA SOUSA LOPES
14. RUA VELOSO SALGADO

CONCELHO DE RESENDE

FREG. ORIGEM	RUAS BAIRRO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TOTAL
	1	1	9	1	2	2	2	3	7	9	-	5	3	1	6	2	53
	2	-	2	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	5
	3	-	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	5
	4	-	-	-	1	1	-	-	4	1	1	-	-	-	1	-	9
	5	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	6	-	1	-	-	-	1	-	-	1	1	1	-	-	1	-	6
	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	8	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	9	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	TOTAL	1	12	1	7	3	3	5	16	11	2	6	5	1	8	2	83

FREGUESIAS DE ORIGEM

1. PAUS
2. RESENDE
3. S. JOÃO FONTOURA
4. S. MARTINHO DE MOUROS
5. FREIGIL
6. BARRO
7. MIOMÃES
8. CARQUERE
9. FELGUEIRAS
10. ANREADE

RUAS DO BAIRRO

1. RUA ALFREDO ROQUE GAMEIRO
2. RUA DA BENEFICÊNCIA
3. RUA CRISTOVÃO FIGUEIREDO
4. RUA CARDEAL MERCIER
5. RUA CARLOS REIS
6. RUA DR. ÁLVARO DE CASTRO
7. RUA FRANCISCO DA HOLANDA
8. RUA FRANCISCO DA MATA
9. RUA FRANCISCO TOMÁS COSTA
10. RUA FALCÃO TRIGOSO
11. RUA GENERAL LEMAN
12. RUA JORGE AFONSO
13. RUA MARIO CASTELHANO
14. RUA PORTUGAL DURÃO
15. RUA VELOSO SALGADO

CONCELHO DE TOMAR

FREQ. ORIGEM	RUAS BAIRRO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	TOTAL
	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	2	1	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	6
	3	1	2	-	1	6	1	4	5	-	-	-	1	-	2	3	26
	4	-	2	1	-	-	-	3	2	-	-	1	-	-	-	-	9
	5	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	6	-	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	7	-	6	1	-	5	-	3	6	3	1	3	-	-	2	1	31
	8	-	1	1	-	-	-	4	1	3	1	-	-	-	-	-	11
	9	-	4	-	-	-	-	1	2	1	2	-	-	-	-	2	12
	10	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	11	-	-	1	1	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	6
	12	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	5
	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	TOTAL	3	17	6	2	16	2	18	22	7	6	4	2	1	4	7	117

FREGUESIAS DE ORIGEM

1. ASSEICEIRA
2. JUNCEIRA
3. S. PEDRO DE TOMAR
4. STA. MARIA DOS OLIVAIS
5. PAIALVO
6. -
7. SERRA
8. CASAIS
9. OLALHAS
10. ALVIOBEIRA
11. S. JOAO BAPTISTA
12. MADALENA

13. BESELGA
14. SABICHEIRA

RUAS DO BAIRRO

1. RUA ALFREDO ROQUE GAMEIRO
2. RUA DA BENEFICÊNCIA
3. RUA CRISTOVÃO FIGUEIREDO
4. RUA CARDEAL MERCIER
5. RUA CARLOS REIS
6. RUA DR. ÁLVARO DE CASTRO
7. RUA FRANCISCO DA HOLANDA
8. RUA FILIPE DA MATA
9. RUA FRANCISCO TOMÁS DA COSTA
10. RUA FALCÃO TRIGOSO
11. RUA FREI CARLOS
12. RUA GENERAL LEMAN
13. RUA MÁRIO CASTELHANO
14. RUA PORTUGAL DURÃO
15. RUA VELOSO SALGADO

ANEXO Nº 4
DESCRIÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS
(ENTREVISTAS EXTENSAS)

	(aproxim.) IDADE	ORIGEM GEOGRÁFICA	PROFISSÃO
Sr M.	55	Cernache Bonjardim (conc.Sertã)	comerciante proprietário drogaria bairro
Dã A.	64	Nascida no bairro	empregada da escola primária do bairro (ref.)
Profã F.P.	50	Nascida no bairro	professora da escola primária do bairro
Sr J.	70	Nascido em Lisboa	comerciante proprietário papelaria bairro
Dã L.	60	Proença-a-Velha (conc.Idanha-a-Nova)	doméstica
Sr G.	65	Baixo Alentejo	enfermeiro Hospital do Rego
Prof C.	45	Nascido no bairro	professor na escola primária local
Sr F. e Dã I.	70 70	Torres Vedras S.P.Tomar	motorista de taxi (ref.) doméstica
Prof M.P.	35	-	advogado professor escola local
I.M. Z.	27 25	Nascida no bairro Nascida no bairro	licenciada Sociologia licenciada em Letras
N.	25	Nascido no bairro	licenciado em Geografia
Sr S.	60	-	director escola particular

LIGAÇÃO AO BAIRRO

	Anterior	Actual
sr M.	residente associação "Os Económicos" associação Palma e Arredores	residente presidente associação Palma e Arredores
dã A.	nascida e residente	trabalho e família
profã F.P.	nascida e residente	residente e trabalho
sr J.	residente e trabalho	residente e trabalho
dã L.	residente	residente
sr G.	residente	residente
prof C.	nascido e residente	residente e trabalho
sr F.	residente	residente
dã I.	residente	residente
prof M.P.	trabalho	trabalho
I.M.	nascida e residente	residente
Z.	nascida e residente	residente
N.	nascido e residente	-
sr S.	trabalho	trabalho

As entrevistas foram realizadas entre Novembro de 1986
e Março de 1987

ANEXO Nº 5
FICHAS UTILIZADAS NO LEVANTAMENTO DOS REGISTOS
DO (A) RECENSEAMENTO ELEITORAL DE 1925, DAS (B) PROFISSÕES DOS
PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA PRIMÁRIA LOCAL ENTRE 1944 E 1958
E (C) DO RECENSEAMENTO ELEITORAL DE 1985
NO BAIRRO DO REGO

CAPA E CONTRA-CAPA

Fotografia de casamento entre residentes numa das
Quintas do Rego, 1914

(facultada por D.ª A.)

